MARCO ANTONIO XAVIE

OCUPAÇÃO DO *CAMPUS* BUTANTÃ DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1934-1954): REPRESENTAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor José Sebastião Witter.

Volume I

1999

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Rua do Lago, 717 – C.P. 8.105 – CEP 05508-900 – Cidade Universitária – SP/SP
Telefax: (011) 211-2341
Serviço de Pós-Graduação

AUTORIZAÇÃO PARA QUE A FFLCH/USP POSSA FORNECER CÓPIAS DA TESE/DISSERTAÇÃO A INTERESSADOS.

1) AUTORIZO A FFLCH/USP a partir desta data a fornecer cópias de minha Dissertação/Tese a interessados.

São Paulo, 19/04/99 _____
Marco Antonio

2) NÃO AUTORIZO A FFLCH/USP a fornecer cópias de minha Dissertação/Tese a interessados.

São Paulo, ____/____/_____ _____

Dedicado àquele que me ensinou uma profissão, e mais que isso, fez com que aprendesse a olhar e amar a cidade de São Paulo... a Antonio, in memorian.

OCUPAÇÃO DO *CAMPUS* BUTANTÃ DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1934-1954): REPRESENTAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO DA UNIVERSIDADE

"A Cidade Universitária, na capital do estado de São Paulo, os demais campi e unidades isoladas da USP exprimem material e espacialmente o seu imenso trabalho. Seja pelas suas pretensões sucessivas, pelos seus conflitos internos e desafios externos, seja pelas áreas prediais que criaram ou herdaram, pelas conquistas e reconhecimento de seus feitos, seja pelas frustrações ou incompreensões em seu convívio com o meio urbano, seu estado e a nação. Suas atividades incontáveis de transmissão, avanço e extensão do conhecimento se corporificaram em espaços construídos, plantados ou custodiados como reservas. Suas contribuições ganharam concretude e expressão também por meio de suas inúmeras localidades rigorosamente monumentais.

MARX, Murillo. "*O teu monumento é a tua escola*". In COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL – USP. *Obras escultóricas em espaços externos da USP*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 23.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Sebastião Witter e à banca de qualificação, professores Maria Lígia Prado e Carlos Guilherme Motta, pelo incentivo para que continuasse em frente e demonstrasse minhas próprias opiniões sobre o tema dessa dissertação. Mais colegas que professores, como os mestres franceses de 34, ensinando a "fazer História", não só no sentido da participação política ou dos acontecimentos da nossa época, mas que a História é criada e refeita por aqueles que a estudam, tendo a obrigação social de exprimir os posicionamentos e idéias que resultam desta atividade.

Agradeço também aos amigos, Silnia Nunes, Midori Figuti, Paulo Eduardo De Vicente, Karen Kawakami, Lauro Ávila Pereira, Daniela Palma, Inês, Ivonete, Luís (do Arquivo da Escola Politécnica) e a tantos outros que de alguma forma contribuiram para realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Volume I

INTRODUÇÃO 5

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO DA USP E A IDÉIA DE UNIVERISDADE 9

- Educação Superior em São Paulo 9
- Pensamentos e Idéias 12
- Idealizadores e Fundadores 17
- A "Universidade bandeirante" 25
- Um espaço para a USP 28
- Alternativas 36

CAPÍTULO II

ESPAÇO DA AÇÃO E AÇÃO NO ESPAÇO 43

- A Universidade projetada – a Alma 43
- O espaço da FFCL e das outras escolas 61
- À procura de *Neverland* 75
- O *Escriptorio Technico* e os projetos – o Corpo 91
- Símbolos de uma jovem USP 103

CAPÍTULO III

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS 114

- Um falso antagonismo 114
- Depois de uma década 117
- Enquanto isso, na FFCL... 122
- O vaivém dos concursos e projetos 125
- A reação das escolas e institutos às mudanças 142

CAPÍTULO IV

ESPAÇO E PODER NA CUASO 150

- Moldando o espaço do Homem 150
- Arquitetura e espaço na Cidade Universitária 156
- Rumo ao oeste: a solução definitiva 164

CONSIDERAÇÕES FINAIS 174

- Sobre a CUASO 174
- O papel da USP 177
- Desejos e Realizações: Uma Utopia Acadêmica 182

BIBLIOGRAFIA 186

ANEXOS 195

Volume II

FIGURAS

INTRODUÇÃO

Acredito que, nestas primeiras linhas, faz-se necessário uma explicação da razão inicial, o *estalo*, que levou à escolha deste tema. Na verdade não se tratou de uma busca consciente, mas de um pouco de sorte.

Entre 1991 e 1993 participei do Projeto de Organização do Arquivo da Escola Politécnica, tendo oportunidade então de tomar contato direto com uma série de documentos e publicações, e entender melhor o funcionamento daquela Faculdade e sua história, antes e depois de ser agrupada, como tantos outros institutos de ensino e pesquisa, à USP, nos idos de 1934.

Ainda na fase de higienização e identificação dos documentos, deparei com uma série de pastas contendo mapas de situação e plantas de diversos edifícios. Eram cópias heliográficas e originais feitos a bico de pena, alguns deles facilmente identificáveis pois apresentavam lugares conhecidos, como os prédios da antiga Politécnica, no bairro do Bom Retiro. Mas foram os demais mapas que chamaram minha atenção, especialmente por não possuírem identificação do local desenhado ou essa ser conflituosa com parâmetros atuais. A sistemática do trabalho cedeu espaço à curiosidade do historiador.

Na busca por indícios consegui achar alguns pontos de referência. Lá estava o rio Pinheiros, ao norte, com seus antigos meandros atravessados por duas retas tracejadas e paralelas, ou finalmente retificado. Havia também o nonagenário Instituto Butantan (sic), cuja entrada era localizada na face leste do morro, pela Estrada de Itu[1], uma rota que traçava suave curva de norte para sul e depois para oeste. Nos espaços mais a oeste dos mapas apareciam um empreendimento da Imobiliária e Construtora Jaguaré e projetos para o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), além da própria Escola Politécnica. Com estes limites tive absoluta certeza que se tratava da área do *campus* da USP, na atual Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO).

Uma dúvida pertinente, quando da identificação, era que os desenhos de edifícios, e suas localizações, não correspondiam na sua quase totalidade à Cidade Universitária atual (fig. 1), ou mesmo àquela que conhecia desde 1981. Prédios de

---

[1] A atual avenida Corifeu de Azevedo Marques é, com algumas alterações, parte do trecho inicial desta estrada, que ligava o interior de São Paulo com a Capital, desde os tempos coloniais, acompanhando parcialmente o trajeto do rio Tietê. A ferrovia e as novas estradas de rodagem determinaram o abandono

aparência velha, como os da Biologia, Adriano Marchini (IPT), "Tio Patinhas" (Instituto de Eletrotécnica) e Física não constavam das plantas, ou pelo menos não se localizavam nos seus espaços atuais.

A partir daqueles desenhos, alguns datados e outros não, deduzi que se tratava de projetos para a ocupação da área e nunca implementados. Fiquei intrigado, bem como meus companheiros, uspianos de diversas áreas, sobre aquela USP que não existiu.

Em alguns daqueles projetos podíamos imaginar uma Universidade muito diferente, que também teria algo de fazenda, nos imensos espaços para pastos, estrebarias e lavouras. Em outras plantas haviam as demarcações de um horto botânico e zoológico; mas também possuíam pistas de pouso (fig. 2), observatório astronômico e até campo de golf.

Algumas perguntas básicas vieram à mente:

√ Quem eram as pessoas que haviam feito estes estudos e/ou projetado os edifícios?

√ Qual era a idéia de Universidade que elas tinham?

√ Por que estes projetos não foram implementados ou parcialmente realizados?

√ Como e por que foi construída a Cidade Universitária?

√ Por que hoje temos um campus segmentado, com unidades dispersas, isoladas, física e intelectualmente?

√ As barreiras decorrentes das especialidades tem alguma relação com as barreiras físicas, como muros, ruas e espaços vazios?

Para responder estas, e muitas outras perguntas que foram surgindo, decorrentes do trabalho de identificação dos documentos e da curiosidade pessoal, comecei a busca por alguns livros sobre o assunto, descobrindo que muito pouco havia sido escrito a respeito destes projetos. Estava ali a chance, e o desafio, de tentar suprir aquela lacuna.

Na escolha de um tema para a dissertação de mestrado abracei estes sonhos do passado, pensando em divulgar aqueles projetos, na esperança que mais pessoas tivessem a mesma sensação de deslumbramento diante destes desenhos e refletissem sobre o destino que a Universidade trilhou. Uma outra razão é porque acredito que ambas, as pessoas e a Universidade, têm direito a compartilhar estas memórias ou à

---

deste caminho, que ainda pode ser percorrido em alguns trechos.

construção delas, nas nossas mentes, mesmo que estivessem ligadas a um tipo de utopia, um local ideal e imaginário.

Partindo dos pressupostos que a história não é algo plano e linear, e que a USP não é um monolito, pronto e acabado, mas produto de atitudes e escolhas de toda a sociedade, especialmente por se tratar de uma instituição pública, creio que cabe aos estudiosos e interessados não somente resgatar aqueles projetos e esboços, mas procurar entendê-los em relação ao seu tempo e aos pensamentos e atitudes políticas de seus idealizadores. Neste último ponto está o motivo da minha argumentação.

Baseado nos relatos de época sobre a Universidade de São Paulo e a sociedade, juntamente aos estudos que foram feitos sobre seus principais idealizadores, e comparando com os projetos e espaços ocupados pela Cidade Universitária, procurei traçar um perfil entre a ideologia e ideário dos principais envolvidos, com suas atitudes frente ao espaço real. Este espaço real é o espaço das ações, em contraposição ao espaço imaginário, que é o espaço das idéias. No entanto, o real e o imaginário são indissociáveis de um tipo de discurso, que poderemos chamar de arquitetônico e que toma forma a partir deles. É de acordo com este posicionamento que pretendo analisar a construção da CUASO.

Esta dissertação não tem intenção de ser um trabalho definitivo sobre o nascimento da USP, muito menos de explorar exaustivamente as discussões sobre as relações entre Forma e Poder. Apresentar minhas opiniões de forma clara e precisa - esta é, simplesmente, a tarefa a qual me propus.

No primeiro capítulo trato da criação da USP e seus fundadores, formando uma pequena síntese das várias discussões e trabalhos escritos a respeito. Abordo, ainda, a concepção e necessidade de um *campus* ou cidade universitária.

Buscando responder a uma questão que considero básica neste trabalho: qual a relação entre a forma mental[2], que os fundadores e responsáveis pela criação e instalação da USP tinham para ela, naqueles anos iniciais[3], e a realidade da localização das Faculdades - pensei em uma série de modos de abordar e relacionar o tema no segundo capítulo.

No capítulo seguinte são analisados os diversos desenhos e planos para a

---

[2] A forma mental não é algo palpável ou alguma coisa concreta, mas de certa maneira ela é real e presente na base do discurso arquitetônico, seja ele proveniente de um leigo ou de um técnico (arquiteto, engenheiro, desenhista etc.).

[3] Entre a sua fundação, em 1934, e o Estado Novo, iniciado em 1937, estendendo a análise até 1942, quando o Brasil entra na Segunda Guerra.

CUASO, suas variações, pontos em comum e divergências, além de um breve histórico de cada um dos projetos. O que muda e o que fica? Por que? Para tanto me baseei nos escritos de Ernesto de Souza Campos, dos anos de 1938, 45 e 54. Procurei deixar claro o que se tornou a USP no período que vai se consolidando como centro de ensino e pesquisa, entre o início das aulas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e 1954, o ano do IV Centenário de São Paulo, além da relação entre essa Faculdade e as outras.

Procurei integrar, no quarto capítulo, os conceitos e afirmações dos anteriores, demonstrando também as relações entre o espaço construído, a percepção que temos dele e também o poder sobre ele. A partir dessas análises, busquei uma maneira de compreender os parâmetros ideológico e arquitetônico, quando os discursos envolvidos são explícitos ou implícitos e se há uma regra geral para defini-los.

Encerrando esta dissertação, nas considerações finais espero deixar claro meu posicionamento frente aos temas que considero importantes, além de discutir a Universidade de São Paulo no seu momento atual. Não se trata de provar uma hipótese ou desenvolver conceitos, como nos capítulos anteriores, mas suscitar novas questões.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO DA USP E A IDÉIA DE UNIVERSIDADE

> *"... fator educacional ou sua ausência. Êste fator, que influi na realização individual e nas mudanças sócio-econômicas (portanto, 'mutatis mutandis', de crucial importância em qualquer meio social), assume aspecto de maior gravidade nas condições de desenvolvimento industrial rápido como as que caracterizam São Paulo durante a primeira metade do século."*
>
> HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e trabalho - um estudo na cidade de São Paulo.* Rio de Janeiro: MEC, 1960. p. 3.

EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SÃO PAULO

O estado de São Paulo, assim como o Brasil, não possuía até a década de 30 deste século uma estrutura real de ensino superior, somente escolas isoladas, isto é, sem um foco comum de atuação e de proposta curricular. Podemos entender que as escolas e institutos então existentes eram fruto de iniciativas esparsas, calcadas na existência de pessoas como Luiz Armando Queiroz, Arnaldo Vieira de Carvalho e Francisco de Paula Souza, ou da benemerência de governantes e intelectuáis. Para corroborar esta afirmação buscamos datas e fatos, formando uma longa cronologia que ilustrasse esta situação, e que se encontra relacionada no Anexo.

Percebemos que ao longo de nossa história, até a República, a atuação dos Governos com respeito a Educação e Cultura é mínima e pontual, com gratas exceções nas cidades economicamente importantes, como São Paulo, Recife, Porto Alegre, Olinda e Campinas, além das antigas capitais Rio de Janeiro e Salvador. Ainda assim, nestas cidades, as iniciativas são desiguais e mal estruturadas, contrastando, por exemplo, com a América espanhola, onde a Universidade não era encarada como uma instituição secessionista, contrária aos interesses da Metrópole.

Mesmo após a Independência essa situação se mantém, continuando a educação a ser tratada como um problema de foro pessoal das elites. Se algum oligarca queria um filho "ilustrado" mandava-o estudar na Europa, e se não mais em Coimbra, em outro país de cultura latina.

Ainda nos tempos coloniais, as condições do ensino em geral, fosse das

primeiras letras ou de *engenharia militar* eram ruins, nas cidades portuguesas, e ainda, quanto mais, no Brasil e nas remotas vilas e pousos paulistas. A Reforma Pombalina teve reflexos sobre a educação, nas colônias portuguesas, que podemos afirmar desastrosos. O capitão-general da Capitania de São Paulo, Morgado de Matéus, em 1765 escrevia falando das más condições da cultura e das letras, pois não achava ninguém capaz de auxiliá-lo na escrituração e administração da Vila de São Paulo. A expulsão dos jesuítas havia criado um hiato na educação dos paulistas. Nem a criação, por parte do próprio Morgado de Mateus, de uma Academia de Letras, conseguiu resolver o problema a contento.

Esta situação só seria atenuada com a criação do Curso de Ciências Jurídicas por D. Pedro I (1827), se redimindo parcialmente por ter abortado, antes, um projeto para duas universidades (1823), em São Paulo e Olinda, as mesmas duas cidades aonde passaram a funcionar aqueles cursos. Com a procura por essas faculdades, visto que os estudos na Universidade de Coimbra estavam fora de alcance para os "independentes" brasileiros, a provinciana e pacata São Paulo passa a ser chamada de "burgo de estudantes". Ainda assim, será somente com a República que a educação pública e laica, de grandes parcelas da população, passa a ser implementada, sendo um dos orgulhos dos republicanos.

O sociólogo Juarez Lopes, no seu estudo sobre origem social e escolha ocupacional, fez um conciso preâmbulo histórico sobre a educação durante a Monarquia: "(...) Brasil Imperial, deu-se a ascensão social dos doutores e bacharéis formados na Europa ou, mais tarde, em Olinda, São Paulo e Rio de Janeiro. No meio do século dezenove, a administração das Províncias e os cargos públicos mais importantes estavam principalmente nas mãos de homens formados. Cria-se a mística do 'bacharel', implantava-se o prestígio do 'doutor'. A escola secundária passou a ser um veículo que conduzia às Faculdades."[1]

Iniciativas como as do Conselheiro Antonio Prado, que presidiu uma Comissão para a criação de uma Universidade em solo paulista (fig. 3), eram atropeladas pelos acontecimentos. Essa Comissão[2] se dividiria em subcomissões, com

---

[1] LOPES, Juarez Rubens Brandão. "Origem social e escolha ocupacional de ginasianos". In HUTCHINSON, Bertram (org.). *Mobilidade e trabalho - um estudo na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. 75.

[2] Formada por Luiz Pereira Barreto, Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, Manoel Lopes de Oliveira (tesoureiro), José Fortunato da Silveira Bulcão Júnior, Joaquim José Vieira de Carvalho, Brazilio Augusto Machado de Oliveira e pelo Barão de Jaguára.

atuação em diversos pontos do estado, e previa a reestruturação de todo o ensino, do primário (primário e ginásio) e secundário (colegial) até o superior, criando as Escolas de Agricultura e Viticultura, de Engenharia e de Medicina, juntando também o Liceu de Artes e Ofícios. A idéia permaneceu e resultou, nos anos seguintes, na criação isolada de cada uma daquelas faculdades. Pena que aquela Comissão não tivesse sido criada antes, pois o final do ano de 1889 foi muito conturbado.

Sem muitas opções em terras brasileiras, as famílias tradicionais de São Paulo, no início do século, mandavam seus filhos estudarem em universidades e cursos superiores da Europa e EUA. Com destino a Alemanha e Suíça foram membros das famílias Paula Souza, Vergueiro, Souza Queiroz e Souza Barros. Para a França iam Tibiriçás, Prados e Lacerdas, enquanto para os EUA, cujas universidades começavam a ganhar notoriedade, acabaram indo filhos dos Toledo Piza, Paula Leite, Alves de Lima, Lacerda Franco, Pacheco e Silva. Esta é uma pequena amostra das preferências de nossa burguesia. Voltavam os filhos destes empresários, banqueiros, fazendeiros e comerciantes, com diplomas e novas idéias, mas com custos altos para seus pais.

Os filhos mais novos acabavam por escolher uma das três grandes faculdades mantidas pelo Poder Público (Direito, Medicina e Engenharia), ostentando os diplomas e anéis como adereços. Faltava uma Faculdade que formasse outros professores (para o secundário) e fosse responsável pela formação de uma classe científica, através da unificação dos esforços, e não como a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, com um diletantismo pluralista, celeiro de políticos e poetas.

Algumas destas pessoas, pensando na situação brasileira e comparando os modelos das instituições e normas de ensino do estrangeiro, trazem junto com seus diplomas e certificados uma série de idéias que viriam a mexer com a estática estrutura política. Idéias como a abolição da escravidão e a necessidade de produção de artigos simples e essenciais, ainda fabricados no exterior, além dos ideais republicanos, iriam revolucionar a sociedade. O medo de idéias "exóticas" não é um acontecimento novo, como os militares queriam que a população acreditasse recentemente, em 1964.

Acreditavam alguns destes "dândis" que a educação era a chave de uma nova época. Uma população minimamente letrada e uma elite bem preparada fariam do Brasil uma potência. Haviam recursos naturais, espaço e uma nova fonte de renda – o café –, que numa "onda de fazendas", vinha do Rio de Janeiro pelo Vale do Paraíba, e invadia o interior de São Paulo. Estes herdeiros abastados da elite agrária, quando não morriam de tuberculose, se engajavam como podiam em campanhas civilistas.

Desta maneira, aqueles que eram engenheiros e arquitetos propunham a instalação de cursos técnicos, para a formação de mestres em "artes e ofícios". O capital, tanto público quanto privado, não era mais aplicado na compra de escravos, mas usado para pagar baixos salários aos trabalhadores. As vastas extensões de terra, com solos férteis, não tinham dono, sendo usadas como moeda de troca política, pois seu valor real era baixo, sendo mais valorizadas quando próximas às estradas de ferro.

As capitais e cidades ricas se "aburguesavam", surgindo os "passeios públicos", os bondes com tração animal, a iluminação a gás, os palacetes dos "barões do café" e as grandes construções públicas. Essas construções visavam dotar as administrações locais de espaços planejados, onde as "modernas" relações sociais, entre os cidadãos e os políticos e governantes, seriam formalizadas. Além do mais, elas serviriam como monumentos, como símbolos dos novos tempos. Eram palácios, mercados, presídios, delegacias, chafarizes, estações ferroviárias, pontes e grupos escolares.

No território paulista a construção dos Grupos Escolares, nas principais cidades, ficou a cargo do Escritório Técnico de Ramos de Azevedo, tido como "arquiteto oficial" do Governo do Estado e responsável pela quase totalidade dos edifícios públicos na República Velha. Antes de ser uma improbidade administrativa, tal fato, demonstrava a maneira como se pensava a educação, a partir de um projeto único e bem embasado. O rigor arquitetônico era reflexo do rigor do programa de ensino. Não que os edifícios fossem padronizados, mas as atividades a que se destinavam eram as mesmas, variando a distribuição na planta, sempre respeitando uma hierarquia de cargos e funções. Um modelo formal de ensino necessitava de um modelo de construção, fosse num edifício isolado ou numa 'cidade universitária'.

PENSAMENTOS E IDÉIAS

Não podemos subestimar a influência de Auguste Comte na formação de toda uma geração de políticos e letrados brasileiros, especialmente aqueles que nasceram já no período republicano, sob a égide dos dizeres de nossa Bandeira: "Ordem e Progresso". Comte tem a pecha de ser um pensador burguês, autor de conceitos retrógrados e elitizantes, o que afastou nossos cursos de Ciências Humanas de um estudo mais aprofundado de sua obra. Pode ser que sua contribuição ao pensamento

filosófico moderno tenha pouca influência no mundo atual, mas tal não se deu no Brasil republicano, estando aí a importância da análise de sua obra, num momento decisivo de nossa História.

Com o título de "Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Auguste Comte", as professoras de Metodologia (científica) Maria Amália P. A. Andery e Tereza M. de A. P. Sério discutem alguns aspectos do positivismo e como ele vem a influenciar uma parte da burguesia brasileira:

"Comte supõe que a sociedade depende e necessita de ordem para progredir (...) depende também de instituições fortes e permanentes, depende da existência de diferentes grupos sociais e de uma coexistência pacífica e harmoniosa entre eles.

"São estas concepções que dão origem a um programa social que não implica mudanças e transformações sociais, mas que implica, isto sim, criar condições para que estes elementos necessários à sociedade se mantenham. É desta forma que deve ser compreendido seu programa social, baseado em dois aspectos fundamentais – uma educação universal, que ensine e convença os homens (e especialmente os trabalhadores) da imutabilidade e inexorabilidade das leis naturais a que estão submetidos, e trabalho para todos, o que garante que cada indivíduo cumpra seu papel social. Neste sentido, são condições que preenchem um dever e não condições que garantem um direito.

"(...) Por suas concepções a respeito do conhecimento e da sociedade, e por sua capacidade de unir em um sistema coerente suas noções, é que Comte é visto como o grande representante de uma burguesia que, na segunda metade do século XIX, já havia perdido seu caráter libertário e progressista e havia, ao se entrincheirar no poder, assumindo um caráter conservador. As estruturas econômicas, sociais e políticas estabelecidas por esta burguesia e que lhe permitiam um contínuo acúmulo de capital, para serem perpetuadas e desenvolvidas, precisavam ser acrescidas de ideário, de um sistema explicativo, que afastasse as ameaças contidas nas lutas sociais e políticas emergentes e nas propostas de transformação que o próprio capitalismo gerara. Comte cumpre este papel com maestria."[3]

O Positivismo em terras brasileiras assume só os aspectos que interessam aos

---

[3] ANDERY, Maria Amália et alli. *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988, cap. 21, p. 398-401.

políticos republicanos. É certo que sua influência no movimento Republicano foi até mesmo discreta, mas além do modo relativamente pacífico pelo qual se deu o fim da Monarquia, contrariando a postulação comtiana de estabilidade das instituições, mas atendendo à sua pregação de um pacifismo no seio da sociedade, a troca de poder poderia ser entendida como uma evolução natural, e portanto dentro da lógica positivista.

Precisamos levar em conta também a importância dada às representações e símbolos numa sociedade que se reestrutura politicamente. O lema "Ordem e Progresso", na bandeira republicana, põe de lado uma opção de usar os EUA como espelho aonde o Brasil deve se mirar. Podemos inferir que, por exemplo, a recusa de uma bandeira como a paulista (um dos modelos apresentados em 1889), com sua feição "*star and stripes*", também denota a não aceitação da integração social de "raças inferiores". As cores preto e vermelho, respectivamente os negros e os indígenas, não são considerados e nem convidados a compor a sociedade, mas somente o "povo" brasileiro, enquanto entidade histórica e distanciada de uma realidade.

Por conta destas tendências positivistas no meio político, a forma escolhida para modificar a visão da sociedade foi a educação, não mais a cargo de escolas particulares ou ligadas à Igreja, mas controladas pelo Estado Republicano, ensinando aos estudantes seus papéis dentro da nova sociedade. Esta laicização e cientificidade do conhecimento afastava a juventude do antigo sistema, oferecendo como paradigmas professores e profissionais formados, em grande número, nas escolas e universidades do exterior. Matérias como Geometria e Cálculo, deveriam ter a mesma importância que Latim, História e Retórica.

Os políticos também eram escolhidos e alçados ao poder pela sua erudição, mesmo sendo esta forjada ou conseguida a custa de títulos honoríficos. Os diplomas, impressos em pergaminho ou habilmente caligrafados, passam a ter destaque em escritórios e consultórios, transformando-se, juntamente com os anéis de formatura, em símbolos de status e reconhecimento. Engenheiros e médicos começam a ocupar postos que antes pertenciam aos "doutores" das Faculdades de Direito (fig. 4), fossem na política, ciência ou cultura. O paradigma do Brasil, a República Francesa, elegia seus presidentes entre os egressos da École Polytechnique.

As idéias de Herbert Spencer e de Auguste Comte predominavam entre os velhos políticos republicanos, influenciando toda uma geração de brasileiros no início

do século. Embora muitos não se considerassem assumidamente positivistas, esta forma de pensamento, baseada na hierarquia, na ordem e num mal definido cientificismo, perpassou a formação escolar dos futuros políticos e dirigentes.

Para o historiador Francisco Iglésias isso fica evidente quando diz que "...o positivismo foi uma das matrizes da República brasileira, sobretudo em sua pregação na Escola Militar. Um dos professores foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães, de notória influência sobre seus alunos, que constituiriam a oficialidade rebelde à Monarquia e aberta ao novo regime. Quando se pensa em dar forma a este, eles não querem o modelo liberal americano nem o modelo francês de 1789, preferindo a autoridade forte traçada por Auguste Comte, a ditadura republicana ou a república sociocrática."[4]

Para corroborar esta afirmação busquei em Antonio Carlos Pacheco e Silva, biógrafo e amigo do Interventor/Governador Armando de Salles Oliveira, sua definição de como se deu a criação da USP, por este político: "É que tinha ele bem presente, em seu espírito atilado e na sua visão clarividente, o que iria representar a Universidade de São Paulo na vida paulista e brasileira, como um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais."[5]

Pacheco e Silva cita, em seguida, P. Dijon: "Como as circunvoluções do cérebro, dobradas sobre si mesmas, formam o órgão do pensamento, assim também as diversas ciências devem se reunir em um só grupo que são as faculdades, as quais, por sua vez, se congregam na Universidade para integrar o grande órgão da ciência coletiva e nacional."[6]

O biógrafo ainda atribui a Humberto de Campos as palavras: "Nós precisamos iniciar, imediatamente, a formação de uma geração forte de homens públicos, responsáveis pelo Brasil de amanhã... O autodidatismo dá personalidade, mas anula a quase totalidade das energias poderosas... A Universidade, submetendo um grupo de alunos aos mesmos mestres, disciplinando-os na mesma direção, não forma unicamente homens públicos, mas uma consciência coletiva... A Universidade cria elites. A crise brasileira não é popular, mas das classes superiores; não é das massas,

---

[4] IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964.* São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 246.

[5] PACHECO E SILVA, A. C. *Armando de Salles Oliveira.* São Paulo: Parma/EDUSP, 1980, p. 118.

mas dos que devem dirigi-las e não se acham preparados... Formar e disciplinar para a vida pública, para as necessidades de sua política e de sua ciência, a primeira geração homogênea, depois da República... As vindouras gerações paulistas constituirão legiões serenas e esclarecidas que se oporão, em conjunto, à anarquia mental que ameaça destruir a civilização em nossa terra."[7]

Este medo da anarquia perpassa também a obra de Auguste Comte. Para este filósofo francês controlar idéias é a base do Governo, e este é a razão de ser da sociedade. Assim sendo, escreveu: "...as idéias governam e subvertem o mundo, em outros termos, que todo o mecanismo social repousa finalmente sobre opiniões"[8], e mais adiante, sobre a Filosofia Positivista, diz: "... grande ciência como composta de duas partes essenciais: uma, estática , que constrói a teoria da ordem; a outra, dinâmica, que desenvolve a doutrina do progresso (...) *O progresso é o desenvolvimento da ordem* (...) A sociologia devia, portanto, oferecer a melhor aplicação deste grande princípio e a verdadeira fonte de sua sistematização"[9], finalizando taxativamente: "...Não existe sociedade sem governo."[10]

É significativo que a estrutura do conhecimento humano, defendida por Comte, tivesse na base a Matemática (ou Lógica, com ele a chamava), depois as Ciências Exatas (Astronomia, Física e Química), passando pelas Ciências Biológicas (ou Naturais), culminando com as Humanidades, na forma da Sociologia e Moral, passando do geral para o particular, do Universo e da Natureza para o Homem e sua sociedade ocidental. Esta maneira de pensar a sociedade tornava as duas criações de Armando de Salles Oliveira, a USP e o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), provas deste racionalismo, que misturava Comte com Ford. Pedro Ferraz do Amaral, autor de um livro sobre a história do IDORT, diz: "A Universidade é a matriz da Ciência. Organização é a razão da ciência. Não pode ser mais adequada a conjunção dessas frases."[11]

Armando de Salles Oliveira e os outros fundadores da Universidade

---

[6] Idem. p. 118.
[7] Ibdem. p. 119-120.
[8] COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 5ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 17.
[9] Idem, p. 182.
[10] Ibdem, p. 210.
[11] Apud PACHECO E SILVA, A. C. Op. cit., p. 92.

acreditavam que, embora as escolas superiores tivessem uma finalidade utilitária, era preciso não se limitar a finalidades pragmáticas, visando um ideal superior. Os professores não seriam somente os mestres, mas os modelos. Esperavam que não se formassem titulados e especialistas, mas humanistas, com sensibilidade artística e vigor físico. E já que não era possível unificar todo o conhecimento num único curso, formando os sacerdotes dos templos positivistas, pelo menos que uma Faculdade de Philosofia, Sciencias e Letras (FPSL, sua nomenclatura original) coordenasse e orientasse esta união de faculdades.

Idealizadores e Fundadores

Imaginada como um desenvolvimento natural frente a uma necessidade histórica, a Universidade de São Paulo foi idealizada primeiramente nas mentes de um grupo relativamente coeso de pessoas, formado por jornalistas, profissionais liberais, literatos e políticos do Partido Democrático (PD), conhecido como *Grupo do Estado*, além de contar com membros da Liga Nacionalista (veja relação no Anexo) e dos "renovadores", também conhecidos como "educadores profissionais".

Neste contexto, Rubens Borba de Moraes explica a importância da atuação do grupo da revista Klaxon e de seus membros: "Embrenhamo-nos pela ação política com a intenção de derrubar a oligarquia do Partido Republicano Paulista, instituir o voto secreto, a verdadeira e legítima expressão da vontade popular. Queríamos modernizar a política brasileira. Assim como tínhamos 'descoelhonetizado' a língua brasileira, passamos a 'desperrepizar' o Brasil. Fomos dos doze primeiros jovens a fundar uma sociedade para este fim, que se transformou, logo depois, em partido político: o Partido Democrático"[12].

Esta necessidade de uma Universidade não era baseada unicamente em um problema concreto, uma solução para o ensino superior em São Paulo, mas num posicionamento político daquele grupo, frente a situação do país e da atuação que acreditavam que o estado de São Paulo deveria ter naquele momento.

Com a explícita intenção de formar uma classe dirigente e baseados em teorias ditas científicas e sociológicas, os membros do *Grupo do Estado* chegaram a

[12] MORAES, Rubens Borba de. Recordações de um sobrevivente da Semana de Arte Moderna. Apud

conclusão, ou melhor, foram levados a ela pelo seu posicionamento político e refinamento intelectual, que a solução para os problemas de São Paulo, e para a retomada deste estado como a *locomotiva da nação*, passava pela criação de "institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada", que também deveria formar "classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos", além de "um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes" elevando "a um nível universitário a preparação do homem, do profissional, do cidadão."[13]

À parte certas posições, como racismo, xenofobismo e elitismo, que pontuam o Decreto de criação da USP, a solução de fundar uma Universidade foi a alternativa encontrada para a luta política, que se desenrolava fora dos partidos estabelecidos.

Segundo o ex-Reitor Miguel Reale: "A idéia dos fundadores da USP foi de organizá-la tendo como base referencial uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como Faculdade *omnibus* [para todos], inspirada na teoria cartesio-positivista do conhecimento como uma imensa árvore com muitos ramos. Esperavam que assim se mantivesse sempre, mas, em 1969, quando eu era reitor, deu-se o desmembramento inevitável, surgindo vários novos institutos e faculdades."[14]

Negando a política partidária de então, com o predomínio do velho Partido Republicano Paulista (PRP), baseada nas oligarquias rurais e desfavorável a atuação dos seus líderes, o *Grupo do Estado*, e especialmente seus membros do PD, tentava captar para a sua causa uma ainda insipiente e jovem, mas cada vez mais influente, classe média urbana, desligada dos valores sociais e econômicos da grande propriedade agrária e assume os ideais historicamente pertencentes à *burguesia*, que toma forma no cenário brasileiro após a abolição da escravidão. Esta perspectiva é de Florestan Fernandes e foi comentada por Richard Morse, em seu livro "A volta de McLuhanaíma": "...ver a Abolição como uma revolução 'de brancos para brancos', que apressou a consolidação de economia industrial e urbana; justapor os fenômenos de estratificação racial e estratificação social, gerando a hipótese de uma transição da

---

AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 303.

[13] Estes trechos pertencem aos "Considerandos" do Decreto Estadual nº 6.283, de 1934.

[14] MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. *Arcadas, história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – 1827/1997*. São Paulo: Alternativa, 1998, p. 242.

sociedade estamental a uma sociedade de classes, criando uma 'revolução burguesa'."[15]

Aliada a esse panorama, a derrota da Revolução de 32, que influenciara a opinião pública através da propaganda, acabou criando uma série de mitos modernos para o estado de São Paulo, como a "determinação e a bravura" dos bandeirantes; o esforço, tanto pessoal como coletivo, no trabalho; a ascensão social pela criação de oportunidades; a "força econômica" da agricultura e da indústria etc.

Somou-se a isso uma imposição, por parte do Governo Federal, de um interventor civil paulista – Armando de Salles Oliveira – que fazia parte do *Grupo do Estado*, e o retorno do exílio, em fins de 1933, de Mesquita Filho, dono do jornal. Surgiria o momento propício para por em prática as idéias e sugestões que, por cerca de uma década, tinham sido elaboradas.

Procurei me basear em estudos mais aprofundados, que tivessem como tema analisar o envolvimento de alguns setores da sociedade paulista no projeto de criação da Universidade (Limongi, Freitas, Cardoso, Witter, Miceli, Campos), de maneira a compreender a forma de atuação deste ou daquele grupo, mas sem discutir a fundo as táticas de ação adotadas para que a USP fosse uma realidade. Busquei tão-somente delinear o tipo de Universidade que os fundadores escolheram, em decorrência do modo que era encarada a educação, ou um projeto dela, para o estado de São Paulo.

Seria esta Universidade um aglutinador de pensadores? De onde deveriam vir os primeiros professores? Qual o perfil dos educadores? Como se comportariam as escolas mais velhas? Qual seria a reação da sociedade? Teria um caráter democrático socializante ou era pensada para uma elite dirigente? De onde viria o dinheiro necessário para os salários, móveis, equipamentos e material didático? Qual o espaço físico que seria destinado às faculdades? Quem seria responsável pela condução de todo este processo? Quem administraria este ajuntamento de idéias e lhe daria uma direção a seguir? Nem todas estas perguntas acabariam respondidas, mas serviram de base para que se pudesse traçar o perfil inicial da USP, muito diferente daquele que irá crescer e se desenvolver nas décadas seguintes.

Antes de ser um projeto educacional, ou mesmo de altruísmo cívico e benemerência, a USP foi idealizada, repito, como um projeto político de tomada

---

[15] MORSE, Richard McGee. *A volta de McLuhanaima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 153.

pacífica do poder, a longo prazo; pelo menos é a conclusão a qual chegamos, pelas palavras de Júlio de Mesquita Filho, em 1950: "... depois da derrota de São Paulo em 1932 que significou um profundo golpe na democracia em nosso país, mais necessária se tornou, ainda, uma reforma profunda no país. Politicamente, não se poderia conseguir isso, mas a tarefa seria possível se se (sic) lograsse atingir a consciência dos moços."[16] A propaganda se apresentava mais eficaz que a revolta armada ou a manutenção de amplos "currais eleitorais". Mesquita Filho continua: "Assim, meditando no exílio, chegou-se à idéia de que, sem uma reforma total do ensino nacional, jamais o Brasil sairia do caos. A análise dos motivos que levaram o país ao círculo revolucionário, que culminou em 1930, estava a demonstrar à geração do orador que, caso lhe fosse possível retornar um dia ao poder[17], necessário se impunha reformar o mecanismo cultural do país, criando entre nós os órgãos e institutos que existiam nos países de civilização latina ocidental[18] e aos quais incumbia a formação das elites pensantes. Todos conheciam a divisa da Faculdade de Filosofia: *Scientia vinces*, mas nem todos sabiam que, de fato, essa divisa queria significar: 'Vencido pelas urnas, Paulista, vencerás pela cultura', divisa que exprimia o pensamento íntimo dos fundadores da Universidade de São Paulo."[19]

É preciso notar que Armando de Salles Oliveira (veja breve biografia no Anexo), além de cunhado de Júlio de Mesquita Filho, foi diretor d'*O Estado de São Paulo* durante a Revolução Constitucionalista, sendo este jornal defensor intransigente da campanha armada contra o Governo Vargas. O movimento de 32 não tinha, pelo menos nas falas e comprometimentos dos seus mentores e articuladores, uma idéia separatista, embora o isolamento do Estado e a contra-propaganda federal[20], durante o confronto, levasse os combatentes de outros estados a pensar desta forma. Este fator seria uma razão para a escolha daquele político para o cargo de interventor, após a derrota?

Porque uma pessoa ligada aos revoltosos, mesmo "sem um só deslize ou

---

[16] PACHECO E SILVA, A. C. Op. cit., p. 124.

[17] Talvez Mesquita Filho negue a modernização política da Revolução de 30 (que contou, num primeiro momento, com o apoio do PD), com a capacidade de unir posições díspares, como bolchevismo e fascismo, porque ele e sua "geração" não haviam alcançado realmente o poder em 1930.

[18] Como sabemos, todas os Institutos e faculdades que formariam a USP, com exceções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Faculdade de Economia e da Escola de Belas Artes, já existiam, alguns com dezenas de anos, não precisando ser "recriados". A idéia que se deixa entrever neste parágrafo é que a totalidade da Cultura, em São Paulo, se deve a execução do projeto da USP.

[19] PACHECO E SILVA, A. C. Op. cit., p. 124.

fraqueza, nas horas mais graves da sua vida exemplar", como escreveu seu biógrafo Pacheco e Silva, seria indicada pelo adversário? Uma pessoa tão "exemplar" não deveria ter recusado o cargo? A resposta só pode estar na percepção, por parte do grupo político ao qual pertencia Armando de Salles, da chance única de alcançar o poder, passando por cima de uma oligarquia caduca e desacreditada. O jogo político entre a "velha" e a "nova" São Paulo acabaria sendo decidido no Rio de Janeiro. As batalhas, no entanto, não eram só de cunho político e sócio-econômico, mas também cultural, artístico e estético.

Para corroborar a tese de que a USP era um projeto de nível nacional, e também como revanche pela derrota de 1932, escolhi um trecho do artigo de Dalton Sala: "A resistência paulista à política totalizante do governo federal que se impunha a partir de 1930 coloca-se de diversas maneiras e em diversos momentos: em 1934, durante o governo de Armando de Salles Oliveira, a criação da Universidade de São Paulo, centrada na sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, antepõe-se ao projeto do governo federal de uma Universidade Brasileira, a qual só se concretiza em 5 de julho de 1937, quando Vargas sancionou a lei nº 452, oriunda do Legislativo e que deveria fixar o padrão de ensino superior em todo o Brasil. A responsabilidade pela execução, durante a Velha República, era quase que exclusivamente dos estados da Federação, os quais gozavam de ampla autonomia, não só nessa como em outras áreas. A Universidade de São Paulo procura canalizar e utilizar algum resquício de autonomia estadual, tendo, para seus fundadores, 'como principal objetivo devolver a seu estado, a longo prazo, a posição de liderança nacional perdida em 32'."[21] – finaliza o professor Sala, citando Simon Schwartzman, em seu livro *Tempos de Capanema*.

As afirmações de Papaterra Limongi[22], de que a criação da USP não teve nada a ver com a derrota de São Paulo, em 1932, e uma idéia de revanche da oligarquia, pode ser relativizada e considerada em parte. Realmente não aparecem, nos escritos da época da fundação, nenhuma referência a uma "revanche paulista", especialmente da parte dos fundadores, porém devemos ter em mente que o estado estava sob intervenção do Governo Federal, que dominava o Exército e, com a derrota da Revolução Constitucionalista, havia desarmado os estados "separatistas". Falar em termos de

---

[20] Ficou famosa a versão da sigla MMDC como: "Mata Mineiro e Degola Carioca".

[21] SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 31. São Paulo: IEB-USP, 1990, p. 24-25.

[22] No artigo "A USP como retomada do poder é falsa", *Jornal do Campus*, 19/1 a 8/2/1994. p. 6.

revolta ou revanche seria por tudo a perder, especialmente para o grupo ligado ao Partido Democrático, que de uma forma ou outra, lembrando que o interventor Armando de Salles Oliveira era deste partido, haviam conquistado o poder pela primeira vez, sem disputar com a viciada e controladora "máquina eleitoral" do PRP.

Mais uma vez Iglésias nos esclarece a situação do período: "... Vargas organizou o poder à sua maneira – só o Executivo funcionou –, prevalecendo-se do momento internacional, seguro de nova guerra, que de fato viria logo, em 1939. Interferiu nos estados, nomeando os interventores. Na verdade destruiu a Federação, embora o artigo terceiro (da Constituição) afirmasse que 'o Brasil é um Estado federal'. Não era. Pode ficar como símbolo dessa negação a queima das bandeiras dos estados - eles tinham bandeiras, hinos, emblemas. Agora conta a nação, não as suas unidades político-administrativas. Podava também a Federação o impedimento de impostos interestaduais, um dos instrumentos do vigor econômico dos estados. Mais: as forças públicas regionais passam a ser severamente controladas pelo Exército."[23]

Ter membros ligados ao Governo Federal não quer dizer a aceitação total dos termos e direções da política oficial. Nunca devemos desconsiderar o ranço que ficou na garganta dos "combatentes", esperando o momento oportuno de "dar o troco". Com a volta do exílio de algumas pessoas, que haviam pensado a criação de uma Universidade paulista desde os anos 20, e a escolha do interventor ideal, São Paulo sai na frente de outros estados, funda sua instituição formadora da futura elite dirigente e lança as bases da candidatura à presidência da República, de Armando de Salles Oliveira. Se isso não é um tipo de revanche, pela via democrática e pacífica, o que é então?

Havia ficado claro que São Paulo possuía uma capacidade de mobilização sem igual no país. Só não chegou a fabricar morteiros e canhões, com os eixos das rodas de vagões ferroviários, porque não havia entre nossas indústrias o equipamento necessário, como, por exemplo, tornos automáticos com fresa de precisão. Mas os técnicos paulistas, geralmente professores e engenheiros ligados à Escola Politécnica, organizaram a produção de uma série de outros artigos, de granadas de mão a balas para canhões e fuzis[24].

---

[23] IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit., p. 249.

[24] Estas informações foram coligidas no segmento de documentação que organizei, do período da Revolução Constitucionalista, que se encontra no Arquivo da Escola Politécnica – USP.

Esta mesma capacidade de mobilização, levada a cabo em especial pela imprensa escrita e falada, poderia ser usada numa campanha pela liderança de São Paulo, não só na área de produção, mas na política nacional.

Faltava, e esse é o ponto crucial, uma liderança nascida dos novos ideais, formadora de opinião e que agisse de maneira racional, moderna e liberal. Vem daí a idéia de formar uma elite a partir dos quadros da USP. Quero crer que os políticos de então conhecessem a frase de Frederico Guilherme III, sobre a restauração nacional da Prússia em 1870: "O Estado precisa refazer as forças físicas perdidas, por meio das forças intelectuais."[25]

Não devemos, contudo, olhar esta idéia de Mesquita Filho, de uma "elite pensante", com os preconceitos atuais contra estas palavras. Naquela época era perfeitamente normal a aceitação, mesmo por grupos de esquerda, da liderança dos que tinham um nível de educação superior, ou que tivessem galgado postos e conseguido *status* pela sua erudição e conhecimentos.

Nas palavras de Ernesto de Souza Campos: "Não se diga que queremos elevar, em demasia, o nivel universitario. Não ha demasia no caso. O nivel universitario deve ser sempre muito alto. **Seu escopo é a preparação das elites que deverão dirigir o paiz**. Neste sentido, peço permissão para fixar um pensamento que desde muito me tem servido para meditação: No nosso modo de ver, a educação em um paiz ainda em formação, como o nosso, de pequena densidade de população, esparsa em uma região immensa, com grandes difficuldades de meios de communicação e onde o analphabetismo assume proporção assustadora, todo nosso esforço deve ser, no momento, tendente, de preferencia, a acudir ás maiores necessidades: **instrucção primaria á grande massa, instrucção superior, de alto gráo, para as elites**. Os cursos secundarios devem ser aperfeiçoados em *qualidade* e não em *quantidade*"[26] (grifos meus).

Mas talvez nessa visão do mundo esteja a semente da dicotomia que se instaurou, nos últimos vinte anos, no ensino em São Paulo, cujo ensino básico de 1° e 2° grau, orgulho dos republicanos, passou a ser sensivelmente melhor nas escolas particulares, enquanto ocorre o contrário no nível superior, onde as universidades

---

[25] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 31.

[26] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica

públicas (USP, UNESP e Unicamp) dominam a cena, com honrosas exceções. Acaba-se por criar um movimento social mórbido: os alunos das escolas particulares (mais ricos) passam em maior número no vestibular, por conta de um nível de instrução e informação melhor que o dos alunos das escolas públicas (mais pobres), ingressando na Universidade pública, invertendo a função social da gratuidade. É a elite se reproduzindo dentro da estrutura de ensino e cultura. Veremos adiante, nas Considerações Finais, o que disse o sociólogo Bertram Hutchinson a respeito da gratuidade.

Naquele momento, com o fim da caquética política *café com leite*, a opinião pública, especialmente a classe média, considerava como elite aqueles que tivessem um nível de instrução superior, largamente chamados de "doutores", e um grau de erudição que lhes permitisse discutir e opinar em uma série de matérias, não importando tanto a classe social ou o poder aquisitivo. Mais uma vez a figura de Mário de Andrade é emblemática. Dalton Sala assim o define: "Mário foi um intelectual profundamente ligado à cultura popular, aos folguedos e às manifestações indígenas. Mas amava também as casas de fazenda e as antigas capelas dos colonizadores. Viveu toda uma vida dividida entre a origem proletária do pai e a imagem de um avô presidente, reforçada pela vivência cotidiana nas ruas de São Paulo e o convívio com uma elite indinheirada que muitas vezes o levava a desatinos econômicos e a prolongadas dificuldades materiais..."[27]

Se a USP começou formando uma elite dirigente, depois técnicos e pesquisadores, ultimamente forma, em algumas faculdades, um tipo mais refinado de trabalhadores especializados. A partir destas constatações vem a questão: Qual a próxima fase? E sob que alegações, necessidades ou pressupostos foram baseadas aquelas anteriores?

Havia uma aparente dicotomia entre a necessidade e a prática política, entre realidade e idealização, entre necessidade econômica e o início de uma tecnocracia.

No geral, o tipo de Universidade a qual a USP pertence é mais condizente com as necessidades do estado, formando professores para o ensino médio, técnicos agrícolas e industriais, pesquisadores para os institutos. É quase igual ao tipo idealizado pelos fundadores, que faria surgir políticos e formadores de opinião, exigidos por aquele

---

da Revista dos Tribunais, 1938, p. 278.

momento político.

Ainda assim era necessário definir claramente as feições desta USP recém-nascida, seu caráter e personalidade. Veremos isso a seguir.

A "UNIVERSIDADE BANDEIRANTE"

Excetuando-se detalhes quanto ao funcionamento da Universidade – alguns bem sérios, como a contratação de professores e definição de salários, em parte devidos ao pouco tempo das discussões da Comissão[28] – no dia em que se comemora a fundação da cidade de São Paulo, 25 de janeiro, data intrinsecamente ligada àquela mitologia paulista, no ano de 1934, é assinada a Lei Estadual nº 6.283 (portanto um ato de direito e oficial), que cria a Universidade de São Paulo, com sede na capital. Meses depois já são dados os artigos de seu estatuto, no Decreto Estadual nº 6.533, de 04 de julho de 1934, reiterados pelo Decreto Federal nº 39, de 3 de setembro do mesmo ano.

Outro texto legal que deve ser levado em consideração é a Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934, que embora tenha sido baseada na anterior de 1891 e tenha sofrido uma única reforma em 1926, possuía aspectos de outras *Cartas*, como a alemã de Weimar (1919) e a espanhola de 1931, discutindo temas como relações de trabalho, composição da família, funcionalismo, segurança nacional, justiça eleitoral e, é claro, educação. O Título V, Capítulo II, artigo 148, diz: *Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.*

Ela chegava atrasada em relação a iniciativa de Minas Gerais, que criou sua Universidade em 7 de julho de 1927. Mas ficou "a reboque" no caso de São Paulo (25 de janeiro de 1934). Só a Universidade do Brasil, fundada em 1935 no Rio de Janeiro (capital federal), foi posterior e, portanto, afetada por essa Constituição, de vida tão curta quanto sua antecessora. Os esforços destes estados eram muito superiores porém ao esquecido Decreto Federal nº 5.616, de 1928, que regulava a criação das

---

[27] SALA, Dalton. Op. cit., p. 22.

[28] A Comissão (fig. 41) que discutiu e elaborou o projeto base do Decreto nº 6.283, foi composta por: Vicente Ráo e Waldemar Ferreira (Faculdade de Direito), Agesilao Bittencourt e Rocha Lima (Instituto Biológico), Almeida Junior e Fernando de Azevedo (Instituto de Educação), Teodoro Ramos e Fonseca Teles (Escola Politécnica), André Dreyfus e Raul Briquet (Faculdade de Medicina), além de Júlio de

universidades brasileiras, e do ineficaz Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituía em definitivo o ensino universitário em todo o país, dando também um estatuto para as universidades e instituições congêneres do Brasil.

No caso desta dissertação, o trecho destas leis que mais interessa está no Decreto Estadual nº 6.283 e é o seguinte:

Título VII - Do espírito universitário

Art. 47 - Para a criação de um ambiente e uma tradição, de espírito universitário, serão adotados meios de desenvolver o espírito de iniciativa, de trabalho e de pesquisa, a união e solidariedade de professores, auxiliares de ensino, e dos antigos e atuais alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, na defesa da eficiência e do prestígio das instituições universitárias.

Parágrafo único - A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente:

a) pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitárias;

.....[29].

Neste texto, embora não esteja explícita a construção de uma Cidade Universitária, pode-se deduzir a necessidade de definir um local, na forma de um espaço físico, específico e real, para o início e desenvolvimento das atividades acadêmicas. Somente o caráter imposto a este local não ficava claro no corpo da lei. Era preciso criá-lo e dar-lhe forma.

A criação de uma simbologia, um ideal a seguir para o povo paulista, imaginada pelas autoridades do estado, serviria como âncora para um projeto político que se contrapunha ao Governo Federal. A população deveria se orgulhar do passado – recriado –, cheio de realizações e glórias. A USP ainda tinha, em fins da década de 40, uma imagem provinciana, com seus alunos espalhados pela cidade e, ao mesmo tempo, estrangeira, por conta dos primeiros professores da FFCL (veja mais sobre os professores estrangeiros no Anexo). Era nova sem ser moderna.

A Universidade de São Paulo não deveria ser uma "Sorbonne", nem a cidade continuar como "burgo de estudantes". A USP deveria ser uma "Universidade bandeirante", marchando para novas terras no oeste, conquistando territórios.

Para demonstrar meu ponto de vista quanto à importância do mito do bandeirantes, como ideal paulista, especialmente após 1932, escolhi a construção do

---

Mesquita Filho, Paulo Duarte e Armando de Salles Oliveira.

[29] COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1934. São Paulo: Imprensa

"Monumento às Bandeiras" para fazer um paralelo com a construção da Cidade Universitária.

O projeto de sua construção vinha desde os anos 20, mas só em 1936 a Prefeitura construiu a praça para o Monumento. Com o Estado Novo, em 1937, tudo ficou paralisado. O escultor Victor Brecheret, autor do Monumento, assinou o contrato para a obra em 1945, que foi finalmente inaugurada em 25 de janeiro (data preferida pelos políticos paulistas) de 1953.

Armando de Salles Oliveira disse o seguinte, a respeito da maquete do Monumento: "Não há quem desconheça... É **um instantâneo da vida de uma Bandeira**... Tudo ali é força, movimento e ação... caminham para o alto: é o **idealismo paulista** em ação... os chefes, vão na frente, a cavalo: é o **princípio da autoridade**, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a **hierarquia** inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social, porque permite ao que está no ponto mais baixo ascender... **a terra virgem, em cuja conquista os bandeirantes partem**, mostra que eles sabem o que querem e para onde vão: é o **pensamento dominando a ação**... de tudo isto é que o Brasil precisa, propõe-se que esse monumento seja levantado numa praça de São Paulo... Pela Avenida Brasil que dá acesso a todos os grandes caminhos de penetração... sairão, como saíram, grandes grupos de bandeirantes, que iniciarão uma nova etapa da sua obra, a serviço da Pátria"[30] (grifos meus).

Os elogios foram de parte a parte. Sobre este político disse Brecheret: "Fiquei impressionado, não apenas pelo gosto moderno e seguro... como também pelos seus conhecimentos especializados... o Governador examina e observa tudo... deixou em mim uma impressão profunda."[31]

É interessante notar que a construção do Monumento às Bandeiras foi afetado pelas mesmas dificuldades que retardaram a ocupação da Cidade Universitária (escolha de local definitivo, Golpe de 37, falta de verbas), e acabou ficando próximo ao Obelisco e Mausoléu aos Combatentes de 32, localizados nas imediações do Parque do Ibirapuera, outro símbolo da modernidade, capacidade construtiva e força econômica dos paulistas, apenas 22 anos depois da Revolução Constitucionalista.

Oficial do Estado, 1934. Tomo XLIV, p. 37

[30] Discurso de Armando de Salles Oliveira, apud. CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982, p. 164-165.

Estas escolhas, sejam elas dos espaços, formas e localização de monumentos e edificações, não são fruto do acaso, mas de uma vontade politica e de um imaginário cultural.

A USP e a sua realização física, a Cidade Universitária, são parte deste arcabouço político-ideológico. Sua localização a oeste, caminho da conquista dos bandeirantes, pode ser entendida como a conquista do interior do estado, e também do restante do país, dando as costas ao Rio de Janeiro (Guanabara), capital federal de então, localizada a leste. Desde os idos de 1932 a estrutura mítica dos *bravos combatentes constitucionalistas* e do *bandeirante* estava presente, temperada então com uma pitada de vingança, que acaba perdendo o sabor com a idade. Interessante notar a importância dada, ou mistificada, para o Oeste, nas palavras de Dumont Villares: "Como é sabido, as grandes cidades tendem a desenvolver-se para o lado do poente. Não foge a esta regra São Paulo."[32]

UM ESPAÇO PARA A USP

Enquanto a USP nasce já estruturada sobre uma série de regras ela, no entanto, não havia sido pensada enquanto "forma física"; em outros termos, ela tem uma "certidão de nascimento" mas não possui uma "casa onde morar".

Posto isto, nota-se que não há uma relação direta entre a idéia de Universidade dos fundadores e uma forma espacial para ela. Quem, então, molda a *face* da USP? Como veremos ao longo deste trabalho, a USP é resultado de uma série de conflitos, tanto internos como externos, e das mudanças que ocorrem na sociedade paulista, influenciada, por sua vez, pela própria Universidade.

A questão do espaço para funcionamento das escolas criadas em 1934, que praticamente se reduz a Faculdade de Filosofia, pois as Belas Artes e Ciências Econômicas só serão efetivadas mais tarde, reflete o câmbio do poder dentro da Universidade. O que dizer então de uma Cidade Universitária, congregando escolas e institutos que já tinham suas sedes?

Este descompasso pode ser o indício de uma estratégia de *marketing* frente a

---

[31] In PACHECO E SILVA, A. C. Op. cit., p. 101.

[32] VILLARES, Henrique Dumont. *A Indústria em São Paulo, estudo para sua localização – Centro Industrial Jaguaré*. São Paulo: Melhoramentos, 1939, p. 28.

opinião pública, um tentativa de propaganda que acelerou o processo de criação da Universidade, em detrimento de uma campanha de convencimento, melhor estruturada, da população, como os "Inquéritos sobre a Educação", feitos na década de 20 pelo *jornal O Estado de São Paulo* (1926) e pela Associação Brasileira de Educação (dezembro de 1928), além do Congresso de Educação, na Universidade de Minas Gerais.

Não houve, e talvez nem se quisesse, uma discussão mais aprofundada com as lideranças políticas – não necessariamente passando pelo Legislativo, que ainda se encontrava sob intervenção – que apresentavam diferenças de opiniões sobre a matéria, mantendo a luta pelo poder no Estado.

Nem mesmo ocorreu a definição de necessidades concretas a todo órgão público: espaço, material e pessoal (professores e assistentes) para o funcionamento. Teodoro Ramos viajava pela Europa em busca de professores para a Faculdade de Philosofia. A falta de preparo fica mais evidente quando sabe-se que até mesmo os alunos das primeiras turmas, na sua maioria, tiveram de ser convencidos e incentivados a ingressarem na FPSL. Vinham eles da Politécnica, da Medicina e de Direito. Os professores secundaristas que assistiam aos cursos do Instituto de Educação tinham garantidos seus vencimentos, caso optassem por uma vaga na FPSL.

Nesta pesquisa das primeiras atividades da USP e da FPSL, encontrei uma discrepância nas datas da aula inaugural desta Faculdade, que constam do livro *O espaço da USP – presente e futuro*, uma informação afirma ter sido a dita aula proferida pelo professor Pierre Deffontaines, no dia 17 de junho de 1934, nos porões da Faculdade de Medicina, onde ficaria instalada parte da FPSL[33], em outra página fala-se em 11 de março de 1935, no Teatro Acadêmico da Medicina, sem mencionar o responsável[34]. Souza Campos, no seu livro *História da Universidade de São Paulo*, esclarece que foi Antonio de Almeida Prado[35] o responsável, oficialmente, pela aula inaugural da USP em 1935. O professor Deffontaines foi o primeiro a lecionar na FFCL, em 1934.

Outro problema, talvez o maior, foram as restrições a uma "federalização"

---

[33] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 219.

[34] Idem, p. 36.

[35] Talvez o mesmo Conselheiro Antonio Prado, da iniciativa de criação de uma Universidade, em 1889, mencionado anteriormente.

do ensino superior e posicionamentos individuais das escolas técnicas-profissionais já existentes, como Medicina, Superior de Agricultura, Medicina Veterinária, Odontologia e Farmácia, e, especialmente, a Politécnica, frente ao "humanismo desinteressado" da FFCL, expresso nas palavras de Comte: "... Sejam quais forem os imensos serviços prestados à *indústria* pelas teorias científicas (embora, segundo a expressão enérgica de Bacon, a potência seja proporcional ao conhecimento), não devemos esquecer que as ciências possuem, antes de tudo, destinação mais direta e mais elevada, a saber, a de satisfazer à necessidade fundamental, sentida por nossa inteligência, de conhecer as leis dos fenômenos..."[36], embora depois crie uma limitação a este conhecimento e afirme: "Daí resulta a eliminação final, não só da pretendida astronomia sideral, mas também dos estudos planetários que tenham por objeto astros invisíveis aos olhos desarmados e, portanto, destituídos necessariamente de toda real influência terrestre. Nosso verdadeiro domínio astronômico ser reduzirá, pois, como no começo, aos cinco planetas (sic) sempre conhecidos como o sol, centro de nossos movimentos como dos deles, e a lua, nosso único cortejo celeste."[37]

O início da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não podia ser mais desolador. Funcionando precariamente em locais emprestados das escolas e institutos já existentes[38], as aulas são iniciadas na Filosofia, o *pólo irradiador* que deveria coordenar os destinos da Universidade. Uma série de distúrbios, entre *inquilinos* e *locatários*, irrompem no seio da Universidade, como os ocorridos quando "... Houve a intenção de construir um novo pavimento na Faculdade de Medicina, mas isso gerou reações dos professores e estudantes dessa escola, provocando uma crise que culminou com a exoneração dos diretores de ambas as instituições! A missão ambiciosa conferida à Faculdade de Filosofia despertava desconfianças e reações nos meios tradicionais.

"Assumindo em 24 de junho de 1937 a direção da escola, Ernesto de Souza Campos procurou dotá-la de sede própria. Primeiro, até o fim daquele ano, em um edifício destinado à demolição (...) A sede seguinte foi a antiga residência do industrial Jorge Street (...) Em dois meses, construiu o Departamento de Química, um pavilhão de dois andares, no terreno; mesmo assim, os espaços ainda eram insuficientes. Outras seções foram alojadas no terceiro pavimento do Instituto Caetano de Campos, na Praça

---

[36] COMTE, Auguste. Op. Cit. p. 23.
[37] Idem. p. 173.
[38] Na Medicina funcionavam as seções de Ciências Sociais e Políticas, História, Filosofia, Letras e Geografia, enquanto na Politécnica ficaram as Cadeiras de Matemática e Física.

da República, acréscimo projetado em 1933 e construído para alojar o Instituto de Educação, incorporado à Faculdade quando esta foi criada[39]. Existem na Secretaria de Obras do Estado documentos que mostram os acréscimos e modificações no acabamento, visando tornar os espaços compatíveis às novas funções."[40]

Tornou-se óbvio que a FFCL precisava de um espaço próprio, e que este deveria ser grande o bastante para comportar as outras instituições *irmãs*, que funcionariam em *comunhão* dentro de um *espírito elevado*. Já no início de 1936, no dia 9 de janeiro, uma Lei Estadual, de nº 2.521, fala sobre a aquisição de terrenos para a Cidade Universitária.

Sintomático que Souza Campos fosse escolhido para apaziguar os ânimos, pois além de professor da Faculdade de Medicina, membro da Comissão que estudou a localização da Cidade Universitária e do Escritório Técnico, ele também foi um dos responsáveis pela construção dos prédios da Medicina, no Araçá. Desta maneira tinha interesse direto na definição dos espaços provisórios e definitivos da FFCL e da USP.

Porém, o sonho dos fundadores da USP, de ver florescer uma Universidade forte e unida, formando uma elite paulista com um sentimento *cívico e desprendido*, enfrentava a realidade de outros interesses, mais mundanos e imediatos.

Uma luta pelo poder, em parte passiva e imobilista, começa a tomar forma dentro da USP. Os espaços onde funcionavam a Politécnica (bairro da Luz), Medicina (Araçá) e Direito (Largo de São Francisco), além de alguns institutos menores ou localizados fora da capital, já faziam parte da maneira de ser destas instituições.

Quase todos estes locais haviam sido conquistados com muita luta e esforço de seus idealizadores e professores, ao longo dos anos. Ceder os espaços sem uma definição precisa e vantajosa estava fora de cogitação. Era necessário sonhar, mas com os pés na terra.

Tudo parecia que iria melhorar, com a formação da Comissão para a escolha do local da Cidade Universitária[41], em junho de 1935. As dificuldades iniciais começam

---

[39] Há uma pequena confusão neste ponto, pois no mesmo livro, página 220, consta que só em 1938, pelo Decreto Estadual nº 9.268-A, foi extinto o Instituto de Educação e criada a Seção de Educação da FFCL.

[40] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. Op. cit., p. 36.

[41] Composta pelo reitor Reynaldo Porchat (Faculdade de Direito e presidente), tinha como membros: Ernesto de Souza Campos (Faculdade de Medicina), Ernesto de Moraes Leme (Faculdade de Direito), Alexandre de Albuquerque (Escola Politécnica), Afrânio do Amaral (Instituto Butantã), Mário de

a dar lugar a esperanças de solução para o conflito, e as imagens que faziam de uma Universidade paulista são postas no papel.

Os projetos da Cidade Universitária refletem uma "realidade", que se tentava passar às pessoas pelos discursos e artigos, ou projetava uma imagem construída, meros "castelos nas nuvens"? Tentar solucionar esta aparente confusão é uma das bases deste trabalho. Procurei eliminar esta visão bipartida, no decorrer da pesquisa, pensando também na tentativa de definir os parâmetros de uma arquitetura "de caráter universitário", ou pelo menos os conceitos mais comuns, destas relações entre real-imaginário e forma-função.

O próprio pensamento de criar uma Universidade traduz as escolhas e as idéias de como se deve estruturar esta Universidade. Se as leis e regulamentos, que deram início a USP, eram amplas para acomodar ajustes, também deixavam claro que a Universidade deveria ser centrada na Faculdade de Philosofia, Sciencias e Letras.

A artificialidade deste atos do Executivo Estadual, agrupando todos os institutos de pesquisa ou científicos numa única instituição, subordinando-os a uma Reitoria, também demonstra o grau de relacionamento entre os diversos órgãos da administração pública e o interventor, numa típica relação de dominação.

As condições são essas quando Souza Campos, e os outros membros da Comissão, começam a imaginar a forma física da Cidade Universitária. Eles têm em mente a forma ideal de funcionamento, com base em conceitos e padrões definidos, reflexos de suas vivências, escolhas e posicionamentos.

Disso resultam algumas características da USP que, de modo algum, são exclusivas dessa instituição:

1 – *a junção de Ensino e Pesquisa*[42]; reforçando esta união após uma aparente dicotomia entre teoria e prática, criada no século XIX, pois "todos os trabalhos humanos são especulações ou ações. Assim a divisão mais geral de nossos conhecimentos reais consiste em distingui-los em teóricos e práticos."[43] Há o trabalho mental e/ou intelectual, aparentemente dissociado, no discurso, do trabalho manual, da

---

Andrade (Departamento de Cultura – municipal) e Fernando de Azevedo (Instituto de Educação), este último foi o único que participou das discussões e ajudou a elaborar a lei de criação da USP.

[42] Inicialmente surgido na Alemanha (Universidade de Goettingen) e se espalhando pelas universidades americanas, o modelo de união indissolúvel entre Pesquisa e Ensino, começou em São Paulo, segundo Souza Campos, na Faculdade de Medicina, se estendendo depois para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

prática, e mantido num nível superior. A frase cunhada para validar a Revolução Industrial – *o trabalho dignifica o Homem* – não se aplicava na sociedade brasileira, onde o trabalho manual, em oposição ao trabalho mental, era "coisa de escravo". Mas se o Homem não pensa para realizar ele será somente uma máquina reprodutora de trabalho, como Chaplin deixa claro no discurso final do filme "O Grande Ditador". Ainda a respeito disso: "O primeiro objectivo da associação da pesquisa ao ensino, nas actividades universitarias é, garantir a personalidade do professor (...) a iniciação dos alumnos adiantados na pratica da pesquisa coroará a sua educação permitindo um bom desenvolvimento cultural e a formação de verdadeiros scientistas.

"A pesquisa, (...) deverá ser dosada dentro de limites convenientes que não affectem o verdadeiro objectivo principal da actividade universitaria – o ensino.

"Entre a pesquisa e o ensino deve haver, pois, um justo equilibrio sem que isso possa impedir a existencia, nos diversos departamentos, de scientistas unicamente empenhados em investigação original ..."[44]

2 – *uma setorização do ensino que se reflete na distribuição espacial*; esta setorização é, antes de tudo, uma divisão artificial e idealizada das áreas de conhecimento, o que Comte deixava bem claro, quando se lê: "As divisões que estabelecemos entre nossas ciências, **sem serem arbitrárias**, como alguns o crêem, são, com efeito, essencialmente **artificiais**. Na realidade, o assunto de nossas investigações é uno; **nós o dividimos** com o fito de separar as dificuldades para melhor resolvê-las."[45] Mas esse autor acaba dando uma forma hierárquica à complexidade da Natureza e Sociedade, quando diz que "... a filosofia positiva se encontra, pois, **naturalmente dividida** em cinco ciências fundamentais, cuja sucessão é determinada pela **subordinação necessária e invariável**, fundada, **independentemente de toda opinião hipotética**, na simples comparação aprofundada dos fenômenos correspondentes: a astronomia, a física, a química, a fisiologia e, enfim, a física social. A primeira considera os **fenômenos mais gerais**, mais simples, mas abstratos e mais afastados da humanidade, e que influenciam todos os outros sem serem influenciados por estes. Os fenômenos considerados pela última são, ao contrário, **os mais particulares**, mais complicados, mais concretos e mais diretamente interessantes para o homem; dependem, mais ou menos, de todos os

---

[43] COMTE, Auguste. Op. cit. p. 22.
[44] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p.109.
[45] COMTE, Auguste. Op. cit. p. 16.

precedentes, sem exercer sobre eles influência alguma"[46] (grifos meus).

3 – *interligação acadêmica e espacial entre as unidades da Universidade, especialmente da FFCL e destas com determinados estratos da sociedade*; para isso "...é, pois, indispensável que as diferentes ciências de que se compõe, presentes para todas as inteligências como diversos ramos dum tronco único, se reduzam de início ao que constitui seu espírito, isto é, seus métodos principais e seus mais importantes resultados. Somente assim o ensino das ciências pode constituir para nós a base de uma nova educação geral verdadeiramente racional. Que a instrução fundamental se acrescentem em seguida os diversos estudos científicos especiais, que devem suceder à educação geral, isto não pode evidentemente ser posto em dúvida."[47] As relações da USP com a sociedade seria mediada por uma "nova" classe social – os cientistas – pois "...nenhuma sociedade se pode desenvolver e conservar sem um sacerdócio qualquer."[48] Neste sentido a USP seria, aparentemente, a Universidade da "comunhão paulista", uma espécie de Cidade do Sol (Campagnela) ou Utopia (Thomas More), mas que, isolada da realidade, e por causa disso onírica nos seus ideais, é portanto irrealizável como espaço da verdadeira política.

4 – *o tipo de educação e/ou ensino que resulta de um conceito de Universidade*; a base na qual assenta a criação da USP, a Faculdade de Filosofia, era um conceito que se dizia moderno e adequado às nossas necessidades, um modelo a ser seguido pelas outras universidades, mudando o ensino como um todo. Esta busca de adaptação aparece em Comte: "...o conhecimento preciso das regras gerais convenientes para proceder de modo seguro na investigação da verdade. (...) não menos importante e de interesse muito mais urgente (...) é presidir à reforma geral de nosso sistema de educação."[49] Devemos levar em conta também um caráter messiânico, associado aos ensinamentos positivistas da *Cartilha do Positivismo* ou nos escritos do *Curso de Filosofia Positiva*. Aquele modelo de Universidade será mudado em 1970, com a Reforma do Ensino e o novo Estatuto da USP.

5 – *uma formação técnica e cultural que prepara profissionais* (e não simples técnicos), *mas não tem relação direta com o mercado de trabalho*, estes profissionais sãos os cientistas, numa aparente oposição ao técnico de nível superior, "... Seja como for, é

---

[46] Idem. p. 33.
[47] Ibdem. p. 16.
[48] Ibdem. p. 202.

certo que o conjunto de nossos conhecimentos sobre a natureza e o de procedimentos que daí deduzimos para modificá-la em nosso proveito formam dois sistemas essencialmente distintos em si mesmos, sendo conveniente conceber e cultivá-los separadamente."[50]

6 – *a criação de um espírito de corporação e união* entre os acadêmicos e estudantes com a Universidade, e não Escolas isoladas, também chamado de *alma mater*; parece que estamos diante dos fundadores da USP quando lemos: "É igualmente certo que, se for possível obter essa reunião dos espíritos numa mesma comunhão de princípios, as instituições convenientes daí decorrerão necessariamente, sem dar lugar a qualquer abalo grave, posto que a maior desordem já foi dissipada por este único feito. É, pois, para aí que deve dirigir-se principalmente a atenção de todos aqueles que percebem a importância dum estado de coisas verdadeiramente normal."[51] A comunhão tida como a eliminação de diferenças de classe e partidarismo político.

Ernesto de Souza Campos participou, em julho de 1937, da Conferência Internacional do Ensino Superior (Paris). Para ele ficou claro, neste encontro, que haviam três funções principais das universidades modernas: conservação da ciência – manutenção da prática e atitude científica –, investigação científica – pesquisa – e o ensino propriamente dito. Ele acrescenta, por conta própria, outras duas funções: a rotina, entendida como a prática dos alunos, seja num hospital ou instituto de pesquisa; e a cultural, que ficaria a cargo da FFCL.

Neste último aspecto, a Faculdade de Filosofia tiraria a primazia da Faculdade de Direito, como centro de cultura em São Paulo. Na sua entrevista, concedida em 8 de janeiro de 1998, o professor Miguel Reale diz: "... Assim sendo, a Faculdade de Direito de São Paulo, tanto famosa como a do Recife (sic), foi, antes de mais nada, uma Faculdade de Cultura Geral. A maior figura da Faculdade de Direito de Recife não é um jurista, é Castro Alves, um poeta... As grandes figuras paulistas eram grandes políticos que eram juristas nas horas vagas... Na realidade, a Faculdade de Direito desapareceu, nesse ponto de vista, quando surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porque era uma Faculdade de humanidades, mas, até hoje, as Arcadas são um ninho de

---

[49] Ibdem. p. 15.
[50] Ibdem. p. 24.
[51] Ibdem. p. 18.

filósofos, literatos, economistas, jornalistas e políticos."[52]

No Capítulo II teremos uma visão de como o ideal e a personificação da *alma mater* mudará da Faculdade de Filosofia para a Universidade como um todo.

ALTERNATIVAS

A USP não foi a única alternativa, ou modelo de Universidade, em São Paulo. Várias outras instituições, tanto públicas (UNESP, Unicamp etc.) quanto privadas (PUC, São Judas, Mackenzie etc.) surgiram desde 1934.

Mas mesmo estas outras universidades guardam uma estrutura muito parecida, com as carreiras divididas em especializações, os departamentos em cursos, os professores em níveis salariais e os alunos em veteranos ou calouros. Isto é próprio de uma série de normas e leis que tentam evitar o caos que sempre ronda o sistema e, por certo, controlar o ensino.

As expectativas dos alunos da USP não eram as mesmas de seus idealizadores. Os estudantes queriam um tipo de ensino diferente e, portanto, uma Universidade diferente. Isso não mudou muito em 40 anos, como demonstram os dados da pesquisa "Aspectos da educação universitária e status social", feita por Bertram Hutchinson e colaboradores:

"... 75,0 por cento dos estudantes entrevistados manifestaram insatisfação ou desapontamento com sua experiência na Universidade de São Paulo. Essa insatisfação era um pouco mais generalizada entre as mulheres do que entre os homens, mas se mantinha pràticamente (sic) inalterada, fôsse (sic) qual fôsse o *status* social de origem do estudante (...) O conceito de universidade como o lugar adequado à busca do conhecimento pelo conhecimento, sem levar-lhe em conta o valor prático, está perdendo campo em todo o mundo devido à corrente que considera a universidade um centro de estudos superiores técnicos ou de formação profissional. (...)

"Entre os alunos da Universidade de São Paulo, apenas um em seis considera a educação universitária como um fim em si própria. Em oposição a êstes (sic), um quarto a considera exclusivamente uma preparação à carreira futura, tendo a metade restante conjugado a profissão à cultura geral. (...)

---

[52] MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. Op. cit., p. 240.

"... os que estudavam 'pelo estudo' manifestavam menos freqüentemente descontentamento com a Universidade do que os que consideravam o estudo universitário uma preparação para a carreira."[53]

A Universidade, como está posta hoje, é fruto das propostas de uma determinada classe social, a burguesia, que necessitava suprir seus quadros dirigentes, cargos e espaços de trabalho com pessoas treinadas e prontas para manter o sistema produzindo, reproduzindo e, a maior parte do tempo, estável.

A partir da leitura de Gramsci[54], e da sua definição de intelectuais em orgânicos e tradicionais, procurei analisar algumas propostas das demais classes ou grupos sociais.

Com esta perspectiva, observei, por exemplo, que o ensino gerido por religiosos, comum no país desde os primeiros missionários, se laicizou de tal forma que o número de professores e alunos ateus, agnósticos e/ou marxistas, de uma instituição como a Pontifícia Universidade Católica (PUC), é enorme, mesmo ela estando ligada diretamente à Cúria Metropolitana e aos ditames do Vaticano. Transformou-se a Universidade ou a sociedade?

Do operariado paulista, com um passado marcado pela atividade política, esperava encontrar propostas para a articulação de estruturas que se dedicassem ao ensino da "massa" e a formação de seus intelectuais orgânicos, preocupados com um ensino mais amplo e democrático. Cheguei a conclusão de que as tentativas, ou pelo menos aquelas a que tive acesso, se resumiam às necessidades mais básicas da educação: erradicação do analfabetismo e aprimoramento profissional. As iniciativas de caráter cultural – embora comuns desde a chegada dos primeiros anarquistas, com seus grupos de teatro, saraus de leitura e discussões – permaneceram em segundo plano.

Ainda é na porta da fábrica que os operários aprendem sobre política, a partir da experiência dos mais velhos e dos líderes sindicais, embora a situação social, com falta de investimentos e desemprego, esteja empurrando cada vez mais pessoas ao mercado informal, criando um *lumpesinato*, apolítico e afastado de qualquer iniciativa educacional corporativista.

Nos países socialistas, e há poucos que ainda se orgulham de se denominar

---

[53] HUTCHINSON, Bertram. Op. cit., p. 184-186.

[54] GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Tradução de Carlos Nelson

desta forma, o ensino tem a preocupação de ser o mais abrangente possível, "não deixando nenhuma criança fora da escola"[55], mas por isso mesmo não podendo concentrar esforços em pessoal, material e capital, para as áreas de ponta do conhecimento e grandes universidades, ou pelo menos não sem fazer uma escolha em quais delas investir seus recursos.

É o caso das diferenças entre a medicina e a eletrônica em Cuba, onde os trabalhos e estudos sobre as doenças tropicais e as epidêmicas são internacionalmente reconhecidos, e a genética tem sua importância reafirmada pelo número de laboratórios e equipamentos disponíveis para pesquisa. Devido à sua longa ligação com o governo da extinta União Soviética, e seus esquemas de ajuda científica e econômica, os centros tecnológicos cubanos possuem computadores com tecnologia superada pelos modelos americanos, que não podem ser adquiridos por causa do embargo econômico. Desta forma, a eletrônica não possui condições de acompanhar o progresso tecnológico.

Dentro da burguesia as possibilidades são maiores, por conta dos recursos mobilizados, tanto monetários quanto culturais, destinados à formação de intelectuais, profissionais liberais, executivos e empresários.

Estas universidades "burguesas" contemplam desde esforços democráticos ou com preocupações sociais até o mais puro elitismo, este representado pelas tradicionais universidades inglesas e americanas, como Oxford, Harvard, Cambridge, Cornell, algumas delas custando centenas de milhares de dólares aos pais preocupados com a formação acadêmica e profissional de seus filhos, e interessados num possível retorno financeiro, numa velhice amparada.

No caso brasileiro algumas universidades, escolas e faculdades isoladas foram fruto de iniciativas particulares, e continuam a funcionar como sempre fizeram, formando profissionais, pesquisadores e técnicos. Existem as tradicionais, como as Universidades Mackenzie e São Judas, que tiveram início a partir de colégios, e outras formadas a partir da agregação de faculdades independentes. Dentre as faculdades isoladas algumas se destacam.

Escolhi como exemplo a Escola Livre de Sociologia e Política, porque ela é erroneamente associada a uma divergência da USP. Ela é, na verdade, anterior, fundada

---

Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

[55] Esta proposta faz parte do *Programa de Governo* do Partido dos Trabalhadores, usado na campanha de 1998 do candidato à presidência da República Luís Inácio Lula da Silva.

em 27 de maio de 1933, e *complementar*, agregada a USP, nos termos do Decreto nº 6.283, mas nunca incorporada a esta Universidade, embora um outro Decreto, o 38.927 (18 de agosto de 1961), incluísse os *Institutos de Ensino Isolados* na esfera de ação da Universidade. As relações da ELSP com a USP, especialmente a FFCL, até meados da década de 50, foram coisas como dispensa de professores da ELSP para cursos de pós-graduação na Universidade ou para comporem bancas de defesa de tese, além de matrículas gratuitas para funcionários e alunos da USP em alguns cursos da ELSP[56], contando a escola com uma cadeira no Conselho Universitário da USP.

Uma certa independência das políticas oficiais de ensino permitiu à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), seu nome atual, ser reconhecida pelo seu amplo trabalho "... em dimensionar o impacto dos problemas da gestão urbana decorrentes da metropolização das cidades brasileiras através da sociologia, enquanto ferramenta privilegiada para a formulação de políticas sociais."[57] Ela tem se mantido como referência na Sociologia brasileira, mas enfrenta sérias dificuldades financeiras, ao contrário de faculdades e universidades "caça-níqueis", que se transformaram num excelente negócio, desprezando a parte didática e os conteúdos programáticos, além da função social inerente.

Daquelas entidades estrangeiras, que tem como base a democratização e a pluralidade de oportunidades, destaco a Universidade Aberta (UA ou Open University), criada na Inglaterra a cerca de 30 anos, e que desempenha um papel importante de difusão de cultura, atingindo alguns de seus cursos a cifra de 4.000 alunos por ano, de um total de 150.000 adultos participantes. Ilona Roth, formada em Oxford e docente da Universidade Aberta, conta como ela funciona, num artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*:

"Os alunos da UA provêm de todas as faixas etárias, profissões e níveis sociais, e tanto entre os mais antigos como entre os atuais encontram-se desde personalidades públicas de destaque, como membros do parlamento, atores e apresentadores de televisão, até os menos privilegiados na sociedade, incluindo prisioneiros e pessoas cujas inaptidões inviabilizariam o acesso a um sistema convencional de ensino superior. (...) Vê-se também um número cada vez maior de alunos de outros países (...)

---

[56] Especialmente o curso de Biblioteconomia.

[57] Este texto consta do folheto da exposição "A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de formação", realizada de 25 a 27 de maio de 1998, em comemoração aos 65 anos da FESPSP.

"O segredo para a abertura da UA é que, se de um lado alunos que buscam ingressar em outras universidades britânicas precisam de qualificações desenvolvidas durante o segundo grau, por outro, na UA, não há tais restrições ao ingresso. Ela é também aberta porque, sendo a instrução concebida para aulas em meio período e à distância, não é necessário que os alunos deixem suas casas, famílias ou empregos. Um aluno de graduação dispõe de flexibilidade razoável em termos de tempo a despender para formar-se (de quatro a dez anos) e de matérias escolhidas. (...)

"O complexo sistema que oferece tamanha variedade de cursos a tantos alunos combina ensino a distância e ensino direto. No centro, está o campus da Universidade Aberta, situado próximo da nova cidade de Milton Keynes. É um campus apenas em sentido restrito: os alunos que o freqüentam são um pequeno grupo de pós-graduandos em período integral, estudando sob a supervisão direta de uma equipe acadêmica. O centro, contudo, ferve de atividades, empregando mais de 2.000 funcionários em áreas relacionadas a funções acadêmicas. (...)

"Pronto o curso, seguem-se tarefas operacionais desalentadoras, como postar o material para os alunos (...) existem tarefas especiais, tais como atender as necessidades dos portadores de algum tipo de deficiência – o que inclui providenciar material em braile para alunos cegos ou com visão parcial – ou organizar suporte técnico para os deficientes auditivos que freqüentam os cursos de verão. (...) Igualmente importante é o trabalho de aulas regionais com a presença de professores, coordenadas a partir de 13 escritórios espalhados por todo o país, cada um contando com sua própria equipe acadêmica e administrativa. A função desse professor é complementar os elementos do ensino à distância, seja por meio de aulas que favoreçam o contato regular entre aluno e professor, seja avaliando os trabalhos escritos. (...)

"Mas em todas essas experiências a UA parece estar tolhida apenas por sua escala: uma vítima, digamos, do próprio sucesso..."[58]

Este tipo de solução para o ensino, ótima para um país de proporções continentais e com gritantes desigualdades sociais como o Brasil, precisa, no entanto, de uma estrutura muito bem organizada e de uma certa tradição em termos de ensino superior. Outro fator limitante é a enorme população nacional.

Em 1998 foi divulgada a Declaração Mundial sobre Ensino Superior,

---

[58] ROTH, Ilona. A educação democrática. *Folha de São Paulo*, 24 de maio de 1998, Caderno Mais! p. 13.

assinada por cerca de 180 países, incluindo o Brasil, no dia 9 de outubro, encerrando a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, da Unesco, realizada em Paris. O jornalista Fernando Rossetti, no seu artigo publicado pela *Folha de São Paulo*, resumiu assim os pontos principais desse encontro:

"... mais do que fixar metas claras sobre o que deve ou não deve ser feito, mostra que toda a humanidade enfrenta – e continuará enfrentando – problemas semelhantes nessa área.

"Aumentar o acesso da população a esse nível de educação, equilibrar os investimentos públicos e privados, treinar profissionais ou formar cidadãos, relacionar o ensino à pesquisa, são questões que se colocam para um leque de países que cobre do Canadá a Moçambique. (...)

"No lugar de especificar o papel dos governos na manutenção das universidades – uma das questões mais polêmicas hoje no Brasil –, a declaração mundial define a educação superior como 'um serviço público'.

"Também diz que o apoio do governo nessa área é 'essencial', mas determina que, para a manutenção do sistema, são necessários recursos públicos e privados.

"De certa forma, essa definição pode ser usada como argumento para a reforma universitária que está sendo conduzida pelo Ministério da Educação ou pela oposição a essas medidas, como a Andes (o sindicato nacional dos professores universitários). (...)

"Mas, apesar de ter saído genérica e prolixa, a Declaração Mundial deverá ser o principal documento de referência para o ensino superior neste final de século e no início do próximo, dada a sua elaborada e representativa visão sobre esse setor da educação."[59]

Nessa Declaração, alguns pontos demonstram um avanço na discussão do papel das universidades e outras instituições similares, e de suas relações com a sociedade. O Artigo 1º as considera um espaço de aprendizagem por toda a vida, responsável em educar para a plena cidadania, além de preservar, fortalecer e disseminar culturas nacionais e regionais. Nos Artigos 2º e 3º, elas devem ter liberdade acadêmica, autonomia e prestar contas à sociedade, abandonando políticas de favorecimento de elites, adotando a seleção por mérito. Mais adiante, a Declaração fala

---

[59] ROSSETTI, Fernando. Declaração reflete dilemas mundiais do ensino superior. *Folha de São Paulo*,

que a educação superior deve reforçar seu papel de serviço para a sociedade, contribuindo, ainda, para o desenvolvimento do sistema de ensino (Artigo 6°) e também colocar os estudantes no centro das preocupações (Artigo 10), cuidar para que as diferenças socioeconômicas (sic) não sejam agravadas (Artigo 12) e facilitar a solidariedade e parceria internacionais (Artigo 15).

A Universidade do futuro deve se pautar por esses princípios, sendo instrumento de desenvolvimento científico e social, sem perder os princípios educacionais, disponíveis a todos os cidadãos.

Devido a brevidade desta pesquisa, pois a intenção era de uma simples ilustração das alternativas ao projeto da USP, espero, seriamente, que alguém possa contrapor-se às constatações pessimistas ou demonstrar proposições diferentes. E também que esta deplorável situação sócio-econômica, pela qual passa o Brasil, se reverta.

Quiçá, no próximo século, apareçam alternativas para superar a grave situação da educação no país e no mundo.

---

12 de outubro de 1998, Caderno São Paulo, p. 4.

CAPÍTULO II

ESPAÇO DA AÇÃO E AÇÃO NO ESPAÇO

"Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda."

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.* São Paulo: Hucitec, 1997, p. 15.

"Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade.
A vida não é um produto da Técnica mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade."

Idem, p. 39.

A UNIVERSIDADE PROJETADA – A ALMA

Veremos agora a escolha do "tipo de universidade" desejado para a USP, ou seja, o espaço aonde devem se realizar as idéias, a concretização da ação. Descrevi, no Capítulo I, as características sobre as quais se assentam as universidades brasileiras: união entre ensino e pesquisa (fig. 5), setorização do ensino, interligação acadêmica, o tipo de educação desejado, formação técnica e cultural e, por fim, a criação de uma "alma mater".

Estas características são baseadas numa idéia do tipo de universidade a se adotar no Brasil, país sem um passado de lutas e conquistas no ensino superior no qual se possa guiar uma instituição como a Universidade de São Paulo. A tentativa de comparação com as universidades portuguesas e francesas, para buscar nelas as nossas origens universitárias, era uma prática comum aos idealizadores da USP, pois careciam de modelos. A escolha de um tipo ou outro de universidade, como veremos a seguir, era baseado em preceitos e suposições individuais. Mesmo no continente europeu, com centenas de instituições superiores de ensino, espalhadas em praticamente todos os países, a discussão de um tipo ideal de universidade era levada a cabo, sem que se chegasse a uma conclusão satisfatória. Poderíamos, desta forma, escolher alguns parâmetros, adaptá-los à nossa realidade e criar um tipo próprio de Universidade.

Durante a Conferência Internacional do Ensino Superior, parecida com a

comentada anteriormente[1], mas realizada quase 60 anos antes, em julho de 1937, um relatório apresentado em francês pelo professor N. Z. Magyary servirá de base às argumentações do mais ferrenho defensor da criação da Cidade Universitária, o professor Ernesto de Souza Campos: "Combien de temps les facultés tradicionnelles résisteront-elles encore à ce processus de démembrement? L'interpénétration des disciplines et des enseignements ne finira-t-elle pas par briser les cadres des facultés? Peut-on et doit-on sauver celles-ci en **les adaptant aux nécessités actuelles de l'enseignement** et à **l'évolution moderne des connaissances**? (...)

"Quel est le trait caractéristique de l'université moderne? La **coexistence des études désintéressées et des études appliquées**, ainsi que l'apparition de disciplines qui n'existaient pas dans les universités d'autrefois. (...)

"Nous trouvons donc, actuellement, deux principauz types d'université, l'un à côté de l'autre: ***le type des universités tradicionnelles***, tel que nous le voyons en général sur le continent européen et qui est caractérisé par le nombre restreint des facultés; le **type *des universités composées d'une quantité variable de facultés***, comprenant en plus des facultés traditionnelles celles de médecine vétérinaire, d'architecture, de musique, des ponts et chaussées, etc. ... L'évolution de **ce deuxième type** a peu à peu **influencé** celle **des anciennes universités**. Les universités ont été amenées à établir des enseignements nouveaux, notamment dans le domaim des sciences dites exactes. **Dans certains cas, ces enseignements nouveaux ont pris place dans le cadre des anciennes facultés de philosophie**; **dans d'autres**, ils forment le noyau de la nouvelle **faculté des sciences** qui parfois prend la place qu'occupa, dans l'université classique à quatre facultés, la faculté de théologie"[2] (grifos meus).

Ao que parece, pelos termos do discurso, a "idade da razão" chegou mais tarde para as universidades mundiais.

Tomando as afirmações de Magyary como definitivas, Souza Campos, na continuação, esclarece seu ponto de vista: "Em conclusão é fácil verificar que até o momento presente **não ha um 'standard' universitário**. (...)

"Não há dúvida, por isso, que **devemos compor as nossas universidades, de acôrdo com as condições locais específicas**, ainda que seja possível a constituição

---

[1] Capítulo I, "Alternativas".

[2] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 82-86.

de um núcleo uniforme e obrigatório para todas as instituições dêste gênero que existam ou se venham a formar no Brasil. (...)

"**Não podemos, também, admitir um tipo universitário *máximo*,** pois tal concepção implicaria em reunir em um único centro de estudos os elementos de ensino e de investigação científica que, mesmo circunscritos à ordem dos assuntos considerados como superiores, compreende um desdobramento quase infinito de catedras e instituições que pelo seu número e complexidade não podem ser todas representadas em uma única Universidade. **Quanto ao mínimo ha um que pode ser apontado: a Faculdade de Filosofia**. Esta, como elemento cultural, compondo **uma só instituição ou desdobrada em duas** - uma versando as letras e outra as ciências - pode, em verdade, constituir, **por si só uma universidade**"[3] (grifos meus).

A Faculdade de Filosofia poderia ser tomada como a mais completa, por agrupar várias cátedras que, de outro modo, ficariam espalhadas e isoladas pelas outras faculdades. Temos aqui a definição do que deva ser uma "Universidade brasileira", mas é sempre melhor deixar a explicação nos termos de sua época, assim, Souza Campos escreve em 1938:

"... a universidade contemporanea é constituida por um núcleo fundamental – a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras em torno da qual se grupam faculdades, escolas e institutos de ensino superior, conferindo, estes ultimos titulos, capazes de permitir o exercicio especifico de algumas profissões de alto nivel (...)

"Nas universidades que merecem este nome, há sempre um elemento fundamental: é a Faculdade de Philosofia, Sciencias e Letras."[4]

Esta preocupação em definir as bases de uma Universidade, visando dar uma feição para a USP, não era exclusiva dos paulistas. Na Capital nacional, o Ministro Capanema constituiu uma "... 'commissão de professores' especialmente designada para o estudo de uma 'organisação universitaria modelar' ... como modificação ou substituição da antiga Universidade do Rio de Janeiro"[5], em 1935. Uma das principais considerações desta Comissão[6] foi: "São instituições fundamentaes na Universidade a

---

[3] Idem, p. 86-87.

[4] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 148.

[5] Idem, p. 146.

[6] Composta pelo Ministro Gustavo Capanema (presidente), Raul Leitão da Cunha, Philadelfo Azevedo, Edgard Roquette Pinto, M. B. Lourenço Filho, Ignacio M. Azevedo do Amaral, Jonathas Serrano, José

Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras e quaesquer outras faculdades, escolas e insitutituições destinadas a ministrar educação e instrucção superior."[7]

Difícil não comparar esta última frase com a formação da Universidade de São Paulo, tal a similaridade. Para reforçar a necessidade de uma "FFCL" nas futuras universidades havia um dispositivo aprovado para o Plano Nacional de Educação: *As universidades poderão ser constituidas por numero diverso de estabelecimentos desde que congreguem pelo menos tres faculdades, sendo uma dellas a de Philosophia, Sciencias e Letras.*[8]

A minha preocupação em deixar claro a posição imaginada para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e das demais universidades, lançando exemplos retirados dos escritos de Souza Campos é, na verdade, fazer uma síntese da longa discussão desse autor.

Ele concluiu sua argumentação citando oito pontos básicos e um resumo. Um destes pontos e o resumo revelam a determinação de implantar um sistema único:

"V – Se em nenhum paiz do mundo fosse adoptado este systema mesmo assim deveriamos empregal-o no Brasil onde as nossas universidades, ainda em formação, precisam de um typo desta ordem, único compativel com os nosso recursos financeiros, e nossas possibilidades didacticas actuaes, que se não comparam com as dos paizes de velha civilização.(...)

"– Em resumo o principio adoptado pela Universidade de São Paulo concorda com os methodos empregados na maioria das melhores universidades das diversas partes do mundo."[9]

Em termos atuais a FFCL possuiria matérias de ciências exatas, biológicas e humanas, ou as divisões do conhecimento de Comte: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral. Esta divisão comtiana possuía uma ordem de complexidade, que interligava cada um de seus termos. Mas, de modo algum, permite que afirmemos algo do tipo: "Nossa moral está baseada numa relação matemática!" como gostariam alguns dos nossos atuais economistas.

Carneiro Felippe, Flexa Ribeiro, Juvenil da Rocha Vaz, Antonio de Sá Pereira, Newton Cavalcante, Paulo Everardo Nunes Pires, Luiz Castanhede e pelo único paulista do grupo, Ernesto de Souza Campos.

[7] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 149.

[8] Idem. p. 151.

[9] Idem. p. 171 e 173.

A abrangência desta interpretação do ensino torna uma Faculdade como a FFCL uma peça nuclear ou inicial da Universidade, por onde devem passar todos os estudantes, no caminho de suas especializações. Bem sabemos a impossibilidade deste ato, devido ao grande número de ingressantes anuais. Mas a solução para esse impasse estava na criação de um *Colégio Universitário*, definido nestes termos por Souza Campos: "A Faculdade de Filosofia sôbre ser nuclear constituiria por assim dizer o elemento comum de ingresso à universidade. (...)

"Muito lucraria o ensino se esta passagem pela Faculdade de Filosofia pudesse ser precedida de um vestíbulo, *a ela articulado, o Colégio Universitário.*

"Ministrado o ensino do Colégio por professores ligados à Faculdade, como associados aos seus diversos institutos ou departamentos e com o auxílio do material abundante de que deve dispor esta instituição, teríamos uma preparação de primeira ordem, para ingresso nos cursos universitários."[10]

Apesar do nome, o *Colégio* não seria uma escola secundária, mas um ponto de passagem para as matérias básicas e similares, presentes nos currículos das várias faculdades que formariam a USP. Nas palavras do professor Souza Campos: "Esse objectivo ainda será mais perfeitamente alcançado quando, aos dois cyclos, fundamental e complementar do curso secundario, se seguir um curso preliminar, realizado no Collegio Universitario, e precedendo ao ingresso nos cursos de sciencias fundamentaes na Escola de Philosophia, Sciencias e Letras."[11] Mais adiante, na sua argumentação, este mesmo professor alerta: "Os cursos superiores, conforme estava previsto na Constituição de 16 de Julho [de 1934], poderão ser ou não universitarios (...) a inexistencia de uma Faculdade de Sciencias e portanto, de um Collegio Universitario, obrigará a realização do curso intermediario na propria Escola Superior, com o caracter de um curso annexo preliminar."[12] Algumas faculdades, como a Escola Politécnica, possuem até hoje um primeiro ano "básico", onde seus alunos têm noções gerais de Matemática, Física, Economia e Química, essenciais para o exercício futuro da profissão.

Mesmo este Colégio Universitário não comportaria um volume grande de alunos, devendo haver uma seleção: "...desejamos um curso com *numero limitado* de

---

[10] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 94.

[11] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 114.

alumnos, com *apparelhamento scientifico á altura do ensino scientifico elevado, material bibliographico sufficiente, e com professores capazes de desenvolver um trabalho verdadeiramente scientifico e cultural.* Porque não é possivel conseguir nos gymnasios um curso com esta orientação? Porque é impossivel dotar estas instituições de ensino, multiplas e esparsas por toda parte, das condições acima mencionadas. (...)

"Ha ainda outro factor de grande importancia. É o da homogenização dos alumnos. (...)

"Articulada com o Collegio Universitario, a Faculdade de Sciencias poderá influir de maneira decisiva e universal sobre todo o conjucto universitario."[13]

Tendo visitado dezenas de universidades mundo afora, mas sem vivenciar mais longamente aquelas que não fossem em solo americano, Souza Campos acreditava ter esgotado as possibilidades de tipologia oferecidas pelo ensino superior.

Numa criação que poderíamos chamar de antropofagica, como o movimento dos modernistas paulistas, este professor traça os padrões ideais de uma Universidade "brasileira" no seu livro *Universidades: Cidades Universitárias*[14], de 1945, a partir do nascimento e da evolução das universidades no mundo ocidental. De uma maneira descritiva e pouco histórica (enquanto estudo de um movimento ou processo social ao longo do tempo), este trabalho tinha a função de caracterizar a necessidade de uma Universidade como culminação de uma proposta civilizatória e notadamente européia. Talvez devido ao caráter "francês" da Faculdade de Filosofia, ele se detêm longamente nas peculiaridades do ensino superior em Paris, no período medieval. Isto se deve ao fato de a Universidade, ou as escolas superiores, terem uma história atribulada naquela cidade, resultando na não existência de uma cidade universitária.

Ele começa descrevendo a Universidade de Paris, que tinha inicialmente uma feição de fundação eclesiástica, ligada diretamente à Catedral de Notre Dame. Tudo que deveria ser ensinado e, especialmente, como deveria ser ensinado, passava pelo crivo dos doutores e religiosos. Robert de Sorbon, capelão de Saint Louis, fundou em 1257 um "colégio"[15] para os estudantes pobres de teologia que, com o tempo, se

---

[12] Idem, p. 143-144.

[13] Idem, p. 276-277.

[14] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitarias.* São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945.

[15] Primitivamente estes colégios eram pensionatos (*hospitia*), mantidos pela benemerência de alguns nobres, que recebiam gratuitamente os estudantes pobres. Para a aceitação deste alunos havia uma série de exigências, indo de indicações de ex-alunos até prova de credo religioso.

tornaria o centro onde gira a Faculdade de Teologia (criada em 1100), somando-se à Faculdade de Direito (de 1160), aos estudos médicos (Medicina) e às Artes Liberais (que futuramente darão origem às Faculdades de Filosofia). Para fugir ao controle de Notre Dame, estas escolas e algumas outras se instalavam, desde o século XI, na margem esquerda do rio Sena, sob a proteção da Abadia de Santa Genebra (autônoma), porque ela estava fora da jurisdição do arcebispo e do chanceler (funcionário do Arcebispado e doutor em Teologia), que se limitava somente à ilha. Esta é a origem do Quartier Latin, com sua alta concentração de escolas e centros de estudo.

Somos levados a concluir que a instalação de muitas universidades não se deu de forma pacífica. É o caso de Lisboa, que após alguns distúrbios envolvendo a população e os estudantes, transfere a Universidade (com os cursos divididos em Gramática, Lógica, Cânones, Leis e Medicina) para a cidade de Coimbra, em 1298, somente dez anos depois de criada. Lá, seu primeiro edifício teve São Paulo como patrono. A autonomia da Universidade de Coimbra era tamanha que a instituição tinha plena jurisdição sobre seus escolares, inclusive no caso de crimes.

As universidades são palco de conflitos em diversos locais da Europa. Em algumas vezes são de natureza política, em outros, religiosa. Estudantes e professores contra a população, rei (Estado) contra a igreja, algumas destas rusgas eram resolvidas de forma violenta, prevalecendo o lado que tivesse maior número de adeptos ou meios militares. Foi assim em Oxford, no ano de 1335, quando o povo invadiu o *campus*, queimou edifícios e atacou alguns padres, resultando na fundação de Cambridge. Na mesma Inglaterra, durante o reinado de Henrique VIII, a Universidade chegou a representar a Nação (rei) em oposição ao papado. Enquanto o Concílio de Trento tornava a "profissão de fé" (juramento) obrigatória para os professores, a Contra reforma na Alemanha partia para o ataque, com a criação de uma Universidade em Wurzburg, iniciando a laicização do ensino.

A nossa Universidade, planejada e desejada em comum acordo de alguns setores da sociedade, seria toda "paz e sossego", mais ou menos como as universidades-parque dos EUA. Desta amálgama de idéias, na cabeça de Souza Campos, vem a forma da USP, mestiça entre os *campi* americanos e a cultura européia.

O professor Souza Campos fez uma sistematização dos "tipos de universidade", dividindo-as em seis, conforme a sua composição:

"No tipo tradicional são incluidas, nas universidades, apenas as quatro Faculdades clássicas: a de Filosofia (abrangendo Filosofia, Ciências e Letras), a de Teologia, a de Direito e a de Medicina. E principalmente adotado na Alemanha, na maioria das suas universidades. Ainda na Alemanha encontramos êsse tipo modificado pelo enxerto de mais uma Faculdade - a de Ciências Naturais e Matemáticas ou a de Medicina Veterinária.

"Ha um ponto, porém, em que todas as universidades alemãs são uniformes: é a inexistência, nêsses grandes centros de estudos, dos cursos de engenharia e correlatos. Estes formam os 'Technische Hochschule.'

"O tipo conservador é encontrado na Inglaterra, com os seus 'colleges' fundados, em 'academic basis', desde 1284, com a criação do Peterhouse, em Cambridge.

"O tipo mixto é principalmente existente na América do Norte onde ha certas universidades que tudo acolhem, mesmo cursos inferiores, como o de economia doméstica, por exemplo.

"A Universidade de tipo cultural puro possue apenas as Faculdades de Ciências e Letras com alguns cursos que lhes são agregados.

"Finalmente, a universidade contemporânea é constituída por um núcleo fundamental - a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em torno da qual se agrupam faculdades, escolas ou institutos de ensino superior, conferindo êstes últimos, títulos, capazes de permitir o exercício especifico de algumas profissiões *(sic)* de alto nível, como são as profissões de advogado, de médico, de engenheiro, etc.

"Não podem entrar na classificação de universidades os agrupamentos de escolas de 'tipo profissional puro' e muito menos as de 'tipo utilitário' como se pretendeu preconisar para São Paulo quando se fez a propaganda para criação da nossa universidade. Tomámos posição definida nêste caso."[16]

Com relação a presença de escolas e institutos no corpo da Universidade, aquele autor fez mais uma tipologia:

"*Tipo I* - Nêste tipo a universidade seria constituída *unicamente por institutos ou departamentos* resultantes da fragmentação de suas faculdades ou escolas. Os

---

[16] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitarias.* São Paulo: Imprensa da

estudantes destinados a esta ou àquela carreira profissional ou cultural, frequentariam, em tais institutos ou departamentos, as disciplinas para tal fim indicadas e assim obteriam a sua preparação, o seu diploma licença ou certificado. É um tipo a que se poderia dar a denominação de *Universidade homogênea*, pela homogeneidade de sua composição.

"*Tipo II* - A universidade, nêste caso, conservaria suas faculdades ou escolas, como unidades dotadas de individualidade administrativa e didática como ocorre geralmente nas instituições universitárias existentes no globo.

"*Tipo III* - A universidade manteria suas faculdades e escolas. Criaria, porém, outro elemento participante do ensino - o *Instituto*. Seria uma organização dependente apenas da Reitoria e constituída pela reunião de catedras desagregadas de várias faculdades e que ministrem o ensino de matérias idênticas, semelhantes ou afins."[17]

Hoje em dia temos a certeza que a USP ficou como um meio termo entre os tipos II e III, mostrando a ineficácia de tentar determinar tipos "puros", padrões pelos quais as universidades brasileiras devam se pautar. As pressões econômicas e políticas fazem com que, mesmo instituições que não preencham os requisitos atuais do Ministério da Educação, sejam alçadas à condição de "universidades", como o foi, a cerca de dois anos, a Universidade Anhembi-Morumbi, o que gerou protestos e até pedidos de exoneração de membros do Conselho Nacional de Educação.

Como um anatomista, dissecando uma peça, dos órgãos maiores até as últimas estruturas e vênulas, assim continua Souza Campos na sua argumentação:

"Sendo, as nossas universidades do tipo mixto (Universidade do Brasil e Universidade de São Paulo) em que, ao lado de uma Faculdade de Filosofia, agregam-se outras de tipo profissional superior, como as de medicina, engenharia, direito, etc., parece ainda preferivel manter o tipo II, isto é, das organizações por faculdades e escolas.

"O *tipo II* pode, entretanto, apresentar-se sob dois aspectos que convem sejam agora examinados, sob os títulos II a e II b.

"*II a.* Nêste tipo as faculdades e escolas que compõe a universidade, mantem-se como compartimentos estanques nos quais se concentram todos os estudos

---

Universidade, 1945, p. 76.

[17] Idem, p. 88.

de ordem superior a serem realizados para obtenção de um diploma.

"Terminado o curso secundário o estudante não penetra em vestíbulo universitário comum. Entra por uma das numerosas portas da universidade, correspondente a uma determinada Faculdade, porta aberta diretamente para o exterior, de modo que êle por aí penetra e por aí sai *sem ter contato* com as outras instituições visinhas.

"Poderíamos dar a êste tipo de universidade a denominação de *Universidade mosaico* pois no mosaico cada uma das pedras é independente das outras, podendo ser posta ou retirada do conjunto das outras sem nelas ter qualquer interferência. (...)

"É menos econômico e dá menos rendimento didático. Não facilita o contato e cooperação entre estudiosos da mesma disciplina. (...)

"É, em suma, incompativel com as finalidades principais da universidade que são como vimos: a *conservação da ciência,* a promoção do *ensino,* a realização da *pesquiza* e a *efetivação da rotina.*

"O *tipo II b.* fica entre os dois extremos. Nem se organiza sob o tipo homogêneo de institutos e departamentos, como elementos únicos do conjunto, nem se filia ao *sistema mosaico* de faculdades e escolas com limites nítidos e bem marcados.

"Nêste tipo que a nossa classificação colocou com II b. ocupa a Faculdade de Filosofia (filosofia, ciências e letras) o núcleo da universidade. (...)

"Si a Faculdade de Filosofia se dispuzer na universidade com um elemento isolado, sem conexão com as outras instituições visinhas, nenhum motivo ha para se dizer que ela é nuclear. (...)

"Tomemos o exemplo atual da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil. Em cada uma delas existe uma Faculdade de Filosofia. Esta se mantem, em ambos os casos, como elemento isolado. Estudantes que se dirigem para o ensino do direito, medicina ou engenharia, ingressam e saem das respectivas escolas com os seus títulos, sem nunca precisarem penetrar os humbrais da Faculdade de Filosofia. Só os alunos a esta pertencentes frequentam os seus cursos. Não há pois razões suficientes para se dar a esta instituição, assim concebida, a designação de nuclear ou fundamental. Raiz ou tronco da universidade ela será, porém, se interpenetrar as outras instituições influindo, pelos seus cursos, na formação nuclear, fundamental, de todos os que fre-

quentam cursos universitários."[18]

Neste ponto de sua argumentação, Souza Campos constata a situação que se encontrava a FFCL da USP em 1945, apenas onze anos após a sua criação. Dividida entre os espaços da Alameda Glete (seções culturais), Avenida Tiradentes (Física) e uma ala do edifício Caetano de Campos (fig. 6), as demais seções científicas, na Praça da República, a Faculdade de Filosofia não tinha a mínima condição de permitir aos alunos das outras Escolas de freqüentar seus cursos, já que não dava conta de suas próprias necessidades de espaço e equipamento. Aqueles alunos também não poderiam ficar se deslocando pela cidade para assistir as aulas nas matérias "básicas".

Esta é a razão de haver uma Cidade Universitária, o lugar onde os preceitos de uma Universidade modelar passariam a existir. Mas um detalhe importante escapou aos que projetavam o *campus*: como a idéia de "alma mater" poderia ser passada para uma planta? Mais ainda, quem era afinal a "alma mater" da Universidade?

Souza Campos, um eterno defensor da centralização física e organizacional da Universidade, sabia deste problema e alertava sobre a contínua desagregação das Escolas:

"Quando as Universidades são organizadas sem uma severa subordinação ao principio da unidade institucional, formam na verdade, apenas um agglomerado de escolas e institutos sujeitos a uma legislação commum e á autoridade de um reitor e de um conselho universitario, mas não uma verdadeira instituição universitaria. Esta unidade institucional é representada pela centralização e systematização do serviço.

"Sem tal elemento essencial e fundamental a universidade ficará privada da grande força cohesora que assegura o espirito universitario entre professores e discipulos. Ficará votada a uma vida vegetativa, de ordem puramente burocratica. Não terá a seu favor o grande estimulo de uma vida activa e sempre renovada que se forma sob o imperio de uma grande comunhão intellectual mixta."[19]

A proposta de Souza Campos era centralizar os aspectos burocráticos de funcionamento da Universidade na Reitoria e na Congregação. No entanto, isso não bastava para evitar a "universidade mosaico", como foi dito.

---

[18] Idem, p. 90 e 92.

[19] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 110-111.

Falta uma entidade que fosse a "alma mater", o espírito matriz que conduz a princípios e diretrizes dentro de uma instituição. Para algumas das antigas Escolas esse espírito estava personificado nos seus fundadores, como Paula Souza para a Politécnica e Luiz de Queiroz para a Superior de Agricultura. Em outras, os espaços onde se instalaram eram reverenciados como parte da Escola, como temos o exemplo das *Arcadas* da Faculdade de Direito servindo, até mesmo, de repouso final para os restos mortais de seus mais ilustres "filhos", demonstrando uma relação maternal (*mater*) com os alunos.

Lembrando mais uma vez o discurso do Prof. Magyary, Souza Campos define a "alma mater", que deveria estar presente nas três universidades brasileiras daquela época, fins dos anos 30, mas somente a USP possuia:

"A falta de cooperação indispensavel entre os differentes elementos componentes do todo têm, as vezes, como consequencia a rivalidade entre organizações semelhantes, differenciadas, sem ligações reciprocas.

"A extincta Universidade do Rio de Janeiro nunca passou de uma simples reunião administrativa de escolas differentes (...). Nella nunca se cuidou da fundação da cellula mater indispensavel á organisação de qualquer typo de universidade – a escola de philosophia, sciencias e letras."[20]

Há uma defasagem enorme entre a USP idealizada na sua fundação e a realidade das relações entre as Escolas. Mais uma vez, é sintomático que nenhum reitor, efetivamente, tenha sido da FFCL ou da atual FFLCH. Apesar de muitos acreditarem que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras seria a solução contra as rivalidades dentro da Universidade, a realidade irá mostrar que a pretensa centralização na figura da FFCL não levava em conta as vontades e predisposições das outras Escolas. Novamente, a Politécnica será contra esta unificação forçada. Isso fica claro nas palavras de Loschiavo dos Santos: "... uma questão crucial na história da Politécnica, surgida em meados da década de 30, referente ao ensino das ciências básicas para a formação do engenheiro. Tal questão originou, logo nos primeiros anos da vida da Universidade de São Paulo, uma crise universitária envolvendo a Escola Politécnica e a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (...) fato histórico que foi o principal antecedente relativo a transferência do ensino das cadeiras básicas da

[20] Idem, p. 111.

Politécnica para outras unidades da Universidade, implantada em decorrência da Reforma Universitária [no final da década de 60]. Em 30 de agosto de 1937, o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo aprovou uma proposta de transferência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras das cadeiras de ciências básicas dos cursos da Escola Politécnica. Essa aprovação foi votada contra parecer expresso da Congregação da Politécnica, minuciosamente fundamentado."[21]

Percebendo o erro que era tomar uma das faculdades como figura central da Universidade, e conhecendo as conseqüências, em 1945, Souza Campos desfez dúvidas quando descreveu, entre as razões da centralização espacial dos cursos e das Cadeiras afins, a última delas, falando do espírito universitário: "12- **Formação do espírito universitário libertando alunos e ex-alunos do conceito de uma só escola como sua "alma mater"**.

"**A "alma mater" é a universidade**. Ali o estudante recebe não só os ensinamentos proporcionados pela sua escola como outros que lhes vêm das possibilidades determinadas pela vizinhança e contato com outras instituições"[22] (grifos meus).

Aquele erro, de caracterizar a "alma mater" na figura da FFCL, foi devido a confusão, talvez não intencional, entre duas entidades diferentes. A "alma mater" é, como seu próprio nome diz, uma entidade mística, até mesmo esotérica, no que diga respeito à sua existência. Outras entidades deste tipo, como o "espírito de corpo" das unidades militares, são criados ao longo da existência das instituições, e não *a priori*. A Universidade, tomada como entidade, necessita de uma memória e de uma história para passar a ter uma caracterização, pois ela é uma entidade real, com atos concretos e reflexos dessas ações na Sociedade.

Com esta perda de status, a FFCL passa a ser uma Escola como as outras, tendo que demonstrar suas qualidades nas áreas do conhecimento que lhe digam respeito. Mas não devemos ser inocentes ao ponto de acreditar que ela não irá esconder seus defeitos e fraquezas sob o manto da autoridade e da competência científica, se alheando em alguns momentos nos quais a Sociedade brasileira passou, como na expulsão, dos quadros da Universidade, de seus professores, pelo Ato Institucional nº 5.

---

[21] SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica (1894-1984)*. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP/FDTE, 1985, p. 132.

[22] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da

Continuando a discussão a respeito do tipo de Universidade, volto à questão do *Inquérito sobre a Educação*[23], feito em 1926 pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

O redator Fernando de Azevedo fez algumas perguntas esclarecedoras sobre a Universidade que se projetava para o estado, foram elas:

"9 – Se é problema capital, em uma democracia, a formação das elites intelectuais, não lhe parece urgente tratar da fundação de estabelecimentos de pesquisa científica e de cultura livre e desinteressada, que tenham por objectivo menos a organização de um ensino geral do que a contribuição, para o progresso do saber humano?

"10 – Que pensa, pois, da criação de uma universidade em São Paulo organizada dentro do espírito universitário moderno?"[24]

Estas perguntas são fechadas em si mesmas, não possibilitando outra resposta que um categórico "sim". Este tipo de inquérito visa mais firmar um conceito do que buscar outras possibilidades e sugestões. Mesmo assim, respostas houveram dos dois tipos. A maioria foi favorável, como as de Arthur Neiva, Raul Briquet, Theodoro Ramos, Fernando Magalhães e Erasmo Braga, além das ressalvas de Ruy Paula Souza, de que faltava ainda uma Faculdade de Letras e Filosofia e de F. E. Fonseca Telles, indicando que a Universidade deveria ser criada parceladamente. As contrárias eram mais um desaconselho da criação de uma instituição de tal porte, como as posições de Mário de Souza Lima e de Ovídio Pires de Campos[25].

Também no inquérito da Associação Brasileira de Educação (ABE), publicado em dezembro de 1928, haviam questões muito parecidas àquelas.

Roquete Pinto achava que deveria haver o aproveitamento dos elementos existentes – as faculdades e institutos – articulando-os, mas sem criar um modelo rígido de Universidade, enquanto Amauri de Medeiros e A. Ozório de Almeida propõem um espaço onde as faculdades pudessem ser reunidas, algo como uma Cidade Universitária[26].

Naquela década as discussões sobre a criação e o papel das universidades no

---

Universidade, 1945, p. 101.

[23] Mencionada no Capítulo I, "Um espaço para a USP".

[24] CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário/Reitoria da USP, 1954, p. 76.

[25] Idem. p. 76-77.

panorama brasileiro é um dos temas do Congresso de Educação, na Universidade de Minas Gerais, a primeira criada no país. No que diz respeito ao Governo Federal a indicação de Gustavo Capanema para Ministro da Educação pode ser entendida como parte de uma estratégia para a criação de uma "identidade nacional", evitando que os regionalismos e a polarização política impedissem Vargas de governar "para os brasileiros", quando a situação era mais próxima de um "apesar dos brasileiros".

Devemos lembrar também de um Decreto Federal, de 18 de abril de 1932, com o nº 21.303 que, no seu Artigo 1º, declara:

"Art. 1º - Fica **autorizado o Governo do Estado de São Paulo a crear a Universidade Technica de São Paulo, a ella incorporando a actual Escola Polytechnica** de São Paulo, estabelecimento official fundado e mantido pelo referido Governo e que continuará no gozo dos direitos que lhe foram conferidos pelo decreto legislativo nº 727, de 08 de dezembro de 1900.

"§ unico - Os estatutos da Universidade, de que trata este artigo, **logo que as condições financeiras do Estado de São Paulo permittirem a sua organização completa**, deverão ser submettidos á approvação do Governo Federal"[27] (grifos meus).

Temos aqui a verdadeira noção que não só os paulistas e mineiros estavam preocupados com a educação, mas o Governo Federal, representado na figura de Getúlio Vargas (que assina o Decreto), também tem propostas para o ensino superior nos estados da Federação. Sobre esta idéia de ensino superior, com a criação de uma Universidade *técnica*, é interessante notar no Artigo 2º e no seu parágrafo único, que, além do papel unificador da Escola Politécnica, seria contemplado todo o ensino técnico:

"Art. 2º - A Universidade Technica de São Paulo deverá constituir-se com os objectivos, **não só de promover o ensino pratico e as investigações de caracter scientifico ou utilitario indispensaveis á formação dos technicos destinados á funcções de organização e de direcção dos grandes emprehendimentos**, como ainda de **ministrar o ensino das disciplinas necessarias á habilitação dos profissionaes que se destinam ás funcções technicas de execução**, ficando obrigada a manter, pelo menos os seguintes cursos já instituidos na Escola Polytechnica de São Paulo:

---

[26] Ibdem. p. 76-77.
[27] SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Op. cit., p. 646.

a) de engenheiros civis;

b) de engenheiros architectos;

c) de engenheiros electricistas;

d) de engenheiros chimicos.

"§ unico - A Universidade Technica de São Paulo, além de outros **cursos superiores de engenharia**, poderá tambem manter **cursos elementares destinados á habilitação de conductores de obras**, e, em geral, quaesquer outros **cursos de ensino technico, profissional e industrial, nos gráus primario, médio e secundario**"[28] (grifos meus).

Tinham os governantes a clara noção das necessidades da indústria nacional, e da falta de trabalhadores gabaritados para levar adiante um projeto modernizador, que permitiria a produção de bens de consumo no país, sem que deixasse de ser um produtor agrícola e de matérias-primas.

Ao contrário da futura Universidade de São Paulo, que deveria formar uma elite com características político-administrativas, esta proposta federal, contemplando todos os níveis de ensino, é mais abrangente e, na medida de sua amplitude, cria um corpo técnico que resultaria em melhoria da produção industrial e, por que não, em cidadãos mais participantes, pois teriam acesso a um nível mais elaborado de educação. Em suma, retirando a especificidade de cada projeto, tanto a Universidade de São Paulo quanto a Universidade Técnica serviriam para formar uma parcela da sociedade, mas o caráter da segunda é mais democrático, porque incluía em sua proposta os cidadãos de várias classes sociais num ambiente de nível superior, e não, citando novamente Souza Campos, "*instrucção primaria á grande massa, instrucção superior, de alto gráo, para as elites*. Os cursos secundarios devem ser aperfeiçoados em *qualidade* e não em *quantidade*."[29].

A situação em São Paulo, naqueles meses, era de agitação. Haviam decisões mais importantes a serem tomadas, do que a criação de uma Universidade, ou pelo menos, não era chegada a hora, aquele momento em que a conjunção de fatores leva aos acontecimentos. O momento era de confronto, estourando, no dia 9 de julho de 1932, numa revolta armada. As conseqüências foram sentidas ao longo de alguns anos.

---

[28] Idem. p. 646.

[29] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 278.

A criação, pelo menos na lei, de uma Universidade Técnica acalentou, durante os anos que se seguiram, os sonhos dos dirigentes da Politécnica[30]. Esta convicção da necessidade de uma instituição de caráter técnico, não leva em conta uma outra lei federal, o Decreto nº 23.775, de 22 de janeiro de 1934, que define:

"Art. 1º - Fica autorizado o Govêrno do Estado de São Paulo, **enquanto não organizar a Universidade Técnica** prevista no decreto nº 21.303, de 18 de abril de 1932, **a incorporar a atual Escola Politécnica de São Paulo a uma universidade estadual**. (...)

"Art. 3º - O presente decreto entrará **em execução na data da sua publicação**, revogadas as disposições em contrário"[31] (grifos meus).

Este Decreto, retira possíveis dúvidas sobre a anuência do Governo Federal na criação da USP, haja visto a data que foi publicado, três dias antes do ato do Interventor em São Paulo. É sabido que os políticos aceleram ou atrasam o encaminhamento de projetos e leis, em decorrência de interesses pessoais ou do grupo que representam. Nessa perspectiva, é evidente a afinidade de interesses existentes entre Salles Oliveira e Getúlio Vargas.

Um outro exemplo dessa situação, foi a transferência oficial da Faculdade de Direito ao Governo Estadual, em 10 de abril de 1934, pelo Decreto Federal nº 24.182. Esse ato transferia, também, todo o patrimônio móvel e imóvel dessa Escola, impondo, no entanto, uma cláusula que será motivo de discussão mais tarde: a inalienabilidade dos bens, devendo os mesmos reverter à União, quando aplicados a algum fim diferente ao qual se destinavam. Esta é a base jurídica da opção da Faculdade de Direito em não abandonar o espaço no Largo de São Francisco.

O projeto da Universidade comportava uma parcela da classe média: "A burguesia ilustrada paulista já não exerce, depois da Segunda Guerra, a mesma hegemonia fácil com que brilhou nos anos 20, quando podia posar até de revolucionária sem maiores seqüelas além de alguns apupos gaitos recebidos no Teatro Municipal. Por outro lado, as oportunidades que a política social de 30 e 40 abriu para as classes médias

---

[30] Durante as preparações da comemoração dos 100 anos da Escola Politécnica, em 1993, foram gravados em vídeo depoimentos de ex-alunos e antigos professores. Por conta de nossa participação no Projeto de Organização do Arquivo dessa Escola, fomos convidados a assistir essas gravações. Em alguns desses relatos, haviam os comentários sobre as possibilidades da Poli se desligar da USP e vir a formar a grande Universidade Técnica de São Paulo, congregando somente as instituições oficiais e de nível superior.

[31] SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Op. cit., p. 648.

permitiram que chegasse à Universidade uma clientela cada vez mais diferenciada para a qual o estudo não era o pão já assado e partido pelo saber acadêmico, mas também que poderia levedar as novas massas."[32]. Desta forma, a ascensão dos membros deste grupo seria por sua capacidade.

Esta capacidade, no entanto, era condicionado por fatores sócio-econômicos, que no Brasil agrário mantinha as taxas de mobilidade social estáveis, um pouco mais baixas que nos centros urbanos. Para galgar espaço na sociedade, os novos ricos patrocinavam atividades culturais e mantinham seus filhos, especialmente os homens, na escola até que dela saíssem com um diploma de algum curso superior. O pesquisador Bertram Hutchinson, durante seu trabalho[33], patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura, chegou a conclusão que a mobilidade, em fins dos anos 50, pouco se alterou por causa da presença ou não do diploma, mas o status social fora muito modificado pela penetração na sociedade paulistana de um novo grupo social. Esse grupo, que tomou força em São Paulo, especialmente após a abolição da escravidão, mas não em sua conseqüência, foi o dos imigrantes europeus.

Seu entrosamento com a sociedade em geral, de forma mais nítida nas cidades, possibilitou que em menos de uma geração eles tivessem acumulado um considerável capital, além de propriedades, e fossem donos de várias indústrias. Seus filhos, nascidos no Brasil, paulatinamente começam a ocupar postos de comando, em cargos técnicos e administrativos.

Esse novo e influente segmento da sociedade e economia paulista passa a ocupar a maioria das vagas nas universidades, notadamente após a Segunda Guerra. Seus descendentes, no entanto, se distribuem de forma irregular pelos cursos, fato notado por Hutchinson em sua pesquisa: "(...) uma tendência, entre os de origem predominantemente brasileira, a preferir as faculdades tradicionais mais antigas nos centros brasileiros de cultura (...) Deve-se, porém, levar em consideração também o fato de que as Faculdades de Direito e Medicina conferem, no Brasil, um prestígio ao qual o adolescente não completamente assimilado, de parentesco estrangeiro, achará mais fácil renunciar do que o brasileiro 'puro'.

"Reportando-nos agora aos determinados países em que nasceram os

---

[32] BOSI, Alfredo. "Uma crônica das origens". In CARDOSO, Irede. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez Editora, 1982. P. 15.

[33] HUTCHINSON, Bertram (org.). *Mobilidade e trabalho - Um estudo na Cidade de São Paulo*. Rio de

estudantes e seus ascendentes, poder-se-á notar que o Japão, a Itália e Portugal são os que, excetuando-se o Brasil, mais contribuíram para a população universitária."[34]

Esta afirmação não leva em conta antigas e conhecidas faculdades, como a Politécnica e a Superior de Agricultura. Possivelmente haveria outra razão para a pequena procura, por parte daqueles alunos, pelos cursos de Direito e Medicina, talvez econômica, devido ao alto custos para seus pais e de serem em período integral na época[35], impossibilitando os estudantes de trabalharem meio-período. Além disso, há a questão do mercado de trabalho, em franca ascensão para as áreas técnicas, especialmente a de Engenharia.

Esta nova "clientela" (usando um termo muito apreciado atualmente), formada por uma grande mistura de raças e culturas, terá novas exigências e novas oportunidades, produzindo modificações na estrutura da Universidade. A sua integração no mercado de trabalho, seja nas funções técnicas ou de direção, contribuíram pela maior procura deste ou daquele curso, como nos casos de Medicina e Engenharia, e atualmente Odontologia, Jornalismo e Publicidade, muitos em período integral ou, quando meio-período, com cursos noturnos. Como aconteceu recentemente, outros cursos, menos procurados, tendem a "fechar suas portas" por falta de alunos, como os casos de vários cursos do Departamento de Línguas Orientais da FFLCH, como Sânscrito, Armênio e até mesmo Chinês (a língua mais falada no mundo), não importando a função cultural deles, na medida que estudam também a cultura e tradições destes povos, cuja língua é considerada como a peça chave nessas análises.

O ESPAÇO DA FFCL E DAS OUTRAS ESCOLAS

Nos discursos e elegias à recém-fundada Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aparecia sempre como peça fundamental, indivisível e em plena comunhão com sua escolas irmãs. Porém, a realidade era bem diferente. A precariedade no funcionamento da FFCL, tida como temporária, acabou sendo uma marca registrada dessa Escola. Nas suas "andanças" pela cidade ela passa a ter a real noção de sua situação dentro da USP, e de sua importância na sociedade paulistana.

Janeiro: MEC, 1960.

[34] Idem, p. 144-145.

As primeiras aulas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foram nos porões da Faculdade de Medicina. Espaço improvisado e provisório, demonstra a consideração que as Escolas mais velhas tinham com sua "irmã caçula". A herança herdada pela FFCL, na criação da USP, foi como a divisão de um espólio há muito cobiçado.

A Faculdade de Filosofia ficaria com a melhor parte da "herança", pois era a célula "mater" da USP, sua razão de existir como "universidade", como espaço para o desenvolvimento de todas as facetas do conhecimento humano, ao invés de uma agregação de escolas e institutos. Mas também a FFCL sendo uma instituição recente em estruturação não apresentava um risco ao domínio das escolas mais velhas. A sua "pouca idade" fez com que ela não tivesse voz ativa. Como uma criança, que não atingiu a maioridade, ficava a mercê dos mais velhos. E, na divisão dos espaços, dos "quartos de dormir", acabava pegando os piores lugares. O professor Omar Catunda fala a respeito disso no vídeo "O Brasil, os Índios e, finalmente, a USP" (de Marcelo Tassara, USP, 1988): "(...) A Física, quando começou, foi instalada no quarto andar da Escola Politécnica, numa sala que era, ao mesmo tempo, a sala dos professores, tinha uma oficina, tinha a sala de café e era a sala de aulas. Mas tinha uma pessoa. O professor Wataghin. Ele criou, com a personalidade dele, personalidade científica, criou a Física em São Paulo." Personalidade, vontade de um professor de continuar, apesar do espaço precário, comum a quase todos os primeiros professores, e alunos, da FPSL.

Será possível que não houvesse uma ociosidade, pequena que fosse, das salas de aula? O pequeno número de alunos, nas turmas iniciais, não justificaria a adaptação de espaços melhores que os porões ou salas de despejo? Quanto ao aluguel de imóveis, alternativa a construção e compra, a USP, ou melhor, a FPSL percebeu rapidamente seu inconveniente – o despejo – e a sua razão mais comum: a falta de pagamento.

A pompa e o formalismo prestados a FFCL não se refletiu na sua instalação em locais adequados. Fossem os professores estrangeiros eminentes e conhecidos doutores, ao invés de cientistas e pesquisadores de espírito jovial, teriam eles aceitado aquelas condições? Creio que não. E retornar aos seus países, naquele instante, significaria uma derrota acadêmica, o fim da oportunidade única de estruturar uma Universidade com base em premissas de sua época. O prestígio que possuíam entre a

---

[35] A Faculdade de Direito abriu, posterior a essa pesquisa de Hutchinson, um curso noturno.

sociedade paulistana era bem superior aos seus salários.

Os políticos já haviam feito a sua parte: criado leis e assinado decretos. Os agitadores culturais, que não participaram do corpo docente, arrefeceram os ânimos. A situação política e econômica era desfavorável, senão castradora, aos incentivos, enquanto as possibilidades de insucesso eram grandes.

A USP, desde o início de suas atividades, tem a cara de seus primeiros professores, e esta paixão por um ideal contagiou seus alunos. No entanto, as decisões administrativas ou burocráticas estavam fora de suas alçadas. As responsabilidades que lhes cabiam eram as próprias das cátedras as quais pertenciam: preparação de aulas, aplicação de provas, orientação dos alunos, definição de currículos e matérias. Além dos eternos pedidos sobre aparelhamento, manutenção e instalações.

Analiso agora a situação dos espaços das faculdades e institutos que compunham a USP em 1934, para melhor entendermos as razões que poderiam estar atrás do fato de se isolarem ou se integrarem ao tecido universitário, que serão discutidas no Capítulo III.

Comecemos pela mais velha, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ou a "São Francisco" como é conhecida entre os uspianos.

A História da criação da Faculdade remonta aos primórdios do Império, mais precisamente quando D. Pedro I dissolve a Assembléia Constituinte e a Câmara dos Deputados, impondo os termos da Constituição de 1824. Com isso, o projeto que corria entre os Deputados, de criar duas universidades no país aonde se ensinariam "... todas as ciências e belas-letras"[36], é encerrado abruptamente. Apesar disso, esta Constituição tinha alguns avanços para sua época, ainda mais se tratando de um regime monárquico. Um exemplo disso está em seu Artigo 179, Inciso XXXIII:

"Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

"XXXIII. Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras e Artes"[37].

---

[36] Citado em MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. *Arcadas, história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – 1827/1997*. São Paulo: Alternativa, 1998, p. 325.

[37] MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. *Arcadas, história da Faculdade de Direito do Largo de*

O conceito de *ciência* era bem mais amplo que atualmente, incluindo a Ciência Jurídica, ou o estudo do Direito e todas suas implicações. O Imperador sabia que eram necessários homens *letrados* e um bom exército para dirigir e manter unida uma nação, ainda mais com dimensões continentais como o Brasil. Vem daí a criação dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, ao norte (Olinda) e sul (São Paulo) do Império, no dia 11 de agosto de 1827. A escolha destas cidades decorreu de suas proximidades com as Províncias. No caso de São Paulo haviam ligações com Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de passagem obrigatória de tropeiros que se embrenhavam pelo interior, e do clima *temperado*, com facilidade de *víveres*.

Desconheço a razão da não existência de outras faculdades, especialmente em estados mais fortes política e economicamente, como Rio de Janeiro e Bahia. Acertadamente um ex-aluno da São Francisco, Castro Alves, disse: "São Paulo não é o Brasil, é um trapo de pólo pregado a goma arábica na fralda da América"[38]. Este escritor baiano exprime um pouco da perplexidade da escolha dessa cidade, sendo que haviam outras no estado, até mesmo melhores, como Santos, terra natal do "Patriarca" José Bonifácio, com um grande porto e fácil ligação com o interior, além de um clima ameno.

É nessa São Paulo, que ainda tinha ares de vila, com um comércio incipiente e algumas lavouras espalhadas pelos arredores, que começam a afluir estudantes do Brasil todo. Isto mudaria "... hábitos e costumes, criando uma vida urbana que levou Ernani da Silva Bruno a definir São Paulo, entre 1828 e 1872, como um *burgo de estudantes*."[39] Apesar da Faculdade de Direito ser uma das principais causas dessa evolução urbana da cidade, as relações entre seus estudantes e a população era ambígua. Da mesma forma que uma parte do comércio de São Paulo dependia das mesadas e ajudas enviadas pelos pais dos alunos, para sustento de seus filhos, a população, especialmente seus moradores, considerava esses adolescentes como uma ameaça constante à tranqüilidade pública, devido às constantes traquinagens e as serestas noturnas, decorrentes da liberdade que gozavam, longe da vigilância da família. A fama da escola não era melhor entre o clero, representado pelos franciscanos, e os diretores da Escola.

São Francisco – 1827/1997. São Paulo: Alternativa, 1998, p. 25.

[38] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 30.

[39] Idem. p. 30.

A definição do antigo Convento de São Francisco como sede da Faculdade gerou uma disputa pela primazia intelectual, pois o ensino ainda estava nas mãos da Igreja, que se agravou com as fortes ligações entre a Maçonaria e os *acadêmicos*. A escolha do Convento se deu por causa dos amplos espaços e da quantidade de salas, bem como de uma biblioteca já formada. Foram preteridos, nesta escolha, os conventos de São Bento e do Carmo. Discutia-se até mesmo a quantidade de toques dos sinos. Mas esta luta desigual, travada durante um Governo Imperial que era apoiado pelos maçons, pendeu para a *Academia de Direito*.

Talvez a distância da Corte tenha possibilitado uma certa autonomia à Faculdade, nascendo vários movimentos em baixo das arcadas, inclusive com idéias republicanas. Quando se inicia a República, muitos de seus mentores haviam sido alunos da São Francisco. O controle da escola, que era feito pelos Ministros do Império, passa ao Governo Federal, e este será consultado sobre a incorporação dela ao projeto da USP. Novamente a Faculdade de Direito vê sua autonomia ameaçada, da mesma forma que sua hegemonia cultural quebrada, pela criação de uma nova escola: a Faculdade de Filosofia. Agora a disputa vinha da área de Humanidades, uma das bases da São Francisco, e não mais do ensino técnico e das Ciências Naturais, como o foi com a Escola Politécnica (vide Capítulo I).

A segunda escola mais velha que compõe a USP é a Escola Politécnica, carinhosamente chamada de Poli. Passou a funcionar, efetivamente, em 1894, mas desde 1892 seu fundador, Antonio Francisco de Paula Souza, já discutia a criação de uma escola técnica superior. Ele se formou engenheiro em Carlsruhe, em 1867, com uma formação extremamente germânica. Vindo de uma família de políticos, tanto o avô quanto o pai eram influentes políticos do Império, este republicano vai se eleger deputado em 1892, tendo participado do Governo Provisório de São Paulo, entre 1889 a 1890. A Politécnica, para ele, devia ser um contraponto à Faculdade de Direito.

A Poli se instalou no "distante" bairro da Luz, a cerca de meia légua (3 quilômetros) do centro da cidade. "A escolha do sítio, segundo Cezário Motta Jr., foi proposital, pois possibilitaria, no futuro, abrigar outras escolas, até constituir-se a 'Confederação Universitária'[40]. Acredito também que a própria importância, que então

[40] Segundo relatório ao Presidente do Estado, em 28 de março de 1894. Cezário Motta era Secretário do Interior.

já se dava ao bairro, foi um dos fatores determinantes desta opção."[41]. Esta importância mencionada por Loschiavo dos Santos eram as presenças do Jardim da Luz, inaugurado em 1825, do Convento da Luz, que ocupava a área desde os tempos coloniais e, mais tarde, o Grupo Escolar Prudente de Moraes (1894), o Liceu de Artes e Oficios (1895), a nova Estação da Luz da São Paulo Railway, do início do século e a Escola Livre de Pharmacia (1905), que serviria de sede também à Faculdade de Odontologia.

O primeiro edifício da Politécnica foi o Solar do Marquês de Três Rios, arrematado pela Fazenda do Estado, em leilão público, de uma hipoteca. As aulas começaram ali, espremendo alunos e professores em espaços adaptados. "Em 1924 a revolta que explodiu em São Paulo damnificou grandemente o 'edificio velho'. Por entre o tiroteio dos soldados amotinados, fez-se a mudança da Bibliotheca para o edificio da Electrotechnica, e entre verdadeiras ruinas alguns professores continuaram a dar as suas lições (...) Em 1929 o Director da Escola, Dr. Rodolpho S. Thiago, foi autorisado pelo Presidente do Estado, Sr. Julio Preste, a demolir o velho edificio em ruinas e a mandar organisar o projecto e orçamento de uma nova construção."[42]

Esta *nova construção* só iria ser iniciada em 1938, com o aumento da área por permuta de imóveis. O edifício Santiago (de Rodolpho Batista de São Thiago), começou a funcionar, ainda inacabado, em 1945 (fig. 7). Ele havia sido precedido pelos edifícios Ramos de Azevedo (fig. 8) – da Mecânica e Eletrotécnica – inaugurado em abril de 1920 e do "Edifício Novo", chamado de Paula Souza (fig. 9) a partir de 1930, mas que havia sido inaugurado em janeiro de 1899. Diziam que Paula Souza e Ramos de Azevedo afastavam os calouros deste prédio, devido ao "ciúme" que tinham dele.

Loschiavo dos Santos argumenta: "Certamente, as derradeiras ampliações das dependências da Politécnica no bairro da Luz prejudicaram a unidade arquitetônica e estilística outrora existente no Conjunto Politécnico, atribuindo-lhe um caráter heterogêneo; entretanto, elas testemunham o crescimento da Escola..."[43] Este crescimento será a grande razão da ida da Poli para a Cidade Universitária, e da imensa área negociada com a Comissão, em 1952.

A Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ), localizada em

---

[41] SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Op. cit., p. 69.
[42] ALBUQUERQUE, Alexandre. "Novo prédio para a Escola Polytechnica de São Paulo". *Revista Polytechnica*. São Paulo (100): 222-224, 1930. Citado em SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Op. cit., p. 77.
[43] SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Op. cit., p. 99.

Piracicaba, talvez fosse a mais prejudicada com a criação de uma Cidade Universitária e a transferência de suas atividades para a Capital. No entanto, seu distanciamento permitiu que continuasse sempre suas atividades e rotinas, longe das influências e discussões sobre a localização e forma do *campus* de São Paulo. A história da ESALQ começa, por assim dizer, em 1872 quando seu patrono, Luiz Vicente de Souza Queiroz, volta ao Brasil depois de ter estudado na França e Suíça, trazendo uma série de idéias. Entre elas estavam modernizar o setor agrícola e criar uma Escola de Agronomia. Para tal fim, doa ao estado uma fazenda, em 1892, para a instalação da escola que, no entanto, é retardada até 1900, quando é criada oficialmente com o nome de Escola Agrícola Prática de Piracicaba, pelo Decreto nº 863-A, de 29 de dezembro, que também define seu Regulamento. No ano seguinte, passa a ter o nome de seu benfeitor, que morrera em 1898. Passa por uma reorganização, inclusive com novo Regulamento, em 1905.

A ESALQ esteve ligada à Secretaria da Agricultura até sua incorporação à USP. Juntamente com o Instituto Agronômico de Campinas[44], foi responsável por pesquisas e implantação de modernas técnicas[45] na modorrenta agricultura paulista, baseada quase que exclusivamente no café, produto de exportação, que provou, em sucessivas crises, a necessidade da diversificação da agricultura em grande escala como fonte de renda.

O bonito e austero edifício central, de dois pavimentos, com um terceiro na sua seção central, sede da atual prefeitura do *campus* de Piracicaba, é um típico exemplar da arquitetura paulista, na época de Ramos de Azevedo, mas de autoria do engenheiro agrônomo Morimon. De suas janelas pode-se observar grande parte da Escola. Contava ainda com laboratórios, estábulos, e um *museu de espécimens*. A idéia de *construir* uma fazenda em plena cidade de São Paulo deveria parecer ridícula, pois parte do terreno da Cidade Universitária, escolhido na *solução Araçá*, possuía construções, com sucessivas intervenções nos alicerces e ruas demarcadas, tornando boa parte do solo estéril. Além disso, a ESALQ estava localizada no centro agrícola do estado, próxima de cidades como Campinas, São Carlos e Bauru, e eqüidistante de Ribeirão Preto e São Paulo.

---

[44] Criado em 1887, por iniciativa do Conselheiro Antonio Prado, com o nome de Imperial Estação Agronômica de Campinas, recebe sua denominação definitiva em 1893. Trata-se de um dos institutos agregados a USP quando de sua fundação.

[45] Como mecanização, hibridização de espécies, uso de fertilizantes e compostos, além de pesquisa

A Faculdade de Medicina foi criada em 1891, como Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, mas não efetivada. Somente em dezembro de 1912, o Presidente do Estado, Rodrigues Alves, sanciona a Lei nº 1.357, que instalava a Faculdade de Medicina e Cirurgia. São Paulo estava muito atrasado nesta área da educação, em relação aos outros estados, embora os serviços de saúde pública e de pesquisa fossem, desde o começo do século, reconhecidos internacionalmente, tendo a frente os Institutos Butantan, fundado em 1901, Bacteriológico (mais tarde Adolfo Lutz), de 1893, e Pasteur, de 1906.

Quem observa os edifícios da Faculdade hoje em dia, ocupando uma extensa área ao longo da Avenida Dr. Arnaldo, englobando as dependências do Hospital das Clínicas e do Instituto Adolfo Lutz, além da Faculdade de Higiene e Saúde Publica e da Escola de Enfermagem, não tem idéia dos percalços iniciais para conseguir espaços para as aulas teóricas e práticas destes cursos. Alojada em salas emprestadas pela Escola de Comércio Alvares Penteado (de 1902), no Largo de São Francisco, e na Escola Politécnica, onde houve a aula inaugural em abril de 1913, a Faculdade de Medicina sabia que devia achar um local próprio, onde as instalações de equipamentos e salas de aula fossem definitivas e não adaptações temporárias e precárias.

Estas instalações viriam na forma de três casarões na Rua Brigadeiro Tobias, de números 1, 42 e 45, na região entre o Centro Novo e a Luz, sendo uma dessas casas a antiga residência da Marquesa de Santos, local que viu nascer o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz.

Mesmo assim, esses espaços eram reduzidos e mal dimensionados, pois se tratavam de antigas residências. Pensando nisso, o primeiro diretor da Faculdade, o cirurgião Arnaldo Vieira de Carvalho, encomendou um projeto para a conhecida firma de Ramos de Azevedo, responsável por quase todos os prédios públicos da cidade, quanto mais se tratando de uma escola tão especial como a Faculdade de Medicina. Seriam cinco blocos com térreo e 1º andar, localizados no outro lado da colina do Araçá, oposto ao cemitério. A construção se iniciou em 25 de janeiro de 1919 (mais uma vez esta data foi escolhida por razões óbvias), mas com a morte daquele cirurgião, em junho de 1921, e a constatação de que os espaços do projeto haviam sido mal divididos, só foi construído um dos blocos, usado mais tarde como sede do Instituto Oscar Freire, criado em 1918 e responsável pela área de Medicina Legal, com frente

---

genética.

para a Rua Teodoro Sampaio.

O ano de 1922 começava auspicioso, quando membros da Fundação Rockefeller estipularam três condições para que eles custeassem um novo projeto: limitar o número de alunos, construir um hospital que fosse ligado aos laboratórios de ensino e pesquisa e instituir neles a dedicação integral. A Comissão criada para estudar o projeto foi composta por professores da Faculdade: Ernesto de Souza Campos, Benedito Montenegro e Luiz de Rezende Puech. As obras duraram de 1928 até 1930, resultando num edifício monobloco (fig. 10), com 5 pavimentos, e um outro bloco menor, do Departamento de Higiene[46] que, com o Instituto Oscar Freire, eram isolados, separando o convívio entre os alunos de Medicina e os usuários.

Após o triste episódio, mencionado no Capítulo I, acerca dos espaços ocupados pelas Humanidades da FFCL nos porões da Faculdade de Medicina, e da indicação de Ernesto de Souza Campos para a direção da Faculdade de Filosofia, começa a maratona desta escola em busca de um local ou prédio definitivos.

No início do segundo semestre de 1937, a FFCL conseguiu um edifício na Rua da Consolação, 16, e teve de adaptá-lo em 10 dias, para que as aulas começassem a tempo. Os móveis foram arranjados no almoxarifado da Secretaria do Interior, sem a papelada necessária, apesar dos queixumes do funcionário responsável.

Enquanto as aulas aconteciam, Souza Campos e outros encarregados procuravam um outro prédio, desta vez para a compra, pois no lugar do que estavam usando seria construída a Biblioteca Municipal, com o prazo de dezembro de 37 para o início dos trabalhos de demolição. Três locais foram considerados. Dois ficavam na Bela Vista, o Palácio Cardinalício, na Rua Pio XII, com espaço para futuras ampliações, e a Casa Roosevelt, onde funcionava a Sociedade Cultural Brasil – Estados Unidos, situada na Rua Santo Antonio. O terceiro espaço era o antigo casarão do industrial Jorge Street, que pertencia a Companhia de Seguros Sul-América, na Alameda Glete (fig. 11), localizado quase atrás da sede do Governo, o vetusto Palácio dos Campos Elísios. As preferências recaíam no local da Rua Pio XII, mas o Secretário Estadual de Educação, Cantídio de Moura Campos, após visitar os locais, decidiu pela Alameda Glete. A pechincha com os proprietários conseguiu um desconto de cerca de ¼ do valor de venda. Nova mudança em tempo recorde, com o começo das aulas no prazo, e

[46] Elevado a Instituto em 1924, mas decorrente da cátedra de Higiene e Saúde Pública, lecionada pelo

novamente um burocrata constatava "irregularidades". Quando esse funcionário perguntou sobre os desenhos e especificações do mobiliário, para iniciar o processo de concorrência, foi informado que estava sentado e escrevendo naqueles "futuros" móveis. Aliás, tinham sido comprados com um desconto de 10% do valor que pagou a Faculdade de Medicina Veterinária, pelo mesmo tipo e qualidade. Aquele Secretário de Estado usou de sua influência e normalizou o processo, aprovando as compras. A FFCL, para sobreviver, abusava do informalismo e de um certo *laisser faire*.

Na Politécnica, os espaços para as seções de Física e Matemática da FFCL eram mais que exíguos, eram ridículos. A Física funcionava numa saleta de 9 m^2, enquanto a Matemática nem isso tinha, alojada num canto sem serventia da Biblioteca. Esta situação foi parcialmente resolvida quando o Governo permitiu à USP alugar um prédio na Avenida Tiradentes n° 11, ao lado da Politécnica, em 1937. Mais tarde, ocorreu uma nova transferência, desta vez para a Avenida Brigadeiro Luís Antonio. Os estudos de Física e Matemática, com professores de fama mundial, se adaptavam às mudanças, tudo em nome da ciência e educação.

O discurso de uma Faculdade de Filosofia liderando a USP, "escola nuclear" e "alma mater", não se refletia em ações concretas, imperando a precariedade das instalações e a constante sensação de que, a qualquer momento, alunos e professores seriam postos na rua.

A Escola de Belas Artes e o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, que são mencionados no Decreto de criação da USP, só foram instalados mais tarde e de modo diferente do imaginado inicialmente.

A Belas Artes passou a funcionar realmente em 1966, como a Escola de Comunicações e Artes (ECA), embora tivesse uma existência oficial desde 1925. A ECA acabou juntando aos cursos de artes clássicas, como Música, Teatro e Artes Plásticas (pintura e escultura), novas modalidades, como Artes Visuais (Cinema, Televisão e Fotografia) e Rádio, além de cursos profissionais, como Jornalismo, Relações Públicas, Propaganda e Biblioteconomia. Uma outra *bela-arte*, que deveria compor aquela Escola com as demais artes clássicas, em 1934, era a Arquitetura, que só seria desmembrada do curso de Engenheiros Civis da Politécnica em 1948, formando uma escola à parte, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, por iniciativa de vários

---

americano Samuel T. Darling, a partir de 1918.

professores, especialmente Anhaia Mello.

As Ciências Econômicas e Comerciais só existirão realmente em 1946, por um Decreto Estadual de 26 de janeiro (e não 25 como poderíamos supor), nº 15.601, que instalou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, embora houvesse um outro Decreto, anterior à USP, de 15 de abril de 1931, nº 4.968, criando uma Faculdade de Ciências Econômicas e *Sociais*, além da Escola de Comércio Alvares Penteado, particular, já mencionada quando falamos da Faculdade de Medicina.

A Escola de Medicina Veterinária, hoje Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, havia sido fundada no último dia do ano de 1928, pela Lei nº 2.354. Quando é anexada à USP, em 1934, irá incorporar um órgão ligado a Secretaria de Agricultura, o Instituto de Veterinária, criado em 1919. A Escola saiu da Rua São Luiz, de um imóvel arrendado, e foi para a Pires da Motta, na Aclimação, por volta de 1937. Mas a Faculdade carecia de outros espaços de experimentação, que não os da Secretaria de Agricultura, como o Parque da Água Branca. Seria a Faculdade que mais lucraria com a construção da Cidade Universitária, pois, como veremos no Capítulo III, estavam previstos um parque zootécnico e um zoológico. Hoje a Veterinária está alojada num espaço acanhado dos velhos barracões, e os alunos de Zootecnia têm parte do curso no interior do estado.

A mesma Lei nº 19, de 24 de novembro de 1891, que havia criado a Academia de Medicina e Cirurgia, mencionava também o curso de Farmácia. Porém, somente em 11 de fevereiro de 1899 instala-se a Escola Livre de Pharmacia.

Ela é transferida de sua sede à Rua Brigadeiro Tobias nº 1, onde seria instalada a Faculdade de Medicina, e a partir de 1905 passa a ocupar um enorme edifício, de dois pavimentos, na Rua Três Rios, no bairro do Bom Retiro, próximo a Politécnica. Nesta segunda sede ela já havia agregado a Faculdade de Odontologia e a de Obstetrícia (1902), sendo esta última desvinculada quando da incorporação à USP, em 1934, passando a denominação de Faculdade de Farmácia e Odontologia. Em 1962 estas escolas são separadas, indo a Farmácia para o campus e a Odontologia ficando na antiga sede.

O Decreto-lei que criou a USP falava de instituições oficiais[47], que eram

---

[47] Eram elas: a) Faculdade de Direito, b) Faculdade de Medicina, c) Faculdade de Farmácia e Odontologia, d) Escola Politécnica, e) Instituto de Educação, f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, h) Escola de Medicina Veterinária, i) Escola Superior

autônomas para *expedir certificados, diplomas e conferir grau nas diversas atividades profissionais*[48], mas era bastante amplo no que se referia aos institutos complementares, incorporados à Universidade, deixando em aberto quais faziam parte da Universidade ou não, embora aquela Lei falasse em *quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico do Estado*[49], que *concorrem para ampliar o ensino e ação da Universidade*[50].

Dentre estas instituições figurava o Instituto Butantan (sic), derivado do Instituto Serumtherapico (Soroterápico) criado por Vital Brasil em 1899, na Fazenda Butantan e que, em 1901, terá sua autonomia, separando-se do Instituto Bacteriológico. Essa fazenda, como observaremos nos planos, teve grande importância na definição do local da Cidade Universitária, e era usada para criar cavalos que, inoculados com os antígenos retirados do veneno das serpentes, produziam anticorpos usados no preparo do soro anti-ofídico.

Um pequeno animal, um inseto conhecido como *broca do café*, foi o responsável pela criação em 1927 do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal do estado de São Paulo. Desde então os cientistas e técnicos do Instituto Biológico trabalham neste ramo de pesquisa. Embora fizesse parte, desde 1934, dos institutos complementares da USP, o Biológico construiu sua sede própria no final da década de 30, no então aprazível bairro de Vila Mariana, próximo ao Ibirapuera, nem se cogitando sua transferência para a Cidade Universitária.

Os demais órgãos e institutos "anexos" foram surgindo ou sendo extintos.

Alguns são incorporados às faculdades existentes, como o Instituto de Educação, que tornou-se uma simples seção da FFCL (1938), ou formando outras escolas, como a Faculdade de Higiene e Saúde Pública, em 10 de julho de 1945, pelo Decreto nº 14.857, decorrente da Escola de Saúde Pública, criada em 1934, que foi, por sua vez, a nova designação do Instituto de Higiene. Alguns outros institutos são transformados em autarquias, como no caso do Instituto Oscar Freire, já mencionado, e do IPT.

---

de Agricultura, e j) Escola de Belas Artes. Interessante notar que esta distribuição alfabética, no seu início, é parecida com o ranking de Reitores que figura no Anexo.

[48] Diário Oficial do Estado de São Paulo – Diário do executivo, Atos do Interventor Federal no Estado, 27 de janeiro de 1934. In PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. Op. cit. p. 24.

[49] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. Op. cit. p. 219.

[50] Diário Oficial do Estado de São Paulo – Diário do executivo, Atos do Interventor Federal no Estado,

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), criado em 3 de abril de 1934, pelo Decreto Estadual nº 6.375, era uma autarquia ligada à Poli, pois tinha sua origem no antigo Gabinete de Resistência de Materiais (1899), denominado posteriormente, em 1926, de Laboratório de Ensaios de Materiais (LEM). Suas novas instalações, construídas em meados dos anos 30, ficavam entre os dois edifícios mais velhos, Paula Souza e Ramos de Azevedo, no "centro" do conjunto politécnico da Luz.

Outro Instituto que teve sua existência ligada à Politécnica foi o Astronômico e Geofísico, criado em 1930 (Decreto nº 4.788, de 4 de dezembro), pela subordinação do serviço Meteorológico e Astronômico àquela escola. Possuía um observatório no Parque Trianon (Avenida Paulista), na década de 20. A Politécnica, cujo Gabinete de Geodésia e Astronomia era de 1910, tinha outro observatório, de "instrução", na Praça Buenos Aires em Higienópolis, nos idos de 1930. Devido à "forte iluminação pública" foi iniciada a construção de um outro, no Parque do Estado, em 1932. As obras foram concluídas em 1941. Alguns planos para a Cidade Universitária apresentam a indicação de um observatório astronômico, indicando a grande distância do centro urbano. O IAG tornou-se uma Faculdade independente em 1972.

O Museu Paulista, ou do Ipiranga, como é popularmente conhecido, é uma das poucas instituições complementares que permaneceram realmente ligadas à USP. Sua função original era de um "Monumento à Independência", uma idéia que vinha se arrastando desde 1824. Mas sua construção, iniciada em 1885, só terminará quatro anos depois. O Museu foi fundado em 1893.

Foi cogitado seu uso como sede da Universidade, segundo Paulo Duarte[51], mas a proposta foi abandonada. Mencionado como "Museu de Arqueologia, História e Etnografia" na fundação da Universidade, foi incorporado a ela em definitivo, no ano de 1963. Foi desmembrado em dois, no ano de 1964, dando origem ao Museu de Arte e Arqueologia, atual Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE).

Em 1939, sua Seção de Zoologia tornou-se o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura, cujas excelentes coleções viriam a compor o acervo inicial do Museu de Zoologia da USP, em 1969, instalado num edifício próximo ao Museu Paulista. Cabe a esse museu a preservação, divulgação e pesquisa da História do Estado

---

27 de janeiro de 1934.

[51] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. Op. cit. p. 26.

de São Paulo.

Esta longa descrição, onde temos idéia de como se localizavam e distribuiam pela cidade de São Paulo, e interior paulista, as escolas e institutos que formaram a USP em 1934, deixa claro que, apesar dos percalços e seguidas mudanças de quase todos esses órgãos, era a FFCL a que apresentava a situação mais discrepante entre seu papel na Universidade e a definição ou construção de um local para sua sede.

Para piorar a situação da Universidade, o Estado Novo, em 1937, provocou uma ruptura nos processos de modernização das relações sociais e de industrialização a cargo dos liberais, que vinham ocorrendo no Brasil, na verdade restritos a algumas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Embora não fosse uma coisa recente, instaurou-se uma "onda nacionalista" que varreria o país.

Apesar do crescente nacionalismo, seus paradigmas eram buscados fora do país, na Itália do *Duce* e na Alemanha do *Führer*, ou seja, centrados na figura carismática do Chefe de Estado. Os antigos partidos políticos tinham perdido grande parte de sua força, mas ainda existiam, aguardando uma oportunidade de voltarem ao poder. Mas a ameaça aos planos de Vargas o leva ao golpismo, atitude típica do caudilhismo gaúcho.

Não só a USP foi prejudicada pela extinção do "estado de direito", entrando num longo período de espera e miséria, mas o país se viu privado de escolher seus dirigentes e de cobrar deles as promessas de campanha. Os mentores da USP perdem seu *candidato* à presidência da República: Armando de Salles Oliveira. É difícil avaliar suas chances nas urnas, mas os grupos políticos anti-getulistas e boa parte da população paulista estava a seu favor.

Num só golpe a Universidade se vê afastada de um futuro promissor e livre de dificuldades financeiras, pelo menos no seu funcionamento trivial. O Governo Federal é insensível às necessidades de uma instituição criada para uma elite paulista, liberal de berço e de formação, contrária à alguns aspectos da política de Vargas; ou pelo menos, um grupo no qual ele não confiava.

Mesmo assim, a USP continua funcionando. Ensinando e formando jovens que comporão seus quadros no futuro, pessoas que estudaram em salas apertadas, laboratório mal aparelhados, sempre com a possibilidade de interrupções, por conta de uma mudança de lugar, pairando sobre elas. Esta situação era mais difícil na FFCL que,

ainda, se sobressaía na Cultura e Ciência. As promessas de mudança desta situação preconizam tempos melhores com a construção da Cidade Universitária. Mas estes tempos demoram, sendo realizados por partes.

Apesar de todas as discussões, relatórios e afirmativas pessoais, a construção da Cidade Universitária acabou servindo de desculpa para instalar a FFCL aonde desse, desmembrando as Cadeiras em vários prédios pela cidade. A Faculdade de Filosofia havia aprendido a conviver com a promessa de uma unificação no *campus*, mas mantinha sua atividades inalteradas, independente disso. No próximo Capítulo veremos que os rumos desta história serão modificados drasticamente em 1968, quando a USP e a FFCL passam a ter suas imagens confundidas com a da Cidade Universitária.

À PROCURA DE *NEVERLAND*

Para que a Universidade de São Paulo se tornasse uma verdadeira "universidade", e não a pura agregação de faculdades e Institutos estanques, era necessária uma integração não só de conteúdo e proposta curricular, como acabamos de ver, mas também uma integração física de suas escolas, instituições anexas e administrativas.

"A unidade institucional da organização universitaria acarreta, como consequencia directa e immediata, a necessidade da concentração das installações das differentes instituições universitarias proximas umas das outras, grupando-se systematicamente, de accordo com as affinidades respectivas, num mesmo campo: - a Cidade Universitaria."[52]

Sabendo o "por que" da idéia do *campus*, precisamos agora entender o "como" e o "de que forma".

"A Cidade Universitaria é, pois, a solução pratica que, não só, melhor attende as condições proprias da vida Universitaria como, tambem, aos imperativos da ordem economica na installação e custeio dos seus serviços. É obra indispensavel aos paizes que querem marchar na estrada do progresso.

"Não é um monumento architectonico dictado por motivos estheticos.

---

[52] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 115.

"É uma creação que se impõe por necessidades educacionaes."[53]

A primeira providência, que os responsáveis precisavam tomar, era estabelecer um espaço onde isso se concretizaria. Devia ser grande o bastante para comportar todas as partes que compunham a USP, incluindo seus laboratórios, salas de aula, museus didáticos e suas coleções, prevendo acomodações para as cátedras que existiam ou que viessem a existir.

Com estes parâmetros para se guiar, a escolha dos possíveis lugares poderia ser ampla, optando pela construção de um prédio único e monumental, ou um grupo deles, ordenados segundo conceitos estéticos e funcionais, concentrados numa área ou dispersos pela cidade. Porém, todas as preferências recaem na mesma "lógica" e "imperativa" decisão: uma enorme área nos limites entre o urbano e rural da cidade de São Paulo. Decorreria, a partir desta escolha, o abandono de lugares que vinham sendo ocupados e mantidos por décadas, mas, também, na solução de espaço e edificação para algumas escolas.

Trato neste item, portanto, dos projetos iniciais para uma Cidade Universitária, onde a tônica é a imposição de limites para a liberdade de concepção e escolha dos locais, causando um misto de racionalização de regras, sistematizando os pontos desejáveis, e de uma busca pelo local ideal, onde os sonhos de uma USP unida tomariam forma, fosse uma *Utopia*, o lugar nenhum, existente somente no livro de Thomas More, ou a *Neverland*, a "Terra do Nunca", de Peter Pan e dos Meninos perdidos.

Para iniciarmos esta busca devemos seguir os passos da História, assim, "há muito tempo atrás"...

Desde meados de 1934, o problema de agrupar as Escolas da USP era uma preocupação para o Governo.

Salles Oliveira não tinha condições de sozinho, sem o laudo dos interessados, escolher um lugar para localizar a Cidade Universitária e agrupar seus órgãos componentes, fossem faculdades, institutos, laboratórios, serviços anexos, biblioteca central ou a Reitoria. Para tanto, esse Interventor nomeou, em junho de 1935, uma *comissão encarregada de estudar a localização da Cidade Universitária*, ou Comissão da Cidade Universitária (CCU), como era chamada.

---

[53] Idem, p. 117.

Ela foi composta por pessoas que deveriam representar os vários interesses da USP, da sociedade e dos fundadores. Foi chamado o professor Alexandre Albuquerque, da Escola Politécnica, não só por ser engenheiro civil, mas porque teve participação nas obras dos edifícios dessa Faculdade, na Luz. Outro que foi escolhido pelo seu trabalho na construção de prédios "escolares", foi o nosso conhecido Ernesto de Souza Campos, que havia sido o principal mentor das novas instalações da Faculdade de Medicina e, como veremos a seguir, o principal incentivador na construção da Cidade Universitária. Completando o trio formado pelas grandes escolas da capital, temos Ernesto Leme, da Faculdade de Direito, que poderia ajudar nas razões de ordem jurídica.

O Presidente da Comissão era o Reitor Reynaldo Porchat, também da Faculdade de Direito, mas que funcionaria como o sistematizador das discussões na CCU, além de se ater aos interesses da Reitoria e da esfera administrativa da USP. Para representar a FFCL, foi escolhido Fernando de Azevedo, que, na verdade, era do Instituto de Educação, mas que conhecia de perto as necessidades da Faculdade. Os institutos anexos e complementares teriam sua propostas defendidas por Afrânio do Amaral, do Instituto Butantã e, para completar a amplitude dessa Comissão, estava o diretor do Departamento Municipal de Cultura, Mário de Andrade. A escolha desse intelectual pode parecer estranha, mas decorreu pelo fato da CCU não ter somente um caráter técnico, voltado exclusivamente para a USP, mas ser uma proposta, a meu ver, de transformar a definição do tipo do *campus* numa escolha cultural, que envolvesse a cidade numa óptica mais abrangente. Para entender um pouco mais as posições desse membro da CCU, é interessante lembrar como ele entendia a cultura brasileira e as artes.

O Departamento Municipal de Cultura surgiu no mesmo ano da CCU, quando o Governador Armando de Salles Oliveira e o Prefeito Fábio Prado aprovaram os planos de Paulo Duarte, que estruturou aquele órgão e apresentou o nome de Mário para a direção. A arte tinha, para ele, uma abrangência que poderíamos dizer renascentista, tomando-a, no sentido mais geral, da capacidade do ser humano se utilizar do seu entorno, das coisas, das ciências e dos acontecimentos. Além de defender a manutenção de tradições, a grande luta desse escritor era contra o achatamento da Cultura Brasileira pelo Estado Novo. Desta forma, a USP, ou melhor, a sua realidade concreta – a Cidade Universitária – era um baluarte de uma nova maneira de ver a

educação e a cultura que, ao mesmo tempo, preservava tradições e era aberta às novidades.

As bases para as escolhas e recusas dos locais, pelos membros da CCU, levavam em conta a situação do país naquele momento, especialmente no que dizia respeito à Educação. Notamos isso em alguns trechos do relato de Souza Campos, a única pessoa a condensar em livro estas fases iniciais da Cidade Universitária: "Não se póde, portanto, confundir a *instrucção* ou o *ensino*, que se resume numa pura tarefa de *transmissão de conhecimento*, com a *educação*, que se define com a obra de conducção do desenvolvimento integral das capacidades physicas, moraes e intellectuaes do individuo, para a sua conveniente preparação para a vida."[54]

Mais adiante ele irá abordar de modo rápido o problema do custeio e mais demoradamente o da independência no sistema educacional: "As instituições creadas devem ter os recursos necessarios á sua manutenção."[55]

"...a organização do systema educativo pelas autoridades federaes deve estabelecer apenas leis geraes, capazes de permittir aos diversos Estados da federação o desenvolvimento de um trabalho compativel com as suas condições economicas e com as possibilidades do seu ambiente scientifico e cultural. A criação de leis educativas rigidas e minuciosas para esse paiz tão extenso e tão desigualmente desenvolvido como o nosso é impraticavel, senão nocivo á expansão á que podem ter direito legitimo as que mais se adiantaram no caminho educativo."[56]

Logicamente ele se referia às Universidades de São Paulo e Minas Gerais, porquanto a do Rio de Janeiro não conseguia se estruturar melhor, apesar dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Completando seu raciocínio, ele discorre sobre as atribuições do Governo Federal na área de educação e cultura, com um leve cinismo: "**A Constituição de 1934 reconheceu, aliás, essa impossibilidade**, quando attribuiu aos Estados e ao Districto Federal a organização e manutenção dos systemas educativos nos respectivos territorios, **só deixando á competencia da União Federal** em assumpto de educação, o traçado das directrizes; o favorecimento e a animação do desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura geral; a protecção dos objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do paiz; a prestação de

---

[54] Idem, p. 123.
[55] Idem, p. 131.
[56] Idem, p. 138.

assistencia ao trabalhador intellectual; a fixação do plano nacional de educação e á coordenação e fiscalização da sua execução; á determinação das condições de reconhecimento official dos estabelecimentos particulares de ensino; á organização e manutenção, nos Territorios, dos systemas educativos apropriados aos mesmos; a manutenção, no Districto Federal, do ensino secundario e complementar deste, superior e universitario; e finalmente, ao exercicio de acçãosuppletiva onde se faça necessaria, e a estimulação da obra educativa, em todo o paiz, por meio de estudos, inqueritos, demonstrações e subvenções"[57] (grifos meus).

Estas nove funções eram desenvolvidas de modo desigual pelo Ministério da Educação, que teve durante 11 anos a liderança de Gustavo Capanema. Aliás, este, quando da criação de uma comissão idêntica a CCU para estudar a implantação da Universidade do Brasil, deu prova de capacidade política e administrativa, de certa maneira mais prática que a atuação de Salles Oliveira: "...o Sr. PRESIDENTE [da Comissão, o Ministro Capanema] declara ser proposito do governo, **positivo e simples**, fazer uma Universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração da lei. Quer que ella se converta em **uma realidade viva**, em uma **communidade escolar verdadeira**. Para isso torna necessaria a creação daquillo que hoje se tem chamado uma cidade universitaria (...) **primeiro, definir o que deva ser universidade. Deve, pois, conceituar a universidade e, em seguida projectar a construcção universitaria**"[58] (grifos meus).

Tendo uma vaga idéia do que representava, realmente, uma Universidade, mais por falta de vivência nesse tipo de instituição do que ignorância da estrutura necessária, os membros da CCU se perdiam em considerações e comparações.

Nas únicas três reuniões feitas pela CCU, nos dias 21 de junho, 25 de julho e 30 de agosto de 1935, as atas registraram uma discussão superficial e desigual, como se pode apreciar por estes resumos:

"ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO DA COMMISSÃO ENCARREGADA DE ESTUDAR A LOCALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

"... no caso de uma localisação afastada do centro urbano será imprescindivel para a Faculdade de Medicina a situação actual. (...) o professor Fernado de Azevedo apresenta um plano de trabalho, resumido nos seguintes itens: 1) Conceito do que se

---

[57] Idem, p. 139.
[58] Idem, p. 308-309.

entende por cidade universitaria; 2) Localisação e area; 3) Estudo do projecto; 4) Prazo e condições de execução; 5) Aproveitamento dos predio."

"ACTA DA 2.a (sic) SESSÃO ...

"Abrindo a sessão, o Sr. Presidente entrega á casa uma **proposta de venda de terrenos situados no bairro da Acclimação** bem como **um projecto da Universidade entregue pelo presidente do Gremio Politechnico**, elaborado e apresentado ao Sr. Reitor da Universidade antes da organização da Commissão. (...) Ernesto de Souza Campos que mostra a necessidade de uma area ampla para a localização da Universidade (...) Apresenta, ainda, á consideração da Commissão dados relativos ás areas de vinte oito universidades norte-americanas com a lista de seus institutos componentes, suggerindo a area de 100 alqueires para a Universidade de São Paulo e demonstrando ser já escassa a area presentemente reservada a Faculdade de Medina para a realização de seu programma completo. A Commissão acceita o offerecimento dos professores **Alexandre Albuquerque e Ernesto de Souza Campos que se promptificaram a apresentar uma planta acompanhada de uma exposição de motivos sobre a area necessaria, localizada de accordo com a resolução da Commissão, nos terrenos comprehendidos entre o divisor das aguas do rio Pinheiros-Tiete e a margem direita do rio Pinheiros**."

"ACTA DA 3.a REUNIÃO (sic) ...

"... Dr. Ernesto Leme pede a palavra afim de communicar á Commissão **o pronunciamento unanime da Congregação da Faculdade de Direito, contrario a transferencia da Faculdade para o local em que fôr installada a Universidade**. Explica o Professor Leme **os motivos** que levaram a Congregação a opinar desse modo, **dividindo-os, segundo a sua ordem, em sentimentaes e juridicos**. Os de ordem sentimental têm origem na tradição centenaria da Faculdade – esclarece o Professor Leme – e os de ordem juridica, no seguinte: a cessão do edificio ao Governo Imperial, pela Ordem de São Francisco, foi feita com a condição irrevogavel de ser o mesmo applicado, única e exclusivamente, ao funccionamento da Accademia"[59] (grifos meus).

Além de percebermos que haviam outras propostas para a Cidade Universitária, talvez mais favoráveis e econômicas, houve o infeliz incidente com a posição da Faculdade de Direito. A *Academia*, como os advogados costumavam chamar aquela Faculdade, não via razão para a mudança, pois como tivemos condições de

[59] Idem, p. 185-186.

perceber anteriormente, ela não via com bons olhos a ligação com a USP, mais ainda o predomínio da FFCL, nos planos do *campus*. A única voz discordante, veementemente, da determinação da *Academia*, foi a de Mário de Andrade.

O posicionamento de Mário de Andrade, contra a atitude da Congregação da Faculdade de Direito, talvez revelasse uma preocupação com a descaracterização que esta instituição promovia nas instalações do antigo convento[60] (fig. 12). Também podemos argumentar que a recusa em se alojar no futuro *campus* quebrasse a harmonia, até mesmo estética, pretendida para a USP.

Teria sido a história diferente, na recusa da Faculdade de Direito em abandonar as instalações no centro da cidade por um espaço no campus, se quando foram incorporadas à USP ainda estivessem apertadas nas salas do antigo convento?

De qualquer modo, Mário de Andrade argumentou que a Faculdade de Direito, em que pesassem as razões de caráter sentimental e legal, deveria abandonar o Largo em função da unidade da Cidade Universitária, com vantagens para as atividades de ensino e acadêmicas. Não pertencendo à Universidade e, portanto, não ligado a um sentido de classe ou corporativismo, ele é o único que contesta a decisão da Faculdade de Direito (representada pela sua Congregação) de permanecer no centro da cidade. Neste sentido ele era um defensor da idéia de unificação num único *campus*, mais até que os outros membros da Comissão (Reitor e os demais professores). Na sua preocupação com o destino da Cidade Universitária deve ter levado em conta a utilização de uma obra deste porte como meio de propaganda. Ele já demonstrara antes sua posição contrária aos planos de Vargas.

Em 1936 foi confiado a Mário de Andrade a redação de um anteprojeto de lei para a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Pretendia o escritor que o SPHAN preservasse os bens culturais eruditos e populares de todos os rincões, materiais e imateriais, incluindo aí cantos, lendas, superstições, práticas e crendices populares, num choque frontal com as pretensões do Estado Novo de uma cultura brasileira oficial, divulgada nas escolas e centros urbanos, muitas vezes como "coisas" do passado, mas que legitimavam a trajetória dos donos do poder, ou seja, governantes e grandes proprietários.

---

[60] O antigo prédio colonial estava sendo posto abaixo, desde 1933, para a construção de um novo, que imitava o estilo barroco português, mas somente nos detalhes exteriores.

Gostaria de discutir uma afirmação de Dalton Sala que, embora se referindo à Mário de Andrade e ao Decreto Federal de criação do SPHAN, diferente do projeto desse escritor, acabou cometendo o erro de tomar uma atitude pessoal como uma unanimidade paulista: "...não escapou aos teóricos e articuladores do Estado Novo o perigo representado pela iniciativa paulista em seu sentido de democratização da cultura, principalmente uma cultura imaterial representativa de etnias que tinham no Brasil, o seu lugar geográfico e que atrapalhavam das mais diversas formas seu projeto nacionalista (...) também não escapou a esses mesmos teóricos, conhecedores que eram das técnicas fascistas de propaganda, a função do bem cultural material, no duplo sentido de cooptar elites dominantes proprietárias ou de passado ligado a esses bens e de utilizar a função teatral da monumentalidade arquitetônica transformada em símbolo da pátria."[61]

Apesar da polêmica foi elaborado um relatório minucioso das atividades da CCU, no mesmo dia de sua última reunião:

"...é difficil admittir que uma organisação universitaria moderna possa occupar area inferior a um milhão de metros quadrados, mesmo não incluindo a escola de agricultura que por si mesmo exige area muito mais extensa. Nesse sentido é preciso não só attender as condições de expansão futura como também á necessidade de um conjuncto urbanistico aprazivel. Um agrupamento de edificios, collocados uns ao lado dos outros, com espaçamento minimo, forma uma (*sic*) ambiente mal adequado á vida universitaria. Nas universidades bem delineadas, taes edificios são dispostos em parques amplos e bem arborisados, formando um centro atrahente e convidativo a uma permanencia mais prolongada, o que constitue elemento de valor inestimavel para a formação do espirito universitário."[62]

Este relatório, que foi aprovado unanimamente pela CCU, não era comedido, buscando as soluções mais grandiosas – eu diria megalomaníacas – para localizar a USP e todas as unidades anexas. Se São Paulo demorara para ter uma Universidade, teria então um modelo de organização para o Brasil. Com uma área tão vasta era possível implantar na cidade até mesmo um zoológico e um jardim botânico dentro da Universidade, que funcionaria como campo de experimentação para os alunos e

---

[61] SALA, Dalton. *Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 31, IEB-USP, São Paulo, 1990, p.25.

[62] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 189.

professores. O relatório continua explicitando os componentes deste *campus*:

"Entre as instituições fundamentaes (dou esta denominação á Faculdade de Philosophia, Sciencias e Lettras e ás outras Faculdades de ensino superior profissional) podem ser lembradas a Escola de Saude Publica, a Escola de Musica, a Escola de Architectura, a Escola de Enfermeiras, etc. Como Institutos complementares, poderiam ser admittidos o de Philologia e Phonetica, o de Psycologia experimental, o de Biotypologia, o de Nutrição, o de Electro-radiologia, o de Physica, o de Chimica e Electro-Chimica, o de Organisação do trabalho, o de Criminologia, etc.

"É preciso ainda considerar a Bibliotheca Central, a Imprensa Universitaria, o grande Auditorium, os clubs dos professores, os dos antigos alumnos e os dos estudantes, a residencia dos estudantes e dos funccionarios, o edificio da Reitoria e do Conselho Universitario, etc.

"Outro sector cuja area é consideravel é o reservado aos esportes. Nesse capitulo é preciso admittir o Stadium, o tennis, a natação, o gymnasium, a Escola de Educação Physica, etc.

"Os jardins botanico e zoologico ainda não existentes em S. Paulo poderiam talvez completar o quadro com grandes vantagens para o ensino pratico das sciencias naturaes."[63]

As faculdades poderiam expandir suas atividades, construir novos edificios e gozar da proximidade de instituições similares ou com cátedras comuns, tudo isso dentro do seu setor. Para chegar á estas considerações "...devem ser consultados, não só os typos das organisações já existentes entre nós, como tambem e principalmente, as plantas dos institutos extrangeiros similares mais modernos. Para facilitar esse objectivo devem ser feitos quadros comparativos, contendo as diversas peças de cada departamento, possivelmente com as areas proprias para cada caso."[64]

Indicando a possibilidade, mas não escolhendo definitivamente o local da USP, a Comissão leva ao Interventor um outro relatório, deixando em aberto a matéria. As proporções deste projeto nos deixam boquiabertos até hoje. Seria como construir uma Brasília dentro da cidade de São Paulo, com os recursos técnicos de pré Segunda Guerra, num estado sob intervenção federal e com recursos financeiros abalados pelo *crack de 29*, e uma revolta armada, três anos antes, que fechara os portos para

---

[63] Idem, p. 194.
[64] Idem, p. 198.

exportação durante 3 meses. A industrialização ainda engatinhava, e os empresários não viam vantagens econômicas na existência de uma Universidade, pois os técnicos eram formados da mesma forma, nas mesmas escolas. As discussões sobre a participação da iniciativa privada na manutenção de órgãos públicos nem era cogitada, além de contrária ao liberalismo em voga. Precisamos ter isso em mente quando lemos estes trechos daquele relatório:

"Comprehendidos todos estes terrenos; reunidos em um só bloco, teriamos **cerca de 10 milhões de metros quadrados** ou mais de 400 alqueires de terra, **incluidos no coração da cidade, na zona de maior expansão urbana.** (...)

"...ao preço pouco elevado seria conveniente a acquisição da maior area possivel, não só para facilitar qualquer **expansão futura do nosso centro de estudos**, como tambem para a locação actual ou potencial dos jardins botanico e zoologico. (...) na sua extremidade distal, junto á varzea de Pinheiros, para o **futuro campo de aviação de São Paulo**. (...)

"...a commissão tem a felicidade de poder apontar **uma zona extensa, de desapropriação facil**, cuja area a ser adquirida pelo Estado poderá ser determinado por V. Excia, com o alto descortino de homem de governo. (...)

"A **Escola Polytechnica**, iniciada no antigo palacete do Marquez de Tres Rios, **foi soffrendo successivas modificações pela juxtaposição** de novas peças constructivas que compõem o bloco actual dessa escola de engenharia. Estas edificações foram surgindo á proporção das necessidades mais urgentes. **Não houve um plano anterior de conjuncto**. Localisaram-se as novas installações em area hoje insufficiente para satisfazer o desenvolvimento crescente dessa instituição de ensino. (...)

"...a desapropriação de predios visinhos, naquella zona de valor acquisitivo elevado para conseguir a amplitude necessaria, ficaria esta escola isolada das outras que compõem a Universidade. (...)

"As da Medicina e (sic) Veterinaria e de Bellas Artes não têm casa propria; a de Pharmacia e Odontologia vive em predio antigo, acanhado, exigindo ampliação; a de Educação, alojado no antigo predio da E. Normal, da Praça da Republica, não possue as accomodações materiaes exigidas para a perfeita realização de suas finalidades. A Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras não dispõe de séde propria. Compartilha, em caracter provisorio, das installações de alguns departamentos da Escola Polytechnica e da Faculdade de Medicina. (...)

"**É, portanto, a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras a que**

requer maior urgencia na construcção de predio proprio. (...) É da plenitude das funcções deste nucleo cultural que dependerá a harmonia e o valor dos cursos universitarios, tanto na ordem dos problemas educativos, como na que se refere á instrucção profissional. (...)

"Passando, assim, em revista as nossas escolas superiores pode-se verificar que **quasi todas precisam de nova séde**. **Só a Faculdade de Medicina**, nos seus departamentos do curso fundamental, **possue installações modelares**. A **Faculdade de Direito**, actualmente em construcção, **terá em breve um predio novo**, porém **limitado, no seu desenvolvimento, a determinadas condições que regeram a execução do projecto**. (...)

"**É verdade que nem sempre existe esta centralização absoluta**. Tal situação resulta, porém, de factores diversos que subordinam seus planos a uma condição especial relativa ao tempo em que foram fundadas ou determinada pela extensão de area disponivel nos centros urbanos ou nos arredores das cidades. São, sobretudo, **as escolas de agricultura que solicitam as universidades para fóra dos centros urbanos** pela extensa area dos seus campos de demonstração. **As escolas medicas, ao contrario, attrahem-nas para os centros populosos** pelas necessidades de numero e variedade na frequencia hospitalar. (...)

"... **é sempre preferivel localisar as universidades nos grandes centros. Só ahi é possivel recrutar professores**..."[65] (grifos meus).

Os membros da CCU que tinham uma posição formada, como Souza Campos, dominaram as discussões. Ele convencia levando dados, idéias e informações para corroborar sua tese de uma universidade-parque, ao estilo das grandes universidades norte-americanas que, ao mesmo tempo, apresentam uma centralização e uma divisão, setorização, das funções desejadas, em relação às áreas de ensino e pesquisa dessas instituições. Tudo o mais decorria, a seu ver, dessa perspectiva.

Nos seus escritos, Souza Campos, embora não se exponha, é o principal idealizador da Cidade Universitária, defendendo suas convicções às raias da exaustão, com uma insistência e retórica de fazer inveja a um pregador religioso.

Vamos acompanhar esta seqüência de trechos de seus livros e comparar o número de vezes em que ele repete estas idéias. Comecemos com a questão da universidade-parque:

"...Estados Unidos (...) Suas universidades se implantam em parques, ou anseiam por tal privilégio.

"Entre os latinos, pouco propensos à reservas de áreas dêste gênero, sobressai Paris com seus magníficos jardins, o admirável Bois de Boulogne e seus *boulevards* urbanizados por Hausmann (sic).

"Exemplo interessante ocorre em Montreal, no Canadá. A Universidade inglêsa Mc Gill instalou-se em parque belíssimo; a latina contentou-se com a gleba indispensável.

"No Brasil, latino e lusitano, não houve orientação urbanística. Nossas vilas e cidades surgiram e continuam a surgir com ruas estreitas, praças minguadas e parques ausentes. Excetua-se Belo Horizonte. (...)

"Ainda figuramos, entretanto, na era do automóvel, avenidas com 30 metros de largura! (...)

"O de Belo Horizonte, embora pequeno, seria razoável se não estivesse sendo corroido da periferia para o centro. O parque Farroupilha de Pôrto Alegre sofre do mesmo mal. Em tempos passados (1935) propusemos a duplicação da área e conseqüente instalação ali da Universidade, em setores isolados. Seria então um grande parque freqüentado pela mocidade gaúcha. Não fomos ouvidos."[66]

Ele continua sua argumentação sobre as enormes áreas das instituições americanas, fornecendo dados que por si só não dizem nada:

"Êste capítulo consideraremos as universidades americanas que apresentam dados particularisados sob diversos aspectos de sua organização. (...)

ACIMA DE UM BILHÃO DE METROS QUADRADOS

1 -NEW MEXICO - ALBUQUERQUE - NEW MEXICO.
Area Total - 121.490 hectares ou 1.214.900.000 m2. O "CAMPUS" PROPRIAMENTE DITO TEM 80 hectares ou 800.000 m2. A UNIVERSIDADE POSSUE OUTROS TERRENOS NO ESTADO QUE ALCANÇAM 121.410 hectares ou 1.214.100.000 m2. (...)

ENTRE DOIS MILHÕES E CINCO MILHÕES DE METROS QUADRADOS

30 - YALE. NEW HAVEN. CONNECTICUT. 160.000 habitantes.
Area - 425 hectares ou 4.250.000 m2. (...)
33 - PRINCETON. PRINCETON. NEW JERSEY. 7.700 habitantes.
Area- 324 hectares ou 3.240.000 m2 ...
34 - COLUMBIA. N. YORK CITY. 7.500.000 habitantes.
Area -320 hectares ou 3.200.000 m2 ...
35 - SAINT LAWRENCE. CANTON. N. YORK. 3.000 habitantes.

---

[65] Idem, p. 200-205.

[66] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954. p. 125-126.

Area - 288 hectares ou 2.880.000 m^2. (...)

ENTRE UM MILHÃO E DOIS MILHÕES DE METROS QUADRADOS
50 – DELAWARE. NEWARK. DELAWARE. 4.500 habitantes
Area – 119,0 hectares ou 1.195.000 m^2 ..."[67]

As relações entre as áreas destas universidades e a população das cidades onde elas se localizam variam enormemente. Por exemplo, enquanto a Universidade de Columbia tem uma relação de 0,5 m^2 por habitante de Nova York, a Saint Lawrence, na pequena cidade de Canton, dispõe de quase 1km^2 por habitante. Não acredito haver razões para privar os cidadãos de uma enorme área dentro da sua cidade. Noutro livro, os mesmos argumentos:

"Esta reserva de area para o centro universitario, que deveria ter sido feita há varios annos e o seria com pequenos sacrificios financeiros, tornar-se-a cada vez mais difficil de se conseguir, á proporção que a nossa capital for extendendo a sua rede de construcções particulares (...)

"Em taes condições, a area minima para um typo ultra concentrado é a de *um milhão de metros quadrados.* Estudamos tambem este caso. Escolhemos para isso uma area de *um milhão* dentro da area comprehendida entre a Fac. de Medicina e o Butantan. Esta zona foi locada na collina fronteiriça ao Butantan. Não poude ser escolhido o terreno contiguo ao Butantan, nas margens do Pinheiros, por ser de nivel inferior. É uma area inundavel, impropria para o caso em apreço."[68]

Para que suas idéias fossem aceitas, Souza Campos chega a ignorar dados que ele mesmo reitera como favoráveis. Neste último texto, considera a várzea do Rio Pinheiros como imprópria, para que seja aprovada a proposta que ele primeiro defende; de uma imensa Cidade Universitária do Araça até o Butantã (veremos no próximo segmento), reafirmando sua posição:

"O valor acquisitivo dos terrenos a serem desapropriados é muito baixo. Estes terrenos são varzea ao longo do canal e, actualmente, inundaveis. A outra zona, além do Butantan, é tambem de pouco valor, nem só pelo difficil accesso - uma vez que estão separados da cidade pelo proprio Butantan -, como ainda, por serem terrenos de relevo muito accidentado (...)

---

[67] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitarias.* São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 105-113.
[68] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário.* São Paulo: Empreza Graphica

"É preciso, no entretanto, accentuar de modo bem claro que as desapropriações solicitadas são indispensaveis para a realização do plano."[69]

Ele tinha pleno conhecimento dos trabalhos de retificação do Rio Pinheiros, que a Light estava promovendo, se contradizendo em relação aos textos anteriores quando escreveu sobre a parte baixa do *campus*:

"Assim **o atêrro valorisou** o terreno de 36 milhões para um bilhão de cruzeiros.

"Tendo sido gastos *até agora 130 milhões de cruzeiros em tôdas as obras realizadas na Cidade Universitária...* segue-se que **há *um saldo* em favor do empreendimento no valor de *870 milhões de cruzeiros*. Bom negócio**"[70] (grifo meu).

"Assim, o parque que está sendo preparado na Cidade Universitária vai ser um oásis. E será preservado, porque **patrimônio inalienável** da Universidade de São Paulo"[71] (grifo meu).

Outro dos pontos chaves da argumentação é o que prega a centralização e setorização, Souza Campos é pragmático:

"...impõem a localização das unidades universitarias num mesmo campo, grupando-se, sytematicamente, em sectores."[72]

"A centralisação deve, porém, obedecer a um criterio de systematisação de que resulte a constituição de sectores diversos ..."[73]

"Outra circumstancia que impõe a installação da universidade numa Cidade Universitaria é a necessidade da *centralização bibliographica*."[74]

"A par da 'unidade de apparelhamento e da unidade de fontes bibliographicas' a centralisação ainda permite uma vantagem superior a estas duas que são de vulto. É a cooperação' e 'contacto' entre os scientitas que se dedicam á mesma sciencia. Este é o único meio de obter a 'critica mutua, constructiva, salutar' e mesmo

---

da Revista dos Tribunais, 1938, p. 229.

[69] Idem, p. 235.

[70] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 102.

[71] Idem, p. 126.

[72] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 115.

[73] Idem, p. 121.

[74] Idem, p. 116.

'indispensavel' para o desenvolvimento do espirito scientifico."[75]

"...a verdadeira pedra angular das organisações universitarias consiste na possibilidade de *centralisação e systematisação* de serviços identicos ou analogos para beneficio didactico e economico do conjuncto."[76]

Outros pontos dizem respeito a fatores secundários, como a distância das unidades, idealizada no máximo em 10 minutos a pé, e o aproveitamento do Rio Pinheiros, idéia abandonada dez anos depois, devido à poluição do mesmo:

"Si alumnos de escolas diversas devem frequentar cursos, laboratorios, gabinetes e museus communs, não podem ser afastadas essas differentes installações, sob pena de uma prejudicial perda de tempo e desnecessarias despezas de transportes, tanto para pessoal como para material."[77]

"O estudo da circulação dentro do setor analisa as distâncias entre os edificios e os respectivos tempos de percurso em marcha normal a pé admitindo um máximo, nunca ultrapassando, de 10 minutos."[78]

"A escolha da área para uma cidade universitaria é de summa importancia. O terreno deve ser amplo; bem conformado topographicamente; bem orientado em relação ao sol e aos ventos; com agua abundante; junto a um rio que proporcione condições para estudos de biologia fluvial, esporte aquatico; com grandes facilidades de accesso e de bairros residencias proximos; (...) na orla da cidade"[79]

"Tudo isso não é maravilhoso? (...)

"Este recanto da Cidade Universitária lembra o rio Cam, que embeleza a Universidade de Cambridge."[80]

"Abandono do Rio Pinheiros, poluído. Excluído como elemento integrante do conjunto. Isolamento dêsse rio (...) Substituição do rio por um lago que lhe acompanha o rumo retificado."[81]

---

[75] Idem, p. 167.
[76] Idem, p. 170.
[77] Idem, p. 115.
[78] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 34.
[79] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 121.
[80] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 130.
[81] Idem, p. 24.

"Convém acentuar que o rio é poluído e mal cheiroso, principalmente na sêca. Ao chegar-se à Cidade Universitária, seria inevitável o odor nauseante. Poderia êste inconveniente vir a ser removido pelo tratamento do esgoto não sabemos, porém quando isto ocorrerá."[82]

Um ponto, bastante utilizado por Souza Campos para fazer valer sua argumentação da universidade-parque, é a função do esporte na vida universitária, formando *elites de corpo e alma*:

"Hoje o esporte é um **elemento reconhecidamente indispensavel á formação da mocidade** ...um fóco de attracção para permanencia mais prolongada dos alumnos nos centros universitarios, **alma mater de sua formação moral e intellectual**."[83]

"Conforme regra invariável seguida pelas universidades modernas, o setor residencial do estudante foi concentrado em gleba próxima do campo esportivo ... Como já dissemos, o local escolhido para essas residências é (...) no alto de uma suave colina, com explendida orientação quanto à insolação, aos ventos e paisagem."[84]

"...a última guerra mundial foi ganha pela Universidade. Os Estados Unidos da América do Norte não poderiam enfrentar a prolongada e minunciosa (sic) preparação da Alemanha, se não tivessem formidável potencial estruturado em suas universidades, pela preparação técnico-científica e pelo treinamento propiciado pelos esportes universitários."[85]

"Esse programa, assim restaurado, serviu de base para que a Comissão da Cidade Universitária pudesse convocar o notável arquiteto Ícaro de Castro Mello, conhecido especialista no que tange ao planejamento de campos esportivos."[86]

O autor destas afirmações não levou em conta que os soldados americanos, na sua maioria, eram jovens que tinham cursado no máximo até a *high school* (secundário), e não universitários, além de serem interioranos ou operários vindos da classe média urbana. No programa traçado por Castro Mello, a partir das exigências da

---

[82] Idem, p. 27.
[83] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 116-117.
[84] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 46.
[85] Idem, p. 11.
[86] Idem, p. 61.

nova CCU, em 1954, eram contemplados os seguintes esportes e atividades:

"DIVISÃO DE ESPORTES TERRESTRES

I - *Zona aberta ao tráfego público:*
Estádio olímpico, com capacidade de 45.000 assistentes, e *parking* para autos.
II - *Zona fechada em recinto reservado:*
1) Seção de natação e **pólo-aquático**, 2) Seção de **Tênis**, 3) Seção de **Basket Ball e Volley Ball**, 4) Seção de ginástica, **Esgrima clássica**, Halterofilia, 5) Secção de **Pólo e Hipismo**, 6) Seção de Esportes secundários: *Court* de pelota basca, *Court* de *bowling* (boliche), Recinto de tênis de mesa (pingue-pongue), *7) Restaurante (Bar, Chá, Grill Room)*

Esportes Náuticos: *grande lago artificial* de 2.100 m de comprimento útil, por 100 m de largura, constituindo a pista para *canotagem* e eventualmente, ***Yachting*** e natação de longo percurso"[87] (grifos meus).

Os esportes grifados acima, são considerados em nosso país como *de elite*, porque somente uma minoria tem condições de praticá-los.

Por tudo que vimos até agora, fica claro que a escolha de um lugar para a Cidade Universitária não é isenta, longe disso, é manipulada por alguns membros da CCU. Armando de Salles Oliveira tem noção da repercussão política de assumir a responsabilidade pela decisão. Precisa do aval de técnicos. Estes sim assumiriam a decisão, que apenas seria referendada por ele. Estes técnicos também seriam responsáveis por toda a análise e condução da obra. Surge o Escritório Técnico da Cidade Universitária.

O *ESCRIPTORIO TECHNICO* E OS PROJETOS – O CORPO

"Terminados os trabalhos da Commissão encarregada da localisação da Cidade Universitaria, foi organizado um escriptorio technico para o estudo do plano geral e das primeiras unidades a serem construidas na zona escolhida. Este escriptorio ficou assim constituido: Presidente – Prof. Antonio de Almeida Prado, **Director geral – Prof. Ernesto de Souza Campos**, **Architecto chefe – Eng. Arch. Prof. Hyppolito Gustavo Pujol Junior**, Architectos auxiliares – Eng. Arch. Ernesto Sampaio de Freitas e architecto João Serato, Engenheiro civil – Guilherme Lyra, Desenhista – Luiz Serato e um servente"[88] (grifos meus).

---

[87] Idem, p. 61-63.
[88] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 212.

Da Comissão original somente Souza Campos é mantido no Escritório. Este misto de professor de Medicina e Engenheiro Agrônomo acabou por se dedicar à problemática do projeto, instalação e funcionamento de vários *campi* universitários pelo país. Participou das comissões para implantação de cidades universitárias em São Paulo (USP), Rio de Janeiro (Universidade do Brasil), Rio Grande do Sul (Universidade de Porto Alegre), sugerindo, quando dos estudos para o Centro Médico da Universidade da Bahia, uma cidade universitária para este estado.

Suas intenções estariam além de um interesse puro e simples no futuro destas universidades? Na minha opinião, sua estreita ligação com Pujol Jr., um Engenheiro Arquiteto e amigo dos tempos da Politécnica, limitam as considerações arquitetônicas e técnicas dos projetos a um determinado ponto de vista. Devemos ter na memória que o projeto e construção de uma obra monumental, como eram as cidades universitárias idealizadas por eles, era um momento marcante, senão o ápice, de uma carreira que se diferenciava das demais. Para um Engenheiro, a associação de seu nome com este trabalho abria espaço para outras atividades, como o foi para Oscar Niemeyer (Ministério da Cultura, Pampulha, Brasília, sede da ONU etc.).

Para Souza Campos era um passo para cargos de direção. Esta afirmação é um ponto de vista meu, totalmente pessoal, baseado na análise da situação e da documentação, e não um fato comprovado. Para corroborar esta tese há uma pequena biografia desse autor no Anexo, mas alguns indícios são as várias nomeações, tanto no governo de Salles Oliveira, quanto no ministério de Capanema e na presidência de Eurico Gaspar Dutra. Pessoas diferentes com distintas posições políticas.

Apesar desta polêmica figura, os trabalhos do Escritório foram muito mais produtivos que as elucubrações da Comissão. A primeira sistematização dos setores foi feita e, estranhamente, não incluía um setor politécnico, que anos mais tarde será a maior área de uma só Escola no *campus*. Os dez setores listados acrescentavam algumas novidades: "Com este conceito a sytematisação da Universidade foi concebida de modo a se formarem varios sectores, com relativa independencia.

I – Sector da Reitoria, Bibliotheca, Theatro Academico, **Imprensa universitaria**, tendo, como annexos, outros elementos administrativos. Posição tão central quanto possivel.

II – **Sector de Philosophia, Sciencias e Letras**. Como elemento nuclear da universidade deve ter esse sector **uma situação tambem tão proxima do centro**

quanto possivel e de facil articulação com a Escola Polytechnica pela sua secção de Sciencias e com a Faculdade de Direito pela sua secção de Letras; institutos annexos.

III – Sector juridico e de **sciencias economicas** e sociaes, comprehendendo a Fac. de Direito, a Fac. de Sciencias Sociaes e Economicas e outras instituições affins ou complementares, como o Instituto de Criminologia, etc.

IV – **Sector Biologico**, abrangendo as Faculdades de Medicina Veterinaria, Pharmacia, Odontologia e institutos annexos.

V – Sector Esporte, localisado em zona peripherica para a admissão de grande publico nas competições esportivas, sem que este possa invadir o campo universitario. Praça de Esportes, articulada com o Departamento de Educação Physica, **Escola de Educação Physica** e Instituto de Biotypologia.

VI – **Sector residencial e dos clubes**, comprehendendo residencia para professores, alumnos, alguns funccionarios e empregados e dos clubes universitarios.

VII – Sector de **Jardim Botanico, articulado com o Departamento de Botanica** da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras.

VIII – Sector **Zoologico, articulado com o Departamento de Zoologia** da mesma Faculdade e com o bioterio para criação e manutenção de animaes de laboratorios.

IX – Sector do Hospital Veterinario e Parque Zootechnico, articulados com a Faculdade de Medicina Veterinaria.

X – **Sector dos annexos** como Posto de Correio, de Bombeiros, etc."[89]

Partes ou setores inteiros foram adicionados, como a Imprensa Universitária, uma espécie de editora de caráter interno, para divulgação dos trabalhos e pesquisas da USP. Outras adições foram as Ciências Econômicas, no mesmo setor do Direito; uma Escola de Educação Física, não mencionada entre as instituições que formam a Universidade; e os setores Residencial e de clubes, Biológico e dos Anexos. O jardim botânico e o zoológico aparecem como setores independentes, embora articulados aos Departamentos de Botânica e Zoologia da FFCL.

Interessante notar que, embora não aparecendo um setor politécnico, a Politécnica deveria se articular com a FFCL, pela seção de Ciências, uma função que era do Colégio Universitário, também não mencionado.

---

[89] Idem, p. 214-215.

Segundo estas divisões, a Faculdade de Filosofia deveria se localizar num setor central, para dar conta de tantas ligações. Conforme muda o papel e a importância da FFCL dentro da USP muda também sua posição, deixando de ter prioridade: "...programma constructivo de alguns dos edificios universitarios. **O primeiro a ser estudado foi o edificio para a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras**. Vivendo esta instituição em parte na Faculdade de Medicina e em parte na Escola Polytechnica, estava a exigir uma séde propria. Seria, evidentemente, a primeira obra a ser construida. Outro edificio que mereceu logo a attenção foi o da Reitoria"[90] (grifo meu).

"Quais as razões da centralização?

"Em breve esfôrço nos propomos a enumerá-las:

1- **Exercício real e eficiente das funções da reitoria que assim terá sob suas vistas imediatas, todo o conjunto universitário**.

2- Centralização de departamentos ou institutos idênticos ou afins de acôrdo com as conveniências didáticas, pedagógicas e econômicas.

(...)

5- **Articulação da Faculdade de Filosofia com as outras Faculdades** e Escolas, suas respectivas secções entrozando-se com as demais **em um sistema eficiente e econômico**"[91] (grifos meus).

Se existiam vozes discordantes dos rumos do projeto elas se perderam, talvez por "pregar no deserto" ou por terem sido postas de lado pela história oficial. Outros deviam apostar na imobilidade e na permanência, esperando que o tempo cuidasse de abortar os planos. Quanto mais rápido fossem os trabalhos do Escritório, maiores as possibilidades de sucesso. Deixemos que Souza Campos nos conte o ocorrido: "...onze estudos de localização com os respectivos anteprojetos e memoriais explicativos. Examinaram-se tôdas as possibilidades: em tôrno da Faculdade de Medicina até Sumaré e ao longo de todo o terreno compreendido entre a avenida Dr. Arnaldo e a margem esquerda do rio Pinheiros. (fig. 13).

"Surgiram, porém, para cada caso, dificuldades, principalmente quanto ao volume e custo das desapropriações. Chegamos, assim, a considerar a situação nos

---

[90] Idem, p. 264.

[91] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 99.

próprios terrenos da antiga fazenda Butantã, então incorporados ao Instituto dêsse nome. Em compensação teria o Instituto Butantá, como teve, uma fazenda onde pudesse manter melhor os animais em serviço de preparação dos sôros."[92]

De todos os esboços e planos sobraram só dois, chamados de *soluções*, com o prós e contras de cada um. Foram mandados em forma de relatório para o Secretário da Educação, em 28 de setembro de 1936. O Interventor já não tinha tempo para a Cidade Universitária, delegava funções, decerto com vistas nas eleições que se anunciavam.

"Após uma serie de tentativas, foram esboçadas as duas primeiras soluções constantes do seguinte relatorio, dirigido ao Secretario da Educação, Dr. Cantidio de Moura Campos. (...)

"A primeira hypothese localisa o centro universitario nas margens do Pinheiros; a segundo colloca-o nos terrenos junto ao Sumaré, em continuidade com os da Faculdade de Medicina e do Instituto de Hygiene. (...)

"Ficará com todos os seus sectores reunidos e centralisados em um campo único com excepção da zona medica (300.000 m^2, situada mais alem, na avenida Dr. Arnaldo. (...)

"Na segunda hypothese, a area abrangida será bem inferior. Não excederá a 2.600.00 m^2. Sommando-se esta area aos 300.00 m^2, area approximadamente egual á que se pretende empregar na installação da Universidade do Rio de Janeiro e inferior á da Universidade de Madrid que conta 3.600.000 m^2. Se admittirmos que no Butantan fique installado o Jardim Zoologico."[93]

O projeto no qual Souza Campos acreditava ser o melhor, desconsiderando indicações e condições consideradas essenciais por ele, como vento e insolação, mantinha a Faculdade de Medicina dentro do *campus*. Era a *Solução II – Sumaré*:

"Vimos que neste plano o conjuncto universitario principal ficará com uma area pouco inferior a 2.900.000 metros quadrados. O Jardim Zoologico, si fôr locado no Butantan, terá uma area muito superior, de 4.200.00 m^2. Já dissemos, tambem, que **neste caso ficarão todos os predios universitarios reunidos em um único ponto**, ao passo que na Solução n. I, o bloco medico ficará um tanto isolado do resto do conjunto

---

[92] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 17.

[93] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica

universitario. **O Jardim Botanico e o campo de esporte, na solução n. II, terá dimensões menores**. Nesta ultima solução, **não se beneficiará o nucleo universitario da proximidade do rio**, aproveitando apenas um pequeno corrego (...)

"Os edificios serão collocados periphericamente, assumindo o seu conjunto a forma de um baculo episcopal, cuja base assenta no actual bloco medico. A zona interna do baculo, que poderamos (sic) chamar a zona medullar, é um valle que será occupado pelo Jardim Botanico.

"A entrada nobre foi escolhida na intersecção da rua Oscar Freire na av. Rebouças. A rua Oscar Freire seria, para isso, alargada nesse trecho. O alargamento será de 60 metros. (...)

"A zona de educação physica foi posta em plano inferior. (...)

"Para a Faculdade de Medicina Veterinaria foi escolhida uma zona marginal na extremidade distal do centro universitario. (...)

"O Bioterio geral foi posto em ponto equidistante das zonas em que este elemento se faz necessario, porém em condições de abrigo e pouca visibilidade.

"O Jardim Zoologico seria o mesmo adoptado na Solução n. 1"[94] (grifos meus).

O valor do terreno terá sido o fator reprovador? Ou terá sido o tamanho descomunal e as desapropriações? De qualquer modo, a idéia de centralização dos edificios já havia sido derrotada pela insistência do Direito em permanecer no centro da cidade. Souza Campos também não menciona o cemitério do Araçá, uma figura especular da Cidade Universitária, pois está situada numa colina, com grande extensão e melhor posicionada em relação aos ventos "nocivos", descortinando uma excelente vista (até hoje) da Serra da Cantareira e região norte de São Paulo.

Para a outra solução, chamada de *Solução I – Butantan*, as unidades da Universidade planejadas eram a Reitoria e Biblioteca, a FFCL, o Colégio Universitário, a Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais, a Escola Politécnica, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Instituto Eletrotécnico, a Belas Artes e, estranhamente, a Faculdade de Direito, com a indicação "*futuro*", ao lado. Com exceção da Politécnica, do IPT, do IE e do Direito, as demais unidades não tinham sede própria, algumas nem existiam de fato, como vimos anteriormente. "Esta solução tinha, porém, o grande

---

da Revista dos Tribunais, 1938, p. 215-216.

[94] Idem, p. 224-226.

inconveniente dos terrenos não serem contiguos, nem aos da Faculdade de Medicina, nem aos do Butantan. Ficaria a Universidade tripartida, em tres grupos isolados e relativamente distantes: O centro medico (Araça), a zona a ser adquirida e o Butantan."[95]

Neste momento Souza Campos não deixa claro se foi entregue um outro relatório, com somente a Solução Butantan, pois menciona: "tem este o fim de fazer chegar as mãos de V. Excia. o ultimo plano traçado para a Cidade Universitária de São Paulo, documento que vae acompanhado de uma planta..."[96] Mas o que importa são as características desse plano:

"Este plano da Cidade Universitaria, que temos o prazer de apresentar V. Excia. e **implicitamente já approvado**, foi lançado nos terrenos do Instituto de Butantan e zonas annexas. (...)

"Para o uso exclusivo do Instituto Serotherapico ficará reservada a area (...) 750.000 metros quadrados é evidentemente insufficiente para as necessidades do Instituto. Sendo adoptado o ante-projecto em apreço, é indipensavel que o Estado providencie para a **acquisição de um sitio, no interior, capaz de compensar a area perdida pelo Instituto.** (...)

"Aliás, como é do conhecimento de V. Excia., **esta escolha do terreno do Butantan para séde do centro universitario foi feita pelas altas autoridades do Estado**, em consequencia das difficuldades que surgiram por occasião de se dar inicio aos trabalhos de desapropriação da zona comprehendida no outra vertente de aquem-rio. (...)

"Na concepção actual, **os predios universitarios ficarão mais proximos uns dos outros**, respeitando-se rigorosamente o zoneamento conveniente dos diversos sectores que compõem o systema. Não obstante (...) **estão bem isolados uns dos outros pelos jardins e arvoredos** que, no seu conjuncto, constituirão um parque magnifico. (...)

"Este sector principal, que tomou por acaso a configuarção (sic) de um *elmo*, está subdividido em **duas partes: uma, designada para a construcção dos edificios scientificos e outra, para a secção residencial.** (...)

"... **ao sul pelos jardins botanico, zoologico, parque zootechnico e instituto de Butantan; ao norte pela praça de esportes.** (...)

---

[95] Idem, p. 230.

"A zona do esporte abrange as duas margens do canal com excepção do que for reservado para as obras da Ligth & Power. (...)

"...essa ultima solução, alcança todas condições previstas (...) comprehende, além do centro de estudos propriamente dito, o jardim botanico, o jardim zoologico e a grande praça de esportes. (...)

"Todo esse conjuncto poude ser disposto em **um terreno de configuração ideal**, isto é, quasi circular: perimetro minimo para area maxima.

"O plano não se limitou exclusivamente aos terrenos do Butantan (...) os actuaes limites do Butantan para o lado sul verá que as suas divisas correm pelo espigão e por vezes na meia encosta (...) más divisas naturaes, inconvenientes para o traçado de uma avenida de contorno, como condicionam a possibilidade de se construirem propriedades extranhas na zona alta, com graves desvantagens para o nucleo universitario dest'arte inteiramente devassado (...) **as divisas se farão ao longo do vale onde se extende a estrada de Itú**. Nessas condições, **toda a colina do Butantan será occupada pela universidade em suas duas vertentes**. Na vertente que olha para o norte serão locados os edificios universitarios e uma parte do jardim botanico. A outra vertente será occupada com as installações da medicina veterinaria uma parte do jardim botanico e o jardim zoologico."[97]

Estava definida, finalmente, a Cidade Universitária ou, pelo menos, seus limites gerais pois, como vamos ver, ela irá sofrer mudanças na setorização, no traçado de ruas e avenidas e até nas unidades. Algumas áreas não serão utilizadas para os fins a que foram planejadas e alguns detalhes interessantes são abandonados, como a pista de pouso e o campo de golfe. Mas a hierarquia das funções passa a ser básica para os projetos, devendo, por exemplo, o setor esportivo ficar na periferia do *campus*, para evitar que pessoas estranhas à atividade científico-acadêmica se sintam tentadas a entrar neste lugar divinizado por seus idealizadores.

"Em derredor do canal, ficou localizada toda a zona dos esportes: na margem direita, o esporte de contacto com o publico - grande stadium e campo de equitação; na margem esquerda, a zona de exercicios physicos e a pista para provas de remo (...) Com esta disposição, é evitada a penetração no centro universitario das grandes massas que comparecem ás provas esportivas (...) a situação dos jardins botanico e zoologico dá á

---

[96] Idem, p. 230

esses logradouros a independencia tão necessaria á visitação publica."[98]

A rejeição aos terrenos do Butantan cede espaço aos elogios, não tanto por serem verdadeiros, mas para evitar que as discussões continuassem se arrastando.

"Este plano (Solução n. 1), **pela sua extensão, zoneamento, composição, urbanização e outras condições technicas, é realmente magnifico**. (...) É **uma solução ideal**. O único inconveniente consiste em ficar este grande nucleo universitario um pouco distante do bloco medico. É facil, porém, estabelecer, com este bloco, meios de communicação rapidos e permanentes"[99] (grifos meus)

Neste plano, as três faculdades mais velhas e maiores da capital ficam de fora. Politécnica, Direito e Medicina não precisavam se preocupar com mudanças, pois a demais escolas, especialmente a FFCL, teriam seus edificios construidos primeiro.

"Naturalmente a solução n. 1 abrangia um plano de maximas. É sempre preferivel seguir este caminho, isto é, elaborar um plano completo, perfeito, que poderá ser depois reduzido, de accordo com as possibilidades financeiras."[100]

Novamente um outro fator da escolha é a possibilidade de expansão futura, limitado, por sua vez pelos valores que o Governo estaria disposto ou tivesse condições de gastar.

O Escritório também era responsável por todas as obras nas unidades que estavam se instalando, desde seu planejamento até o acompanhamento da construção. Isto possibilitou que a FFCL pudesse aproveitar melhor seus espaços, no recém ocupado terreno (fig. 14) da alameda Glete: "No escriptorio do Plano da Universidade de São Paulo foram elaborados os planos para o pavilhão de chimica da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, da Universidade de S. Paulo. Este pavilhão está sendo construido nos terrenos daquella Faculdade ao lado do predio principal situado á rua dos Guayanazes, esquina da Alameda Glette."[101]

Mas a USP vivia, e vive, num mundo real, não no imaginário. Seus delírios viraram sonhos e tornaram-se pesadelo.

"A outra area a ser desapropriada, na zona norte, segue ao longo do canal, na

---

[97] Idem, p. 230-233.
[98] Idem, p. 234.
[99] Idem, p. 223.
[100] Idem, p. 227.

sua margem direita; é tambem indispensavel."[102]

Estes terrenos serão a perdição da *Solução Butantan*, não tanto pelo seu tamanho ou valor, mas na disputa judicial com a Cia. City (fig. 15), que retardou a efetivação da posse e uso de toda a área. Deixemos para nosso narrador oficial, Souza Campos, o "fim" dessa história: "Foram estes os trabalhos que se processaram nos annos de 1935 (segundo semestre) 1936 e 1937 no sector correspondente á Universidade de São Paulo (...) Sabemos por boa experiencia que obras do genero da que encetamos não se fazem rapidamente. São por demais vultosas para que se executem em um ou dois annos financeiros. Ao contrario representam trabalho para algumas décadas, não se devendo realizar sem um longo e rigoroso estudo preliminar. Os projectos devem ser amplamente pormenorisados (...) a execução é que pode e deve ser rapida, sem interrupções no que diz respeito ao plano de cada unidade universitaria. (...)

"Julgamos, porém, que a continuação destes trabalhos, no momento, está na dependencia de um acto governamental que defina exactamente, em face dos trabalhos já realizados, qual a area precisa de terreno que pode ser empregada na construcção da Cidade Universitaria da Universidade de São Paulo."[103]

As prolongadas e antigas disputas entre dirigentes paulistas e o Governo Federal estavam para contar outro capítulo da História. As mudanças se fariam sentir em todo o país. A USP não estava longe disso, apesar da Ciência ser apartidária os cientistas e professores não são. A Educação é a grande formadora de ideologias, pois transforma pessoas robotizadas pela rotina, em seres pensantes.

"A idéia de localizar a grandiosa Universidade entre a Faculdade de Medicina e o Butantã era sedutora: aquelas áreas pertenciam à Cia. City, ao Estado ou à Prefeitura, com ocupação rarefeita. (...) Essa definição preliminar foi à Assembléia Legislativa com o Projeto de lei n.º 238, de dezembro de 1936.

"As discussões complicaram-se em princípios de 1937, quando a Cia. City reclamou da inclusão de terrenos de sua propriedade no perímetro proposto. Finalmente, depois de uma perlenga jurídica, entrava o projeto em terceira discussão quando ocorreu

---

[101] Idem, p. 280-281.
[102] Idem, p. 233-234.
[103] Idem, p. 281-282.

o golpe do Estado Novo."[104]

O que aconteceu depois foi o final, lamentável e triste, de anos de trabalho e dinheiro perdidos. Num espaço de poucos dias todo o futuro da Cidade Universitária se via ameaçado.

"Foi então elaborado êste último plano. Fizemo-lo em moldes muito amplos (...) Anteprojeto e memorial procuraram justificar êste ponto de vista. Aceita a sugestão pelo Govêrno, foi o anteprojeto encaminhado ao Congresso estadual com mensagem do chefe do govêrno. O projeto de lei entregava à Universidade as áreas ali pertencentes ao Estado e facultava as desapropriações indicadas. Seriam estas depois reduzidas no que fôsse excessivo.

"Passou o projeto de lei em segunda discussão e ia entrar na terceira, quando sobreveio o golpe de Estado de 1937. O colapso das iniciativas foi total. Tinham-se passado quase dois anos de trabalho intenso e abnegado, pois que as despesas totais elevaram-se a menos de noventa mil cruzeiros apenas. O engenheiro Pujol Júnior trabalhou gratuitamente para que a nossa verba, tão diminuta, Cr$ 45.000,00, por ano, fôsse tôda aproveitada nesses trabalhos preliminares."[105]

Os projetos e obras de ocupação do *campus* passariam por uma longa hibernação. Mas Souza Campos não perdia uma oportunidade para ver seu sonho realizado. Continuava projetando, junto com Pujol Jr., a construção e projeto de escolas médicas e hospitais. "Ficaram interrompidos os trabalhos extinguindo-se automaticamente o escritório de obras cujo pessoal (pro parte) passou a funcionar na revisão do projeto do hospital das clínicas da Faculdade de Medicina, cujos estudos tinham sido elaborados no decurso dos anos de 1926-30.

"Recolhemos tôdas as plantas e estudos cuidadosamente em nosso departamento na Faculdade de Medicina.

"Decorreram dois anos sem que o problema entrasse novamente a participar das cogitações oficiais quando, em 1940, o plano de centralização tão carinhosamente estudado, quase sofreu um golpe fatal. Naquele ano o interventor que então dirigia a administração paulista resolvera edificar um novo edifício para a Faculdade de

---

[104] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 38.

[105] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução.* São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 18.

Filosofia, junto ao hospital das clínicas da Faculdade de Medicina. E, a 25 de janeiro de 1940 foi ali lançada a pedra fundamental do futuro prédio!

"Ficaria a cidade médica privada de área preciosa e indispensável. Hoje (apenas cinco anos mais tarde !) já está ocupada pelas novas construções da E. de Enfermagem, hospital ortopedico e de paralisia infantil, hospital obstétrico, sem falar no pavilhão de psiquiatria que terá de ser executado em breve; e outras que virão.

"Confirmou-se plenamente a nossa previsão, várias vezes repetida desde 1926, de que o centro médico não pode ceder um centímetro quadrado de terreno porque precisa adquirir maior área para seus serviços técnicos."[106]

Souza Campos então, estava preocupado em não desfigurar o conjunto da Faculdade de Medicina, mas ao mesmo tempo procurava uma solução para instalar a FFCL no Butantan. Enquanto isso não acontecia, as aulas eram dadas no velho prédio da alameda Glete, que já estava acanhado para o volume de alunos e de pesquísas. Os pedidos de mais equipamentos, mobiliário e espaço se avolumavam na mesa do diretor. A solução veio da atitude do IPT, mais exatamente de seu diretor Adriano Marchini, em se instalar no *campus*, apesar das condições em que se encontravam os terrenos.

"Escoaram-se vários anos em silêncio. Em 16-12-1941, o interventor Fernando Costa baixou o decreto-lei designando para a construção da Cidade Universitária tôda a área da antiga fazenda Butantã, compreendida entre a linha adutora de Cotia e o ribeirão Jaguaré. Quase ao mesmo tempo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas resolveu e conseguiu instalar-se definitivamente na gleba referida, margeando o ribeirão Jaguaré.

"Seguiram-se vários anteprojetos, um lançado pelo escritório Mario Whately, outro pelo Escritório Técnico então organizado e uma série conseqüente a um concurso de idéias promovido pela Reitoria, sendo um dêles premiado.

"Novo decreto-lei facultou desapropriações de terrenos entre a gleba do Estado e a estrada de Itu.

"Ocorreram debates públicos em uma Semana da Cidade Universitária realizada na Galeria Prestes Maia. Foram depois publicados. Houve, portanto, ampla liberdade para os que quisessem explanar seus pontos de vista sôbre o assunto. Formulou-se um empréstimo, por apólices, para a execução das obras, falho diante das

---

106 CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 130-131.

condições do então mercado monetário.

"Diante de tantos anteprojetos, constituiu a Reitoria uma Comissão de profissionais capaz de definir o melhor plano. Os engenheiros e arquitetos convocados opinaram pela elaboração de um novo projeto.

"Constituiu-se, por isso, a Comissão da Cidade Universitária, a qual, com ligeiras alterações, funciona até hoje."[107]

Finalmente, para algumas escolas, voltavam as discussões sobre um projeto para a Cidade Universitária. No próximo capítulo veremos que 'mudanças' e 'permanências' são palavras que, antes de serem antagônicas, se inter-relacionam.

SÍMBOLOS DE UMA JOVEM USP

Muitos dos significados que acompanham os velhos *símbolos da Universidade* já não são mais legíveis nos dias de hoje. O entendimento era fruto de um momento e de uma forma próprios de pensar o mundo. Decifrá-los é voltar no tempo e compreender este processo.

Algumas coisas são carregadas de imagens que não são explícitas numa primeira análise. Desta forma, os *símbolos* são *depósitos de informações* a respeito do tipo de Universidade e de Cidade Universitária pensadas num determinado contexto. Da mesma maneira que num deposito, fazemos uso desta ou daquela coisa, deste ou daquele aspecto, para montarmos uma imagem unificada, a partir desses fragmentos.

A figura mítica do bandeirante, já abordada anteriormente, é um símbolo geral, cuja amplitute abrange toda a sociedade. A USP, como a "Universidade bandeirante", seria um reflexo de toda a sociedade, trabalhando "por ela" e "para ela", mas não "com ela". A Universidade era projetada para uma elite cultural e, embora o símbolo do bandeirante fosse desejado e cultuado, ela necessitava de símbolos próprios, individualizando e legitimando sua existência.

Seus símbolos deveriam representar, ao mesmo tempo, um passado de glórias e sucessos e, também, a sua capacidade modernizadora da sociedade. Seus novos símbolos são baseados em velhas tradições.

---

[107] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 18.

Este pode ser o caminho para entender o significado do símbolo mais conhecido da USP: a Torre Universitária (ou *da Universidade*, ou *do Relógio*). As grandes universidades, ou pelo menos as mais antigas, têm como destaque de sua arquitetura, como se fossem uma assinatura, edifícios com torres nos mais variados estilos. Souza Campos se refere assim à torre: "A tôrre é a síntese. O sino é a alma. Exprimem pela imagem e pela vibração a estática e a dinâmica da Universidade – a forma e o espírito. Quem olha as tôrres de Oxford vê oito séculos que sôbre elas se debruçam. Lembram anseios e tragédias (...) Tudo isto e muito mais é a Tôrre de Coimbra, a 'vidimus urbem undique ridenten' [venham cidadãos, quando eu tocar] (...) Eis a Abertura de nosso ensaio histórico, situando, na Tôrre e no Sino, a mística sublime de um símbolo."[108] A imagem destas universidades está intimamente associada a imagem destas torres. Por causa disso, Ernesto de Souza Campos, no seu livro anterior[109], de 1945, inicia cada capítulo com um desenho, "a bico de pena", de torres universitárias famosas (fig. 16), incluindo neste rol o torreão central da Faculdade de Medicina da USP, e não um desenho, em vista geral, daquelas universidades. Ele relata, em 1954:

"O Conselho Universitário da Universidade de São Paulo resolveu, em março de 1951, nomear uma comissão especial para promover a participação do nosso centro de estudos nas comemorações da fundação da metrópole. (...)

"Os encargos universitários limitavam-se à publicação da História da Universidade de São Paulo, gravação de medalha comemorativa do acontecimento quadrissecular e realização de um congresso internacional de reitores. (...)

"Adotado o programa nº 2, ficou assim constituído o projeto definitivo: livro, medalha e congresso, por conta da Universidade e as seguintes **obras, no *campus*, a serem financiadas pela Comissão do IV Centenário: execução do *parkway* de ingresso à Cidade Universitária, construção da Tôrre Universitária e de um bloco do setor residencial de estudantes**.

"Caberia à Comissão do IV Centenário fornecer Cr$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros). Esta verba, constante do primeiro orçamento daquela autarquia, foi posteriormente reduzida a trinta milhões e depois para dez milhões ainda não recebidos.

---

108 CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário/Reitoria da USP, 1954, p. 10.

109 CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da

"Esforçou-se porém a Comissão da Cidade Universitária, em executar parte do *parkway* e teve a ventura de que a Tôrre Universitária viesse a ser oferecida pela colônia portuguêsa de São Paulo, sob os auspícios da Casa de Portugal (...)

"Feliz foi a iniciativa da C. C. U. (...). Não sômente projetando **uma obra de arte excepcional como dando-lhe ainda cunho diferente** de quantas tôrres, universitárias ou não, existem por tôda a parte. (...)

"Pequena ponte conduz o visitante à Tôrre. Na base dêstes elementos figurarão **brasões das Universidades de São Paulo e de Coimbra**, êste último como **homenagem à universidade lusitana, matriz da educação brasileira**"[110] (grifos meus).

Mesmo antes de 1950, quando São Paulo se preparava para comemorar o IV Centenário, havia a idéia de se construir uma torre para a USP. Esta pretensão não decorria de nenhuma necessidade, quer fosse de espaço ou de utilização desta edificação para outros fins que não estéticos ou simbólicos. O arquiteto Rino Levi, responsável pela obra (oferta da comunidade portuguesa de São Paulo), convidou a professora da FAU, Olga Elisabeth Magda Henriette Nobiling, a idealizar a parte escultórica (fig. 17). A pedra fundamental foi lançada na Praça Magna, em 23 de janeiro de 1953, mas a construção só começaria em 1972, sendo inaugurada pelo Reitor Miguel Reale em 1973.

Os doze painéis, que tornam esta torre única dentre suas congêneres, foram divididos tematicamente em "Mundo da Fantasia" (face oeste, voltada para a Antiga Reitoria) e "Mundo da Realidade" (face leste, voltada para a atual Reitoria e para a entrada da Universidade). A artista inspirou sua concepção em Benedetto Croce, descrevendo os painéis desta forma:

"O mundo da fantasia é assim representado: a Filosofia – Sofia (sabedoria), ladeada por seus amigos: Artes Plásticas – a Arquitetura, concebida como a base para todas as artes plásticas; a Música (com a lira), a Dança, o Teatro (com a máscara); as Ciências Econômicas – estatística e oscilações; as Ciências Sociais – as forças agressoras emergindo do caos em contraposição à força protetora e, no centro, a criança; a Poesia – os namorados com a lua.

"O mundo da realidade apresenta a Matemática – Pitágoras (curvas de

---

Universidade, 1945.

[110] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 115-119.

primeiro grau ou parábolas, curvas de segundo grau ou hipérboles e curvas de grau superior). Como alusão ao futuro, a quadratura do círculo; as Ciências Geológicas – o arado primitivo – com o carvão esgotado, o petróleo escasso, a força nuclear será inevitável, mas pode também destruir a Terra, e os sobreviventes voltarão a usar o arado; a Física – três tipos de raios – solares, magnéticos e cósmicos; as Ciências Biológicas: pedras, folhas, animais; a Química – garrafas estilizadas; a Astronomia – a lua e as estrelas (Órion, Cruzeiro do Sul e outras)."[111]

Percebemos que a autora teve uma preocupação em tentar representar, a partir da realidade de sua época, o mundo em que vivia, até com um certo romantismo, e qual o papel da Universidade nele. A professora Nobiling abandonou a cadeira de Plástica da FAU naquele mesmo ano de 1953, desgostosa da carreira acadêmica.

O *Core*, ou Praça Magna (fig. 18), onde seria localizada a Torre, tendo ao seu redor os principais prédios da Universidade, seria um outro símbolo e teria uma grandiosidade "própria" das universidades, além de uma função cívica e unificadora, como explica Souza Campos: "A entrada nobre foi escolhida na intersecção da rua Oscar Freire na av. Rebouças. A rua Oscar Freire seria, para isso, alargada nesse trecho. O alargamento será de 60 metros, indo desde a avenida Rebouças até o **baricentro do terreno, onde ficará situada a Reitoria, em uma praça circular de 350 metros de diametro. A peripheria desta praça será occupada pelos predios da Faculdade de Direito, Sciencias Economicas e Commerciaes, Educação e clubes**. Em prolongamento ao bloco medico, ficará a Faculdade de Pharmacia e Odontologia.

"Os **outros edificios serão situados em torno do Jardim Botanico**, em forma amphitheatral e quasi na mesma cóta. **Ficarão ali a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, o Collegio Universitario**, o sector de engenharia e o sector de bellas artes"[112] (grifos meus).

Neste estudo, de 1936 e abandonado totalmente, porque foi pensado para os terrenos do Araçá/Sumaré, a localização mais central, próxima da Reitoria, seria entre outras, da Faculdade de Direito, e não da FFCL, como seria "lógico" supor. Isto poderia ser uma estratégia para que a de Direito abandonasse seu prédio acanhado, no centro da cidade. A idéia da Praça Magna continua. Em 1954, Souza Campos volta ao assunto

---

[111] COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL – USP. *Obras escultóricas em espaços externos da USP*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 80.

[112] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica

com uma grandiosidade paisagística maior que antes, mas o distanciamento da população não uspiana era tratado de modo diferente: "O 'Centro Cívico' da Cidade Universitária é constituído por imensa praça com a forma de triângulo curvilíneo, tendo 500 metros de base por 500 metros da base ao vertice, ou seja, aproximadamente cento e vinte e cinco mil metros quadrados de superfície.

"Êste logradouro formará imponente moldura para os edifícios da Reitoria, da Biblioteca Central e Teatro Universitário. O primeiro prédio acima referido está em fase adiantada de construção; os demais estão estudados em anteprojetos. (...)

"Ao centro, estende-se uma ampla esplanada com **capacidade para um público de 25.000 pessoas**, que ali se podem **concentrar em comemorações de caráter cívico**. Nesta mesma esplanada encontra-se um espelho de água retangular de 80 por 50 metros. Em pontos convenientes e mesmo dentro dêsse pequeno lago, serão construídas bases de alvenaria que permitam a colocação de grades vasos com plantas ou estátuas que, gradativamente, podem ser aí colocadas, em número de catorze"[113] (grifos meus).

Desta praça central, lembrando os átrios das igrejas, o som metálico de um sino chamaria a todos para as aulas e pesquisas. Esta tradição *portuguesa*, forjada numa decorrência tida como histórica, busca, no século XIII, as raízes da educação brasileira, tentando dar uma cara de longevidade a nossa Universidade temporã, que é estruturada nos mesmos moldes da tradição européia.

O próprio uso do sino em Coimbra, para o chamamento dos alunos e catedráticos para as atividades e aulas, é do século XVIII. Foi mais importante o congraçamento e o posicionamento de Coimbra como "*Universidade irmã*" da USP, durante a entrega oficial da cópia deste sino, em 20 de agosto de 1954 – do "Cabra", como é conhecido em Portugal –, do que a tentativa de igualar tradições e histórias das duas instituições. Isso fica evidente com a constatação que a peça doada deveria ser colocada no alto da Torre Universitária (*do Relógio*), o que não aconteceu. Uma estrutura provisória de concreto foi erguida ao lado da *antiga Reitoria*, acomodando o sino em 16 de agosto de 1966. Com a mudança para a *Reitoria nova*, o "Cabra" foi junto. Ainda uma vez, Souza Campos pretendia um carrilhão para a Torre: "Outro sino breve virá para o mesmo *campus:* o do encouraçado São Paulo, que por mares afóra honrou o nome do Brasil e dêste rincão bandeirante. Quando soarem juntos significarão,

---

da Revista dos Tribunais, 1938, p. 224-225.

[113] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo – aspectos gerais*

agora e para as gerações futuras, a alma de duas pátrias que constituem em síntese, um único povo: Portugal é o Brasil europeu, Brasil é o Portugal americano."[114]

A Torre e o Sino, além de tentar traçar uma herança cultural atávica entre a USP e a Universidade de Coimbra, tinham como função o estabelecimento de uma referência visual e sonora para o *campus*, tanto em relação ao entorno, quanto internamente, pois se ela é praticamente visível em toda a parte norte do *campus*, ele pode ser ouvido à distância. Seriam localizados num lugar único, o *Core*. Toda a grandiosidade que se pretendia para a USP estaria à mostra.

Estes são símbolos de união, uma alegoria à função da Universidade, congregando as escolas e atividades. Já, uma série de três esculturas tem a função de lembrar, aos alunos de algumas escolas, os acontecimentos anteriores à fundação da USP, quando elas eram independentes.

O "Monumento ao Estudante Constitucionalista" só figura em cada uma das três grandes escolas da capital, anteriores à criação da USP – Politécnica, Direito e Medicina – representando os alunos, e até mesmo professores, que morreram em combate na Revolução de 32. Feitos em mármore preto, branco e vermelho (cores da bandeira paulista), têm, ainda, cabeças em bronze de um soldado com capacete, projetadas para trás, como que caindo[115]. Estas esculturas foram feitas em 1935 e apresentam os dizeres: "Quando se sente bater / no peito heróica pancada / deixa-se a folha dobrada / enquanto se vai morrer".

Se é praticamente certo que a USP foi fundada, também, como uma revanche à derrota de 32, então os ex-combatentes daquelas escolas não deviam ver com bons olhos a supremacia irreal da recém-criada Faculdade de Filosofia, como *célula central* da estrutura, e muito menos a vinda de professores estrangeiros, em detrimento, na opinião deles, dos educadores e intelectuais paulistas.

Esses são símbolos voltados para a Universidade, para suas Escolas e seus componentes, sejam professores ou alunos. No caso da avenida de ingresso, ou *parkway*, como era dito na época, a relação era diferente. Ela devia produzir um efeito de monumentalidade ao conjunto do *campus* (fig. 19) para todas as pessoas de fora da

---

do planejamento e execução. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 111.

[114] Idem, p. 154.

[115] A figura da escultura que se encontra na Faculdade de Medicina foi roubada, sendo completada com uma parecida ao original.

comunidade uspiana que entrassem neste espaço "sagrado".

"As entradas, sobretudo as entradas principaes, ficaram em zona de nivel inferior. Resulta desta condição uma perspectiva invejavel. A visão de quem entra será de baixo para o alto onde ficarão, em ponto dominante, os edificios universitarios.

"A entrada nobre correspondente approximadamente ao eixo de symetria do terreno. Será a porta monumental, o propyleu. Uma ampla avenida, partindo desta entrada, vae ter á uma praça central de onde se irradiam varias alamedas destinadas aos diversos sectores universitarios."[116]

Esta descrição do *parkway*, imaginada por Souza Campos, é muito parecida com as grandes alamedas das universidades americanas, que geralmente têm na ponta um grandioso edificio, seja a Biblioteca ou a Reitoria, que expressa a razão de ser da instituição, esteja ela baseada no ensino, na pesquisa ou ambos. Desde aqueles momentos, nos idos de 1937, o grande destaque desta *parkway* é o seu tamanho. Quando acontece o reinício das obras da Cidade Universitária, no final dos anos 40, a monumentalidade se mantém: "O plano geral da Cidade Universitária estabeleceu inicialmente um sistema de vias principais e zoneamento. Isto em maio de 1949. (...)

"A mais importante é a avenida principal de ingresso, **o *parkway* com 1.300 metros de extensão por 100 de largura**.

"Atingido o local em que se vai erguer a Tôrre Universitária, esta avenida abre-se em dois ramos que abrange a grande praça central ou Centro Cívico, onde se situam os edificios da Reitoria, Teatro e Biblioteca Central.

"Um dos ramos, o da esquerda, constitui a raiz de **outra grande avenida de 2.700 por 30 metros**. É a avenida diagonal que partindo da Tôrre se alonga pela gleba até alcançar a estrada de Itu-Osasco.

"O *parkway* da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, **constituirá a maior e mais bela avenida da América do Sul**. Quando estiver completo, terá **1.300 metros de comprimento, por 100 metros de largura**. (...)

"**Quatro pistas** se estendem ao longo da via principal de ingresso, assim **subdividida por meio de grandes canteiros**.

"Embora não estejam ainda asfaltadas, estas pistas já apresentam magnífico aspecto na extensão de 500 metros nos quais já se acham assentadas guias, bôcas de

---

[116] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 222.

lôbo e passeios.

"A **arborização é magnífica**. Consta de seis filas de árvores, três de cada lado. Duas são formadas por paineiras (...), duas por jacarandás (...) e duas por sibipirunas (...)

"Estas árvores foram plantadas com alturas variáveis, entre 3 a 9 metros. Assim, a arborização da avenida já se apresenta com a ornamentação que, para o futuro, será apenas enriquecida pelo maior vigor de cada unidade"[117] (grifos meus).

Estas medidas absurdas demonstram o caráter simbólico da obra, e não o funcional. Para termos com o que comparar, vejamos a largura definida para uma das maiores obras de sistema viário da década anterior, a construção das avenidas marginais do rio Pinheiros: "Como é notorio o rio Pinheiros vae ser brevemente rectificado. Nesta obra, que será levada a termo pela Ligth, está comprehendida uma **ampla avenida de 60 metros de largura**..."[118] (grifo meu). Ainda quanto ao tamanho da *parkway*, comparemos com o que escreveu Dumont Villares, falando da facilidade de escoamento da produção industrial de São Paulo: "**Todas as estradas de rodagem têm 30 metros de largura.**"[119] É um verdadeiro acinte uma proposta daquela natureza. Graças ao bom senso as larguras das avenidas da USP foram reduzidas, e mesmo as possíveis críticas da melhoria do tráfego, devem ter em mente que o caos no trânsito é, essencialmente, um problema de como é encarado o transporte na cidade de São Paulo.

Mas essa idéia, de uma avenida monumental, ficaria latente até a polêmica criada pela derrubada de um dos edificios do CRUSP em 1966, para a extensão da avenida até a Reitoria, numa queda de braço entre o Reitor Gama e Silva e os arquitetos, por causa da desfiguração do "conjunto" residencial, que acabou separado em dois. Pudemos perceber, também, a íntima relação com o Core, abordado alguns parágrafos antes.

Todos estas coisas, estas construções ou objetos, possuem uma simbologia de caráter concreto, realizável e palpável, ocupando um certo lugar no espaço.

Mas o verdadeiro símbolo da USP, no sentido do imaginário e do idealizado,

---

[117] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p.105 e 107.
[118] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 218.
[119] VILLARES, Henrique Dumont. *A Indústria em São Paulo, estudo para sua localização – Centro Industrial Jaguaré*. São Paulo: Melhoramentos, 1939, p. 19.

é o seu *brasão d'armas*, de autoria de José Wasth Rodrigues, em dezembro de 1934. Foi este artista responsável também por toda uma simbologia para os municípios paulistas, com base na Heráldica clássica, partindo de fatos escolhidos da História e detalhes naturais que marcassem as cidades, estampando uma certa fisionomia em suas bandeiras.

O brasão universitário ostenta o dístico *Scientia vinces* (o Conhecimento triunfa) e a figura de um ser divino, São Paulo – patrono da USP, empunhando uma espada e um livro, que causam a sensação de *missão de catequese* do gentio inculto, com as palavras e, se for preciso, com a força, tarefa através da qual os jesuítas imprimiram sua marca na cidade, contando, por vezes, com a ajuda dos colonos e tropeiros.

Os *guardas* da figura central, contrariando uma lei da Heráldica[120], são os brasões do estado e do município da capital, este último numa demonstração do local escolhido para erigir a sede da USP.

Este aspecto pode ter sido decorrente também de uma percepção da clientela da USP, como escreveu Hutchinson: "Já tivemos ocasião de nos referir ao pequeno grau em que, até o presente, a Universidade de São Paulo desempenha o papel de um centro internacional de cultura, no que diz respeito à procedência dos estudantes. Se examinarmos mais detidamente os algarismos, verificaremos que a natureza da Universidade em questão é de certa forma a de um centro municipal de educação. A residência permanente de 76 por cento dos primeiro-anistas estudados ficava na própria cidade de São Paulo, e de cerca de 20 por cento dêles no interior do estado. A proporção de estudantes provenientes de outros Estados era pequena (pouco mais de 3 por cento), enquanto aquêles cuja residência permanente era no estrangeiro não chegavam a constituir meio por cento da totalidade dos estudantes"[121].

Encimando o conjunto há uma esfera armilar, um símbolo da expansão do domínio português e do controle sobre suas colônias. A idéia que está embutida na sua utilização não é demonstrar a universalidade da USP, através do conhecimento, pois para isso deveria ser usado uma *orbi* (representação do globo). Mas, se a intenção era ligar a existência da Universidade às tradições de Coimbra, melhor seria usar a Torre

---

[120] Que impede a aplicação de *brasão sobre brasão, metal sobre metal, esmalte sobre esmalte*, para evitar confusões e permitir um controle por parte das associações heráldicas.
[121] HUTCHINSON, Bertram (org.). Op. cit., p. 148.

Universitária, o "Cabra", ou até mesmo um capelo.

Este brasão é um símbolo oficial, usado em timbres, carimbos, diplomas e outros documentos da Universidade. Seu uso em camisetas, bonés e outros materiais promocionais, comuns atualmente, não é explorado. Pode ser que haja um medo de que este brasão se vulgarize, perdendo sua mística. Mas agindo desta forma, limitando seu uso aos atos oficiais, talvez ele nunca venha a representar para todos, uspianos ou não, a Universidade de São Paulo, como faz o logotipo moderno, onde a única simbologia está na estilização de três letras e do conhecido som que vem delas.

Quais os símbolos que marcaram? Quais foram relegados ao ostracismo? Quais se mantiveram, mesmo perdendo a função de símbolos? Enquanto o brasão da USP se manteve inalterado desde a fundação, a Praça Magna (*Core*) sofreu mudanças a cada projeto, mas a Torre Universitária foi construída nela quase como idealizada, embora o sino, que estava ligado a existência de ambas, tenha ficado de lado, separado do conjunto. O *parkway* de ingresso, a enorme avenida de entrada, se manteve, mas foi reduzido, e os monumentos ao Estudante estão escondidos em jardins, às vezes sob uma folhagem luxuriante, ou como estorvo numa área de grande circulação.

Estes símbolos, acredito eu, imprimiram uma marca na Cidade Universitária. Mas só alguns, os construídos, em espaços abertos, como a Torre e as Avenidas, definiram o *campus* da USP para a sociedade extra-muros: um monumento e um deserto de construções. Essa visão contrasta com o pequeno *Quartier Latin* paulistano, na Vila Buarque.

Mas a marca que ficou cravada no cerne da USP – seus alunos – foi inicialmente os mestres estrangeiros. Somos, como alunos e professores da USP, mais franceses que portugueses, nas figuras dos mestres Lévi-Strauss, Monbeig, "Bastidão" e "Bastidinho"[122], nas ciências humanas de cunho iluminista e partidária do dístico Fraternidade, Igualdade e Liberdade, com um caráter burguês e preocupações de fundo social. Somos mais italianos que americanos na nossa lógica matemática e na investigação do nosso mundo físico; se de um lado tivemos fascistas de "carteirinha"[123], como Fantappié, Galvani e Ungaretti, tínhamos um contraponto nas figuras do professor Occhialini, antifascista convicto, e da indiferença político-partidária, com base na

---

[122] Como comentado por Paul Bastide, no vídeo documentário de Marcelo Tassara, USP, 1988.

[123] Os membros do Partido Fascista no Brasil possuíam um documento de identificação, com sua posição dentro do Partido.

liberdade científica, de Wataghin, e nobiliárquica, do barão Ottorino de Fiori. Somos mais alemães que ingleses, Breslaus, Rheinboldts e Rawistschers, e se perdemos a fleuma ganhamos uma paixão racional pela natureza, além de amadurecermos na biologia e química, com seriedade na pesquisa e amizade no trabalho conjunto.

Devido serem fruto de uma época e sociedade, os símbolos podem variar de significado ao longo do tempo, perdendo sua identificação com valores ou situações. Também a interação entre símbolos modifica seus significados.

Para dar um exemplo destas relações podemos simplificar um destes sistemas. Quando falamos às pessoas usamos palavras (signos); se restringirmos esta variedade a uma única espécie, como CHAMINÉ, muitos não saberão a que estamos nos referindo, pois não tiveram contato com este objeto. Caso esta palavra faça parte do vocabulário é necessário, também, que tenhamos visto uma "imagem" dela, seja uma foto, desenho ou descrição física. Em seguida, ao mostramos uma foto, com chaminés isoladas, altas, dominadoras e cilíndricas, soltando uma fumaça negra que escurece seus tijolos, e perguntarmos: O que estão vendo? Alguns dirão: Uma fábrica! Mas ao adicionarmos a essa imagem uma outra palavra, como Auschwitz, ou Sobibor, ou Treblinka, a reação das pessoas poderá mudar ou não, dependendo do seu grau de instrução, informação ou até mesmo religião. Portanto, devemos levar sempre em conta os valores que agregamos aos símbolos.

Também a USP vai criar uma nova simbologia, que tem pouca relação com a Cidade Universitária, pois a figura de uma *grande Universidade* já faz parte do imaginário de uma parcela da população. Assim, os símbolos deixam de ter uma função de agregação, de delimitação dos ideais dentro da Universidade, e passam a representá-la para os que dela querem fazer parte. Isto é fácil de notar pelas diferentes expectativas de um vestibulando, ou mesmo de um calouro, e de um primeiro-anista da USP ao se aproximarem as férias de verão.

CAPÍTULO III

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

"O projeto da Universidade de São Paulo se expressa em seus diferentes momentos pelos seguidos desenhos para seus espaços físicos de trabalho, de congregação, de recreio. O sonho ousado de um novo e verdadeiro ambiente universitário se plasmou em mais de meio século, numa relação dialógica entre a orientação de sucessivos projetos imbuídos dos respectivos sentidos de dignidade e modernidade e a condição das correspondentes contingências enfrentadas para sua realização. Sua materialização constituiu e exibe uma paisagem, nos seus variados campi e unidades isoladas, muito complexa e cheia de evocação. Evoca a soma e a subtração de pretensões distintas ou conflitantes, denota as rugas por seu embate com a realidade que se propôs servir e transformar."

MARX, Murillo. *"O teu monumento é a tua escola"*. In COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL – USP. *Obras escultóricas em espaços externos da USP*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 22.

UM FALSO ANTAGONISMO

O título "mudanças e permanências" deste Capítulo decorre das duas formas de analisar um mesmo espaço ou uma mesma situação. Se eles se modificam perceptível e rapidamente, ou se não sofrem alterações marcantes com o passar do tempo, indica tão-somente o tipo de leitura que fazemos deles.

"Sabemos que o permanente não o é porque as visões sucessivas tornadas possíveis pelo conhecimento desmancham a nossa construção das coisas, até mesmo daquelas que considerávamos eternas."[1]

Quando mudamos, seja nas nossas atitudes, seja fisicamente, levamos junto uma base anterior, inseparável porque não é só constituinte, mas formadora. No caso das atitudes, esta base é a memória, quando na concretude do ato é a história. São as nossas permanências.

Da mesma forma que o espaço natural, como um rio ou uma montanha, a paisagem afinal, sofre mudanças, que são decorrentes das relações entre seus elementos móveis e imóveis com seu entorno, assim também funciona o espaço construído, modificado pelo Homem e não pela Natureza. Além do que, ele – espaço construído – é

---

[1] SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 90.

pensado de uma determinada maneira, e seus elementos se associam de um modo pré-determinado e não casual, como no primeiro caso. E embora haja uma ordem dentro deste caos que é o mundo natural e real, somos ainda incapazes de compreendê-la na sua plenitude e, portanto, de dominá-la.

Esta construção do espaço, seja um edifício erguido ou um croqui com a idéia geral, não precisa ser necessariamente real, pode ser uma imagem *construída mentalmente*. A partir dos sentidos captamos o mundo e o interpretamos. Nós o construímos continuamente, ficando a cargo da memória a reconstrução e ordenação dele, a cada instante. Mesmo quando dormimos, nosso cérebro, o verdadeiro órgão do sentidos, continua funcionando, "ligando e desligando" os circuitos[2] e, mais que desvendando o futuro ou explicando nossos recalques, está se testando, se preparando para um novo dia de tarefas e novidades.

Podem dizer: Por que um historiógrafo se refere a funções cerebrais e imaginação? Ora, estes são os pontos chaves para entendermos a *construção mental*, a interpretação e explicação do mundo físico interagindo com nossa memória.

Pois assim é que trabalha o Arquiteto, *captando ativamente* as características singulares de um determinado espaço, *pensando a forma* e os materiais que acredita serem os mais apropriados para aquele momento, *transformando uma idéia em realidade*. Pode-se argumentar que esse processo não é exclusivo do Arquiteto, e não é, sendo comum a todas as pessoas normais. Mas, pelo tipo de treinamento que teve e pela sua capacidade pessoal, o Arquiteto é capaz de pensar mais sistematicamente o espaço, a forma e a sua função. Algumas pessoas acreditam que as faculdades de arquitetura que temos no Brasil, especialmente a FAU, com seu ensino voltado ao projeto e construção "de uma colher a um avião", são muito abrangentes. Talvez seja esta amplidão de horizontes e possibilidades que permite aos arquitetos brasileiros estarem entre os mais criativos do mundo, muito mais intuitivos que dedutivos. Estruturar estes pensamentos e dar-lhes uma certa fluidez, transformando-os em conceitos, é o que fazem as "escolas" de arquitetura, os grandes estilos e as correntes de pensamento arquitetural.

Mas a decisão de levar adiante este ou aquele projeto não depende só de um bom desenho ou da capacidade dos arquitetos e/ou engenheiros responsáveis. Como

---

[2] Não se deve, por essa afirmação, comparar o cérebro a um computador. Os circuitos falados aqui se referem às trilhões de possíveis ligações entre neurônios, criando uma infinidade de circuitos diferentes, ao contrário dos equipamentos eletrônicos que possuem todos seus circuitos definidos e limitados... ainda.

procurarei deixar nos capítulos anteriores, observei que, na nova Universidade, somente algumas escolas não tinham um espaço definido – a FFCL é a principal delas – e não foi por falta de planos e idéias.

Soma-se o fato de que o comando e controle deste processo de escolha do local apropriado e construção dos edifícios ficara nas mãos de poucas pessoas. A importância da FFCL era uma *fachada*, pois seus membros nunca foram chamados a participar das decisões executivas que dissessem respeito à USP que, no seu cargo máximo, o de Reitor, sempre o teve exercido por egressos das escolas profissionais e técnicas, sejam das Humanas, Exatas ou Biológicas. Isto percebemos melhor ao observarmos, no Anexo, a relação das faculdades de origem dos Reitores e o tempo de reitoria, mostrando a desvantagem, ou mesmo exclusão, da atual FFLCH, da instância máxima[3] de poder da USP. O povo brasileiro elegeu um Presidente da República, ex-professor dessa Faculdade, mas dentro da Universidade a relação de forças é outra.

Mudar de lugar, no caso de uma instituição ou de uma pessoa, é também mudar a forma de pensar, encarar o mundo sobre outros aspectos e rever posições, além de estar constantemente sintonizado com as demais mudanças de seu tempo. Isto acontece se esta mudança é consciente e de livre vontade, sendo levada a cabo pelo próprio interessado, sem ser forçado a ela.

Permanecer é resistir às modificações externas, criando uma identidade histórica e individual, amadurecendo posições. Também aqui a decisão deve caber ao principal interessado.

Apresentadas desta maneira vemos que a *mudança* ou a *permanência* estão cheias de juízos de valores, e assim não podemos lhes atribuir funções como "boas" ou "más". Isto seria um maniqueísmo próprio do discurso político, mas não de um trabalho científico que, como este, se propõe a responder questões definidas.

O que farei é deixar claro o entendimento que tenho sobre os juízos que faziam os envolvidos nestas escolhas, suas resistências e aceitações nos vários momentos, ficando onde estão ou mudando de lugar.

Nos desenhos e plantas, feitos pelo *Escritório Técnico*, alguns prédios

---

[3] Nem sempre, ao longo da existência da Universidade, o Conselho Universitário teve voz ativa nas decisões, refletindo momentos da História recente do Brasil, onde o Poder Executivo se sobrepunha ao Legislativo e mesmo ao Judiciário. Vale lembrar que a escolha de quem vai ocupar a Reitoria é feita pelo Governador do Estado.

permanecem no mesmo lugar, outros são deslocados ou suprimidos. Os próprios desenhos dos edifícios sofrem modificações e adaptações. Este processo pode ser encarado como dialético, entre o usuário (instituição ou pessoa) e o construtor, e para sua análise podemos dividir os elementos constituintes e observá-los, tanto individualmente como relacionados entre si.

A grande falha no processo de idealização e construção da Cidade Universitária foi a preponderância do *construtor* – Escritório Técnico – sobre o *usuário* – Escolas, Institutos e Laboratórios, representados então pelos professores – porque as consultas feitas a esse último foram mais de caráter informativo que deliberativo, aplicando-se questionário esquemáticos, feitos não propriamente para leigos em arquitetura. Pode ter ocorrido também dos membros do Escritório Técnico acharem que, por conhecerem a arquitetura de edifícios e construções similares as da USP, tinham uma perfeita definição, o modelo ideal, das necessidades e exigências de um *campus* universitário moderno e funcional.

Feitas estas observações, os itens que escolhi para analisar aqui os diversos planos para a CUASO foram os seguintes:

- √ A mudança de alguns pontos do discurso anterior (até 1937) sobre a USP;
- √ Definição dos locais para algumas escolas e institutos nos novos projetos e localização destes elementos na planta;
- √ abandono da idéia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como centro do conjunto e a ocupação deste lugar pela Reitoria;
- √ A continuidade da idéia de centralização e setorização;
- √ A permanência de algumas Faculdades.

DEPOIS DE UMA DÉCADA

Depois do golpe que instituiu o Estado Novo as obras da Cidade Universitária foram paradas e abandonadas. Enquanto isso, o país mudava, mas também permanecia o mesmo. O processo histórico é um produto de conflitos e interações, sem os quais não existe "história" para contar.

O rígido controle que se seguiu, da parte do Governo, especialmente no nível federal, foi tema de estudos e livros desde então. O rearranjo de forças que ocorreu mudaria as definições de aliados e inimigos. Os mais à direita viam com bons olhos as

realizações e atos do "novo velho"[4] Governo. Os esquerdistas passavam para a clandestinidade. Alguns liberais não viam perigo na ditadura que buscava modelos em *jovens*[5] países da Europa, desde que afastasse o comunismo ateu de nosso território. As leis e direitos eram dados como se fossem obras de benemerência, e não conquistados pelos trabalhadores nacionais, o que transformou Vargas no "pai dos pobres". O populismo toma conta de nossa política.

Falar da *formação de elites* não tem mais o mesmo significado. A sociedade tem uma preocupação mais abrangente com o tipo de cidadão e sua participação na ordem política, e o voto secreto passa a ser um subterfúgio para as velhas manobras.

As classes "inferiores" recebem especial atenção no novo veículo de comunicação, cujas mensagens não chegam impressas em papel, mas vêm pelo ar. Num país de analfabetos quem tem um rádio "é rei".

O arcabouço histórico está montado, mas não será o único determinante dos rumos da ocupação da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" (CUASO), o nome próprio com o qual é batizado[6] o *campus* do Butantã, em 1956.

"Vale a pena, aqui, lembrar, por exemplo, a afirmação de Eugenio Coseriu, quando diz que 'a língua funciona sincronicamente e se constitui diacronicamente', ou, em outras palavras, que a atual linguagem é formada de palavras, expressões, frases, que datam de diversos momentos da História e representam, desse modo, formas de ser ou de exprimir diferentemente datadas, o que não impede ao falar de hoje, utilizar, ao mesmo tempo, essas formas de idade tão diversas. A mesma coisa se passa com **o espaço do qual um dos componentes, a paisagem**, é como um palimpsesto, isto **é, o resultado de uma acumulação, na qual algumas construções permanecem intactas ou modificadas, enquanto outras desaparecem para ceder lugar a novas edificações**. Através desse processo, o que está diante de nós é sempre uma paisagem e um espaço, da mesma maneira que **as transformações** de um idioma **se fazem por um processo de supressão ou exclusão, onde as substituições correspondem às inovações**. Da mesma forma que o sistema lingüístico, cada sistema geográfico é

---

[4] Getúlio Vargas é o governante que mais tempo ficou à frente do poder executivo na História recente do Brasil (período republicano).

[5] Tanto a Alemanha quanto a Itália haviam se unificado, isto é, reunido as províncias e principados sob um Governo único, entre os anos de 1860 e 1870, num processo que também pretendia criar uma identidade nacional.

[6] Pela Lei Estadual nº 3.456, de 28 de agosto.

sucedido por um outro, o qual recria sua coerência interna, ainda que cada variável isolada experimente um processo de mudança com ritmo próprio.

"No sistema histórico, ou temporal, as variáveis evoluem de maneira assincrônica; no sistema espacial, elas mudam sincronicamente"[7] (grifos meus).

Por isso não devemos confundir uma análise histórica com uma análise espacial. Quando falo das bases do discurso utilizado para definir a Cidade Universitária estou elegendo, assincronicamente, as partes que interessam a este trabalho, embora procure manter uma ordem cronológica nelas, mas não entre elas.

Realmente o Brasil mudara, se tornava mais moderno, sob a óptica da época, mas permanecia o mesmo nos latifúndios e bairros pobres. Mais uma vez, a idéia de uma Cidade Universitária está distante da realidade, alheia na redoma de vidro da Ciência.

Porém, alguns pontos do discurso anterior, sobre as razões de uma USP unificada num *campus*, vão se modificar. Em primeiro lugar, o local estava definido e legalizado[8]: "Quase não se tocou no assunto nos anos seguintes, nos períodos de Reitoria do dr. Lúcio Martins Rodrigues (1938-1939) e do dr. Domingos Rubião Meira (1939-1941). Apenas em princípios de 1941 desponta o degelo, quando, na inauguração do Instituto de Eletrotécnica da Escola Politécnica, seu diretor, Antonio Carlos Cardoso, apela para o interventor José Joaquim Cardoso de Melo, para retomar os planos. Algumas providências foram adotadas e em fins daquele ano, frutificariam, com o novo interventor, Fernando Costa, baixando Decreto-lei em 16 de dezembro, definindo a área a ser conquistada. Eram 170 alqueires paulistas entre a linha adutora de Cotia e o ribeirão Jaguaré, ou seja, a área da antiga Fazenda Butantã. Assim, começa a sucessão de novos planos, sempre retomados e reformulados."[9]

O término dos trabalhos do Escritório Técnico no início de 1938 não significara o fim da "missão construtora" de Ernesto de Souza Campos. Sempre participando dos debates, ele não condenava ninguém pelos anos perdidos, nem o desprezo de alguns reitores pelo tema da Cidade Universitária. Eram tempos difíceis e nenhuma pessoa queria se expor aos humores do Governo. Além do mais, as atenções

---

[7] SANTOS, Milton. Op. cit., p. 66-67.

[8] A Lei Estadual nº 2.521, de 09 de janeiro de 1936, autoriza a aquisição de terrenos para a Cidade Universitária.

[9] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da*

também estavam nos teatros de guerra espalhados pelo mundo. Era uma luta pela sobrevivência do "mundo livre", que quando parecia ter terminado, na verdade estava começando[10].

Quando as condições eram favoráveis, Souza Campos lançava seus livros, verdadeiros manifestos pela instalação da Cidade Universitária:

"...Faculdade de Medicina (...) ergueu magnífico centro médico no planalto do Araçá. **Causa essencial de todo seu progresso e amplitude foi a centralização de tôdas suas cátedras e serviços em gleba comum**.

"O Govêrno de São Paulo (...) reservou extensa área de sua propriedade e está desapropriando outras para **centralizar suas casas de ensino em um *campus*** único (...) no sentido do intercâmbio técnico e científico. Seria também esta a única oportunidade de **fomentar os esportes** (...) **problema de alta importância** para a mocidade brasileira. (...)

"A área de terreno (...) atinge quase 5 milhões de metros quadrados; seu valor é de mais de um bilhão de cruzeiros. Nela já estão funcionando: as instalações IPT e do IE, relacionadas com a Escola Politécnica; os edifícios do 'Betraton' (sic)[11] e do van de Graaf, do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e várias instalações da Faculdade de Medicina Veterinária"[12] (grifos meus).

Nestes trechos, Souza Campos volta a reafirmar algumas de suas posições: a permanência da Faculdade de Medicina no Araçá, sem *ceder um centímetro quadrado de terreno* que fosse de sua área para escolas que não lhe fossem correlatas; as vantagens da centralização espacial, que implicava na centralização dos serviços, dos equipamentos, da bibliografia, com vantagens econômicas sendo valorizadas; a insistência na questão dos esportes; entre outras posições assumidas por ele nos seus livros. A problemática da centralização agora vem acompanhada de várias condições, pois se já era tida como um fato real nos novos planos, ainda precisava-se definir seus

---

USP: presente e futuro. São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 38.

[10] Logo após o fim da Segunda Guerra os dois blocos, o "soviético", comandado pela URSS e o "ocidental", liderado pelos EUA, acabam por promover lutas em territórios que eram disputados por ambos.

[11] Ao fim da Segunda Guerra, a Fundação Rockfeller doou à USP US$75,000.00 para a compra de um acelerador de partículas. Marcelo Damy e Gleb Wataghin escolheram um **Bétatron** americano de 23 Mev. Era o início da Física Nuclear no Brasil, o que provocou o abandono da pesquisa sobre raios cósmicos (chuveiros penetrantes), se voltando os esforços para a Física de partículas.

[12] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 11.

parâmetros:

"A centralização das escolas em uma cidade universitária exige porém, condições necessárias à eficiência do sistema. Em breve resumo podem ser assim enumeradas:

1- *Vias de acesso e de comunicações internas* no sentido de proporcionar tráfego desafogado e de evitar o congestionamento de estudantes no trajeto diário, por motivos disciplinares. É muito conveniente uma avenida de contôrno.

2- *Bons parques para estacionamento de viaturas,* tomando em consideração uma população universitária que poderá atingir 10.000 alunos, além de mestres, auxiliares, funcionários, pregados e admitindo, ainda, que em dias de festas haverá considerável afluência de público.

3- *Sistematização dos edifícios ou zoneamento,* com determinação de sectores vizinhos. Teríamos assim os sectores de engenharia, de belas artes, de recreação, de esportes, residencial, etc.

4- *Localização conveniente dos sectores em posição central ou perilérica* de acôrdo com as maiores necessidades de contato com o público.

5- *Orientação heliotérmica e anemorcópica* das vias de comunicação e dos edifícios.

6- *Fácil acesso ao público para ingresso,* em determinados dias, nos jardins botânico e zoológico e museu de história natural.

7- *Disposição dos sectores e edifícios respectivos* de modo a não ficarem muito esparsos nem muito concentrados.

8- *Posição da reitoria e biblioteca tão equidistante* quanto possível dos outros elementos universitários.

9- *Bom serviço de abastecimento de água,* de esgotos, de luz e energia elétrica, com casa de fôrça para suplência.

10- *Sectores de esporte e de recreio* proporcionados à população universitária.

11- *Portaria geral.*

12- *Estação de bombeiros,* polícia e correio geral.

13- *Oficinas gerais* compreendendo carpintaria, marcenaria, mecânica, eletricidade, pintura, vidraria, etc..

14- *Biotério para criação de animais de laboratório, incluindo canis,* isolando esta secção de outra em que existam animais doentes ou inoculados.

15- *Hospital e local (canis, etc.) para animais inoculados.*

16- *Boa localização do parque zootécnico e jardim botânico* atendendo a critérios técnicos e abundância de água.

17- *Parque veterinário e hospital veterinário* em fácil comunicação com a respectiva escola.

18- *Preparação do conjunto* sob forma de parque aprazível e de recreio.

19- *Condições adequadas para o exercício* dos diversos objetivos da universidade a saber: educação, instrução, pesquisa, rotina, expansão cultural e conservação da ciência."[13]

Novas e velhas condições são listadas. Mas a Cidade Universitária é uma criação coletiva, com muitos desejos e necessidades interagindo. Embora Souza Campos esteja sempre presente nas CCUs, tentando impor suas opiniões e planos, será pelas mãos de outras pessoas, no momento oportuno, que os planos saem dos desejos e vão para o papel.

"...vinte anos de cogitações (...) houve porém, quem se mantivesse vigilante, aguardando oportunidades. Entretanto, se quiséssemos descontar as fases de silêncio governamental e reitorial, veríamos que durante uma década aproximadamente a tese estêve em foco.

"Dez anteprojetos foram elaborados nesse periodo (...) Liberdade absoluta para os que quisessem proclamar rumos ou assinalar diretrizes."[14]

ENQUANTO ISSO, NA FFCL...

É interessante notar os dizeres na base da Torre Universitária, idealizados pelo Reitor Miguel Reale, em 1973, escrita em pedras pretas num fundo de pedras brancas, típico mosaico português: "No Universo da Cultura o Centro está em toda parte". A Universidade pensada desta maneira é um corpo único, formada por partes que, isoladas, não são capazes de mostrar o todo. Ela não tem centro nem lado, em cima ou em baixo. Mas tem interior e exterior.

Tomada durante muito tempo como o centro da USP, *alma mater*, núcleo, pólo irradiador e berço da Ciência, nas figuras de seus professores e do extinto Colégio Universitário, a FFCL passara a ter uma existência de certo modo tranqüila no centro da cidade. Eis uma descrição deste cotidiano:

"Se a localização junto à Medicina e à Politécnica diminuia o status que se previa para a Faculdade de Filosofia, a localização no Instituto Caetano de Campos significava sua contigüidade com a vida urbana mais requintada. Entre a Praça da

---

13 CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitarias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 101 e 104.

14 CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 23.

República e o Teatro Municipal dispunha-se, nos anos 40, a nata da vida cultural paulista (...)

"Os estudantes da Faculdade, misturados às normalistas, trouxeram novo ânimo para a praça e suas redondezas: 'Era muito bonito ver as normalistas com aquele uniforme caminhando para o footing da Rua Direita, onde circulavam senhoras bem-arrumadas, com chapéus e luvas. A Faculdade de Filosofia modificou também aquele trecho da Rua Barão de Itapetininga, dando-lhe maior colorido. Durante a década de 40, era hábito entre os estudantes e professores freqüentar a Confeitaria Vienense, para o chá das sete, logo após a aula de História da Filosofia de Jean Maugué'.

"A Faculdade de Filosofia pôde valer-se, por vários anos, dos espaços respeitados da Escola Normal."[15]

O depoimento mencionado aqui é do professor Aziz Simão, recolhido por Loschiavo dos Santos em 1984. Por ele, podemos ter a visão do perfeito entrosamento da Faculdade com a cidade de São Paulo. A Faculdade não era mais o "centro" da USP, mas pertenceria ao "centro" da cidade.

No prédio do Instituto Caetano de Campos ficavam as seções culturais da FFCL, enquanto que as científicas ficavam espalhadas na Rua Brigadeiro Luís Antonio (Física) e na alameda Glete. Espremidas nos acanhados casarões, as seções científicas acabariam mudando para o Caetano de Campos, enquanto as culturais seriam alojadas no prédio comprado pela Reitoria, na rua Maria Antonia (fig. 20).

Este edifício, construído para abrigar uma faculdade de direito que pouco durou, comandada por Sampaio Dória, era grande o bastante para todas as seções. Assim, as científicas também vão se instalar nele no final dos anos 40. As próximas duas décadas seriam importantes para a consolidação da FFCL. O entorno da Maria Antonia, como se referiam ao prédio era um verdadeiro *quartier latin* tupiniquim: "Com a ida dos estudantes para a Vila Buarque, o antigo bairro residencial sofreu transformações intensas. Em pouco tempo, passou a ser o principal centro nervoso das atividades estudantis em São Paulo. Nas proximidades da faculdade também ficavam a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a partir de 1951, instalada na Vila Penteado, na Rua Maranhão; a Escola de Sociologia e Política; a Faculdade de

---

[15] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 37.

Economia, na Rua Dr. Vila Nova; e outras instituições culturais, como a Fundação Armando Alvares Penteado, no bairro do Pacaembu.

"Apesar de o Mackenzie estar instalado na região há muito mais tempo, a transferência, para aquele quarteirão da Maria Antonia, da Faculdade de Filosofia representou quase que a primeira experiência de um campus universitário em pleno centro da cidade."[16]

O balcão que ficava na entrada da Maria Antonia, cuja função foi recuperada na sua recente reforma, era ponto de encontro de alunos e intelectuais. As aulas inaugurais eram muito concorridas, sendo assistidas por políticos, jornalistas e celebridades culturais da época (fig. 21).

"Aquele saguão do prédio da Maria Antonia fervilhava e depois vinham também os estudantes da Economia, da Sociologia e Política. Aquilo estava-se tornando um bairro universitário que, desde 1964, começou a se deteriorar, com os constantes movimentos de polícia invadindo o prédio. Então eu dizia que aquilo estava-se tornando um Quartier Latin deteriorado, daí inclusive as fortes resistências em mudar para o campus da Cidade Universitária. Da Maria Antonia, os estudantes saiam e desciam a pé para a cidade, iam até as livrarias e a proximidade com a Biblioteca Municipal facilitava bastante."[17]

Esta tranqüilidade nas relações da FFCL com os seus vizinhos, após o golpe de 1964 e a subida dos militares ao poder, começava a deteriorar. Em 1968, com a invasão do prédio pela polícia, que ardeu em chamas, e a morte de um estudante secundarista durante um dos confrontos, a Maria Antonia foi fechada e abandonou, traumatizada, seu último espaço na cidade. Isto foi um ponto sem retorno para a USP e a longa história da ocupação do *campus*. Os governantes dessa época, golpistas de 64, perceberam o problema de ter algumas faculdades de Ciências Humanas, com seus intelectuais de esquerda, espalhadas pela cidade. A mesma percepção e atitude teve a Realeza francesa na Paris da época da Comuna, com sua população clamando novamente "Liberdade" e recebendo tiros em troca.

Para o ódio dos que presenciaram a "queda" da Maria Antonia, a Junta

---

[16] Idem, p. 37.

[17] Depoimento de Paulo Duarte, citado no livro PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 37.

Comercial de São Paulo, depois de uma reforma no edifício, passou a ocupá-lo, ostentando, na sua entrada, logo acima do famoso balcão, uma foto do politécnico e prefeito "biônico" de São Paulo, Paulo Salim Maluf. Era a vitória das forças reacionárias, com a derrota da democracia. O exílio de alguns de seus mestres selaria tristemente uma progressão da violência contra o livre pensamento. Nestes termos não havia o que fazer senão esperar e mudar para o distante *campus*. Estranho imaginar que foram os militares, por vias indiretas, que conseguiram a ocupação definitiva da Cidade Universitária pela FFCL.

O VAIVÉM DOS CONCURSOS E PROJETOS

Em 1942, um novo Reitor, Jorge Americano, pede a Mário Whately, dono de uma firma construtura, estudos para a ocupação do *campus*, dentro dos limites do razoável e do orçamento do Estado, ou seja, um projeto compacto e de fácil execução.

Pela comparação de datas e descrições cheguei a dedução que algumas das plantas que se encontravam no Arquivo da Escola Politécnica fossem deste projeto, pois não encontrei nenhuma reprodução nos vários livros e trabalhos a respeito do assunto que tive oportunidade de consultar. Quem sabe uma busca mais demorada nos documentos do FUNDUSP (Fundo de Construções da USP) possa retirar esta dúvida. De qualquer maneira, os planos em que me baseei são uma demonstração da variedade de soluções imaginadas.

Estes planos lembram muito a descrição que Manfredo Tafuri faz da Universidade da Virgínia, nos EUA: "...programação da universidade de Virgínia em Charlottesville, para a qual usufrui do conselho de Thornton e de Latrobre (1817-26). O *campus* universitário deverá ser – segundo o Estatuto jeffersoniano – uma 'aldeia académica': a ideologia agrária abate-se completamente sobre o programa pedagógico. Organizada segundo o esquema de um U aberto, convergente na biblioteca com cúpula central, a universidade fracciona-se numa série de pavilhões separados, verdadeiros núcleos didácticos auto-suficientes, completos com residências académicas e unidos por um pórtico contínuo. A ordem e a liberdade procuram encontrar na organização formal a sua integração: os pavilhões, completamente diferentes entre si, demonstram a extrema flexibilidade da tipologia classista (...) enquanto o rigor da distribuição geral e da rotunda final aludem explicitamente à estabilidade, à permanência, ao caráter

absoluto da instituições."[18]

Thomas Jefferson aliás, defendia o desenvolvimento dos EUA baseado na pequena propriedade rural de base familiar. Como os fundadores da USP, seus ideais também tomavam forma na organização espacial.

Aqui começa a delinear-se o que será uma verdadeira cidade, não só universitária, mas como um sistema espacial onde se desenvolvem as ações concretas. Uma cidade planejada e não imaginada, calcada na realidade presente e não num padrão idealizado para o futuro. Esta cidade é autônoma da outra, a metropolitana São Paulo, que a envolve. Ela não é estática e morta, como uma cidade fantasma de filmes de bangue-bangue.

A CUASO deixou de ser uma Universidade dentro da cidade para tornar-se uma cidade acadêmica, uma instância informacional da sociedade, onde esta última deveria buscar a renovação, coisa que não faz. A Cidade Universitária amadureceu durante sua existência, provocando uma mudança nos planos e idéias dos seus idealizadores e dos fundadores da USP. Por vezes, os arquitetos se surpreendem com a dinâmica de suas criações.

O tamanho do projeto da Firma Mário Whately provocou reações dos interessados na construção da Cidade Universitária. Chamado de limitado e acanhado, por concentrar as atividades acadêmicas na área ao norte do terreno, ele distribuía as faculdades e institutos ao longo de uma avenida "estreita", com cerca de 60 metros de largura, mas com grandes jardins centrais. Na entrada desta avenida ficaria uma grande praça circular e no outro ponto, no retorno das pistas, a Reitoria fecharia o conjunto.

Percebemos que as preocupações neste plano iam além dos aspectos técnicos de trânsito ou de expansões num futuro incerto. Era também pensada a circulação de pessoas e idéias, fundamentais num *campus* universitário, muito mais que suas dimensões e questões estilísticas. Entendiam os autores que a Cidade Universitária era uma extensão da própria USP e do tipo de Universidade que ela deveria ser: racional, compacta e com estreito contato entre as unidades.

Até mesmo a tão propalada área para expansão não era tão pequena assim. Os edifícios das unidades de ensino fechariam as laterais da avenida principal,

---

[18] TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo.* Tradução Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 1985, (Coleções Dimensões), p. 28.

mantendo a aparência do conjunto, mas poderiam expandir suas atividades e construções radialmente, pela parte de trás dos edifícios.

Neste tipo de composição a unidade arquitetônica se manteria ao longo dos anos, pois a demolição de uma das unidades do conjunto acabaria por desfigurá-lo, devendo também prever as cotas e número de andares das edificações. Estas suposições, pela falta de conhecimento de desenhos e plantas dessas construções, foram inferidas por comparação com outras composições arquitetônicas de grandes massas, da mesma época.

A concentração de atividades, na USP, em torno da enorme parte plana ao norte, onde é atualmente a *Praça do Relógio*, teria facilitado o entrosamento e criado uma verdadeira consciência de Universidade, pois muito do espaço desperdiçado com o sistema viário seria utilizado para futuras expansões, mesmo mantendo-se a monumentalidade da Praça Magna.

Esta predisposição que a Cidade Universitária tem em privilegiar a circulação por veículos, decorrente dos deslocamentos internos entre os vários setores e da distância do centro da cidade, levou à menção de criação, de linhas de ligação com o centro e dos ônibus circulares, durante a palestra do Reitor Jorge Americano, que abria as discussões da Semana da Cidade Universitária: "O local da Universidade dista 12 kilometros do centro da cidade e é atualmente ligado a ela pela estrada que vai do Jaguaré à Lapa e pela estrada de Itú, com serviço regular de ônibus. Com a instalação da 'cidade universitária' deverá crear-se um serviço especial, próprio, entre ela e a cidade, em horas adequadas, além de uma ou mais linha (sic), circulando internamente."[19]

As escolhas deste ou daquele projeto, ou a recusa, muitas vezes não eram baseadas em padrões funcionais, mas em conceitos estéticos e em interesses imediatos. Mesmo numa planta bidimensional, onde as Faculdades se distribuiriam ao redor de um centro comum, há uma disputa pela área mais favorável: o alto do morro. Deste local seria possível a escola escolhida observar as outras de uma posição de superioridade, além de controlar toda a movimentação abaixo de si. Descrevendo desta forma pensamos logicamente na Reitoria para ocupar esta posição, e é o que acontece no plano de Whately (fig. 22). Mas num dos planos do Escritório Técnico do Plano da

[19] Esta palestra, intitulada "A posição atual do problema da Cidade Universitária", proferida no dia 23 de outubro de 1944, consta de material do Arquivo da Escola Politécnica, composto de 11 palestras (do total de 14 proferidas), datilografado e sem revisão de ortografia.

Universidade, de 1945, quem ocupa este lugar é a Faculdade de Medicina (fig. 23), enquanto no antigo plano de 1937, da Solução Butantan, o espaço era ocupado por uma imensa praça, encimada pela FFCL (fig. 24), ou mais precisamente pelo Colégio Universitário e pelo Museu de História Natural (fig. 25).

Estes planos foram traçados com base na condição da entrada principal da USP se dar pela face norte, como dito no caso dos lagos. Mas, quando o eixo principal passa em definitivo para o sentido leste-oeste, no início dos anos 50, o uso da paisagem e do posicionamento dos edifícios, para criar um efeito de monumentalidade e de composição perspectiva, muda totalmente. Este padrão leste-oeste prevaleceu e definiu toda a forma do *campus* nos projetos posteriores: "O projeto atual, em execução, teve êste primeiro grande mérito: lançou a avenida paralelamente ao canal do Pinheiros, articulando-a com a extremidade distal da Avenida Afrânio Peixoto, da City. Pràticamente no mesmo eixo. (...)

"...o acesso à Cidade Universitária se faz regularmente, por excelentes avenidas, e que a penetração na gleba não necessita de pontes, nem viadutos. Foi sem dúvida, uma *trouvaille*. Tudo simples, natural. Não sabemos até porque esta solução não foi adotada logo de início. Segundo mérito: temos uma avenida de 100 metros de largura, localizada em terreno plano, com trajeto até uma grande praça constituinte do Centro Cívico. Maravilhoso *parkway* de ingresso.

"Terceiro mérito: perspectiva magnífica, vendo-se as colinas anfiteatradas, de baixo para cima, em visão ampla e envolvente.

"A discriminação da gleba em setores é o quarto dos méritos essênciais do projeto."[20]

Por causa disso, valorações e pré-determinismo, percebemos que até um desenho "conciliador e igualitário" é palco de discussões, pois não é capaz de representar, na totalidade, o mundo real, cheio de valorações e mudanças. Afinal, nenhum dos desenhos é "perfeito", definitivo e imutável, por mais detalhes e informações que possa nos dar, ou das funções que reservamos para eles.

É o caso dos traçados viários do *campus*. Em certos projetos as ruas e avenidas traçadas deixam de ser vias de comunicação e passam a ser limitadoras da

---

[20] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 28.

comunicação. Não são mais "rios navegáveis", mas "fossos entre os feudos", isolando algumas Escolas e Departamentos. As distâncias na Cidade Universitária eram equacionadas para que as pessoas se locomovessem a pé, de preferência em terrenos planos ou com aclives leves, o que causaria uma sociabilidade maior. Mas o automóvel subtraiu o aspecto do contato social, pois neles o pedestre se transforma, esquece seus problemas e vicissitudes. O *campus* nos projetos compactos era também preferível por esse ponto: um espaço menor, com maior freqüência de contatos entre as pessoas, era mais vantajoso para as atividades acadêmicas, afastando o tráfego de veículos do centro da Universidade.

De qualquer maneira, a oposição aos planos de Whately decretou seu arquivamento. Mas aquele empurrão que foi dado aos trabalhos não podia parar, sob pena de correrem mais alguns anos até que se voltasse a falar numa Cidade Universitária. Dois acontecimentos vão colocar os debates na ordem do dia. Um deles foi a desapropriação dos terrenos ao sul do *campus*, do outro lado da colina do Butantã, indo até a Estrada de Itu, aumentando significativamente a área a ser utilizada. O segundo fato teve uma repercussão maior. Foi a realização da Semana da Cidade Universitária, apenas um mês depois, em outubro de 1944.

Abrindo a Semana o Reitor Jorge Americano explicou a situação em que se encontrava a Cidade Universitária. Referindo-se ao projeto de Mário Whately disse ser mais concentrado e que havia pedido o zoneamento residencial da margem direita do Rio Pinheiros, para a construção das residências de professores e funcionários, separada então dos alunos. Alertava para a impossibilidade de mudar para o *campus*, como previsto nos anos 30, a Faculdade de Medicina e a ESALQ.

Os novos projetos que surgiriam, na edição de um futuro Concurso de Idéias, teriam de contemplar os espaços para: imprensa universitária; templo; orientação cultural e profissional; cooperativas separadas para alunos, professores e funcionários; serviço assistencial para professores e funcionários, e educacional, do primário até a faculdade, para seus filhos; hospital; lavanderia; rádio; correio e telégrafo; gás encanado; abrigos anti-aéreos; policiamento; campo de aviação; possibilidade de navegação pelo Rio Pinheiros; ramais da ferrovia; estábulos; canis; aquário; aviário; observatório astronômico; planetário; observatório meteorológico; equitação; patinação; golfe e, finalmente, um Centro Preparatório de Oficiais da Reserva (CPOR). Isto tudo com vistas aos festejos do IV Centenário, dali a dez anos.

Mais uma vez começava errado o processo. Em vez de escalonar prioridades, que poderiam ser rearranjadas ao longo dos trabalhos, pensava-se em um projeto de grande porte, de máximas, como costumava escrever Souza Campos. Isso provocaria contratempos e atrasos, levando a uma nova análise e novos estudos cada vez que um dos aspectos era abandonado.

Para a avaliação dos 5 trabalhos apresentados[21] para o *Concurso de Idéias e Sugestões sobre a Cidade Universitária*, no dia 27 de agosto de 1945, foram usados quatro critérios: "... reuniram-se para o julgamento e, levando em consideração:
"a) as ligações entre a cidade universitária e as principais vias de acesso à mesma;
"b) o sistema de tráfego interno da cidade universitária;
"c) o zoneamento, consideradas especificamente as zonas didàtico-cultural-administrativa, oficinal, campos experimentais, esportes e educação física, centro cívico e residenciais.
"d) o paisagismo. (...)
"...após a identificação, os estudos de detalhes que não foram aproveitados, ou inutilizando-os, se não se apresentar nenhum interessado. Deverão ficar em exposição por duas semanas, naquela sala, os estudos premiados."[22]

Os juizes foram o Reitor Jorge Americano, o urbanista e prefeito da cidade Francisco Prestes Maia e Ernesto de Souza Campos. A escolha foi suspeita pois o primeiro prêmio foi para um amigo de Souza Campos: Hipólito Gustavo Pujol Jr., coadjuvado por Oscar Defilippi, que juntos também fizeram os planos para uma Cidade Universitária, no Rio de Janeiro.

Souza Campos e Pujol Jr. haviam apresentados projetos para as Universidades do Brasil (Rio de Janeiro), de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), de Belo Horizonte (Minas Gerais) e do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia. O estilo, apresentação, traço e letras de Pujol eram inconfundíveis (fig. 26). Soma-se a esta suspeita o fato de "Na impossibilidade de publicar todos os projetos premiados, por falta de reprodução fotográfica conveniente, nos limitamos ao primeiro

---

[21] O primeiro prêmio ficou com o projeto chamado *Acuratus*, os demais receberam a classificação como segundo prêmio, e foram: *Calouro*, do eng. arquiteto José Maria das Neves em colaboração com Júlio de Andrade; *Seisdarara*, do eng. arquiteto José Luís de Almeida Nogueira Junqueira; *Satélite*, dos engenheiros Francisco da Silva e Palma Travassos ; e *Urbi e Orbi*, do eng. Oscar Pereira de Souza Pinto e colaboradores.

[22] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitarias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 183-184.

prêmio e à composição perspectiva de um dos classificados em segundo lugar, o engº arquiteto José Luis de Almeida Nogueira Junqueira."[23] No entanto, neste mesmo livro Souza Campos reproduz vários outros projetos da Universidade do Brasil e dezenas de plantas de universidades espalhadas pelo mundo. Poderia estar negando aos outros projetos uma avaliação futura?

"...mas a Reitoria e a Comissão não adotaram o plano vencedor. É que, quase simultaneamente ao concurso, fora nomeado um escritório de obras, chefiado pelo engenheiro Freitas Valle, que também desenvolvera um estudo de urbanização, ganhando, agora, a preferência."[24]

Havia também por essa época, uma idéia do Governo do Estado de emitir apólices em nome da Cidade Universitária, ou melhor, da sua construção. A proposta foi bem aceita pelos dirigentes da Universidade. Os títulos, lançados ao mercado com juros anuais de 6%, eram não só um bom investimento, mas também uma prova de civismo, aos olhos de seus idealizadores.

"Em novembro de 1944 o interventor Fernando Costa solicitou do Conselho Administrativo do Estado a realização de um empréstimo de duzentos milhões de cruzeiros, destinado aos trabalhos de construção da cidade universitária, mediante a emissão de apólices de mil cruzeiros denominadas 'apólices universitárias do Estado de São Paulo'."[25]

Criados somente pelo Decreto Lei nº 14.924, de 10 de agosto de 1946, os 200 milhões de cruzeiros em apólices demoraram a sair, faltando liberações aqui e ali. Mais uma vez, a burocracia estatal tornava o processo lento. A mudança da situação do mercado, nesse meio tempo, inviabilizou a emissão. O problema maior foi que o artigo 6º desse Decreto limitava esta emissão a 30 milhões de cruzeiros anuais, condicionando as liberações de verbas para as obras da Cidade Universitária, por parte da Secretaria da Fazenda, a esse valor. Isto evitaria que se gastasse mais do que a venda dos títulos arrecadaria. No entanto, o valor de 30 milhões de cruzeiros era considerado satisfatório pelos membros da Comissão da Cidade Universitária... se ele existisse.

Ano após ano era recusada qualquer liberação de verbas, como explica

---

[23] Idem, p. 181.
[24] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. Op. cit., p. 47.
[25] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do*

Souza Campos: "Assim, todos os anos apareciam no orçamento do Estado, secção da Universidade, aquêles impraticáveis e famosos trinta milhões. A burocracia vigilante afirmava não poder a Cidade Universitária receber mais nada, porque tinha trinta milhões virtuais. Não valia afirmar que o empréstimo não fôra lançado e que, portanto, nenhuma verba existia realmente. Criou-se o tabu."[26] As verbas que existiam mal davam para consertar o único trator da obra, que possuía também um velho caminhão. A saída encontrada foi, em fins de 1949, solicitar verbas federais para realmente iniciar os trabalhos no *campus*.

Foram liberados, pelo Governo Federal, 5 milhões de cruzeiros, uma verba muito reduzida em relação aos planos e cronogramas de obras. Alguns gastos deveriam ser cortados e uma nova lista de prioridades apareceu.

No período de 1946 até 1949 a Reitoria nomeou duas novas Comissões da Cidade Universitária. A primeira foi formada por Ignácio de Anhaia Mello, José Maria da Silva Neves, Henrique Jorge Guedes, Elisário da Cunha Bahiana, Frederico Brotero, Freitas Valle, Francisco da Silva Telles, Eduardo Knesse de Mello, Christiano Stockler das Neves e, a única pessoa que fez parte de todas as Comissões, Ernesto de Souza Campos. Esta primeira CCU resolveu elaborar um novo estudo a partir do trabalho de Freitas Valle e dos planos do Acuratus (fig. 27).

Em 1948 iniciam os trabalhos de uma nova CCU, reformulada pelo Reitor Lineu Prestes. São mantidos Anhaia Mello, Silva Neves, Christiano das Neves e Souza Campos, a novidade fica por conta de Adriano Marchini. Estas CCUs são mais ecléticas que as anteriores. O termo eclético também definiu um tipo de arquitetura que buscava condensar aspectos de várias tendências, perfeito para definir a situação: "...ligeira variação nas tendências urbanísticas dentro da Comissão. As imagens do *campus* até então sintetizam esquemas hierárquico-abstratos com derivações paisagísticas do urbanismo inglês, tendências bem visíveis em Ernesto de Souza Campos e Anhaia Mello, respectivamente. Já o arquiteto das Neves, formado nos Estados Unidos, autor do nosso primeiro 'arranha-céu', o edifício Sampaio Moreira, aparentemente tinha algumas posições alternativas à mentalidade 'Praça Central' e 'Grande Avenida' predominante."[27]

---

planejamento e execução. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 135.

[26] CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário/Reitoria da USP, 1954, p. 194.

[27] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. Op. cit., p.

Em 28 de março de 1949, antes da saída de Christiano das Neves, a CCU apresenta um Plano Geral da Cidade Universitária, um entre os muitos que virão:

"Quais são estas linhas mestras?

"Em primeiro lugar constaram de sistematização de tôda a gleba em setores capazes de conter grupamento de atividades idênticas ou afins. Cada setor foi dotado de área de expansão, a fim de evitar futura interpenetração. Este é o *elemento básico* do conjunto."[28]

Aquela amplidão de possibilidades e exigências alardeadas em 1944, durante a Semana da Cidade Universitária, provocam seus efeitos complicadores. Praticamente a cada ano deviam ser refeitos os Planos Gerais para o *campus*: "...em 1952, a necessidade de restringir áreas a serem desapropriadas, de dilatar o setor politécnico, e de acomodar a zona residencial, o plano voltou ao Conselho, tendo sido aprovada a remodelação, mantidas as linhas mestras do plano anterior."[29]

A solução proposta aos problemas com os Planos Gerais foi a realização de um novo concurso de idéias, desta vez com um caráter mais profissional. Seria aplicada a tabela do *Town Planning Institute*, para uma área e população igual a da Cidade Universitária, remunerando digna e profissionalmente o ganhador. Os responsáveis pela realização deste concurso, na 6ª reunião para discutir os termos do edital, dia 29 de agosto de 1947, argumentam a favor e contra atrelar o vencedor a um contrato. A favor está o presidente do Instituto de Arquitetos, Eduardo Knesse de Mello, por ser norma deste instituto, e de defender as percentagens de fiscalização e execução da obra. Do outro lado está Souza Campos, que num arroubo de mal humor diz que em 30 anos lecionando na Universidade não havia ganho 1/10 do que receberia o vencedor do concurso, por um trabalho de 15 dias. Esta frase, aliás, foi suprimida em uma nova redação da ata[30]. O concurso acabou não se realizando, em parte pela preocupação em gastar altas somas com os honorários do vitorioso.

"Mas a consolidação da obra operou-se própriamente no Govêrno do Professor Lucas Nogueira Garcez, nos três anos da Reitoria do Professor Ernesto de

---

47.

[28] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 24.

[29] Idem, p. 23.

[30] Consta de material do Arquivo da Escola Politécnica, com as transcrições dos debates, atas 5, 6, 7 e 8, entre os dias 27 de agosto e 23 de outubro de 1947, datilografado.

Moraes Leme – (1951 - 1952 - 1953) – prosseguindo com a Reitoria do Professor José de Mello Moraes, a partir de janeiro de 1954. Os trabalhos de planejamento e execução na Cidade Universitária tomaram tal vulto que o problema está positivamente solucionado. (...)

"A obra universitária nunca poderá ser considerada terminada. Avança continuadamente. Assim, podemos com ufania registrar no momento atual, que o plano da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo está vitorioso e fundamentalmente concretizado."[31]

No período aludido acima, as comemorações para os 400 anos da Cidade de São Paulo produzem um efeito multiplicador. A divulgação das obras que eram feitas pela cidade aumentava mais ainda a curiosidade popular, e de certo modo isso aumentava o interesse do Governo na conclusão a tempo dessas obras.

Além do IPT, que havia construído seu edifício principal e mais 6 pavilhões, os membros da CCU, ano de 1954, viam a realização apressada das outras obras: "Constitui êste fato embaraço para a Comissão da Cidade Universitária, não obstante caber razão aos mestres que se esforçam por sair dos exíguos espaços de que dispõem. Embaraço sério, porque surgem logo complicações e deficiências resultantes da azáfama nos acabamentos que por sua natureza demandam tempo. Alvenarias ainda molhadas são sujeitas a revestimento e pintura, e assim por diante. (...) Surgem dêste açodamento inconvenientes difíceis de vencer, em consequência dos limitados meios financeiros fornecidos para esta obra que merecia dispor de verbas quatro vêzes maiores.

"Encontram-se em pleno funcionamento no *campus:* o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, pioneiro, com, grande edifício central e seis pavilhões; o edifício de Alta Tensão do Instituto de Eletrotécnica; a Física Nuclear com os pavilhões do 'Betraton' e 'van de Graaf'; a seção de bovinos da cadeira de Zootécnia, inclusive o serviço de inseminação.

"A grande caixa de água está concluída e estão em curso as obras dos edifícios da Reitoria, Zoologia, Botânica, Física Experimental e Física Superior, Aperfeiçoamento do Professor, Tôrre Universitária, Pavilhão de Máquinas do Instituto de Eletrotécnica. E serão logo iniciadas as obras da Física Teórica, agora ofertada pela

---

[31] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução.* São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 11-12.

colônia italiana e por descendentes de italianos."[32] (fig. 28)

O fim das comemorações do IV Centenário arrefeceram as obras no *campus*, que vinham num crescente. Isso é pelo menos a conclusão que cheguei comparando os 3 gráficos que acompanham o livro "*Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*", de 1954, no qual Souza Campos explora somente os dados favoráveis das obras no *campus*. Neles percebemos a irregularidade do fluxo de verbas. Isto fica claro no gráfico de Recursos Mensais Recebidos, onde as verbas recebidas, inicialmente de pequeno porte e vindas do Governo Federal, e depois assumidas pelo Governo de São Paulo, são acrescidas pelas contribuições particulares, também de pequena monta e empregadas em prédios específicos. Os gráficos de despesas, dos edifícios da Reitoria e da Zoologia, demonstram que o lançamento das despesas parciais era totalmente irregular e intermitente, mas quando elas eram somadas, mês a mês, montavam um gráfico com uma curva ascendente, de despesas acumuladas, que tem pouco valor como base para avaliação, porque a coluna posterior tem sempre base na anterior. Há dois grandes períodos que se sobrepõem nestes dois gráficos (Reitoria e Zoologia), onde não é investido nada nestas obras: de janeiro a abril de 1952 e janeiro a maio de 1954, este último coincide exatamente com as comemorações do IV Centenário. Quando comparamos estes períodos, com o gráfico de Recursos Recebidos, notamos que os valores eram destinados então a outras obras, talvez mais visíveis e monumentais, como o *parkway* ou a praça magna, ou ao contrário, usados em serviços de terraplanagem da várzea.

Para poder descrever os planos e projetos para a Cidade Universitária foi necessário um padrão de análise do usos propostos para o terreno, além de um mínimo de continuidade entre os projetos, de forma a poder compará-los. Optei por duas situações que, como disse no início deste capítulo, são aparentemente antagônicas: permanência e mudança.

Alguns pontos, entre os projetos, são constantes em relação a presença, mas não quanto a localização. Por vezes esta presença é intermitente, descontinuada ou faz parte de um momento específico.

São as mudanças.

A amplidão dos projetos para a Cidade Universitária, com espaços vazios,

---

[32] Idem, p. 97.

sem nada projetado para eles, era alvo dos sonhos de escolas, das associações de alunos e professores da Universidade e da imaginação dos arquitetos. Vários projetos e usos considerados para a área poderiam parecer esdrúxulos e fora de propósito.

Um deles diz respeito aos abrigos anti-aéreos. Com as terríveis notícias de bombardeios que vinham do *front*, ou mesmo de cidades como Londres, distantes aquela época da ameaça de invasão alemã, mas cuja população sofria com os ataques dos aviões inimigos, a população brasileira se sentia ameaçada. Havia até mesmo uma legislação em São Paulo, definindo as metragens, normas de uso e distâncias entre os abrigos anti-aéreos. Tudo isso era fruto de um temor imposto à população, por alarmistas e leigos nas reais características de ataques aéreos, de modo que ela "não baixasse a guarda", contribuindo para o esforço de guerra. Durante sua palestra na Semana da Cidade Universitária[33], no dia 27 de outubro de 1944, o chefe da Defesa Civil de São Paulo, o senhor José Olavo de Freitas, prega a criação no futuro *campus* de vários destes abrigos, que em tempos de paz poderiam ser usados como depósitos, centros recreativos e até como capelas. Este alarmismo infundado não era baseado na realidade, pois os navios brasileiros afundados por submarinos nazistas estavam a grande distância da costa e em águas internacionais, e que nenhum porto sofreu ataque de canhões. Para o bem dos planos da Cidade Universitária esta idéia foi mais uma que não vingou.

A transformação destes abrigos em capelas estava de pleno acordo com alguns desenhos e projetos que reservavam espaço para os cultos das principais religiões, geralmente posicionando estas capelas próximas ao setor residencial. O cientificismo dos trabalhos em laboratório não era ateu, nem poderia pois quem não acreditava em Deus deveria ser comunista, ou pelo menos era taxado como.

Pouca gente imagina que os terrenos ao lado dos lagos foram usados para a prática de volovelismo. O Grêmio Politécnico, entre suas várias atividades, tinha um Clube Politécnico de Planadores, que a partir de 1949 construiu uma pista naquele lugar, aproveitando os bons ventos. O vôo a vela era fundamental na formação de pilotos e de engenheiros aeronáuticos, sendo que um dos planos para o setor politécnico admitia um departamento ou instituto deste tipo de engenharia, lembrando que o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) havia sido criado em 1947, na *distante*

---

[33] Esta palestra consta do material do Arquivo da Escola Politécnica, composto de 11 palestras (do total de 14 proferidas), datilografado e sem revisão de ortografia.

cidade de São José dos Campos. O Clube de Planadores utilizou seu campo de pouso até a metade da década seguinte, depois disso foi para Jundiaí. Duas razões que devem tê-lo levado a abandonar o *campus* foram o avanço das obras e o perigo de voar sem um motor para sustentar o aparelho, sobre uma cidade extremamente populosa.

Há também os projetos onde ocorrem, com freqüência, a escolha de determinadas áreas e também dos prédios e equipamentos que serão nelas instalados. Sobrepondo os desenhos constatamos que estes espaços se mantêm nos mesmos locais desde os projetos da Opção Butantan.

São as permanências.

Escolhi alguns destes espaços para discutir melhor. O setor politécnico, com a Escola e seus institutos anexos (IPT e IE), será discutido no próximo item "A reação das Escolas..." Os conjuntos residenciais dos estudantes e o setor esportivo foram pensados e estruturados para funcionar em íntima relação com aquela parcela da comunidade uspiana, enquanto seu uso era limitado e controlado para as "massas".

Nos planos de Souza Campos haveria espaço para dois conjuntos no setor residencial, um para estudantes nacionais (fig. 29) e outro para estrangeiros. Um edifício que é mostrado com orgulho no seu livro "*Cidade Universitária da Universidade de São Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*", é o da *residência de estudantes estrangeiros.* Mas se compararmos as dimensões da construção com os dados sobre a presença de estrangeiros no corpo discente da USP, ficamos decepcionados.

"Parece haver tendência bastante clara de a Universidade atrair uma proporção anormalmente alta de pessoas nascidas no estrangeiro. Naturalmente, em muitas Universidades de outros países, as populações universitárias apresentam um contingente estrangeiro muito maior do que da população das cidades em que estão localizadas as Universidades; êsse fenômeno, entretanto, decorre, em grande parte, da presença de estudantes estrangeiros que, não sendo imigrantes, voltam normalmente a seus países de origem. Em São Paulo isto raramente acontece; a proporção dêstes é de menos de meio por cento."[34]

---

[34] HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e trabalho - Um estudo na Cidade de São Paulo.* Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. 141.

Souza Campos descreve a situação da Casa Internacional do Estudante[35], vinte e nove anos depois de ter surgido como Fundação Emile Deutsch de la Meurthe. Inicialmente com 340 quartos, em 1954 terá 1.878, a maioria oferecida por magnatas e políticos de vários países, de armênios a vietnamitas, de suecos a argentinos, para abrigar seus conterrâneos, enquanto estudavam em Paris. O professor Georges Dumas, um dos responsáveis pela vindo dos professores franceses em 1934, tentou fazer algo parecido, para os brasileiros que fossem estudar na França, nas primeiras décadas deste século.

Comparando com os dados de Hutchinson, percebemos a pouca utilidade que teria edificar um prédio para esse fim. No entanto gastava-se tempo e dinheiro para sua idealização e confecção das plantas. Uma vez mais é copiado um padrão estrangeiro de estrutura de Cidade Universitária. Mais uma vez a providência livra a Universidade de uma forçosa adaptação do edificio, já que não foi construído.

Souza Campos imagina uma proximidade do conjunto residencial dos estudantes com o setor esportivo, determinando um forte controle sobre as atividades e rotinas dos alunos, tratando a todos como secundaristas indisciplinados, prontos a cometer brincadeiras infantis. Além disso determina uma posição periférica, de maneira a ser impedida ou desestimulada a freqüência de estranhos ou de visitantes ao centro da Cidade Universitária..

"A residência de estudantes, nestas modernas concepções, apresenta-se **centralizada em um bloco com distâncias razoáveis do setor esportivo**. (...)
"2 - Em segundo lugar é preciso atender à circunstância de que **a residência obriga a uma posição periférica** em relação ao *campus* (...)
"3 - A centralização dos estudantes constitue motivo econômico, que não é necessário encarecer, sobretudo no que concerne aos serviços fundamentais de restaurante, transportes, etc.
"4 - O Clube de estudantes, para que haja uma vida universitária, deve ficar próximo da residência estudantina. (...)

"Situada a residência, nas proximidades do setor esportivo, **podem os moços frenqüentá-lo pela manhã, antes das aulas e a tarde, ao se recolherem aos**

---

[35] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 49-50.

dormitórios"[36] (grifos meus).

"Para o estudo do programa geral do Setor Residencial do Estudante, foi estabelecido, como mais provável, o seguinte **regime de vida do *estudante interno*,** isto é, do que é alojado na Cidade Universitária. ... o estudante, **ao levantar-se, encontra,** seja no quarto que ocupa, seja no bar de seu Bloco Residencial, **a refeição matinal. Após esta e antes de iniciar seu trabalho escolar, poderá êle dirigir-se ao Setor Esportivo,** que fica próximo, para aí fazer um **primeiro período de exercício físico.**

"Deixando o esporte, demandará o estudante o setor de ensino que lhe compete ... Aí passará o seu dia de trabalho. Tomará a sua segunda refeição ou almoço, no restaurante-bar da Faculdade; nêle poderá tomar também a sua terceira refeição, o lanche da tarde.

"Terminado o dia escolar, demandará o estudante o setor residencial, onde poderá trocar de roupa e, eventualmente, retornar aos esportes, entre seis e sete horas da tarde.

"Do setor esportivo (...), **depois de vestir-se apropriadamente, tomará a sua última refeição, o jantar,** no *Restaurante Cafeteria,* localizado entre os Blocos residenciais.

"A noite, **depois do jantar, poderá êle encontrar,** no contíguo *Club Estudantil, as distrações e o repouso,* com que encerrará o seu dia universitário"[37] (grifos meus)

Algumas normas são delineadas para o uso do setor de esportes (fig. 30):

"Tais normas gerais, aprovadas pelo Conselho Universitário, tinham a seguinte redação: (...)

"1°) - **As instalações do Setor de Esportes serão principalmente destinadas ao uso dos corpos discente, docente e auxiliar da Universidade,** ou de instituições congêneres do Pais, e do estrangeiro, **salvo casos especiais** (...)

"2°) - A prática dos esportes na Cidade Universitária terá o caráter essencial de ***amadorismo,*** que deve ser reabilitado e incentivado por todos os meios, expurgando-se de qualquer resquicio de *profissionalismo* as competições que lá se realizarem.

"3°) - As lotações do Estádio e de outros campos de jogos esportivos, serão limitadas à

---

[36] Idem, p. 56-57.
[37] Idem, p. 47-48.

acomodação de *assistencias moderadas*. Evitar-se-á assim perturbação ao sossêgo do *campus* universitário, tanto mais quanto por conveniência de acesso e outras, o *Setor Esportivo* se localiza na visinhança do *Setor Administrativo*.

"4°) - A exploração mercantil das competições esportivas, pela **cobrança de ingresso ao público em geral, deverá ser relegada para plano secundário**, encarada apenas como **moderada e justa contribuição para o desenvolvimento da cultura física** entre os universitários e para o brilho de suas reuniões esportivas. (...)

"6°) - Em resumo, a finalidade principal do *Setor Esportivo* será a da **cultura do esporte pelo esporte** no meio Universitário, como reação indispensável ao assim chamado *Esporte profissional*. Assim, a Universidade, ao lado de outras entidades, pugnará pelo restabelecimento do verdadeiro *esporte amador*, cuja brilhante tradição em São Paulo tanto honrou a sua cultura."[38] (fig. 31)

Já abordei no capítulo anterior os esportes oferecidos aos estudantes, ou pelo menos imaginados para eles, e o caráter elitista de algumas modalidades (tênis, hipismo, iatismo e outras). Aqui procurei deixar claro a importância que Souza Campos dava a atividade física dos alunos e a sempre presente necessidade de isolamento do *campus*.

Tanto o setor residencial dos estudantes quanto o esportivo quase sempre foram localizados próximos ao Rio Pinheiros, e na posição que se encontram atualmente (parte norte do *campus* – baixada, lado leste), em oposição ao setor politécnico (parte norte, lado oeste). Inicialmente a proximidade com o rio facilitaria a prática de esportes aquáticos (fig. 32).

O Arquiteto Rino Levi descarta esta proximidade do setor esportivo e posicionamento da periferia, e num belo estudo coloca o conjunto residencial dos estudantes sobre a lateral do morro, perpendicular a linha da adutora de Cotia, com as janelas dos apartamentos voltadas para o norte, vislumbrando todo o *campus*.

A referência que fiz anteriormente à raia olímpica de remo, como lago, foi devido as variações nos projetos sobre sua função e uso. A raia é um dos pontos que se mantiveram em quase todas as plantas e planos, fazendo parte do setor esportivo. Localizada ao longo do Rio Pinheiros retificado, ela teve uma função de composição paisagística nos primeiros projetos. Seria um fator de embelezamento da entrada monumental da Cidade Universitária..

---

[38] Idem, p. 59-60.

"Na sua quase totalidade, os antigos projetos, elaborados para o *campus* universitário do Butantã, tomavam como eixo de composição, ou melhor, da avenida principal de ingresso, um perpendicular ao canal do Rio Pinheiros. Esse eixo coincidia, em geral, com o prolongamento de um dos vales existentes na gleba. Esta foi, por exemplo, a solução Pujol Júnior pioneira de tais estudos ... Um único traçou esta linha em diagonal."[39]

Nestes projetos, a entrada principal da Cidade Universitária seria feita no sentido norte-sul, com uma ponte de 100 metros sobre o rio e uma outra sobre o lago, dividindo-o em dois. Como se pretendia navegar com barcaças de carga e barcos a vela ao longo do sistema Tietê-Pinheiros, antes da poluição tornar esta idéia impraticável, a altura destas pontes seria um fator de abandono desta solução. Isto acabou com os planos de uma avenida que desceria em continuação a Dr. Arnaldo. Em 22 de julho de 1945, nos "Dados para o Concurso de idéias para a Cidade Universitária", constava na informação aos concorrentes:

"DESCRIÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ACESSO DO TERRENO, MEIOS ATUAIS E PROVAVEIS DE TRANSPORTE.

"Atualmente pode-se atingir o local por duas vias: pelo Butantã, isto é, atingindo-se o Instituto Butantã pela Avenida Vital Brasil, e daí tomando-se uma pequena estrada interna, que atravessa toda a gleba; ou pelo alto da Lapa, **atravessando a ponte sobre o Rio Pinheiros da Avenida Jaguaré**, contígua à Cidade Universitária.

"O prolongamento da Avenida Dr. Arnaldo, parece que será o caminho mais próximo para atingir a futura Cidade Universitária, desembocando no eixo da mesma"[40] (grifo meu).

A ponte do Jaguaré, cuja estrutura é usada hoje para acomodar canos de água, era a melhor passagem sobre o Rio Pinheiros, em parte canalizado. Poderiam até haver outras pontes, mas eram precárias e inseguras.

Passou-se a privilegiar o uso da avenida Rebouças para alcançar o *campus*. As obras do lago serviriam também para fornecer areia e pedras para as construções e aterros. Para termos uma noção da grandeza deste movimento de terra, após comparar

---

[39] Idem, p. 27.

[40] Consta de material do Arquivo da Escola Politécnica, incorporado, pelo antigo funcionário do Arquivo, aos documentos sobre a "Semana da Cidade Universitária", datilografado e anotado.

volumes extraídos e área aterrada[41], cheguei ao cálculo de 1,5 metros de terra depositada por metro quadrado na várzea.

A fisionomia da Cidade Universitária se modificara, muito próxima dos tempos atuais. Mas estas idas e vindas transformariam o *campus* de São Paulo num caos controlado, pois as constantes mudanças de orientação dos trabalhos e dos aspectos urbanísticos foram o reflexo de uma ocupação desordenada, calcada nas disputas pelos espaços. O poder sobre eles transforma a setorização, um dos aspectos que vingou, em feudalização. A CUASO é uma cidade moderna com vestígios de vila medieval.

A REAÇÃO DAS ESCOLAS E INSTITUTOS ÀS MUDANÇAS

Daquelas três grandes escolas da capital, as "irmãs mais velhas" da FFCL, somente a Politécnica vai se mudar para o *campus*. As razões alegadas foram os poucos espaços para expansão no bairro da Luz.

A mudança da Politécnica para o *campus* foi alvo de críticas e restrições, como conta o professor Tharcísio Damy, em depoimento a Maria C. L. dos Santos (São Paulo, 15 de outubro de 1982): "Houve, por parte de alguns professores e alunos, certo temor, pois julgavam que a Cidade Universitária apresentava dificuldades de acesso, o que iria dificultar a vida em geral. É claro que as condições da cidade de São Paulo de então poderiam justificar essa argumentação, mas na realidade foram facilmente superadas."[42]

Para as necessidades de espaço e instalações da escola, no início da década de 70, bastariam as desapropriações de lotes e edifícios vizinhos naquele bairro. O transporte dos alunos poderia ser feito pelo Metrô, em fase de construção e que teria uma estação (Tiradentes) na praça em frente. Os problemas estavam nas futuras expansões, que teriam de ser feitas sobre um bairro residencial, de grande densidade demográfica, e no distanciamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que já havia mudado sua sede, parcialmente, no início dos anos 40.

"Coincidiu esta fase com a vantagem de ser concedida maior expansão de

---

[41] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 98.
[42] SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica (1894-1984)*. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP/FDTE, 1985, p. 103.

área para a Politécnica. Saiu então, também aprovado pelo Conselho Universitário, o Plano de Zoneamento e Urbanização."[43]

Outra razão plausível para a opção de mudar toda Escola é a da unidade arquitetônica. Os prédios Paula Souza, Ramos de Azevedo e os galpões da Hidráulica e do IPT, além dos vários barracões espalhados pelo terreno eram velhos e não comportavam o volume de alunos e as atividades a eles reservados. Corredores estreitos, instalações elétricas e hidráulicas com problemas, depauperação dos ornatos da fachada e dos caixilhos das janelas, eram fatores que, aliados ao uso contínuo, fazem qualquer edifício ser trocado por uma nova instalação. Em que pese a tradição, esta estava em parte garantida com o tombamento, pelo CONDEPHAAT, da área construída. Os velhos galpões e barracões restantes, com exceção da Hidráulica, foram postos abaixo no final da década de 80. Em seus lugares foram erguidos um imenso ginásio de esportes e dois edifícios, com vários andares, que acomodam, junto com os que se mantiveram, todas as atividades da Faculdade de Tecnologia de São Paulo, a FATEC.

Com a construção do edifício do Curso de Engenharia Civil, em 1973, todas as dependências da Poli finalmente estavam agrupadas novamente na CUASO, desta vez, com bastante espaço para expansão. Os limites do setor politécnico, como veremos no próximo capítulo, foram demarcados pelas bordas de uma enorme área ao lado do IPT, que havia se instalado antes de qualquer outra unidade da USP.

O pioneiro no *campus* foi o IPT. Esse instituto se instalou numa área na parte oeste do terreno, na divisa com as propriedades da Imobiliária Jaguaré, tendo o ribeirão, que deu nome a esta companhia, como divisa.

"O Jaguaré tinha um curso sinuoso, várzea afora, antes de desembocar no Pinheiros: as chuvas de montante acarretavam tremenda caudal de água. recobrindo tôda a baixada. A canalização dêsse córrego, numa extensão de dois quilômetros, até a estrada de Itu, foi o primeiro trabalho para tornar possível a utilização da gleba universitária."[44]

Era uma área pouco valorizada, pois além dos alagamentos também ficava "longe" da Praça Magna, da reitoria, da Biblioteca Central e das escolas. Naquele lugar o IPT estaria longe das vistas de curiosos e da circulação de carros e pedestres. Mas

---

[43] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução.* São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954. p. 20.
[44] Idem, p. 79.

aquela inauguração precisava ser comemorada, pois marcava a retomada das obras da Cidade Universitária.

"Mais tarde foram projetados os pavilhões de metalurgia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas que também, no primitivo plano, deveria ter seu primeiro assento na gleba de Butantan.

"A construção dos novos pavilhões tão necessários ao I. P. T. deu motivo ao lançamento do marco inicial das obras da cidade universitária. Aproximava-se a data do cinquentenário da Escola Politécnica. Era a data que deveria ser escolhida, como foi, para lançamento do marco inicial das obras da cidade universitária: 13 de fevereiro de 1944. (...)

"Mais alguns **meses** se passaram e nova conquista era feita pela universidade. Foi-lhe concedida autarquia sob tutela administrativa do govêrno do Estado e sob controle econômico financeiro da secretaria da Fazenda. Passaram para a alçada da reitoria a prática de todos os atos administrativos da universidade, que assim se se *(sic)* desligou da secretaria da Educação e Saúde Pública. O decreto de nº 13.855 foi assinado no dia 1º de março"[45] (grifo meu).

Miguel Reale contradiz à Souza Campos sobre esta data. Ele afirma que a correta é 29 de fevereiro[46], sem fazer diferença para o fato.

Seu diretor, Adriano Marchini, empreendia uma nova visão de como conduzir as pesquisas, muito mais prática e voltada às aplicações da indústria. Com o início das obras, em fevereiro de 1944, as primeiras providências foram tomadas. Consistiam em limpar o terreno e tratar de retificar aquele curso d'água, cheio de meandros que inundavam a área. Esta retificação, que ficou a cargo do Escritório Técnico, em 1945, se estendeu por cerca de um ano, mas isso não impediu que o Instituto erguesse seu edifício principal e vários galpões em menos de dois anos.

Devemos notar o fato que uma casinhola, localizada logo na frente do edifício Adriano Marchini, de tijolo a vista e usada como casa de força durante as obras e por um bom tempo ajudando no funcionamento daquele instituto, talvez seja a construção mais velha da Cidade Universitária.

---

[45] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitarias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945, p. 133-135.

[46] MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. *Arcadas, história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – 1827/1997*. São Paulo: Alternativa, 1998, p. 195.

Lanço aqui a idéia, se esta suposição for confirmada, de a USP usar aquela construção como uma espécie de memorial do *campus*, relembrando sua história difícil e cheia de altos e baixos.

Outro instituto anexo à Politécnica é o de Eletrotécnica, criado em 11 de fevereiro de 1940, pelo Decreto nº 11.684, e hoje uma autarquia. Em 17 de abril de 1952, uma série de cerimônias de lançamento de *pedras fundamentais* acontece no *campus*. Uma delas marcaria o Agrupamento de Zoologia, que não vingaria, pois englobava a FFCL, a Farmácia e Odontologia e a Medicina Veterinária, num dos vários projetos de setorização da Comissão responsável pelas obras. Mas os edifícios de Matemática da Poli e o Pavilhão de Máquinas, do Instituto de Eletrotécnica, ligado àquela escola, seriam o início do setor politécnico.

Uma instituição criada na década de 40, mais precisamente em 1948, foi a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), uma dissidência da Politécnica, separando o antigo curso de engenheiros-arquitetos em dois: engenheiros civis e arquitetos. Isto significava uma nova forma de encarar a construção e planejamento de edifícios e outras edificações. Os reflexos serão sentidos por toda a cidade e também pela Cidade Universitária. As discussões a respeito dos concursos agora deveriam obedecer a outros conceitos e novos parâmetros, diferentes dos empregados desde os tempos de Ramos de Azevedo. Esta escola irá se instalar na Rua Maranhão, no antigo casarão do Conde Penteado, em estilo *art nouveau* e, por si, uma aula de estilo arquitetônico.

Enquanto algumas instituições da USP mudam, outras fazem questão de permanecer. Este é o caso da Faculdade de Medicina que, com a definitiva escolha da *Solução Butantan*, marcaria seu lugar na Avenida Dr. Arnaldo.

Com as promessas de fácil comunicação com o *campus*, através de largas avenidas, a Medicina realmente acabou criando um mini-*campus*, com uma autonomia razoável em relação à USP, dotado de instalações e de recursos com os quais sonhavam as outras escolas. Com a inauguração do Hospital das Clínicas, em 1943, anexo à Faculdade e localizado a poucos metros dela, a área de clínica médica tem um grande desenvolvimento. Isto completava aquelas exigências da Fundação Rockefeller feitas em 1922.

Com bastante espaço para se expandir, além da construção de vários outros

prédios e clínicas, e a localização de quase todas as escolas médicas[47] no seu entorno, a Faculdade de Medicina não via razões de transferir aulas ou estudos laboratoriais para a Cidade Universitária, como acontece atualmente. Na entrevista realizada com o ex-Reitor Miguel Reale, em 8 de janeiro de 1998, fica clara a resistência das escolas às mudanças: "Outra dificuldade que encontrei foi com a Faculdade de Medicina. Tendo à frente o prof. Ulhôa Cintra, que foi, aliás, um grande reitor, sua Congregação não concordava em situar o estudo da anatomia no *campus* entre as ciências biomédicas, que preparavam os estudantes tanto para a medicina como para a odontologia e a medicina veterinária.

"Não se deve esquecer também que houve compreensíveis resistências quando se cuidou de desmembrar a antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nessa como nas demais questões, tudo fiz no sentido de se cumprirem a nova lei e o novo estatuto universitário."[48]

O rigor dos órgãos centrais da USP conseguia provocar mais distanciamento e isolamento entre as unidades. As atuais classes formadas no Instituto de Ciências Biomédicas são separadas, havendo aulas para biólogos, odontólogos, veterinários e médicos, pois as exigências de cada área fazem com que as matérias ministradas sejam diferentes. Mesmo naquelas matérias comuns a todos estes cursos, como Histologia, os alunos são separados por instituição de origem, pois há uma rivalidade entre eles, reflexo do isolamento e rivalidades de suas escolas com as demais.

Outra permanência, a da Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, era uma decisão tomada desde as primeiras discussões sobre a Cidade universitária, o que acarretou o isolamento desta Faculdade em relação as demais áreas de ciências humanas. Outro problema, recentemente solucionado com a construção do edifício anexo, foi o de espaço para acomodar todas as atividades desta escola. Nem este problema foi o bastante para mudar a posição de toda a Faculdade. Desde os alunos até os professores havia um consenso em não abandonar o centro da cidade. Os alunos especialmente, por considerarem um ato ditatorial da Reitoria querer transferir as aulas para o *campus* sem o aval da maioria.

Um episódio ocorrido em 1973, no auge do Período Militar e com a

---

[47] Atualmente existem a Escola de Enfermagem, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, além de vários institutos, como o de Medicina Tropical e da Criança, entre outras instituições.

[48] MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloisa. Op. cit., p. 244.

repressão aos "terroristas" cuidando de eliminar toda a oposição ao Governo, vai ser o fim das discussões sobre a transferência da Faculdade de Direito. Quem nos conta o ocorrido é o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, diretor daquela Faculdade entre 1973 e 74, num trecho de sua entrevista, realizada recentemente, em 19 de janeiro de 1998: "Eu nunca fui radicalmente contra a mudança. Na verdade, eu sempre achei – e continuo achando – que a Faculdade deveria ter transferido o curso de graduação para o *campus* e mantido o pós-graduação no Largo São Francisco. Agora as coisas mudaram porque nós temos um prédio anexo e falar nisso agora é tolice; mas não havia o prédio anexo. Eu assisti a um episódio tragicômico: o Reale, no final da gestão dele como reitor – o diretor da Faculdade era o Pinto Antunes – escolheu um local para fazer a Faculdade de Direito ao lado da nova reitoria e fez o lançamento da pedra fundamental. Eu estive lá, eu assinei o pergaminho, assim como 90% dos professores. Dois dias depois aparece no Largo São Francisco – naquele tempo ainda havia um jardim – uma plaquinha: "Quantas pedras forem lançadas, tantas tiraremos" [o mote correto é: "Quantas pedras forem colocadas, tantas arrancaremos"] e ai eu sou informado de que, durante a noite, estudantes do Largo São Francisco haviam retirado essa pedra fundamental e recolocado a pedra sobre essa lápide no Largo. Depois, com aqueles remanejamentos da Faculdade, tiraram essa lápide. A urna do lançamento está lá no museu da Faculdade, assinada por todos nós."[49]

Não é preciso comentar mais nada a respeito. Apesar do isolamento da escola, seus acadêmicos que se tornaram reitores foram grandes incentivadores da Cidade Universitária como um fator de agregação das atividades da vida universitária. Um destes juristas, que foi Reitor em duas ocasiões, o professor Miguel Reale, também criou vários *campi* pelo interior do estado.

Na sua entrevista, já mencionada, ele relata: "A desapropriação do *campus* tem uma longa história. Eu, como reitor, consegui recursos do governador Adhemar de Barros para pagar a vários expropriados, e, ao voltar á reitoria, em 1969, ainda encontrei situações pendentes.

"Por falar em *campus*, quando retornei à reitoria [1969-74], resolvi corrigir uma desigualdade flagrante. Entendi que não era possível privilegiar a USP da Capital, e criei o *campus* de São Carlos, o *campus* de Ribeirão Preto, o *campus* de Piracicaba, o *campus* de Pirassununga, o *campus* de Bauru, concebendo a USP como uma federação

[49] Idem, p. 251-252.

de unidades autônomas."[50]

Algumas unidades da USP não são cogitadas de mudança, ou devido ao abandono de aspectos dos projetos ou pela sua afirmação com o local que estão localizadas. Darei dois exemplos, para não me alongar muito. No primeiro caso temos a ESALQ, que dispõe de um amplo *campus* no interior, aparelhado e com rotinas estabelecidas, e que viu aliviado o desaparecimento dos espaços do parque zootécnico e dos campos experimentais das plantas e esquematizações. No outro caso podemos encaixar o Museu Paulista, que apesar das divisões e fracionamento de suas coleções mantém com a cidade e o bairro do Ipiranga uma relação de reconhecimento e perenidade na paisagem, seu público é formado muito mais por pessoas do povo, que buscam uma raiz histórica para o cotidiano, do que de pesquisadores universitários, que era a função imaginada para todos os museus da USP e de suas relações com a FFCL.

A USP continuaria, como acontece até hoje, a ter instituições complementares, seja lá a definição dada a esta *complementaridade*, um caráter tão subjetivo que coloca e retira centros de estudos, fundações, autarquias e serviços públicos de sua órbita de relações. Alguns novos órgãos surgiriam e outros, como o Instituto Butantã, passariam para outras Secretarias de Estado, no caso Saúde Pública, às vezes sem que esta ligação com a USP produzisse frutos ou laços duradouros, tão somente trabalhos isolados.

Vimos, no Capítulo I, qual o destino da Escola de Sociologia e Política, tão alijada da USP quanto o Departamento de Assistência a Psicopatas (Hospital Psiquiátrico do Juqueri), o Instituto Adolfo Lutz e o Serviço Florestal, mais conhecido como o Horto Florestal, localizado no extremo norte da cidade. Alguns projetos conjuntos existem entre a Universidade e essas instituições, mas são esporádicos.

Ainda outras instituições, como o Instituto Agronômico de Campinas, pela sua Divisão de Experimentos e Pesquisas, e o Instituto Biológico, mais exatamente o seu Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura, são a demonstração destas interações, cada vez mais específicas e burocráticas, acontecendo nas divisões, setores e outras ramificações menores.

Por conta destas agregações de institutos e centros estaduais de pesquisa e ensino, e da planificação de um espaço no *campus* para cada um deles, pelo menos para

---

[50] Idem, p. 243.

os que não possuíam sede própria, que a Escola de Polícia, hoje Academia de Polícia, possui uma grande área na entrada da CUASO, sem a mínima relação com a Universidade, criando uma latente animosidade entre as duas, acirrado nos anos de Ditadura, após o golpe de 1964, e da repressão exercida pela polícia, tanto militar quanto civil. Mais que uma simples rusga, este distanciamento de finalidades entre Ciência e Educação por um lado, com o Poder de polícia e manutenção da Ordem de outro, produziu, no início da década de 90, um fato aviltante, quando alunos daquela Academia, sem serem delegados formados, mas com o conhecimento dos seus superiores, ajudaram a reprimir um piquete de funcionários, numa greve convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP, ameaçando os manifestantes com armas.

Isto mostra o caráter quase que aleatório para a inclusão destas instituições nos planos da Cidade Universitária. Ainda da relação que consta do livro de Souza Campos[51], o Instituto de Radium, também mencionado como Instituto de Rádio "Arnaldo Vieira de Carvalho", que tratava das aplicações das descobertas de Marie Curie, funcionou num espaço da Santa Casa. Não tenho informações do que foi feito dele, nem do Departamento de Assistência ao Cooperativismo. O Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura, como visto no capítulo anterior, tornou-se o Museu de Zoologia da USP em 1969.

Em geral as escolas que se encontravam instaladas, mesmo que em lugares provisórios, aguardavam o andamento dos projetos e obras na Cidade Universitária. A incerteza e a descontinuidade das obras não permitia riscos. Sem verbas liberadas e certas era temeroso se instalar no *campus*. Com a aproximação do IV Centenário ocorre uma explosão de obras, mas só alguns departamentos das faculdades, geralmente necessitados de espaços para suas experiências, são contemplados. A insistência em alguns aspectos, como a *parkway*, provoca discussões dentro da CCU. Stockler das Neves pede para ser dispensado dos trabalhos, em 1950, porque sua proposta de reduzir a largura daquela avenida para "somente" 60 metros é recusada.

Há uma relação clara entre as obras e planos da Cidade Universitária e o poder que resulta das decisões e escolhas. Esta relação nem sempre é explícita e já vinha acontecendo desde a formação da primeira CCU, em 1935. Afinal, espaço é poder.

---

[51] CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo – aspectos gerais de planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária USP, 1954, p. 9-10.

CAPÍTULO IV

ESPAÇO E PODER NA CUASO

"A Park Commission deve executar não uma cidade disponível e adaptada ao business, mas sim um símbolo colectivo e voluntariamente abstracto, uma ideologia realizada em imagem urbana, a alegoria de um ordenamento político que pretende agora apresentar-se imóvel nos seus princípios, apesar da rápida e móvel evolução nas consequências socio-económicas. Washington, enquanto cidade, encarna a imobilidade e a convencionalidade daqueles princípios, apresentados agora como não históricos; em Nova Iorque, em Chicago e em Detroit são reservadas partes de protagonistas do desenvolvimento ..."

TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 1985. (Coleções Dimensões), p. 31.

MOLDANDO O ESPAÇO DO HOMEM

Baseando-se em determinados elementos dos projetos que foram discutidos nos capítulos anteriores, que utilizo como exemplo e como fonte para formular deduções, procurei estabelecer uma relação entre o espaço geográfico, mais precisamente o urbano, e as formas edificadas[1] que o homem cria para si dentro deste espaço. Nesta análise, coloco em evidência o poder, não aquele normalmente identificado com o Estado e as ações dos governantes, mas sim o das relações de dominação e persuasão que fazem parte de nosso cotidiano.

Após esta explicação, podemos dizer que, concebidas como um modo de dominação, e também de assimilação, as relações iniciais do ser humano com seu habitat variavam na dependência dos recursos naturais e na capacidade de transformá-las. Em termos gerais, não há lugar na superfície do planeta que não tenha sido testemunha da tentativa, com sucessos e fracassos, do assentamento de um grupo humano. Quanto melhor um grupo dominasse uma determinada região maiores seriam as possibilidades de expansão para outras. A dominação e expansão, nesse sentido,

[1] O espaço vazio e o vão também serão considerados aqui como "edificados", desde que tenham sido pensados para ter uma função e não simples soluções estéticas ou estruturais.

provinham das condições para o desenvolvimento de técnicas que auxiliariam o homem a controlar sua vida, bem como a de outros. Este é o princípio do poder, ou melhor, do conceito que usarei para analisá-lo numa sociedade gregária e sedentária. Embora o funcionamento do sistema seja aparentemente simples, a diversidade e complexidade das relações entre os seres humanos, torna a definição precisa do conceito de poder um tanto difícil. No entanto, apesar desta dificuldade, podemos traçar uma ligação direta, mas não exclusiva, entre o espaço, a forma que lhe damos e o poder sobre ele.

Em princípio, não notamos em nosso cotidiano que o espaço é dividido, não nos damos conta que ele contempla o espaço da produção (fazendas, indústrias e áreas de extração), espaço da representação (templos e lugares santos), espaço de dominação (colônias e protetorados), espaço da convivência entre iguais (bairros de gente abastada e favelas), e uma série de outros pequenos espaços[2], definidos para esta ou aquela função, atividade ou plano futuro de ocupação.

Com o avanço do conhecimento e controle sobre a Natureza e o território, o ser humano, desde seus primórdios como grupo social, não só passou a ter poder sobre o espaço, mas também buscou deixar marcas ou a representação, seja direta ou indiretamente, de seu nível de domínio.

O termo civilização decorre do termo cidadão (*civilitas*), que numa versão simplificada, quer dizer "habitante da cidade". Temos assim uma relação entre o "pensar e agir" de uma determinada maneira, própria de grupos sedentários e estabelecidos, e o desenvolvimento dos locais onde isto ocorre, ou sejam, as cidades.

Mas esta "civilização" não é gratuita, o investimento social para a manutenção de um grande número de pessoas, em determinado local, é relacionado com os recursos que este espaço possa fornecer, tanto resultado de uma atividade humana, deliberada ou moldada pelas necessidades, como de uma relação passiva frente a Natureza[3].

Como disse antes, o poder (entendido como domínio) sobre o espaço pode também se estender sobre as pessoas. O indivíduo e o grupo passam a depender de uma

---

[2] Pedaços separados artificialmente, de uma só superfície do nosso planeta, além de algumas dezenas de metros em outros planetas e satélites.

[3] Atividades como caça, pesca e coleta são consideradas, neste texto, como passivas, pois são resultado de extrativismo, embora impliquem uma certa "ação" do homem. A agricultura, por outro lado, é "ativa" pois necessita da realização de tarefas, em determinada ordem, a partir de uma experiência anterior, modificando o habitat.

forma de representação do poder para manterem-se agregados e existirem enquanto grupo social. Neste universo, o "poderoso" (aquele que detém o poder) deve, sempre que possível, lembrar aos "impotentes" (aqueles que não detém) a medida da sua capacidade e supremacia. O alcance de seu poder deve ser sempre nítido e claro para os sentidos, e ter a capacidade de ser reproduzido socialmente, do modo mais permanente possível.

É interessante notar como a maioria dos trabalhos que se propõem a discutir o Poder acaba por tratar quase que exclusivamente do *poder político*, das relações entre o Soberano e seus súditos, ou do Estado com os cidadãos; Estado entendido como uma entidade inevitável e repositório do poder, seja advindo da força ou de práticas de consentimento. Desta maneira passam a impressão que as relações de dominação, convencimento, coerção e manutenção da estrutura da sociedade são algo de menor valor, simples reflexo do Poder do Estado. No entanto, deixam claro que este Poder do Estado não é a soma, pura e simples, destes poderes "menores", que devido a complexidade das relações sociais atuais, multiplicada pela agregação urbana, estão presentes a cada momento da nossa vida (e da nossa morte), pois não há fuga, mesmo para quem dorme ou para um indigente sem identificação.

O Professor Lebrun escreve rapidamente sobre como o poder perpassa pelas relações humanas e como ele se diferencia de um poder do mundo natural com as coisas que o povoam, sem que um decorra diretamente do outro.

Ele considera que um dos principais temas desenvolvidos por Michel Foucault, nos seus livros "Vigiar e Punir" e "A vontade de saber", é a constatação que o Poder no Estado moderno "não é mais, essencialmente, uma instância repressiva e transcendente (o rei acima dos súditos, o Estado superior ao indivíduo), mas uma instância de controle, que *envolve o indivíduo mais do que o domina abertamente*... o sistema disciplinar, a que nos vemos submetidos até em nossa vida privada, cresce, discreta mas continuamente. O Estado moderno é menos *abertamente dominador*, e mais *manipulador*; preocupa-se menos em reprimir a desobediência do que em preveni-la. É feito menos para *punir* do que *disciplinar*.[4]" Esta afirmação deve ser relativizada, pois ainda existem muitos que acreditam no "poder disciplinador" de um cacetete. Outro alerta feito por este filósofo é que não devemos relacionar diretamente o poder político

---

[4] LEBRUN, Gérard. *O que é Poder*. Tradução Renato Janine Ribeiro, Silvia Lara Ribeiro. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984, p. 85. (coleção Primeiros Passos).

com o poder econômico[5]. Lebrun nos diz: "Em suma o poder não é *um ser*, 'alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar'. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda a parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.). Por que, nestas condições, conferir tanta honra ao tradicional e arcaico *poder do estado,* constituído na época das monarquias absolutas européias?

"Sem pretendermos (...) criticar Foucault, podemos contudo perguntar se, ao enforcar em seu microscópio os mil pequenos poderes que nos prendem sem o sabermos, ele não está se *precipitando* em depreciar a matriz 'ordem/obediência' ('eu tenho poder, portanto você não tem')..."[6]

Não é minha intenção discorrer longamente sobre isto, mesmo porque não tenho escopo para tal, mas sim relacionar algumas práticas de análise e ocupação (projeto, processo e construção) do espaço urbano e a arquitetura como representação, ainda que, inconsciente das relações de poder.

Em arquitetura o poder está sempre do lado dos que conseguem construir, materializando suas idéias. Desenhos e plantas somente têm o poder (possibilidade) de seduzir nossa imaginação, ao contrário de seus parentes, os decretos e leis, que são entidades associadas a valores que normatizam e regem a sociedade, de maneira clara e concreta, e supostamente gerais na sua abrangência e implantação. Nunca veremos o desenho em perspectiva de um edifício com o *cumpra-se* de uma lei anotado, datado e assinado num canto.

Gostaria de dar um breve exemplo, uma demonstração clara das escolhas e idéias dos arquitetos, influindo no desenho e relações de poder de um projeto. Ele pode ser encontrada na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

O prédio do Legislativo, com seus dois edifícios principais, de uma verticalidade monumental, domina a perspectiva, não só da Praça, mas de toda aquela região da cidade. Sua altura é muito superior ao gabarito dos demais prédios. Embora

---

[5] Comentando o posicionamento do sociólogo alemão Ralf Dahrendorf e seu livro "Classes e conflitos de classes nas sociedades industriais", Lebrun escreve: "O proverbial poder do dinheiro não nos autoriza a confundir a função de produção e aquisição dos bens com a que consiste em determinar a conduta dos homens. Por considerável que possa ser a interferência de propriedade e poder, será apressado identificá-los *de maneira absoluta* (sic)." Idem. p. 109.

[6] LEBRUN, Gérard . Op. cit., p. 2021

Lúcio Costa afirme que o cruzamento dos eixos monumentais, com a instalação da Estação Rodo-ferroviária, era a base do projeto da nova capital, o coração aonde fluiriam os filhos da terra, vindos de todos os rincões do país, acabou escondendo a estrutura abaixo do nível destes mesmos eixos.

A distribuição de espaços e funções, na Praça dos Três Poderes, é própria de um país como a Inglaterra, com forte tradição parlamentarista. O Brasil, ao contrário, tinha (e tem) uma propensão a concentrar o poder nas mãos de um dirigente único. Foi assim desde nossa Independência, e não era diferente nos idos do Governo JK. De outra forma, se a idéia de Niemeyer era ter espaço para o grande número de parlamentares, não era preciso a verticalização, visto o imenso espaço vazio naquela parte do desenho de seu colega urbanista. Se a idéia era de uma praça democrática, então deveriam ter sido distribuídas em forma circular, ou triangular, as "casas" dos representantes do Executivo, Judiciário e Legislativo.

Da maneira que foi idealizado, o espaço privilegia uma idéia de governo, onde os vários representantes da população, escolhidos nas eleições de seus estados, são mais importantes, ou melhor, tem um papel decisivo nas decisões do Governo, em relação a uma única pessoa, por mais expressiva que tenha sido sua votação. Isto é extremamente importante no contexto da localização de Brasília, longe das pressões da população dos centros mais populosos, especialmente do Rio de Janeiro. Quem terá definido isso? Há várias possibilidades, desde uma improvável modéstia de Kubitschek até uma liberdade total na criação, por parte do arquiteto "oficial".

Em um espaço urbano que se desenvolve ao longo do tempo, crescendo, expandindo e tornando-se mais complexo, o número de "representações" também aumenta, numa relação direta com outros centros, desde que a comunidade não seja isolada. A competição pela liderança, seja no campo cultural, industrial, comercial, político, administrativo, etc., faz com que cidades incorporem uma imagem coletiva para si.

Paris "cidade luz", São Paulo "que não pode parar", Rio de Janeiro "cidade maravilhosa", são criações a partir de algumas características, eleitas para dar um "rosto" a estas cidades. Tal criação é fruto de conflitos e resulta de um determinado momento histórico.

Quando alguém projeta um edifício (ou uma área) está lançando nele dois

parâmetros: a "construção histórica" e a "imaginária". Eles são indissociáveis, porque o pensamento criativo tem como base a memória, e esta é recriada com base em novas vivências e percepções. Não é possível imaginarmos algo totalmente novo, que não possua algum modelo de comparação com algo que tenhamos vivenciado[7].

Esta também é uma relação signo/objeto, tão importante para a Semiótica, mas que só pode acontecer se houver quem a interprete e construa.

"Paisagem é a porção do ambiente que se abarca com o olhar. Trata-se, portanto, de um fragmento de espaço, limitado conquanto variável em extensão e características. Implica, sobretudo, em determinado meio observado e em determinado observador. Sem nenhum determinismo, muito ao contrário, cabe ressaltar que tal "pedaço" sofre alterações, ainda quando o consideramos natural ou virgem, assim como o observador também muda de pessoa para pessoa, de cultura para cultura, de um tempo para outro. Presentes um e outro, há uma inter-relação que registra ou literalmente recria a paisagem, que muda ainda que não se altere o ambiente observado ou o observador insistente e, em conseqüência, inter-relação histórica."[8]

A forma que uma construção ou uma paisagem assume é a representação da sociedade onde elas estão inseridas. São nossas vivências e dos que nos cercam que fazem a "leitura" de um lugar. Ele só existirá enquanto espaço construído, física ou mentalmente, quando pensarmos nele.

Colocar um prisioneiro numa solitária, sem janelas e comunicação com o exterior, faz com que ele se alheie da realidade, pois aquele pequeno mundo não pode ser identificado senão pela lembrança de que há alguma coisa fora dele, às vezes esquecendo a própria consciência do corpo, que estará neste outro mundo, exterior aos limites da cela.

Meu papel então é o de intérprete mas, como todo historiador, preciso de alguma maneira me tornar também um "re-construtor". A intenção, antes de tudo, é refletir sobre a realidade, explorando as facetas das múltiplas verdades que nos rodeiam.

---

[7] Um cego de nascença imagina e constrói mentalmente o mundo a partir dos outros sentidos, especialmente o tato e a audição. Na hipótese dele passar a enxergar, seria necessário uma dolorosa fase de adaptação para o mundo que nós consideramos real, mas que, para ele, seria absurdamente novo.

[8] MARX, Murillo. "*O teu monumento é a tua escola*". In COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL – USP. *Obras escultóricas em espaços externos da USP*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 21.

ARQUITETURA E ESPAÇO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA

A Arquitetura, como toda atividade racional, está cheia de marcas deixadas pelas pessoas envolvidas na sua realização. Seja da imaginação de uns, ao trabalho braçal de outros, uma série de situações se desenvolvem ao longo do tempo.

Este processo histórico, de pensamento em relação à ação/tempo, permite a análise da Arquitetura como algo que reflete a sociedade e o indivíduo no tempo em que eles existem.

Usando as palavras de Luiz de Anhaia Mello: "Arquitetura é a expressão mais acabada da cultura nacional (...) é creação e não simples imitação. Creação não apenas material, mas psicológica. Obra viva, pessoal, humana (...) está [a arquitetura] sujeita a exigências e fatores de ordem material, de ordem social e econômica, de ordem psicológica; fatores comuns e específicos e certas épocas, regiões ou povos e que lhe impõem rumos determinados. Estes fatores constituem o "Zeitgeist", o espírito da época e deles deriva o estilo (...) O estilo é o homem, mas o homem social, o "zoon politicon" aristotélico (...) **A arquitetura é a representação plástica da própria História Universal**. História com figuras (grifo meu) (...) Como língua, é um vernáculo, que todos podem e devem compreender; não é língua morta, do domínio dos eruditos, nem esperanto, sem estilo local ou nacional (...) **a arte de fazer coincidir conteúdo e formas de uma civilização**"[9] (grifos meus).

A afirmação que a arquitetura reflete o seu tempo, e as pessoas que nele vivem, podem ser percebidas neste discurso de Anhaia Mello. Quando se refere a "história com figuras" está certamente pensando nas possibilidades visuais da arquitetura, comparando-a às "estórias em quadrinhos".

O professor Murillo Marx, no seu livro "*Cidade Brasileira*", teceu algumas considerações importantes sobre a construção de prédios públicos no Brasil e o papel da vontade dos governantes. Sobre eles escreveu: "...ergueu alguns prédios adequados, nobres e típicos. E os viu se multiplicarem e diversificarem. Deve-os, sobretudo, ao iluminismo no fim do domínio português, à afirmação de novas instituições soberanas no Império, aos momentos de renovação das idéias na República. Reconhece-os em

---

[9] Palestra "*A arquitetura da Cidade Universitária – o problema da forma e o 'Zeitgeist'*", em 24 de outubro de 1944, durante a "Semana da Cidade Universitária", e que consta de material do Arquivo da Escola Politécnica, composto de 11 palestras (do total de 14 proferidas), datilografado e sem revisão de ortografia.

hospitais e hospícios, em algumas repartições destacadas, nos edifícios voltados ao lazer e, muito particularmente, nas escolas públicas."[10]

A importância e o caráter urbano que é dada pelos republicanos, ao ensino fica mais clara neste outro trecho: "(...) outros estabelecimentos culturais aparecem... Os museus, os arquivos, as bibliotecas públicas surgem, ora se aproveitando de edifícios cuja função nobre anterior desaparecera, ora provocando o projeto e a construção do inédito nas cidades... Além dessas construções, as galerias e pavilhões de exposição, os auditórios ao ar livre e as conchas acústicas são outros equipamentos de recreio que se multiplicam e atestam uma crescente atenção para com as atividades culturais. Importantes para a cultura e o recreio e, já há algumas décadas, marcantes na paisagem urbana brasileira são os estádios e os ginásios... exprimem a faceta dominante de recreação de vastas parcelas da população, fascinadas pelo futebol e exigente quanto a maior atenção à cultura física.

"O cuidado que o corpo social e o Estado devem dispensar à formação das novas gerações se reflete no porte e no requinte arquitetônico de certas construções escolares. Notadamente, os edifícios para colégios dos dias de inauguração e de afirmação do regime republicano expressam o trato que mereceu a educação pública. Não só esse novo tipo de edificação – a escola – como sua locação urbanística ressaltam a importância da informação e da formação dos cidadãos. Ao lado de muitos prédios nobres, levantados de norte a sul na virada do último século para o mesmo fim, a antiga Escola Normal de São Paulo, constitui-se também matriz arquitetônica de inúmeras outras no mesmo estado, tem um aspecto de palácio, foi o segundo maior edifício da capital paulista, e abre-se para uma de suas maiores praças, que se chama muito significativamente, de República. Novos tempos e costumes, novas idéias e necessidades introduziram esses verdadeiros palácios da infância e da juventude no quadro de nossas concentrações urbanas, grandes ou pequenas. Como eles, aparecerão sem dúvida, em maior número e mais generosos, os parques da instrução e formação superior que são as dependências universitárias modernas."[11]

Podemos considerar estes longos trechos, do livro do professor Murillo Marx, como um resumo da importância das construções escolares (públicas) no início da República, indo até as idéias das cidades universitárias, em meados dos anos 30. Os

---

[10] Ibdem p. 76.
[11] Ibdem p. 83.

governantes pensavam o seu papel como promotores de mudanças na sociedade. Usam o poder sobre ela, marcando este domínio com construções.Mas a construção de uma Cidade Universitária monumental e fora dos limites da cidade não deixa claro, para a sociedade, qual o papel desta última em relação a USP. Se as formas e espaços eram projetados para demonstrar o poder de uma suposta "elite", enaltecidos na grandiosidade, então por que colocá-los em lugar tão afastado, longe das vistas?

Esta pode ser uma das razões pelas quais a USP não tem um apoio maior das autoridades: visibilidade. Como os poderosos demonstrariam a sua força e a "capacidade intelectual" de São Paulo longe da circulação de pessoas?

Se construir é também demonstrar o poder no espaço, então a Cidade Universitária era uma nulidade. Quando a cidade de São Paulo cresce, envolvendo o *campus*, ai sim ela passa a ter uma serventia para a representação do poder.

Talvez o problema fosse de classe social para quem esta arquitetura universitária iria servir, mas "...tal como não pode existir uma Economia política, também não é possível criar uma estética, uma arte, uma arquitectura de classe, mas apenas uma crítica de classe à estética, à arte, à arquitectura, à cidade."[12]

A arte e a arquitetura se valem de valores de classe e escolhem, no mundo real – das coisas – aquilo que satisfaz estes valores. Assim a Cidade Universitária não tem uma arquitetura de classe, embora a USP tenha sido pensada em função de uma classe social. A realização como "espaço construído" do *campus* seguiu um padrão cultural estrangeiro, americano na forma e europeu na essência, antropofagicamente misturados e deglutidos.

Embora a Universidade fosse pensada como um projeto de formação de elites para governar os paulistas e a nação, reformando esta sociedade, quando finalmente, isto parecia se concretizar numa cidade universitária, a USP era afastada da população. Em vários momentos deste trabalho ficou claro o isolamento do *campus*, e sua pretensa função de facilitar a vida dos universitários e mestres, que ficariam à parte do corre-corre da vida mundana. Sem nada para distraí-los teriam um rendimento excelente. Poderiam também descansar usufruindo de imensas áreas verdes, praticamente exclusivas.

---

[12] TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 1985. (Coleções Dimensões), p. 121.

O caráter deste espaço, desta universidade-parque, passa a ser o de uma instituição fechada, sem relação com o público, entendendo esta palavra como algo voltado para todos, de livre acesso e do qual as pessoas podem usufruir, ao contrário do privado, de caráter pessoal e limitador. Esta confusão entre o público e o privado talvez seja devido ao mesmo problema que se dá na arquitetura, na definição entre espaço público e privado.

Nossas cidades possuem uma estreita ligação entre rua, entendida como meio público, e edifício, meio privado ou individual, ainda mais que foram influenciadas pela noção de lote, do espaço separado e delimitado do conjunto, com suas normalmente estreitas "testadas" e fachadas voltadas para a rua, mas longos espaços pelo lado de dentro.

A confusão destes valores e da definição do real proprietário fica clara quando notamos que coube a Washington Luís, quando prefeito de São Paulo, nos idos de 1914, integrou ao patrimônio público municipal as vias públicas – ruas, praças e avenidas que constassem da planta da cidade, feita por F. Costa e A. Cococi, no ano de 1913[13].

Acostumamos a ver nossas cidades recortadas pelas ruas e nossas casas e edifícios orientados em relação a elas. Talvez isso venha de uma tradição lusitana, pois nem mesmo as cidades medievais deixavam de ter esta relação, embora de modo diferente, pois suas ruas eram artérias entre os prédios, tendo ramificações, junções e direções definidas pela ocupação da área. Os prédios, apertados nos lotes, eram orientados para terem a face principal voltada para as vielas pela simples razão de que por ali se saía (porta) e se podia ver o "mundo lá fora" (janelas).

Mesmo quando a questão de espaço não é um fator limitante ou direcionador (nas vilas medievais o espaço era crítico, daí a verticalização) a ocupação acaba sendo definida pelos padrões usados anteriormente: a fachada deve estar voltada para a rua, e as funções distribuídas internamente devem se pautar por este aspecto.

Esta é uma forma muito restrita de encarar a arquitetura. Podemos separar as funções de transporte, trabalho, descanso, circulação, recreação, contemplação e outras atividades, dando-lhes um lugar específico, independente dos demais, mas interligados entre si.

---

[13] MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. *Arcadas, história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – 1827/1997*. São Paulo: Alternativa, 1998, p. 160.

Assim a rua pode ser traçada de uma forma mais racional e prática no terreno, levando em conta a topografia e volume de trânsito; a sala de estar pode ter uma janela para a montanha ou o mar, assim como o dormitório, a cozinha ou o banheiro. A fachada da casa poderia ficar voltada para onde o proprietário escolhesse, ou por questões de insolação, ventilação e salubridade, e não mais para a "ditatorial" rua. O velho problema da privacidade, na figura das janelas devassáveis, não precisa ser resolvido pelo recuo no terreno até uma distância que a vista não alcance.

É nesse sentido que os primeiros planos para a Cidade Universitária tinham uma preocupação enorme com a *privacidade* dos acadêmicos e estudantes, separando-os do *público* que viesse a freqüentar os espaços, além de posicionar os edifícios e estruturas segundo a insolação e os ventos. O setor esportivo devia ficar na periferia, pois "Com esta disposição, é evitada a penetração no centro universitario das grandes massas que comparecem ás provas esportivas (...) a situação dos jardins botanico e zoologico dá á esses logradouros a independencia tão necessaria á visitação publica. (...)

"Os predios terão suas fachadas voltadas para o lado da cidade e para a face norte, sendo, ainda, perfeitamente abrigados dos ventos nocivos do S.E. pela colina do Butantan."[14]

A rua então já não funcionava como uma base para o traçado das construções, nem era encarada como uma ruptura do conjunto entre os blocos de construções, era tão somente um espaço de comunicação interna.

Estava vencida a regra comum às áreas urbanas – a ditadura da rua – pelo tratamento de todo o espaço como privado. Assim não há "ruas públicas" na Cidade Universitária, só "espaços não construídos" entre os locais onde se desenvolvem as atividades.

Posteriormente, na década de 50, quando se planejaram os novos prédios da Cidade Universitária, os sistemas viários e de circulação voltaram a tornar-se fatores limitantes, mantendo a hierarquia entre o externo e o interno, entre o privado e o público, entre o individual e o coletivo, com nítida desvantagem para o segundo termo.

Estas confusões entre o público e privado também existem nos espaços sem construções, os vazios urbanos, onde não ficam nítidas as diferenças.

---

[14] SOUZA CAMPOS, Ernesto. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938, p. 234-235.

O professor Murillo Marx, falando destes vazios, mais precisamente das praças, mostra que a partir de uma edificação, de uma proposta de uso, ela passa a ter um caráter de representação. Ele comenta: "Entre os espaços de caráter cívico é de se destacar os devidos ao século XIX e, em especial, ao advento da república. São aquelas praças regulares situadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional. Recife e São Paulo têm delas exemplos admiráveis nas suas Praças da República. Uma, contida pelas sedes dos poderes executivo e judiciário pernambucano e dominada pelo Teatro Santa Isabel. A outra, acolhendo e conferindo um quadro monumental à antiga sede da Escola Normal paulista, matriz republicana da política de ensino estadual. Sobretudo, esta relação praça e escola, ou a valorização duma pela outra, foi contribuição urbanística nova nos tempos em que se impunha o regime republicano."[15]

Mais uma vez o espaço público deixa de ser aquilo que a população espera dele, e torna-se um palco para a expressão do poder. A Cidade Universitária não era diferente. Vimos isso quando falamos da Praça Magna e sua função como símbolo.

No final dos anos 50, os projetos dos edifícios e áreas da CUASO foram entregues a um grande número de arquitetos, embora praticamente fossem de uma linha modernista, possuíam diferenças de abordagem e de estilo. Desta maneira a USP se tornava (ou tornaria) um catálogo do que melhor havia na arquitetura paulista, numa época que os projetos modernos eram dominados por poucas pessoas, cariocas, para desespero do bairrismo paulista.

Num dos trechos da entrevista[16], que o jornalista e crítico de arte Geraldo Ferraz concedeu em 1978, ele afirmava: "Fica tudo na ironia, mas a questão é que se perde uma oportunidade como a de Brasília, onde vários arquitetos podiam ter entrado com projetos e dar uma variedade de pesquisa, de demonstração, de realizações, em vez de um arquiteto só, dirigindo."

Do mesmo modo que a Cidade Universitária de São Paulo, a do Rio de Janeiro buscou uma forma para a sua construção e edificação nas correntes de arquitetura da época. Houve uma intensa discussão quando dos planos para instalar um *campus* da Universidade do Brasil.

De um lado Piacentini, o arquiteto "oficial" da Itália fascista, do outro Le Corbusier, o "símbolo" do movimento moderno, e no meio um grande número de

---

[15] MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. Melhoramentos/EDUSP, São Paulo, 1980. p. 53.

interessados, desde associações de arquitetos até ministros de estado. Ao final da contenda, que Ernesto de Souza Campos descreve em dois de seus livros[17], nenhuma das partes sai vitoriosa, por não ter conseguido expressar os desejos e necessidades de todos os envolvidos.

O que é possível, em termos arquitetônicos, é projetar espaços individualizados e voltados para a pesquisa, para o ensino ou qualquer outra atividade de uma universidade, mas não há uma proposta arquitetônica única, uma "arquitetura universitária", que dê solução para a construção de uma cidade universitária e todas as exigências que isso envolve.

Uma solução pensada para esse impasse era a setorização. Nela os elementos seriam tratados em separado, possibilitando maior facilidade para a estruturação de um projeto, além de responder as exigências de reservar áreas para expansão. Num projeto como o de Mário Whateley, os setores distribuiriam-se ao redor de um centro, enquanto outros projetos, como o Acuratus, espalhavam os setores por toda área do *campus*. Esta segunda opção de distribuição dos setores acabou sendo vitoriosa ao longo do tempo.

A setorização não causou a universalização do conhecimento, desejo bem expresso nos discursos dos responsáveis pelos planos da CUASO, mas a estranheza, acabando por manter os preconceitos entre as artes, letras, ciências e técnicas.

Sobre as razões desse isolamento, mais de propósitos que de espaços, disse André Dreyfus[18]: "(...) por que razão aqui e só aqui, ocorre tal fato? Deve-se-a que até pouco mais de 10 anos não havia Universidades no Brasil. As Faculdades foram creadas como organismos independentes, umas não tomando conhecimento das demais (...) faculdades independentes foram reunidas numa Universidade que continuou formada por Escolas inteiramente autonomas (sic). Cada Faculdade funciona em local geralmente afastado das demais. As vezes uma mesma Faculdade está dividida entre varios (sic) locais. Assim a nossa Faculdade de Filosofia funciona em quatro prédios diferentes. A creação da Cidade Universitária terá, pelo menos, a vantagem de reunir essa Faculdade."

---

[16] Publicada na Revista D'Art, número 2 (1998), da Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo.

[17] São eles: *Universidade – Cidades Universitárias* (1945) e *Estudos sobre o problema universitário* (1938).

[18] Palestra proferida durante a Semana da Cidade Universitária, na Galeria Prestes Maia, no dia 25 de outubro de 1944, e que consta de material do Arquivo da Escola Politécnica, composto de 11 palestras (do total de 14 proferidas), datilografado e sem revisão de ortografia.

Algumas áreas de expansão acabaram sendo projetadas para dentro dos setores e não radialmente a partir deles. É o que percebemos pelos documentos da Escola Politécnica[19], datados de 15 de outubro de 1952, no qual o diretor daquela Escola, Antonio Carlos Cardoso, remete o "Relatório da Comissão de Professores designados pela Congregação, para estudar a instalação da Escola Politécnica na Cidade Universitária" ao Reitor (presumivelmente), aonde se lê: "(...) Os Institutos anexos atraíram para sua órbita os Departamentos em que predominam a tecnologia e o carater (sic) de aplicação às ciencias (sic) e à arte do Engenheiro... Os vértices do polígono, fronteira do setor politécnico, serão ocupados por edificios basilares, cuja construção é de imediata necessidade, tendo-se em vista a mudança da Escola em futuro próximo."

Nessa situação o espaço deixa de ser o lugar da ação, da sociedade, e passa a território, onde se desenrola a posse. A posse limita a ação, pois a circunscreve em relação à propriedade de um indivíduo ou grupo limitado. Este tipo de ocupação de território lembra a construção dos acampamentos romanos, com suas torres a observarem o horizonte, localizadas na fronteira com os bárbaros. Esta tática da Poli de demarcar seu terreno (ou território) pelas bordas, permitindo que a Escola pudesse crescer para dentro (fig. 33), numa imensa área, também impedia que outras faculdades viessem a ocupar um *espaço vital*, no pensamento da época, para os futuros cursos de engenharia e institutos que viessem a existir. Na entrevista com o professor Gil da Costa Marques[20], Diretor do Instituto de Física da USP, pude perceber que não há uma delimitação rígida quanto aos espaços e limites de cada escola ou instituto, dentro do *campus*, resultando que os mais afortunados, ou que conseguem patrocínio de alguma empresa, possam construir em áreas limítrofes; mas é certo que após uma consulta com os interessados e vizinhos.

A aparente anarquia que ocorreria, caso fossem misturadas as faculdades e institutos, me parece preferível a setorização, pois criaria um ambiente mais diferenciado, mais rico para a troca de idéias e pluralização do discurso acadêmico, mas não tão eficiente. Eficiência tomada enquanto controle das atividades e do espaço.

"Se, concretamente, o poder sempre supõe a dominação do grande número por uma elite que confunde *inevitavelmente* - muitas vezes com toda a boa-fé - os seus

---

[19] Consta de material do Arquivo da Escola Politécnica, pasta em separado, composto de originais e cópias de documentos, de 15 de maio de 1934 até 15 de outubro de 1952, datilografados e anotados.
[20] Entrevista realizada em 6 de fevereiro de 1997, no Instituto de Física.

objetivos próprios com o que ela chama de "bem comum", será difícil apresentá-lo como a *figura normal* da comunidade política em geral. Congregar-se numa cidade seria, fatalmente, tornar-se presa de dominadores egoístas, inteligentes ou não, porém sempre egoístas - seja qual for o discurso que eles empreguem (e pelo qual enganam-se a si mesmos). Somos tentados a recuar diante desta conclusão. Somos tentados (uma vez mais) a imaginar, a qualquer preço, um *além* para a comunidade cimentada pelo poder."[21]

O arquiteto Eliel Saarinen afirmava que o *design* medieval, entendido como projeto, era basicamente de concepção espacial e deveria ser entendido desta maneira[22]. As cidades da idade média não se desenvolviam a partir de planejamento ou formas preconcebidas, mas de uma visualização tridimensional particular do organismo "cidade". Não é um planejamento urbano, mas desenho urbano.

A irregularidade das cidades medievais era produto de uma relação entre a forma e sua ordenação no espaço, enquanto que o moderno planejamento urbano, com seu padrão regular, abusando do uso da grade e da quadrícula, resulta numa desordem tridimensional entre forma e estrutura. Como nos tempos medievais os aglomerados humanos eram fruto de um desenho, que coordenava massa e efeitos, eles não se limitavam, como atualmente, a traçar ruas, setorizações e fluxos de circulação, como ocorre nas metrópoles.

RUMO AO OESTE: A SOLUÇÃO DEFINITIVA

Quando fazemos comparações entre os espaços rural e urbano, no fim da década de 30 e começo da 40 deste século, encontramos o projeto do *campus* da USP numa área semi-rural. Esta situação era perfeita para o modelo de universidade, que juntava desde laboratórios, salas de aula e residências, até campos de golfe, aeroporto e fazendas experimentais. Mas, rompendo as expectativas, também era perfeita para a expansão urbana, que já indicava o futuro da metrópole.

Sua localização, próxima a uma das principais rotas de ligação com o interior, fosse por rodovia (Estrada de Itu, atual Av. Corifeu de Azevedo Marques e a Estrada do

---

[21] LEBRUN, Gérard. Op. cit., p. 116.

[22] SAARINEN, Eliel. *The city: its growth, its decay, its future*. Reinhold Publishing Corporation, Nova York, 1943.

Paraná, hoje Régis Bittencourt) ou ferrovia[23], também é emblemática numa USP que se pretende ser uma referência estadual e não somente da Capital.

Porém, quando comparamos o crescimento de São Paulo no entorno da CUASO, nos anos 50, tendemos a achar que o projeto subestimou a ocupação daquela região da cidade, não levando em conta a capacidade de expansão do mercado imobiliário. Esta falta de visão das possibilidades do tecido urbano é típica de momentos de transição. Devemos levar em conta que o crescimento de São Paulo era realmente estonteante, além de faltarem dados confiáveis sobre cada área da cidade, que servissem de base para a atuação dos responsáveis pelas políticas públicas de urbanização.

Segundo as definições do arquiteto Leonardo Benevolo, a cidade de São Paulo pode ser definida como liberal, pós-liberal e pós-liberal industrial reurbanizada em menos de um século, enquanto que as cidades européias passam por essa evolução desde o começo do século XIX.

Pelos dados apresentados por Henrique Dumont Villares[24], podemos perceber o crescimento da cidade em relação ao Estado, e do número de pessoas em relação aos novos edifícios:

	Anos	*População*
Estado	1890	1.384.753
	1915	3.279.097
	1935	6.590.100
	1938	7.500.000 (estimativa)
Cidade	1890	69.934
	1915	480.000 (média aproximada)
	1934	1.060.120
	1938	1.200.000 (estimativa)
Edificações	1915	1.281 (licenças concedidas)
	1935	5.276 (licenças concedidas)

Fazendo as devidas comparações, percebemos que a população do Estado cresceu 5,4 vezes, entre 1890 e 1938, e o número de habitantes da capital cresceu 17 vezes, no mesmo período. Se compararmos a quantidade de edificações da cidade de São Paulo com as populações desta cidade e do Estado, nos anos de 1915 e 1935, teremos um crescimento igual ou pouco superior a 100% naquelas populações, enquanto

[23] Podemos considerar como mais importantes as ligações ferroviárias, até meados dos anos 50. Entre elas se destacam a Estrada de Ferro Sorocabana e a Santos - Jundiaí (antiga São Paulo Railway), mas também haviam outras: Mogiana, Noroeste, Paulista e Central do Brasil, além de pequenas empresas.

[24] VILLARES, Henrique Dumont. *A Indústria em São Paulo, estudos para a sua localização – Centro*

o número de edifícios cresceu 300%. Concluímos, então, que a cidade construía numa taxa mais rápida que o crescimento vegetativo da população, e que havia se estabilizado, neste segundo período, as diferenças entre os índices de crescimento da população do Estado e do município da Capital.

Apesar das cifras, devemos levar em conta que a cidade de São Paulo sofria uma defasagem enorme na oferta de moradia, especialmente para sua população menos favorecida (e sintomaticamente com menos tempo de estadia na cidade). Hutchinson tem acesso, por conta de suas pesquisas, aos dados do censo de 1950 (os mais atuais então): "(...) a população da cidade que era de 518.000 habitantes em 1917 passou a ser de 2.198.000 habitantes em 1950..."[25]. Ele não esconde estar assustado com uma taxa de crescimento tão alta e suas conseqüências. Esta situação irá se agravar a partir do final da década de 70.

A favela de Heliópolis, na zona sul, que hoje ostenta o título de bairro, é um exemplo da forma desumana com que é tratada esta população, e do descaso que o poder público tem para o problema. De moradores da metrópole passamos a usuários e consumidores da *necrópole*, que não morreu, mas apresenta gangrenas no seu tecido urbano. Algumas delas irreversíveis.

A CUASO se torna, em decorrência deste crescimento da cidade, uma "ilha verde" na região do Butantã, mas deve abandonar seus locais para a prática da Engenharia Agronômica e Zootecnia, mantendo alguns serviços da Veterinária, por efeito da legislação que tomava forma e que não permitia fazendas ou chácaras em área urbana, sob a alegação de salubridade e questões estéticas. Verdadeiramente estas leis visavam o desmembramento dos grandes terrenos em lotes, aumentando a oferta de imóveis para uma população que não parava de crescer. O destino do *campus* da Universidade, como parque e área verde, está traçado.

Aquela idéia inicial da Cidade Universitária com enormes espaços para a Fazenda Experimental ou para o Parque Zootécnico, quase se concretiza se levarmos em conta a relação entre o espaço construído e a área verde.

Vejamos isto em porcentagens, pelos números de 1984, constantes no

---

Industrial Jaguaré. São Paulo: Melhoramentos, 1939, p. 5 e 7.

25 HUTCHINSON, Bertram (org.). *Mobilidade e trabalho - Um estudo na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. 208.

trabalho de João Roberto Leme Simões[26]. A área disponível da CUASO equivale a 80% do total do *campus*, os outros 20% são cedidos a terceiros (IPEN, CEPAM, IPT, Casa de Cultura Japonesa e Paço das Artes), retirando-se destes 80% o valor de 55%, que incluem áreas verdes, viveiros de plantas, área desportiva (o autor não explicita se são os campos de futebol e atletismo do CEPEUSP e da Faculdade de Educação Física), parques e jardins (também não deixando claro a diferença com as áreas verdes), além do sistema viário (aqui a dúvida é saber se os grandes estacionamentos foram incluídos), não mencionando a enorme área (não aproveitável porque é inviável sua utilização) do leito do ribeirão Pirajussara, sobram para a implantação efetiva dos edifícios, laboratórios e outras áreas construídas, somente 25%. Desta quarta parte do espaço, até agosto de 1984, só a metade estava construída e, segundo as projeções, não iria além de 17% do total.

No entanto, a falta de visão sobre a expansão da área urbana da cidade é típica das administrações municipais que valorizavam a centralização em torno do Centro Velho e Novo[27] e de uma pequena expansão em direção ao sudoeste, no eixo da Rua da Consolação até a Avenida Paulista.

As demais áreas, segundo alguns urbanistas de então, serviriam como um cinturão residencial e industrial, devendo haver caminhos que contornassem o centro da cidade ou o atravessassem. A este respeito há algumas discussões, entre Prestes Maia e Anhaia Mello, no encaminhamento do problema[28].

As escolhas iniciais para a localização da Cidade Universitária foram dos terrenos próximos a Faculdade de Medicina, no bairro do Araçá, se estendendo pelos bairros de Pinheiros e Vila Madalena, até as margens do rio Pinheiros.

No caso das desapropriações que deveriam se fazer para a instalação da USP nos terrenos de Pinheiros-Butantã, de valor calculado na época (1935) em 10 mil contos de réis, a afirmação era de ser uma área desabitada, na maior parte, e contando com

---

[26] SIMÕES, João Roberto Leme Simões. Arquitetura na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira – o espaço construído. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU – USP, 1984, p. 109.

[27] O Centro Velho pode ser definido pelo triângulo formado pelas ruas São Bento, José Bonifácio e Boa Vista, ou pelas três igrejas: São Bento (beneditinos), São Francisco (franciscanos) e Catedral da Sé (jesuítas), ou o Convento do Carmo, como querem alguns; o Centro Novo é toda a área que, a partir deste triângulo, avança em direção a Praça da República e Rua Santa Ifigênia, atravessando o Vale do Anhangabaú.

[28] MEYER, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e Urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU-USP, 1991.

poucas edificações. Nunca foi mencionada a região em torno da igreja de Pinheiros, um local densamente habitado (fig. 34), isto desde o período colonial.

Nas plantas de meados do anos 30 daquela região, confeccionadas pela empresa SARA Brasil, a pedido da municipalidade, localizamos várias construções, algumas de grande porte, como o Hipódromo. A linha demarcatória dos limites desta imensa cidade universitária, no lado sul, era a atual Avenida Rebouças. Além dela ficavam os terrenos da Cia. City, onde haveria de ser implantado o projeto de uma cidade-jardim[29], extremamente valorizados pela especulação imobiliária, restringindo a intenção de compra dos terrenos para uma parcela da classe média superior (donos de pequenas empresas e indústrias, além de profissionais liberais), inclusive determinando o tipo de construção, recuos, divisões de terrenos e circulação interna.

Somente o mercado imobiliário estava atento às possibilidades de algumas áreas. Não é a toa que a Companhia City compra áreas nos bairros do Butantã, Brooklin e Jardins (como são conhecidos atualmente os espaços da Chácara Itaim e do bairro Cerqueira César), entre outros lugares pouco valorizados nos anos 20 e 30, enquanto a Light se ocupa de retificar o canal do Rio Pinheiros, ficando com todos os terrenos das margens, até a linha de máxima enchente[30], como pagamento pelas obras e valorização dos terrenos. No ano de 1929, quando o tempo ficou estável, após vários dias de chuva, aconteceu uma grande inundação na região, o que aumentou sobremaneira as áreas que pertenceriam a empresa canadense. Imagina-se que os dirigentes da Light tenham mandado abrir as comportas da Represa Billings quando o nível das águas chegou a seu máximo, provocando a inundação.

Esta situação faz lembrar que, quanto a questão do cálculo de valor de uma área urbana ou propriedade fundiária, podemos sucintamente, definir três variáveis comuns aos casos:

1 - O valor da área por si só (tamanho do terreno, mais edificações e melhorias), levando em conta que a terra não tem valor direto, mas valor de uso;

2 - A sua localização em relação a planta da cidade (analisadas a circulação, ligação

---

[29] Seus loteamentos eram baseados nas cidades jardins de Ebenezer Howard, que havia publicado, em 1898, o livro "Cidades jardins do amanhã".Portanto uma idéia recente que havia feito muito sucesso na Inglaterra.

[30] A esse respeito veja o esclarecedor trabalho: SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.* Tese (Doutoramento). São Paulo: Depto. de Geografia - FFLCH - USP, 1987.

e distância com outros pontos) e

3 - a própria estrutura do lugar (conveniências, equipamentos urbanos e valores dos espaços próximos, além de possibilidade de expansão).

Uma quarta variável, que também pode ser responsável pelo valor de um pedaço da cidade, é o tempo, entendido como um fator de especulação e de transferência dos direitos de propriedade (burocracia), e não o tempo histórico, da memória dos moradores e das ações de preservação do patrimônio. Uma tática comum, usada pelos proprietários de imóveis tombados pelas entidades de defesa do patrimônio cultural e que querem vendê-los, para a construção de alguma coisa em seu lugar ou porque estão localizados em áreas degradadas, é esperar que o tempo, aliado ao clima e à falta de conservação, faça seu papel de depreciador imobiliário, literalmente "tombando" ou arruinando as estruturas, a ponto de que a demolição seja a única alternativa. O contrário também acontece, com menos freqüência, quando o proprietário de um imóvel, numa área que tende a valorizar, conserva sua propriedade até que o valor atinja um nível aceitável. A especulação imobiliária numa área como a Avenida Paulista, por exemplo, comporta estas duas modalidades.

Se entendermos que uma desapropriação em grande escala (não casa a casa, mas blocos ou quarteirões) só deve ser feita pelo Estado, em nome de uma melhoria do conjunto da cidade (o que raramente ocorre), e onde sejam respeitados os direitos individuais dos proprietários, surge um entrave burocrático na determinação do valor da indenização, caso o pagamento não seja feito logo após a aprovação do projeto.

Com a escolha em definitivo da *Solução Butantan* e os planos da Light de retificar o Rio Pinheiros, os terrenos na região do Butantã se valorizaram como um todo. Querendo aumentar a área da Cidade Universitária, pensou-se em adquirir os lotes da Cia. City, com base em permutas, uma tática bastante comum num governo descapitalizado.

Quando dos trâmites para a aquisição de parte destes terrenos da City[31], houve contestação, por parte da empresa, dos valores das áreas oferecidas em troca. Dizia a empresa que havia sido desvantajoso, para ela, este negócio. Talvez uma das razões pelas quais a Comissão da Cidade Universitária não tenha chamado Prestes

---

[31] Apontado em: BACELLI, Ronei. *A presença da Cia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim - 1915-1940.* Dissertação (Mestrado). São Paulo: Depto. de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1982.

Maia, conhecido arquiteto e urbanista, a apresentar um projeto para a CUASO, tenha sido a participação dele como diretor da Companhia City.

Junte-se a isto as manobras especulativas da Light, por ocasião da retificação do rio, e teremos um demorado processo rodando no Poder Legislativo. Mas a Comissão da Cidade Universitária não tinha urgência. Quando a variável "tempo" quase era solucionada, pois a discussão na Assembléia iria para a terceira e última apresentação, ocorreu o golpe de 1937.

Com a paralisação das obras na Cidade Universitária a questão dos terrenos e das desapropriações ficou em aberto. As empresas envolvidas continuaram seus negócios, dando por certo o abandono do projeto. Mas em 1945, com a disposição do Governo Estadual de levar adiante, ou melhor, retomar os trabalhos, aqueles assuntos pendentes ressurgem. Novamente as disposições legais e a burocracia arrastam as decisões.

A Comissão da Cidade Universitária, em várias reuniões no mês de outubro de 1949, tratou da permuta de terrenos entre a Light e a Sociedade Imobiliária Jaguaré com o Governo. Esta Sociedade lançou seu empreendimento imobiliário no bairro do Jaguaré na mesma época da escolha dos terrenos do *campus* no Butantã, porém sem mencionar a futura vizinhança (fig. 35). No início do ano seguinte começavam as reuniões com a Cia City. A opção novamente pela permuta, única alternativa para que não fossem interrompidas as obras.

A respeito da área do Centro Industrial Jaguaré seriam necessárias algumas palavras. Da mesma forma que a Cidade Universitária, este empreendimento de caráter privado estava estruturado em cima das idéias de seus criadores, especialmente o dono da Sociedade Imobiliária Jaguaré, Henrique Dumont Villares. Novamente as semelhanças se fazem presentes, pois houve uma grande defasagem entre o imaginado e o realizado. Dumont Villares vislumbrava um espaço planejado para a instalação de indústrias, escrevendo um livreto a respeito em 1939, numa época desfavorável a especulações, pelo quadro de incerteza nos rumos da política mundial. Ele apostava no futuro daquela área da cidade, nas suas possibilidades comerciais.

Após a Segunda Guerra a indústria nacional, especialmente em São Paulo, tem um desenvolvimento muito grande, por uma série de fatores: o superávit da balança comercial, ao término da Guerra, pois o país tinha sido favorecido pelas exportações de

matéria-prima aos aliados (borracha, metais, gêneros alimentícios, etc.); a necessidade de produzir alguns artigos anteriormente importados, como bens de consumo e máquinas pesadas; o aumento da oferta de energia elétrica; a chegada dos "deslocados de guerra", na grande maioria técnicos especializados (estamparia, eletro-mecânica, eletrônica, controle de qualidade) do leste europeu; e de capital financeiro, geralmente ligado à firmas estrangeiras, "(...) com os seguintes estabelecimentos bancários que funcionam na sua praça: The National City Bank of New York, The Bank of London & South America, Ltd., The Royal Bank of Canadá (sic), Banca Franceza e Italiana per la America del Sud, Banco Alemão Transatlantico, Banco Italo Belga, etc., além de uma dezena de Bancos nacionais."[32]

Havia, desta maneira, necessidade de espaço para a construção de novas instalações industriais, que embora deslocadas para a periferia da cidade se situaram próximas as vias de comunicação com o interior do estado e portos de exportação como as rodovias Dutra e Anchieta – substituindo a antiga Estrada São Paulo-Rio de Janeiro e a Estrada "Velha" do Mar – além da Raposo Tavares e Anhangüera, ligando o sul do estado e Campinas, e a Fernão Dias, na efetiva comunicação com Minas Gerais. Existiam também as avenidas de circulação e contorno da cidade (marginais dos rios Pinheiros e Tietê). Outra preferência na escolha dos locais era a possibilidade de ramais ferroviários, que descarregavam a matéria prima diretamente nos pátios das indústrias.

É nesse contexto que surgem as "cidades industriais", bairros voltados para a instalação de fábricas, reservados nas plantas das cidades para a localização de grandes galpões e depósitos. A Sociedade Imobiliária Jaguaré havia adquirido uma imensa área, ao lado de onde seria instalada a Cidade Universitária, no bairro do mesmo nome. O mentor daquele projeto, Henrique Dumont Villares, comparava-o aos similares no exterior, como os ingleses Trafford Park (Manchester), Dagenham e Slough Estates (Londres), e o North Kansas Industrial District e The Central Manufacturing District (Chicago) nos EUA. A presença da Escola Politécnica e do IPT, com seus técnicos e tecnologia, além de uma avenida Marginal, com fácil acesso à duas rodovias, e os ramais ferroviários da Sorocabana, foram com certeza um excelente atrativo a investimentos naquele bairro, embora Dumont Villares nada comente sobre a futura instalação do *campus* da USP.

---

[32] VILLARES, Henrique Dumont. *A Indústria em São Paulo, estudos para a sua localização – Centro Industrial Jaguaré*. São Paulo: Melhoramentos, 1939, p. 11.

Mas os planos da Sociedade iam além. Contemplavam a criação de um bairro operário modelo, pois "o 'Centro Industrial Jaguaré' é uma propriedade scientificamente organizada, de 150 alqueires de terras"[33], com infra-estrutura e qualidade de vida pouco comuns aos nossos trabalhadores industriais. Eram praças, escolas, igreja, arborização, segurança e mercado próximos de suas casas, a pequenas distâncias a pé. A condição para se instalar no bairro seria trabalhar em alguma das várias e diversificadas empresas.

A única falha do projeto veio à tona: as indústrias compraram os terrenos, mas foram construindo seus galpões aos poucos e não ao mesmo tempo. Desta forma o número de operários que deveriam se deslocar, com suas famílias, para o Jaguaré, foi pequeno e descontinuado, esvaziando a idéia do bairro operário.

A área oeste da cidade de São Paulo, tendo a Cidade Universitária como centro, foi palco, no final dos anos 30, de uma série de empreendimentos de grande porte, como pudemos notar. Empresas privadas especulavam com terrenos, até aquele momento, sem grande valor.

A Light e a Cia. City já pensavam nas possibilidades de aquisição de grandes espaços na região, desde a década anterior, mas com razões diferentes.

A retificação do Rio Pinheiros, uma imensa obra de engenharia para a época, fora feita pela Light para acionar a sua Hidrelétrica de Traição, mas as vantagens maiores ficaram por conta da já mencionada enchente.

A Cia. City especulava e comerciava com terrenos por toda a cidade. Estes bairros planejados eram localizados em áreas um pouco afastadas dos centros urbanos. Propagandeava-se a paz e tranqüilidade para as moradias, aliadas ao pouco tempo perdido para alcançar aqueles centros.

Os motivos da Sociedade Imobiliária Jaguaré também eram comerciais, mas ao contrário da Light, com um cunho de serviços, e da City, de cunho residencial, esta Imobiliária pensava num empreendimento industrial. Quando estas três companhias ocupam a região, ela ainda era considerada área rural, sendo estas umas das razões porque a USP escolheu este espaço.

Com o crescimento da cidade, os quatro projetos, incluindo a USP perderam

---

[33] Idem, p. 1.

várias de suas características, sendo a razão principal a expansão da área urbana, muito mais rapidamente do que era esperado. Elas praticamente somem da fisionomia da cidade, engolidas que foram pela malha urbana.

A CUASO sofreu e sofre os efeitos desse desenvolvimento, por estar inserida na "cidade que mais cresce no mundo"[34], vendo seu entorno mudar de semi-rural para um bairro densamente povoado em questão de três décadas. A urbanização deste entorno, caótica ou não, força a mancha urbana, ou rugosidade, como diz Milton Santos, a se redefinir, pressionada indiretamente pela especulação imobiliária, municipalidade e, internamente, pelos usuários e administradores.

[34] Título com o qual a cidade se autoproclamava, cunhado na década de 50, e que Figueiredo Ferraz, quando prefeito entre 1971e 73, contestava, alertando que "São Paulo precisa parar". Quando deixou a Prefeitura, em agosto de 1973, ele fechava também seu poema "Medita São Paulo" com a frase: "Há tempo para que medites. Não te destruas antes de te construíres. Prefiro-te grande e viva do que gigante e morta."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

USP - UMA MODERNA CRIAÇÃO IMAGINÁRIA.

SOBRE A CUASO

A Cidade Universitária é fruto de um projeto político-ideológico, inicialmente bem estruturado para as necessidades da jovem USP, que foi sendo alterado ao longo do tempo, mas nesse processo os novos planos, com novos interesses, acabam se perdendo em considerações técnicas e inócuas, além disso seu arcabouço ideológico se torna anacrônico e defasado, em relação as mudanças que estão acontecendo na Universidade. Isso acontece até os dias de hoje.

Na tentativa de adaptá-la ao futuro menos espaço deixamos para os que vierem depois de nós.

Essas modificações nos espaços da CUASO, por assim dizer um espelho da própria USP, decorrem dos diferentes modos que a utilizamos, dia após dia. Para exemplificar esta situação nada melhor que citar Lúcio Costa, numa antológica carta de 30 de março de 1987, comentando seu maior e melhor trabalho:

"Eu cai em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis.

"E o 'centro de compras', então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que

estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído." [1]

O imenso quebra-cabeça da cidade universitária mostra a sucessão de tentativas e pequenos acertos, um ninho feito de palha como o do pardal, e não compacto como o do joão-de-barro, mas que embora cheio de buracos e remendos funciona satisfatoriamente para o fim a que se destina. Qual ninho é melhor? Não importa saber, apenas entender que são diferentes e o porque disso.

A USP nunca foi uma unidade. Comparada a outras universidades, mais velhas e estabelecidas sob um padrão, como Coimbra, onde uma certa regularidade arquitetônica é sinal de uma unidade interna da instituição. Não quero dizer com isto que a ordem advinda do caos – e o mundo só existe porque é entrópico – seja um demérito. Por não ter uma ordem interna rigidamente definida, não pela norma mas pelo uso, a USP possui uma capacidade de assimilação e adaptação muito grande.

Estruturas delineadas, mas fluidas na ação, permitem que a USP, apesar de seus problemas, continue liderando a produção intelectual e científica do país, buscando soluções e apresentando planos e propostas que muitas vezes fogem dos conceitos e padrões mais tradicionais.

Mas, por outro, seu futuro é traçado fora de seus limites. As mudanças se dão de fora para dentro, partindo da sociedade e suas relações, sendo acompanhadas o mais rapidamente possível pela Universidade. Não devemos pensar contudo que ela seja uma cópia fiel desta sociedade.

Que toda a sociedade deva indicar o caminho para uma instituição pública é perfeitamente legítimo. É em função disso, que a USP deve batalhar, minimizando ao máximo a influência e interferência de políticos e classes mais favorecidas, que distorcem os conceitos de Universidade "pública" e "gratuita" por meio de campanhas pela sua privatização ou desmembramento.

Ao longo desta dissertação busquei responder diversas perguntas, elucidar

---

[1] RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília / elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. - Brasília: GDF, 1991. 76p., il.

alguns aspectos que considerei fundamentais para compreender o espaço e o poder dentro da USP, representados pela Cidade Universitária. Compreendi que a CUASO, como disse Lúcio Costa sobre Brasília, "não é uma flor de estufa". Ela é um espaço de ação e de contradição, por isso é também espaço histórico e político. Revela as intenções desejadas e aquelas possíveis de serem realizadas. As novas construções vão surgindo, como se fossem plantas em solo fértil. Novas unidades, salas, soluções e exigências. No entanto, diferente de Brasília que suplantou os sonhos de seu idealizador, a CUASO cresce sem que eu possa sentir uma preocupação mais global com seu urbanismo, com sua estética, na proposta de novos usos. As construções revelam os interesses próprios de cada unidade, a soberania de seu "feudo". Se, os planos para construção das Cidade Universitária nos revelam os idéias de pessoas que acreditavam na centralização, na unidade, na "alma mater", hoje observamos a defesa de lotes e territórios.

A Cidade Universitária na cidade de São Paulo se presta a esta análise, explicitando questões e mostrando não só o passado da USP, mas as razões da presente situação. Compreender como surge a CUASO, e quais as idéias e planos para sua ocupação, não me permite, em absoluto, fazer um exercício de "futurologia". Adivinhar qual a "forma" que terá a Universidade daqui a 1, 10 ou 100 anos, vai além das capacidades humanas. Porém, como nada é fruto do acaso[2], a análise histórica, de um determinado espaço, permite que tenhamos uma noção da direção em que ele está indo, bem como todo "organismo" criado a partir dele.

Nestas considerações finais, procurei colocar minhas próprias ansiedades e indagações em relação a USP. Percebi que não existem soluções fáceis para seus problemas, mas se há um lugar onde é possível achar respostas, este lugar é a Universidade.

Penso que a discussão do papel da Universidade e sua forma devem passar necessariamente pelas comunidades, interna e externa, para que possamos dizer, uma vez mais citando Lúcio Costa: "A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído."

---

[2] Segundo a Teoria do Caos, o que nós consideramos caótico tem uma lógica interior que não pode ser apreendida da mesma maneira como entendemos a Ordem, pois o grau de complexidade é praticamente infinito. Somente a nossa percepção estética pode achar algum padrão de beleza ou de enlevo na representação do Caos; é o caso da apreciação dos fractais de Mandelbrot.

O PAPEL DA USP

As Universidades, ou outras instituições de ensino superior, são produtoras ou reprodutoras do conhecimento? Acredito que um pouco de ambas e mais ainda.

Se estas instituições, vistas como canais oficiais de produção, reprodução e, em determinados casos, apropriação do conhecimento, estão integradas a uma política de ensino para uma parcela da sociedade, contrariando o fantasioso discurso de educação democrática e para todos, elas devem então passar este conhecimento para os estudantes, representantes dessa sociedade, alvo e preocupação principal.

Mas ao entregar este saber para o corpo discente, a Universidade, pelos seus docentes e responsáveis, deve fazê-lo de maneira crítica, induzindo este novo receptor de idéias não só a compreender e utilizar este conhecimento, mas também a repensar todo o processo que os gerou e o seu papel como indivíduo e cidadão.

Na Universidade, esta maneira de encarar o conhecimento deveria ser crítica e pluralista, na medida da universalidade dos campos de pesquisa e ensino, mas só alguns atingem, ou querem atingir, este nível, e formar alunos capazes de atuarem como profissionais e, ao mesmo tempo, capacitá-los a refletirem sobre seu papel na Sociedade.

Mais que o agrupamento físico e/ou jurídico de Faculdades e Institutos, a Universidade é um amalgama de pontos de vista, ideologias e utopias, com uma luta interna constante para a aceitação desta ou daquela linha de pesquisa ou didática. Por conta disso ocorre uma corrida por verbas, prestígio ou posição política. Vaidades à parte, os acadêmicos tendem a valorizar sobremaneira este microcosmo da Universidade, muitas vezes esquecendo seu papel dentro da instituição, ou mesmo o papel da instituição na sociedade.

Mas este conhecimento é tão importante assim? Acompanhamos atualmente uma corrida da Humanidade atrás da informação, com se esta, por si só, justificasse a existência do ser humano, da sua posição como animal pensante, racional e aparentemente superior. Mas a informação é uma parte do conhecimento, significativa é verdade, mas facilmente manipulada por agentes desta ou daquela corrente política e ideológica.

Após a Segunda Guerra, observamos uma caçada pelas mentes que

projetaram foguetes, motores, computadores, combustíveis e energia atômica, colocando pessoas acima do bem e do mal, esquecendo os crimes de guerra ou aceitando desculpas frouxas. Se os americanos, e não toda a Humanidade como fazem parecer, ganharam a *corrida espacial* e foram à Lua, o fizeram graças a mesma tecnologia que matou milhares de londrinos com as bombas foguete V-1 e V-2.

Neste contexto, a definição do papel da Universidade pode ser peça chave na estrutura de dominação de uma sociedade, mas também pode ser um entrave para governantes corruptos, aproveitadores, déspotas e ditadores. Este papel duplo decorre do que entendemos ser a Universidade, e não devemos pensar que isto é próprio de países do Terceiro Mundo, devido ao subdesenvolvimento ou algum outro problema sócio-econômico, pois no ano de 1968, a contestação contra a direção que tomava a sociedade e a universidade se deu na USP (na Faculdade de Filosofia da Maria Antonia), em Berkley (na rica costa oeste do EUA), na Sorbonne (na Paris de De Gaulle) e em Praga (na ex-Tchecoslováquia, então sob um governo comunista).

Quando a insurgência parte da Universidade e não de um sindicato ou grupo político, entidades que tem a *ação direta*, preconizada pelos libertários como uma das formas de atuação política, os governantes tentam desqualificar as razões que levaram a esta situação, com discursos sobre a neutralidade da Ciência ou da existência de um conhecimento acrítico e apolítico. Um grande número de refugiados políticos atuais são professores, cientistas ou escritores, um outro tanto estão presos como criminosos.

Não existe neutralidade nesta batalha pelas liberdades, embora alguns procurem não se envolver, achando mais conveniente assumir uma posição de distanciamento, respaldados num discurso e método científicos. A ilusão utópica da verdade da Ciência e da sua imparcialidade, na realidade, favorecem a este ou aquele grupo social, dependendo do momento.

A aparente neutralidade é conveniente, as vezes, tanto ao cientista quanto ao poderoso, esta figura que atualmente não se expõe, verdadeiro fantasma do sistema. Quando esta prática for abandonada, ou pelo menos amplamente discutida dentro e fora da Universidade, a Ciência não perderá em nada, apenas os fluxos de recursos, tanto financeiros quanto intelectuais, serão redirecionados.

Pensar a Universidade desta maneira permite analisá-la tanto no presente quanto no seu passado, e até mesmo na sua idealização. Fundar uma Universidade não é

o mesmo que fundar uma empresa. O papel que cada uma representa na Sociedade é essencialmente diferente.

No sistema capitalista uma empresa reproduz e acumula capital, com base em meios físicos e materiais, modos de produção e mão-de-obra, e também em técnicas de produção e controle; ela até pode ter um setor de pesquisas e uma estratégia de comunicação e difusão cultural com o público, mas sempre visando o lucro, e se mantendo à frente da concorrência. Esta competição, nos EUA, se estende aos bancos universitários, numa decorrência direta de como é encarado o ensino superior naquele país. Na sociedade brasileira, a universidade pública não se pretende lucrativa, pelo menos não diretamente[3], e o capital investido não tem retorno para a *fonte*, representado pelo Estado, que se torna, cada vez mais, uma entidade com razões próprias, em vez de um reflexo da Sociedade. Esta falta de retorno monetário é uma das razões espúrias usadas pelos financistas do Governo para a cobrança de mensalidades. Hutchinson discutia à respeito em seu trabalho:

"A Universidade de São Paulo, teòricamente, é uma instituição pedagógica 'ouverte aux talents'. É uma Universidade gratuita para a qual os estudantes ou os seus pais não têm que pagar qualquer mensalidade, e cujo único ônus financeiro é uma pequena taxa anual que pode ser dispensada uma vez que o estudante prove ter dificuldades financeiras. Por outro lado, é limitado o número de vagas, havendo um sistema de exame de admissão com o fim de selecionar os candidatos. E aqui é que pode parecer existir uma certa parcialidade na seleção dos candidatos à Universidade. Em geral, só o estudante que tenha completado o curso secundário poderá submeter-se ao exame de admissão, uma condição que automàticamente exclui a maioria da população, sem distinção de grau de inteligência ou de nível real (diferente do fòrmal) de educação. O processo básico de seleção para a Universidade ocorre, portanto, numa fase, anterior ao exame de admissão própriamente dito, em que o pai tem que decidir se poderá arcar com as despesas diretas e indiretas (seus filhos dificilmente podendo ter emprêgo de tempo integral) de educação secundária para seu filho. Para aquêles que cursaram a escola secundária, surge um novo processo seletivo quando os pais têm que decidir se podem ou não prescindir por mais tempo da capacidade de ganho de seus filhos. Não é

---

[3] Faltam pesquisas mais detalhadas no Brasil sobre a relação custo/benefício na formação de um estudante universitário e depois na atuação deste como profissional, retornando o conhecimento acumulado em benefício da sociedade. Isto é sintomático numa época que a ordem é reduzir custos, diminuir o corpo docente e eliminar cursos pouco procurados.

surpreendente, pois, o resultado que se verifica: são os filhos de pais relativamente abastados que freqüentam a Universidade, raramente os filhos dos pobres. Nessas circunstâncias, é um fato a pensar a proporção em que o número de novos candidatos à Universidade seria afetado deixando esta de ser gratuita. Tudo indica que êsse efeito seria pequeno."[4]

Com base neste comentário poderíamos pensar que este autor defende a cobrança das mensalidades, mas ele, a seguir, explica a razão porque a Universidade de São Paulo deve se manter gratuita:

"É pois, interessante que, nessas circunstâncias de desequilíbrio social, a Universidade de São Paulo ofereça curso que conferem diploma e para os quais as taxas escolares sejam reduzidíssimas ou totalmente suprimidas. A existência de uma Universidade 'gratuita' destrói, pelo menos parcialmente, a base econômica da seleção dos estudantes e pode ser um meio importante para facilitar a mobilidade social ascensional."[5]

Uma outra grande ameaça vem da tentativa de controle e cortes na distribuição de verbas e bolsas de pesquisa, indicando direções e temas que trilham caminhos conhecidos, ficando a pesquisa pura e consciente[6] no limite da extinção. Sobre isto o professor Milton Santos constata revoltado:

"Avulta, neste ponto, o papel da Universidade nessa busca do conhecimento. Mas essa tarefa vem sendo exatamente ameaçada pelo prestígio crescente do cientificismo e pela importância que este vem ganhando entre os que atualmente dirigem o ensino superior.

"Num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador, um duplo movimento tende a se instalar. De um lado, as disciplinas incumbidas de encontrar soluções técnicas, as reclamadas soluções práticas, recebem prestígio de empresários, políticos e administradores e desse modo obtêm recursos abundantes para exercer seu trabalho. Basta uma rápida visita às diferentes Faculdades e Institutos, para constatar a disparidade dos meios (instalações, material, recursos humanos) segundo a natureza mais ou menos mercantil e pragmática do labor desenvolvido. Do outro lado, o

---

[4] HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e trabalho - Um estudo na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. 149-150.
[5] Idem, p. 157.

prestígio gerado pelo processo de racionalização perversa da Universidade é o melhor passaporte para os postos de comando.

"Desse modo, um grave obstáculo a que se instale um processo de reflexão conseqüente é o contraste crescente, na Universidade, entre os seus grandes momentos e esse cotidiano tornado miserável pela ameaça já em marcha de uma gestão técnica e racionalizadora, que leva ao assassinato da criatividade e da originalidade.

"Em nome do cientificismo, comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de atendimento abrangente da realidade, são impostos e premiados. Numa universidade de "resultados", é assim escarmentada a vontade de ser um intelectual genuíno, empurrando-se mesmo os melhores espíritos para a pesquisa espasmódica, estatisticamente rentável. Essa tendência induzida tem efeitos caricatos, como a produção burocrática dessa ridícula espécie dos 'pesquiseiros', fortes pelas verbas que manipulam, prestigiosos pela relações que entretêm com uso dessas verbas, e que ocupam assim a frente da cena, enquanto o saber verdadeiro praticamente não encontra canais de expressão.

"Como uma racionalidade burocrática e perversa ameaça invadir até mesmo aqueles recantos que não sabem viver sem espontaneidade, corremos o risco de assistir o triunfo de uma ação sem pensamento sobre um pensamento desarmado.

"Nessas condições, devemos reconhecer, toda reação é difícil e a muitos pode aparecer como um verdadeiro suicídio, já que a carreira universitária não mais precisará ser uma carreira acadêmica. O grande risco é que a recusa à coragem e a falta de crença se convertam em rotina."[7]

Com base neste pressupostos, acredito, fica mais fácil entender a razão da existência da Universidade de São Paulo e, ao fim desta dissertação, sua situação atual. Como disse anteriormente, pretendi analisar a USP a partir de sua realidade concreta, do seu espaço construído, mas também de um ponto de vista da estrutura imaginária.

É lógico que esta análise, por mais respaldo que tenha em discussões e correntes históricas, sempre será pessoal e contestável. Ainda bem, pois como diz a frase, cuja autoria é dada a Nelson Rodrigues, "*toda unanimidade é burra*".

---

[6] Pesquisa "pura" não quer dizer que ela não possua uma finalidade e critérios na sua concepção, escolhas conscientes e derivadas dos conceitos e do arcabouço ideológico dos cientistas.

[7] SANTOS, Milton. *Técnicas espaço: globalização e meio técnico-científico informacional.* São Paulo: Hucitec, 1997. p. 25-26.

DESEJOS E REALIZAÇÕES: UMA UTOPIA ACADÊMICA

As minhas perguntas iniciais, aquelas que me levaram a eleger a CUASO como objeto de trabalho, sempre estiveram presentes durante a minha reflexão. Seria a cidade universitária a panacéia para todas diferenças e conflitos existentes dentro da própria universidade? Qual teria sido de fato as intenções do grupo que levou adiante o projeto da Universidade? Como lidavam com as diferenças e contradições que estavam presentes no cenário nacional? Seria a Universidade uma grande Utopia?

Segundo Manfredo Tafuri[8], para Mannhein, quando a utopia é concretizada ela se torna novamente ideologia, pois perdeu seu caráter de pensamento, de futuro a ser realizado, e passou para o mundo real, com uma estrutura ideológica anterior e já estruturada a lhe servir de base.

A utopia é indispensável, como uma válvula de escape, para as necessidades que se apresentam à sociedade, e que se modificam com o desenvolvimento. Somente um grupo terá direito a esta utopia, porque é própria dele, de sua parcela cultural da Humanidade.

Em maior ou menor escala, a resistência e superação das dificuldades que vão surgindo com o aumento da complexidade de uma cultura, permitem acompanhar o grau de desenvolvimento do grupo humano a ela ligado. Desta forma, a diferença entre conservadores e progressistas está no nível de aceitação das mudanças, com os primeiros presos mais firmemente aos êxitos do passado, e os outros prontos a se arriscarem... até o limite da segurança. Isto dinamiza o sistema, sem a necessidade de superá-lo.

Os considerados verdadeiros revolucionários são aqueles que apontam e cutucam as falhas de um sistema ou estrutura, propondo novas alternativas, sem se importar em destruir o que já está consolidado. Criticando e buscando novas respostas, se afastam conscientemente do círculo vicioso da tradição, dos valores ditos universais. No entanto, mesmo para aqueles mais atentos, as armadilhas do sistema é ágil em contemporizar e atrair, para uma outra esfera, as críticas. O Dadaísmo rendeu, monetariamente, bem menos que o Cubismo.

É com esta ótica que analisei a aparente contradição entre o pensamento

(idéia utópica) e a ação (idéia concretizada) nos fundadores da USP.

Os fundadores conservavam traços da antiga estrutura oligarquica e rural[9], defendendo, por exemplo, valores míticos, tais como a bravura do bandeirante, de uma forma tal, que tomavam para si apenas as proclamadas qualidades de "desbravadores destemidos em busca do progresso", deixando de lado o caráter perverso e inescrupuloso que fazia parte das suas empreitadas expansionistas.

A não incorporação de outros grupos, e de seus valores, pela sociedade tradicional é descrita por Bertram Hutchinson, quando demonstrou em seu trabalho, por exemplo, a situação dos imigrantes : "(...) nosso estudo evidenciou, de modo considerável, um mais elevado grau de ambição entre os imigrantes estrangeiros e seus filhos do que entre brasileiros cuja ascendência está mais firmemente radicada no Brasil (...) A maior educação do seu filho é considerada pelo imigrante como culminação, e não tanto como meio, de um processo de mobilidade social decorrente do êxito econômico."[10]. Esta era a forma de vencer as barreiras sociais que ainda existiam, visto que as econômicas haviam sido superadas.

Ignorando essas contradições e conflitos da sociedade, o grupo fundador da Universidade, defendeu um projeto de Universidade que tem como baluarte a unanimidade e como necessidade a modificação do futuro. Propuseram uma atuação não violenta, mas irreversível, embora morosa, isto porque seus efeitos só seriam sentido ao cabo de alguns anos. Caberia a USP moldar estas utopias, traçando o destino desejável para o estado e para o país.

A idéia de criar algo novo, na forma de uma universidade, mas baseado em velhos valores, pode parecer uma contradição. Diferia da situação de isolamento das escolas de ensino superior. No entanto, é somente uma saída que esta intelectualidade paulista buscava para uma crise que é mais sua que do cenário político brasileiro.

A Universidade viria afirmar valores que serviriam de base histórica a esta ação. As diferenças dentro da sociedade seriam definidas por uma ordem científica,

---

[8] TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 1985. (Coleções Dimensões). p. 43.

[9] Que começou a ruir com a derrota na Revolução Constitucionalista, entendida como a última e desesperada tentativa da política "café com leite", que se valeu do levante "popular", buscando uma legitimidade na identidade paulista. A meu ver, uma excelente peça de campanha de marketing.

[10] HUTCHINSON, Bertram (org.). *Mobilidade e trabalho - Um estudo na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: MEC, 1960, p. 12-13.

baseada no conhecimento racional e não mais na jogatina política e propriedades mundanas. É claro que haverá renovação de alguns valores, mas nada que possa colocar em risco os planos já estabelecidos de uma universidade em São Paulo.

Sua expressão no espaço será a Cidade Universitária, uma "vila acadêmica", isolada de um mundo que deveria ser modificado por ela. A utopia aparentemente se concretizaria com a criação da sua "alma mater", a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na sua concepção, a FFCL é parecida com a Cidade do Sol de Campagnela, com suas razões e divisões, forma e organização modelares, mas lançada à realidade vai ocupar porões, casas alugadas, lugares apertados quando crescer. Esta peregrinação lembra Gulliver nas suas viagens e nas suas astúcias para sobreviver. Muda-se a utopia logo após a FFCL ser queimada e ir, forçosamente, para o *campus*. Com a chegada deste Lancelot surge uma nova Camelot, na forma da Cidade Universitária atual. Suas Escolas, como cavaleiros medievais a tomarem conta dos seus feudos, agrupam-se ao redor de uma távola semi-redonda, onde se congregam para defender os mais altos princípios e valores. Seus feudos, garantidas as liberdades internas de suserania e vassalagem, estão seguros porque pertencem a algo maior. Mas como em toda utopia há uma ameaça... Mordred está lá fora.

Voltemos a realidade, apesar dela ser tão irreal e construída como um sonho.

O uso das áreas, dentro do *campus*, ainda é regido por interesses particulares das faculdades e seu entorno. Estes locais não são entendidos como *bem comum*, e portanto não são passíveis de discussão entre segmentos da comunidade universitária. Cercar um prédio, fechar uma praça, abrir uma rua, restaurar um edifício; estes são vários tipos de intervenções que são discutidas entre paredes, por aqueles que tem como seu um espaço que é de toda a Universidade. O problema da moradia estudantil é um exemplo típico.

Resultado de uma movimentação entre os alunos, a *Retomada do CRUSP*, foi uma demonstração de que o problema de moradia, para os estudantes carentes, não podia mais ser protelado. Uma vez ocupado o Bloco A (primeiro edifício invadido) organizou-se uma estrutura informal para a sua manutenção e administração, que de um modo ou de outro funcionava. No momento em que a COSEAS (Coordenadoria de Saúde e Assistência Social) assumiu a direção do processo, por uma necessidade de retomar o poder sobre o espaço, as opiniões, vivências e planos dos alunos, para aquele

espaço, foram postos de lado, pelo *bem do patrimônio público*.

Esta falta de compreensão do que seja a participação dos interessados em uma área do *campus* é derivada da forma como foi ocupado. Para muitos a Cidade Universitária é mais um lugar, dos muitos, aonde a USP tomou forma.

Qual o caminho que trilhou a Universidade? Estaremos numa encruzilhada? Independente das respostas sabemos que não podemos voltar. Somente na memória e nas ações atuais sobrevivem as respostas.

Pretendo que este trabalho seja mais uma *visão* deste objeto que é a USP, uma instituição multifacetada e em constante movimento.

Estas considerações finais são uma preocupação pessoal com os rumos da Universidade e, por conseqüência, do ensino público e gratuito neste país. Pode parecer pretensão, e com quase toda a certeza até seja, pensar que este trabalho mudará alguma coisa, na rota suicida para a modernidade, a globalização, o liberalismo, a terceirização e o ensino pago, tão em voga atualmente. No entanto, continuo a acreditar que a leitura de um texto deva levar uma pessoa a pensar e, preocupada com a questão do espaço, descobrir o que existe "além do horizonte".

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib. *Universidade de São Paulo - raízes, mudanças, sobrevivência (1934-1984).* São Paulo: ACIESP, 1984.

ACERVO. Rio de Janeiro: v. 6, nº 01/02, jan./dez. 1993.

AMARAL, Antonio Barreto do. *O bairro de Pinheiros.* 2ª Ed. São Paulo: Prefeitura Municipal, s/d. (Col. História dos bairros de São Paulo, 2).

AMARAL, Aracy. *Artes Pásticas na Semana de 22.* São Paulo: Perspeciva, 1976.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935).* São Paulo: Melhoramentos, 1962.

ANDERY, Maria Amália et. alli. *Para compreender a ciência.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, São Paulo: EDUC, 1988.

ANTUNHA, Heládio C. Gonçalves. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma.* Tese (Livre-docência). São Paulo: Fac. de Educação / USP, 1971.

ANUÁRIO DA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA. São Paulo: USP, 1943-1945.

ANUÁRIO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. São Paulo: USP, 1934-1952.

_____. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo: Reitoria da USP, 1934-1939.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade.* Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993

ASENSIO Y TORRES, Jose. *Tratado de Heráldica y Blasón.* Madrid: Voluntad, 1929.

AZEVEDO, Fernando de. *As ciências no Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, s/d.

_____. *A cultura brasileira; introdução ao estudo da cultura no Brasil.* 4ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. *História da minha vida.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

_____. *As Universidades no mundo do futuro.* Rio de Janeiro: CEB, 1944.

_____."A Universidade de São Paulo". In *Ensaios Paulistas.* São Paulo: Anhambi, 1958.

BACELLI, Ronei. *A presença da Cia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim - 1915-1940.* Dissertação (Mestrado). São Paulo: Depto. de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 1982.

BASTIDE, Roger. *O folclore brasileiro e a geografia.* São Paulo: SCP, 1951.

_____.*Sociologie du Brésil.* Paris: Centre de Documentation Universitaire, s/d.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto: Método e História na Arquitetura.* São Paulo: Perspectiva, 1991. (Col. Debates, 190)

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado*

de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

BIEDERMANN, Hans. *Dicionário ilustrado de símbolos*. Tradução de Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1994.

BOUERI, Jorge. "Tecnologias de CAD e SIG aplicados no projeto urbanístico". In *Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento*. São Paulo: EPUSP, maio 1990.

BRAND, Stewart. *How buildings learn*. EUA: Viking, 1994.

BRESCIANI, Stella. (Org.) *Imagens da cidade - séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991, v. 3 (Col. Estudos Históricos, 3).

CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de S. Paulo – aspectos gerais do planejamento e execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária / USP, 1954.

_____. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938.

_____. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário/Reitoria da USP, 1954.

_____. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade, 1945.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. Tradução de Cecilia Prado. São Paulo: Studio Nobel, 1993. (Col. Cidade Aberta).

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 32: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____(Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1978.

CHABOT, Georges. *Les villes - aperçu de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1948.

CHOAY, Françoise. *El urbanismo: utopias y realidades*. Tradução de Luis del Castello. Barcelona: Lumen, 1970.

_____. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

_____.Semiologia e Urbanismo. Tradução de Lúcio Grinover. São Paulo: FAU-USP/Depto. de Projetos, 1971. (Col. Estudos Ambientais).

_____. *Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____et al. *Le sens de la ville*. Paris: Seuil, 1972.

COELHO NETTO, J. Teixeira. *A construção do sentido na Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Col. Debates, 144).

COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1934. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1934. Tomo XLIV

COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL – USP. *Obras escultóricas em espaços externos da USP*. São Paulo: EDUSP, 1997.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. Tradução de José Arthur Giannoti e Miguel Lemos. 5ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. *Arquitetura escolar paulista: 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. Recife: Univ. Fed. de Pernambuco, 1970.

COX, Harvey. *A cidade do homem*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade temporã: o ensino superior da Colônia a Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira (católicos e liberais)*. São Paulo: Cortez, 1980.

D'ALESSANDRO, Alexandre. *A Escola Politécnica de São Paulo: histórias de sua história*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943-1944, v. 3.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. São Paulo: DIFEL, 1971.

D'HAUCOURT, Geneviève; DURIVAULT, Georges. *Le Blason*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949 (Col. Que sais-je?).

DÓRIA, Antonio de Sampaio. *A questão social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1922.

DREYER-EIMBCKE, Oswald. *O descobrimento da terra*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

DUARTE, Paulo. *A inteligência da fome (Memórias)*. São Paulo: Hucitec, 1975, v. II.

_____. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas - 1938/1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ECO, Umberto. *Tratado geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ELETROPAULO & DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/ Prefeitura do Município de São Paulo. *Evolução urbana da cidade de São Paulo - Estruturação de uma cidade industrial: 1872-1945*. Coordenação de pesquisa de Maria Lúcia P. F. Passos. São Paulo: ELETROPAULO, 1989. v. 1, t.1. (Série

Bibliografia, 1).

ESPAÇO & DEBATES: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: ano XI, nº 34, 1991.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *Estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Col. Qual é?).

GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Tradução de Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papirus, 1994.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais (morfologia e história)*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve historia del urbanismo*. 2ª Ed. Madrid: Alianza, 1970.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1994 (Col. Debates, 111).

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLANDA, Frederico de, KOHLSDORF, Gunter. *Sobre o conceito de arquitetura*. Texto apresentado no Seminário "O estudo da História na formação do arquiteto". São Paulo: [s.n.], out. 1994 (impresso).

HUTCHINSON, Bertram (org.). *Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. *Coleção de Aerofotos Oblíquas do IGC, 1939-1940*. São Paulo: IGC, 1993.

JELLICOE, Geoffrey & Susan. *El paisaje del Hombre*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.

KOLDE, Rudolf. *Architectura Moderna II: casas populares*. São Paulo: [s.n.], 1929.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves & Alderico Toribio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRIER, Rob. *El espacio urbano; proyecto de Stuttgart*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEBRUN, Gérard. *O que é Poder*. Tradução Renato Janine Ribeiro & Sílvia Lara Ribeiro. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984 (Col. Primeiros Passos, v. 4).

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. *La revolucion urbana*. Madrid: Alianza, 1983.

LEMOS, Carlos A. C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas*. 5ª Ed. México: Siglo Veintiuno, 1984.

_____. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LEWIS, David. *La ciudad: problemas de diseño y estructura*. 2ª Ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Inst. de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1988.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. "Origem social e escolha ocupacional de ginasianos" In HUCHINSON, Bertram (org.). *Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/Edições 70, 1982.

MACEDO, Adilson Costa. *Idéias preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, 1987.

MAIA, Francisco Prestes. *Os melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Gráf. da Prefeitura Municipal, 1942.

MANGUEL, Alberto, GUADALUPI, Gianni. *The dictionary of imaginary places*. New York: Harvest Book, 1987.

MAPA: Imagens da formação territorial brasileira. Pesquisa, texto, seleção cartográfica Isa Adonias, fotos e organização Bruno Furrer. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Ana Luiza e BARBUY, Heloísa. *Arcadas, história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – 1827/1997*. São Paulo: Alternartiva, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio - vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de S. C. do Sul, 1992.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira (1915-1930)*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978, v. 6.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991. (Col. Cidade Aberta).

_____. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1988.

MATOS, Gastão de Mello de; BANDEIRA, Luís S. S. M. *Heráldica*. São Paulo: Verbo, 1969.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

MEYER, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e Urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU-USP, 1991.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França &

Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORE, Thomas. *Utopia.* Tradução de Jefferson Luiz Camargo & Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOREIRA, Silvia Levi. *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação.* Dissertação (Mestrado). São Paulo: Depto. de História - FFLCH - USP, 1982.

MOREL, Regina Lúcia Novaes. *Ciência e Estado: a Política Científica no Brasil.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MORSE, Richard McGee. *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria.* Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva.* São Paulo: DIFEL, 1968.

_____. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), pontos de partida para uma revisão histórica.* São Paulo: Ática, 1980.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: sua origens, transformações e perspectivas.* Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NADAI, Elza. *Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo, 1891-1934).* Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH - USP, 1981.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República.* São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

OS 50 ANOS DA USP. *Folha de São Paulo,* São Paulo, Folhetim, 22/01/1984.

PACHECO E SILVA, A. C. *Armando de Salles Oliveira.* São Paulo: Parma/EDUSP, 1980.

PAIM, Antonio. *A UDF e a idéia de Universidade.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos - contribuição à história da educação no Brasil.* São Paulo: Loyola, 1973.

PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: educação e transformação.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

PENTEADO, Antonio Rocha. "Contribuição ao estudo da região suburbana de São Paulo". In *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.* v. 9, t. I. São Paulo: AGB, 1950.

PETRONE, Pasquale et al. *Pinheiros - estudo geográfico de um bairro paulistano.* São Paulo: EDUSP, 1963.

PIGNATARI, Décio. *Semiótica da Arte e da Arquitetura.* São Paulo: Cultrix, 1981.

PORTO, Antonio Rodrigues. *História urbanística da Cidade de São Paulo (1554 a 1988).* São Paulo: Carthago & Forte, 1992.

PRADO, Antonio de Almeida. *Escolas de ontem e de hoje (reminiscências e evocações).* São Paulo: Anhambi, 1961.

PRADO, Décio de Almeida. "50 anos depois". *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 03/06/1989.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São*

Paulo, 1926-1934). São Paulo: Ática, 1986.

PRADO Jr., Caio. *A cidade de São Paulo - geografia e história.* São Paulo: Brasiliense, 1987. (Col. Tudo é História).

PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985.

PRESTES, Pierre Wecck. *Arquitetura como retrato da sociedade.* Texto apresentado no Seminário "O Estudo da História na Formação do Arquiteto". São Paulo: [s.n.], out. 1994 (impresso).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e Contribuição Européia: o caso brasileiro". In *Ciência e Cultura,* São Paulo: nº 41, v. 4, 1989, p. 378-388.

RASMUSSEN, Steen Eiler. *Arquitetura vivenciada.* Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

REALE, Miguel. *Memórias - Destinos cruzados.* São Paulo: Saraiva, 1986, v. 1.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a ilusão liberal.* São Paulo: Cortez, 1981.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720).* São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1976.

RICCI, Cláudia S. et al. *Adequação da ordem - Escritório Técnico Ramos de Azevedo e o processo de modernização da cidade de São Paulo.* São Paulo: PMSP/SMC, 1991.

RIMBERT, Silvie. *Les paysages urbains.* Paris: Armand Colin, 1973.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil.* 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROSENAU, Helen; HUDNUT, Joseph. *Utopia y realidad en la ciudad del Renacimiento.* Buenos Aires: Ediciones 3, 1962.

ROSSETI, Fernando. Declaração reflete dilemas mundiais do ensino superior. *Folha de São Paulo,* 12/10/1998. Caderno São Paulo.

ROSSI, Aldo. *La Arquitectura de la cuidad.* Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

ROTH, Ilona. A educação democrática. *Folha de São Paulo,* 24/05/1998, Caderno Mais!

SAES, Décio. *Classe média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930).* Petrópolis: Vozes, 1975.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* nº 31. São Paulo: IEB-USP, 1990.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e história.* São Paulo: EDUSP, 1993.

SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade.* São Paulo: Vértice, 1988.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. *Avenida Paulista no contexto da expansão da área metropolitana de São Paulo: proposição para um conceito de centro expandido*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH - USP, 1981.

SANTOS, Márcio Pereira. *Do concreto no espaço ao espaço concreto: planejamento versus rugosidades urbanas.* Tese (Graduação Individual). São Paulo: Depto. de Geografia - FFLCH - USP, 1994.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica (1894-1984).* São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP/FDTE, 1985.

_____.(Org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão.* São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método.* São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada - o caso de São Paulo.* São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *Pensando o espaço do homem.* São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Técnica espaço tempo e meio técnico-científico informacional.* São Paulo: Hucitec, 1997.

SAWAYA, Paulo. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – 1934-1969.* São Paulo: FFLCH - USP, 1979.

SCHNEIDER, Wolf. *De Babilonia a Brasília: a cidade como destino do homem, de Ur a Utopia.* Tradução de Guttorm Hanssen. São Paulo: Boa Leitura Editora, s/d.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Universidade e Instituições científicas no Rio de Janeiro.* Brasília: CNPq, 1982.

_____. *Formação da comunidade científica no Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo.* Tese (Doutorado). São Paulo: Depto. de Geografia – FFLCH - USP, 1987.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade.* 2ª Ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

SIMÕES, João Roberto Leme. *Arquitetura na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira - o espaço construído.* Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU - USP, 1984.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.* Organização de Carlos Roberto Monteiro de Andrade e Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo.*

Tradução Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 1985. (Coleção Dimensões)

THEODORO, Janice Silva da. *São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial.* São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século.* São Paulo: Duas Cidades, 1981.

TREFIL, James. *A scientist in the city.* New York: Doubleday, 1994.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.) *O fenômeno urbano.* 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

VENTURI, Robert; IZENOUR, Steven; BROWN, Denise Scott. *Aprendiendo de Las Vegas.* Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

_____. *Complejidad y Contradiccion en la Arquitectura.* Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

VEZENTINI, José William. *A capital da geopolítica.* Tese (Doutorado). São Paulo: Depto. de Geografia – FFLCH - USP, 1984.

VILLARES, Henrique Dumont. *Urbanismo e indústria em São Paulo.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1946.

WEIMER, Günter. *História da arquitetura brasileira: centralidade versus regionalismo.* Texto apresentado no Seminário "O Estudo da História na Formação do Arquiteto". São Paulo: [s.n.], out. 1994 (impresso).

WITTER, José Sebastião. *USP/50 anos - registro de um debate.* São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1984.

SBD / FFLCH / USP
SEÇÃO DE História
AQUISIÇÃO cl/ SPG
FLH
VALOR R$20,00
DATA: 05-05-99 TOMBO 170682

ANEXOS

CRONOLOGIA DE ENSINO, CIÊNCIA E CULTURA

Tendo como fonte o livro *O espaço da USP: presente e futuro*[1], e como base as áreas de Ensino, Ciência e Cultura, em Portugal e na América, de 1290 até 1934, destaco os seguintes fatos:

1290: criadas as Universidades de Coimbra e Lisboa, sendo a primeira mencionada como modelo para a USP, quando das discussões sobre a criação de uma Universidade paulista;

1538: na cidade de São Domingos, no Caribe, os espanhóis fundam a Universidade de Santo Domingo, a mais antiga nas Américas;

1549: a partir desta data e durante o século XVI o clero, especialmente os jesuítas, é responsável pela criação e manutenção de várias escolas e colégios para os gentios (índios), mestiços e filhos de colonos, na Bahia e Rio de Janeiro, além de São Vicente e Piratininga (em São Paulo);

1636: criada a Universidade de Harvard na colônia inglesa de Massachusetts;

1639: instalado, em Pernambuco, o primeiro observatório astronômico ao sul do Equador, numa das torres do Palácio Friburgo, do governador holandês Maurício de Nassau;

1699: criada a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia;

1771: fundada a Academia Científica, no Rio de Janeiro, dedicada ao estudo de Física, Química, História Natural, Medicina, Cirurgia, Farmácia e Agricultura. Por falta de membros fecha em 1779;

1786: a Sociedade Literária passa a funcionar no Rio de Janeiro. Será fechada por motivos políticos em 1794;

1792: iniciam-se os trabalhos da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro;

1808: uma Carta Régia, de 18 de fevereiro, cria o Colégio Médico-Cirúgico da Bahia e a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, instalados nos Hospitais Militares, além do Real Horto (Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro);

1810: criadas por D. João VI a Academia Real Militar (cursos de Ciências Matemáticas e da Observação, Tática, Fortificação e Artilharia), a Biblioteca Pública (primeira no país) e o Real Gabinete de Mineralogia, todos no Rio de Janeiro;

1812: criados um curso de Agricultura, na Bahia e o Laboratório Químico-Prático, no Rio de Janeiro;

1814: instalada a Biblioteca Real, com 60.000 volumes. Será rebatizada como Biblioteca Imperial e depois como Biblioteca Nacional, com a República;

1818: fundado o Museu Real, depois Museu Imperial e finalmente Museu Nacional;

---

[1] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 210-218.

CRONOLOGIA DE ENSINO, CIÊNCIA E CULTURA

Tendo como fonte o livro *O espaço da USP: presente e futuro*[1], e como base as áreas de Ensino, Ciência e Cultura, em Portugal e na América, de 1290 até 1934, destaco os seguintes fatos:

1290: criadas as Universidades de Coimbra e Lisboa, sendo a primeira mencionada como modelo para a USP, quando das discussões sobre a criação de uma Universidade paulista;

1538: na cidade de São Domingos, no Caribe, os espanhóis fundam a Universidade de Santo Domingo, a mais antiga nas Américas;

1549: a partir desta data e durante o século XVI o clero, especialmente os jesuítas, é responsável pela criação e manutenção de várias escolas e colégios para os gentios (índios), mestiços e filhos de colonos, na Bahia e Rio de Janeiro, além de São Vicente e Piratininga (em São Paulo);

1636: criada a Universidade de Harvard na colônia inglesa de Massachusetts;

1639: instalado, em Pernambuco, o primeiro observatório astronômico ao sul do Equador, numa das torres do Palácio Friburgo, do governador holandês Maurício de Nassau;

1699: criada a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia;

1771: fundada a Academia Científica, no Rio de Janeiro, dedicada ao estudo de Física, Química, História Natural, Medicina, Cirurgia, Farmácia e Agricultura. Por falta de membros fecha em 1779;

1786: a Sociedade Literária passa a funcionar no Rio de Janeiro. Será fechada por motivos políticos em 1794;

1792: iniciam-se os trabalhos da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro;

1808: uma Carta Régia, de 18 de fevereiro, cria o Colégio Médico-Cirúgico da Bahia e a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, instalados nos Hospitais Militares, além do Real Horto (Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro);

1810: criadas por D. João VI a Academia Real Militar (cursos de Ciências Matemáticas e da Observação, Tática, Fortificação e Artilharia), a Biblioteca Pública (primeira no país) e o Real Gabinete de Mineralogia, todos no Rio de Janeiro;

1812: criados um curso de Agricultura, na Bahia e o Laboratório Químico-Prático, no Rio de Janeiro;

1814: instalada a Biblioteca Real, com 60.000 volumes. Será rebatizada como Biblioteca Imperial e depois como Biblioteca Nacional, com a República;

1818: fundado o Museu Real, depois Museu Imperial e finalmente Museu Nacional;

---

[1] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 210-218.

1819: D. João VI incumbe José Bonifácio de redigir os estatutos de uma Universidade, da qual o paulista seria o Reitor, com *assento em São Paulo, pelo bom clima e salubridade do ar, barateza de comestíveis e alojamento e pela fácil comunicação com a corte*. Seriam 3 faculdades: uma de Filosofia, Ciências Naturais e Matemáticas, outra de Jurisprudência e a terceira de Medicina, possuindo tipografia, laboratório químico, observatório astronômico, museu de história e hospital. As Cortes Portuguesas impediram sua implantação por razões políticas;

1823: a Assembléia Constituinte e Legislativa decreta em 4 de novembro a criação de duas universidades, em São Paulo e Olinda, projeto do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, mas ao dissolver a Assembléia, no dia 12 do mesmo mês, D. Pedro I declarou nulo todos os seus atos;

1825: a Constituinte considera colégios e universidades direitos básicos dos brasileiros, em seu artigo 179;

1827: D. Pedro I cria os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais nas mesmas cidades (São Paulo e Olinda) onde antes se pensava em criar universidades, em 11 de agosto;

1828: em 1º de março é inaugurada a Academia de Direito de São Paulo;

1829: é criada, no Rio de Janeiro, a Sociedade de Medicina;

1832: tem lugar, na Faculdade de Direito de Olinda, o primeiro curso de Economia Política. A Regência transforma as Academias Médico-Cirúrgicas em Faculdades de Medicina, com três cursos: Medicina, Farmácia e Parteiras, com duração de 6, 3 e 2 anos, respectivamente. Desta forma, é criado o curso de Farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;

1835: a Lei Provincial nº 10, de 24 de março, cria o Gabinete Topográfico em São Paulo, prevendo uma escola de "engenheiros de estradas" (extinta em 1849);

1842: separando o ensino militar do civil, a Academia Real Militar transforma-se em Escola Central;

1848: criado o Conservatório Imperial de Música, no Rio de Janeiro;

1850: esta década fica marcada pela criação de institutos ligados a área de saúde, como a Junta Central de Higiene Pública (1850), o Hospício Pedro II (1852), e dos Imperiais Institutos de Meninos Cegos (1854) e de Surdos-Mudos (1856);

1866: é criado o Museu Arqueológico e Etnográfico da Sociedade Filomática do Pará, mais tarde Museu Paraense (1894), sob a direção de Emílio Goeldi;

1871: a parteira Maria Durocher (formada em 1834, na primeira turma da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) torna-se a primeira mulher Titular da Academia Imperial de Medicina;

1873: Surge o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo;

1874: a Escola Central do Rio de Janeiro torna-se inteiramente civil e passa a denominar-se Escola Politécnica;

1875: criadas a Escola de Minas de Ouro Preto e a Comissão Geológica do Império;

1879: uma reforma do ensino no país permite a abertura de "faculdades livres e inteira liberdade de Cátedra";

1883: em Pelotas é criada a Universidade do Rio Grande do Sul;

1886: é criada por Orville Derby a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, com seções de Botânica e Meteorologia;

1887: o Conselheiro Antonio Prado cria a Imperial Estação Agronômica de Campinas, futuramente Instituto Agronômico;

1888: Criado o Instituto Pasteur no Rio de Janeiro;

1889: em 2 de dezembro uma comissão, presidida pelo Conselheiro Antonio Prado, discutia a fundação de uma Universidade em São Paulo, prevendo uma completa reformulação do ensino, além da criação de escolas de Agricultura e Viticultura, de Engenharia, de Medicina e a integração com o Liceu de Artes e Ofícios. As discussões não foram adiante;

1890: enquanto El Salvador e Paraguai criam suas universidades, no Rio de Janeiro Benjamim Constant cria um órgão de coordenação das atividades pedagógicas no Brasil, chamando-o de Pedagogium;

1891: Benjamim Constant é empossado no novo Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos, reformando o ensino em todos os níveis, enquanto a Lei n° 19, de 24 de novembro, cria uma Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia em São Paulo e na Escola Americana tem início os cursos da Escola de Engenharia Mackenzie;

1892: graças ao sueco Alberto Loefgren começam os trabalhos do Serviço Meteorológico, neste mesmo ano são criados o Instituto Vacinogênico (anexado ao Instituto Butantan em 1925), o Instituto Bacteriológico (futuro Instituto Adolfo Lutz) e a Escola Normal Superior, todos em São Paulo;

1893: no dia 24 de agosto, através da Lei n° 191, cria-se e regulamenta-se a Escola Politécnica, um sonho antigo de Francisco de Paula Souza. Neste ano também é fundado o Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga);

1898: o Jardim Botânico da Cantareira, mais tarde Horto Florestal, é fundado por Alberto Loefgren;

1899: criado o Instituto Soroterápico, na Fazenda Butantan, ligado ao Instituto Bacteriológico que, em 1901, ganha autonomia sob o nome de Instituto Butantan. No Rio de Janeiro também é criado um Instituto Soroterápico, de caráter federal, na Fazenda Manguinhos. No dia 11 de fevereiro instala-se a Escola Livre de Farmácia de São Paulo.

Antes de começar o século XX havia a seguinte distribuição de universidades no continente americano: liderando o ranking estavam os Estados Unidos com 78 universidades, seguido pelo Canadá com 12, Bolívia e Colômbia com 4, com 2 estavam Argentina, México e Peru, o Brasil, juntamente com Chile, Cuba, Equador, Guatemalà, Honduras, Paraguai, República Dominicana, Venezuela e Uruguai possuíam somente uma Universidade cada. Interessante notar que estes dados não incluem a Universidade de El Salvador, mencionada anteriormente, nem a Universidade de San José, na Costa Rica (1843), e a Universidad de Oriente y Médio-Dia em Leon

(Nicarágua, 1804). Isto demonstra que estes dados devem ser levados em conta como bases de comparações, nunca como referências exatas

1900: o Decreto nº 863-A cria a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, em 29 de dezembro. No ano seguinte é criada a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", na mesma cidade, em homenagem ao seu idealizador;

1902: Fundada a Escola de Comércio Alvares Penteado, em São Paulo;

1906: são criados em São Paulo o Conservatório Dramático e Musical, a Pinacoteca do Estado e o Instituto Pasteur. No Rio de Janeiro surge o Departamento Nacional de Produção Mineral (no ano seguinte seria criado o Serviço Geológico e Mineralógico);

1908: por iniciativa do Papa Pio X cria-se, em São Paulo, a Pontifícia Faculdade de Filosofia e Letras, extinta em 1914, enquanto a Universidade do Rio Grande do Sul cria a Escola de Artes, e surge a Faculdade Livre de Filosofia e Letras, ligada ao Mosteiro de São Bento;

1910: surge o Serviço de Proteção ao Índio, futura FUNAI;

1911: no dia 19 de novembro funda-se a Universidade Livre de São Paulo, iniciativa de caráter particular. Neste ano a Reforma Rivadávia Correia dava grandes liberdades às escolas, com perspectivas de se tornarem entidades privadas, porém subvencionadas pelo Estado. Aquele ministro também cria o Conselho Superior de Ensino;

1912: no dia 23 de fevereiro é instalada aquela primeira Universidade de São Paulo, com as faculdades de Ciências, Filosofia, História e Letras; Cultura Física; Belas Artes; Agronomia e Zootecnia; Medicina Veterinária; Comércio; Farmácia, Odontologia, Medicina e Cirurgia; Engenharia; Direito. Teve 779 alunos matriculados neste primeiro ano de funcionamento. Aliás, funcionou somente até 1928, tendo como professores o poeta Vicente de Carvalho, o arquiteto Victor Dubugras, o médico Franco da Rocha e o advogado Carlos de Campos;

1913: o italiano Ugo Pizzoli cria o Laboratório de Psicologia Experimental na Escola Normal de São Paulo;

1916: a Academia de Altos Estudos é criada no Rio de Janeiro, renomeada depois como Faculdade de Filosofia e extinta em 1926;

1917: a exposição de Anita Malfatti lança as sementes do Movimento Modernista;

1919: criado o Instituto de Veterinária da Secretaria de Agricultura de São Paulo, incorporado à Faculdade de Medicina Veterinária da USP em 1934;

1920: no emblemático dia 7 de setembro, o Decreto-lei nº 14.343 cria a Universidade do Rio de Janeiro, agregando três institutos: Faculdades de Direito e Medicina, e Escola Politécnica;

1922: realizada a Semana de Arte Moderna em São Paulo, criando polêmicas e novas perspectivas para a cultura nacional, um contraponto à I Exposição Geral de Belas Artes, promovida pela Sociedade Paulista de Belas Artes;

1924: surge a Associação Brasileira de Educação;

1925: são criadas a Biblioteca Pública Municipal e a Escola de Belas Artes, ambas na cidade de São Paulo;

1927: criada a Universidade de Minas Gerais no dia 7 de julho. Em São Paulo são criados o Instituto Biológico (de Defesa Agrícola e Animal do Estado) e a Diretoria do Serviço Meteorológico e Astronômico, enquanto no Rio de Janeiro é fundada a Sociedade Brasileira de Filosofia;

1928: um Decreto Federal, de nº 5.616, regula a criação de universidades nos Estados. São criadas Cadeiras de Sociologia nas Escolas Normais de Recife e Rio de Janeiro, e uma Escola de Medicina Veterinária em São Paulo (Lei Estadual nº 2.354, de 31 de dezembro), nesta cidade também é publicada a Revista de Antropofagia;

1929: durante uma viagem pela América do Sul o urbanista Le Corbusier propõe sugestões para os centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu. Considerados avançados e modernos demais, estes planos praticamente são desconsiderados pelos brasileiros;

1930: no mês de novembro é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e, em dezembro, o Serviço Meteorológico e Astronômico é agregado à Escola Politécnica como Instituto Astronômico e Geofísico de São Paulo;

1931: criados o Departamento de Educação Física (subordinado à Secretaria do Interior de São Paulo), a Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais e o Instituto Pedagógico. Os Decretos Federais nºs 19.850, 19.851 e 19.852 criam, respectivamente, o Conselho Nacional de Educação (órgão consultivo do Ministério da Educação e Saúde Publica), institui em definitivo o ensino superior (dando um estatuto às universidades brasileiras) e dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, todos no dia 11 de abril. Armando de Salles Oliveira vê sua idéia do Instituto da Organização Racional do Trabalho (IDORT) virar realidade;

1932: o Decreto Federal nº 21.303 autoriza o Governo do Estado de São Paulo a criar uma Universidade Técnica, tendo a Escola Politécnica como base. Surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, elaborado por Fernando de Azevedo. O Secretário da Educação, Antonio de Almeida Prado, designa uma comissão para organizar o projeto de um sistema universitário para São Paulo, composta por Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho, Alcântara Machado e Lúcio Martins Rodrigues, que é dissolvida em 9 de julho (Revolução Constitucionalista). Surge o Instituto de Educação;

1933: são fundadas a Escola Livre de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" e a Escola Paulista de Medicina, todas entidades privadas.

Embora cansativo e extenso, este levantamento nos deixa entrever a situação da educação no país, até o surgimento da USP.

MEMBROS DA LIGA NACIONALISTA

A liga nacionalista foi composta por nomes expressivos, como:

Júlio de Mesquita Filho, Clóvis Ribeiro, Amado Sarti Prado, José Alves Cerqueira César Neto, Abelardo Vergueiro César, Waldomiro de Almeida Vergueiro, Thomaz Lessa, Jairo de Góis, Joaquim Sampaio Vidal, Arnaldo Vieira de Carvalho Filho, Raul Afonso Machado, Antonio Carlos de Abreu Sodré, Mário Bastos Cruz, Américo de Moura, Tito Prates da Fonseca, Prudente de Moraes Neto, Cristiano Altenfelder Silva, Francisco Mesquita, Antonio Pereira Lima, Horácio Lafer, Francisco Malta Cardoso, Otávio Paranaguá, Ciro Freitas Vale, José Soares de Melo, **Ernesto de Souza Campos**, Henrique Neves Lefevre, Cid Castro Prado, Afonso Paes de Barros, Vicente Ancona, Francisco Alves dos Santos Filho, Orlando de Almeida Prado, Arthur Santos, João Mendes Neto, Paulo Arantes, Henrique Villaboim, Rafael Sampaio Filho, Leonel de Rezende, Arquimedes Guimarães, Paulo Nogueira Filho, Antonio Feliciano, Alberto Saboia e outros.

Os nomes grifados participaram ativamente da criação da USP e da Cidade Universitária.

Algumas dessas pessoas contribuíam também na *Revista do Brasil*, lançada em 1922, com o intuito de discutir, com o público "culto e letrado" (não era uma revista de variedades) alguns problemas e possibilidades do país, sendo a situação crítica da educação um dos principais temas, mantendo a tradição republicana de ter na educação uma das bases da construção de um "projeto nacional".

Também associações, preocupadas com a educação e o ensino, faziam parte da Liga, como o Grêmio Politécnico, que em 23 de março de 1918 fundou a Escola Noturna Paula Souza, para a alfabetização de adultos, promovendo a primeira campanha nacional sobre o tema, a Campanha Paula Souza.

PERFIL DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

Engenheiro formado pela Politécnica (Eletrotécnica), neto de imigrantes portugueses, nascido em Jacareí (24/12/1887), no interior do Estado. Seu pai também era engenheiro, formado pela Universidade de Gand (Bélgica), e destacou-se nas obras de engenharia sanitária. Estudou no Ginásio do Estado na Capital, instituição conhecida pelo rigor e pela formação humanística. Mais tarde, na Politécnica, foi presidente do Grêmio e redator da *Revista Politécnica*, além de apresentar trabalhos do Gabinete de Resistência de Materiais no Congresso Acadêmico de Buenos Aires.

Apaixonado pelas idéias nacionalistas de Olavo Bilac, e das campanhas pelo voto secreto, serviço militar obrigatório e adoção de um novo programa de educação (por volta de 1915), inscreveu-se na Liga Nacionalista, mais tarde sendo eleito para o Conselho Deliberativo da Liga. Um de seus autores preferidos era Stuart Mill que, segundo o professor Lebrun[2], garantia em 1861 que "as funções relativas ao governo são coisa muito mais vasta num povo atrasado do que num povo adiantado". Casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, diretor d'*O Estado de São Paulo*. Foi da redação do "Estadão" que acompanhou a Revolução de 32, tendo recusado o cargo de Secretário da Fazenda quando da nomeação do secretariado de 23 de maio (por indicação do Partido Democrático de três de seus membros). Foi diretor da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Em 1927, com a morte de seu sogro, Júlio de Mesquita, A. de S. Oliveira passou a ser o diretor presidente do "Estadão". Foi preso e exilado após o Golpe de 10 de novembro de 1937 (Estado Novo), quando concorria à Presidência da República. Teve sentinelas e guardas do Estado Novo a vigiarem-no até no momento da morte. Durante o discurso agradecendo o título de Doutor "Honoris Causa" da USP, em 1936, ele expressou o desejo que na sua lápide fosse escrito: "Este homem fundou a Universidade de São Paulo" – imitando o epifácio de Thomas Jefferson[3]. Em 23 de janeiro de 1953, o Conselho Universitário aprovou a idéia de um monumento em sua homenagem, propondo que se localizasse dentro do edifício da Reitoria, mas somente em setembro de 1977 a escultura, de autoria de Bruno Giorgi, foi assentada na praça Reinaldo Porchat, na entrada da CUASO. Salles Oliveira figura trajando uma toga de professor e de pé, em frente a uma "cátedra", sem nunca ter feito parte do corpo docente.

---

[2] LEBRUN, Gérard. *O que é Poder*. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. p. 81.

[3] "Aqui foi enterrado Thomas Jefferson, autor da Declaração de Independência Americana, do Estatuto da Virgínia para liberdade religiosa e fundador da Universidade da Virgínia".

PROFESSORES ESTRANGEIROS DA FFCL

Os professores estrangeiros são uma história à parte, marcando o caráter dos primeiros alunos da FFCL, que se tornariam os futuros professores da USP e outras instituições de ensino superior, como Antonio Cândido de Mello e Souza, Eurípedes Simões de Paula, Omar Catunda, Mário Schemberg, Marcelo Damy de Souza Santos, Oscar Sala, Abraão de Morais, Florestan Fernandes e muitos outros.

A escolha das nacionalidades foi orientada pela situação política da época. Havia o temor que os governos italiano e alemão mandassem cientistas para vasculhar nossas possibilidades, ou professores com idéias políticas que influenciassem os jovens alunos. Não devemos esquecer que a comunidade italiana em São Paulo era enorme, influente e, em grande parte, fascista.

Ficou acertado que os franceses, mais próximos ao liberalismo, e escolhidos atentamente por Georges Dumas[4], ficariam com as matérias de Humanas, os alemães com a Ciência Pura, da mesma maneira que os italianos, que ainda ficaram responsáveis pela Matemática. A participação dos governos francês e italiano foi decisiva, pois permitiam que o tempo de cátedra no Brasil contasse para a carreira, além de continuarem recebendo os salários originais, somado à pequena remuneração que receberiam da USP. Os institutos italianos ainda fizeram questão de mandar os mais expressivos professores daquele país. Os alemães, que eram opositores do III Reich ou judeus, foram contatados pessoalmente por Teodoro Ramos.

Mas havia uma cláusula nos contratos que proibia a todos eles qualquer manifestação política. Sorte dos "liberais de plantão", porque entre os franceses haviam simpatizantes ou militantes de esquerda, mais assustadores que os fascistas. Isto não impediu Occhialini, que embora italiano tinha tendências esquerdistas, vir a se tornar amigo de figuras como Oswald de Andrade, além de Ruy Coelho e Paulo Emílio Salles Gomes, que também eram amigos de Ungaretti, que era ligado ao Partido Fascista, mas tinha íntima ligação com a cultura francesa.

Alguns brasileiros, ainda, tinham dúvidas quanto às reais intenções destes estrangeiros. Os professores de Medicina, Direito e Politécnica se sentiam preteridos

[4] Com a iniciativa de criação por parte do "Grupo do Estado", em 1925, do Liceu Franco-Brasileiro, o professor Dumas deu aulas aos jovens paulistanos, participando do sonho de uma Universidade.

nessa escolha, da mesma maneira que os autodidatas[5]: "(...) Tivemos, então, um movimento de repulsa pela Faculdade. Muitos autodidatas se insurgiram contra ela, sentindo-se prejudicados. Um deles propunha-se apenas para professor de Literatura Mundial...". Os antigos membros do PRP, através do jornal "A Gazeta", promoviam uma incipiente campanha contra a Faculdade de Filosofia e seus professores. Florestan Fernandes afirmava que a vinda desses professores resultara numa mudança intelectual mais revolucionária e duradoura que a Semana de Arte Moderna de 22[6]. O único traço de colonialismo europeu, segundo Antonio Cândido, foi que as aulas eram dadas em língua estrangeira.

Com o início da Segunda Guerra, e o envolvimento do Brasil no conflito, a partir de agosto de 1942, todos os alemães e italianos foram afastados da pesquisa e ensino. Não haveriam mais as barulhentas reuniões dos italianos no Bar Diana, na rua 7 de Abril, pois todos eles, com exceção de Wataghin, Occhialini e de Fiore, voltaram a seu país em abril daquele ano.

Listagem parcial dos professores estrangeiros da FFCL

Alemães (não possuo dados sobre as datas e somente a relação de algumas Cadeiras):

Ernest Breslau – Zoologia (especialmente fauna brasileira);
Heinrich Rheinboldt – Química;
Felix Rawitscher – Botânica (estudos de adaptação de plantas ao meio ambiente);
Viktor Leinz – Geologia e Paleontologia;
Heinrich Hauptmann – Físico-Química e Bioquímica;
Outros que vieram foram Ernest Marcus e Karl Arens (Botânica), seguidos por Hans Stammreiche, Karl von Weizsacker, Werner Guttinger e Gustav Brieger.

Italianos:

Francesco Piccolo – Língua e Literatura Italiana, 1934-37 (*Universidade de Roma*);
Giuseppe Ungaretti – Língua e Literatura Italiana, 1937-42;
Attilio Venturi – Língua e Literatura Grega, 1938-39;
Vittorio De Falco – Língua e Literatura Grega, 1939-42;
Giacomo Albanese – Geometria e História das Matemáticas, 1936-42;
Luigi Galvani – Estatística, 1936-42;
Luigi Fantappié – Análise Matemática, 1934-39;
Ettore Onorato – Mineralogia e Petrografia, 1934-38 (*Universidade de Cagliari*);
Ottorino de Fiore di Cropani – Paleontologia e Geologia, 1937-42, instalou o Museu de Geologia, a partir das primeiras coleções que organizou;
Gleb Whatagin – Física Geral e Experimental, 1934-49;

---

[5] Discurso de Eurípedes Simões de Paula, citado em WATAGHIN, Lúcia. *Fundação da FFCL da USP: a contribuição dos professores italianos*. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 34:154-155, 1992.
[6] FERNANDES, Florestan. "Os professores estrangeiros". Citado em WATAGHIN, Lúcia. *Fundação da FFCL da USP: a contribuição dos professores italianos*. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 34:155, 1992.

Giuseppe Occhialini – Física Experimental, 1938-42;
Narcisio Menciassi Lupi – assistente de Albanese de 1939 a 42;
Ítalo Bettarello – assistente da Cadeira de Língua e Literatura Italiana, em 1939, era brasileiro de origem italiana e ex-aluno de Ungaretti.

Mais quatro italianos, todos matemáticos, deram aula no Brasil até 1942. Três deles foram contratados pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro: Luigi Sobrero, Gabriele Mammana e Achille Bassi. Estes dois últimos lecionaram na FFCL-USP os cursos de Cálculo das Variações (segundo semestre de 1940) e Topologia Combinatória (julho/agosto de 1942), respectivamente. O judeu foragido em São Paulo, Carlo Tagliacozzo, ministrou um curso de Teoria Matemática da Eletricidade entre os meses de março e dezembro de 1942.

Franceses (além da Cadeira e data, alguns têm a instituição de origem):

Émile Coornaert – História da Civilização, 1934 e professor visitante de História Antiga e Medieval, 1949 (*Escola de Altos Estudos / Sorbonne*);
Fernand Braudel – História da Civilização, 1935-37 e professor visitante, em 1948, de História Antiga e Medieval;
Jean Gagé – História da Civilização, 1938 e História Moderna e Contemporânea, 1939;
Émile Léonard – História Antiga e Medieval, 1948;
Jean Gléinisson – Metodologia e Teoria da História, 1957-58;
Paul Arbousse Bastide – Sociologia I, 1934-40 e Política, 1941-45 (*Universidade de Besançon*);
Roger Bastide – Sociologia I, 1941-54;
Claude Lévi-Strauss – Sociologia I, 1935-38;
Georges Gurvitch – Política, 1947-48;
Charles Morazé – Política, 1949-51;
Pierre Deffontaines – Geografia Física e Humana, 1934 (*Instituto Católico de Lille e Sorbonne*);
Pierre Monbeig – Geografia Física e Humana, 1935-46;
Roger Dion – Geografia Humana, 1947;
Pierre Goru – Geografia Humana, 1948;
Pierre-Éttiene Borne – Filosofia, 1934 e Psicologia[7] (*Universidade de Paris*);
Jean Maugué – Filosofia, 1935 e História da Filosofia e Psicologia, 1939-44;
Gilles Gaston Granger – Filosofia, 1947;
Martial Guéroult – História da Filosofia, 1948;
François Perroux – Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas, 1936;
René Courtin – Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas, 1937 (foi um dos fundadores do jornal *Le Monde*, em 1944);
Pierre Frommont – Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas, 1938;
Paul Hugon – Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas, 1939;
Robert Garric – Literatura Francesa, s/d[8] (*Faculdades de Direito de Lille e Sorbonne*);
Michel Berveiller – Literatura Greco-Latina, s/d (*Universidade de Paris*);

Portugueses:

Francisco Rebelo Gonçalves – Filologia Portuguesa, 1935 (*Universidade de Lisboa*);
Fidelino de Figueiredo – Literatura Luso-Brasileira;
Não tenho registro da Cadeira pela qual o professor Urbano Canuto Soares era responsável.

Outros professores estrangeiros que anteriormente haviam fixado residência em São Paulo e foram incorporados ao quadro da FFCL: Edgard Otto Gottsch, Paul Vanorden Shaw, Georges Raeders, Douglas Redshau e Antonio Piccardo.

---

[7] Dado não confirmado.
[8] Não foi localizada a data de início/fim de quando lecionaram Robert Garric e Michel Berveiller.

PERFIL DE ERNESTO DE SOUZA CAMPOS

Talvez este campineiro, nascido em 21 de setembro de 1882, tenha sido a figura mais marcante para entendermos a Cidade Universitária, não só no aspecto físico, de escolha do terreno e ocupação daquela área no bairro do Butantã, mas no conceito do que deveria ser uma cidade universitária.

Defendia a idéia de centralização de todos os cursos num mesmo *campus*, - que foi sendo abandonada ao longo dos anos -, além de outras "necessidades e características", pelo seu ponto de vista, como o conceito de universidade-parque, as grandes áreas para expansão, a agregação da Faculdade de Direito ao conjunto, a existência de um Horto Botânico, de um Zoológico e de um campo de experimentação para a Agronomia e Zootecnia, a construção de um grande edifício para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além da centralização bibliográfica e museológica.

Seus escritos sobre o tema da Cidade Universitária são repetitivos e laudatórios, deixando sempre entrever uma ponta de orgulho e falsa modéstia sobre sua participação nas decisões. Sua carreira parece marcada por títulos honoríficos e cargos ligados aos órgãos de educação oficial. No entanto, passou várias vezes por cima da burocracia imobilista do Estado.

Começando sua vida acadêmica ao se diplomar na Escola Politécnica em 1906, sendo um dos 24 alunos a completar o curso de Engenheiro Agrônomo, durante sua existência de 1901 a 1910, vai depois cursar a Faculdade de Medicina e Cirurgia, criada como Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, em 1891, mas efetivada somente em 1912. Esta Faculdade funcionou, como vimos, em vários espaços emprestados por outras escolas, incluindo a Politécnica. Por causa disso o aluno Souza Campos, tendo sido formado médico na primeira turma, em 1918, deve ter sentido as dificuldades da falta de espaço próprio para algumas das escolas que formariam a USP. Ainda mais que permaneceu de 1919 a 1923 estudando nos Estados Unidos, por conta de um concurso para premiar os melhores alunos, em universidades que eram verdadeiros parques, pelas suas dimensões.

Quando aluno na Escola Politécnica, torna-se sócio-fundador do Grêmio Politécnico, em 1903. Muito mais tarde (1916) é chamado para ser sócio-fundador do Instituto de Engenharia de São Paulo, mesmo sendo aluno da Medicina. Ajuda a fundar, também, a Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica, no ano de 1935, sendo eleito Vice-presidente do Conselho Diretor.

Foi Diretor do Escritório de Obras da Faculdade de Medicina – USP (em colaboração com os doutores Benedito Montenegro e Luiz de Rezende Puech), na construção do novo prédio, com apoio da Fundação Rockefeller, entre 1926 e 1930. A

decoração em estilo Tudor (idéia de Puech) foi alvo de críticas de Mário de Andrade, que possuía uma preferência pela arquitetura moderna, antidecorativa, "...o que explica suas reservas às puerilidades neogóticas."[9] Souza Campos tornou-se, devido à sua liderança na construção, Diretor da Faculdade de Medicina, assumindo em 27 de outubro de 1930. Foi professor catedrático dessa Faculdade entre 1925 e 1952, sendo jubilado por idade com o título de professor emérito, contando 37 anos de serviço no dia do seu aniversário em 1952.

Seu envolvimento com a construção dos edifícios da Faculdade de Medicina lhe renderam a indicação para integrar a "Comissão de Estudos para a localização da Cidade Universitária", em 1935, e depois a diretoria do "Escritório Técnico para o plano da USP", entre 1935 e 37. Nestes planos formou uma parceria informal com Hipólito (Hyppolito) Gustavo Pujol Jr., engenheiro-arquiteto formado pela Politécnica e, como ele, sócio-fundador do Grêmio Politécnico. Sempre apreciou os projetos e estudos do amigo, muito parecidos com a estética fascista de Piacentini, grandiosa e desprovida de maiores enfeites, mas contrária ao modernismo de Le Corbusier. Essa parceria se estendeu aos estudos feitos para a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e do Centro Médico de Salvador, na Bahia. Chamado para dar somente um parecer sobre as instalações dos futuros centros médicos nessas cidades, Souza Campos acaba se tornando Diretor do Escritório do Plano para a Universidade do Brasil (1936-39), por indicação do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e sugerindo os planos para uma Cidade Universitária em Salvador. No Rio de Janeiro seu amigo, Pujol Jr., trabalha com Mopurgo, um arquiteto italiano de inteira confiança de Piacentini, enviado para elaborar os planos do futuro *campus*.

~~Pouco an~~tes do Golpe do Estado Novo, Souza Campos é indicado pelas autoridades como o novo Diretor da Faculdade de Philosofia, Sciencias e Letras (designação da época) da USP, pois o anterior esteve envolvido nos problemas com a Faculdade de Medicina. Fica no cargo até 1938.

Demonstrava em seus livros, timidamente, uma oposição ao Governo Vargas e sua fachada federalista, pois suas atitudes (queima de bandeiras e símbolos dos estados, e limitação dos direitos) eram totalmente contrárias a um verdadeiro federalismo. Com a posse do general Eurico Gaspar Dutra, na Presidência da República, ele é nomeado Ministro da Educação e Saúde em 1946, no dia 31 de janeiro. Também nesse ano é nomeado Ministro Interino da Justiça e Embaixador Especial do Brasil na Colômbia, além de Chefe da Delegação Brasileira na posse do Presidente desse país. Foi ainda Ministro e Embaixador em visitas oficiais à Venezuela, Peru, Equador, Chile,

---

[9] PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA. *O espaço da USP: presente e futuro.* São Paulo: Prefeitura da CUASO, 1985, p. 36.

Uruguai e Argentina.

No ano seguinte, e até 1948, tornou-se membro da "Comissão de engenheiros e arquitetos encarregados da revisão dos planos da USP". Não consta que sua breve passagem pelo Ministério da Educação tenha beneficiado o andamento dos projetos e instalação definitiva no *campus* Butantan. A verba federal fornecida para as obras da Cidade Universitária foram de pequena monta, entre julho de 1950 e agosto de 51, e sua distribuição, ao longo deste tempo, foi irregular. Podemos comparar estes valores com os das doações particulares, para a construção dos edifícios da Física, feitas pela família Jafet e pela comunidade italiana de São Paulo. Em 1954 escreve um livro sobre a História da USP, publicado pela Comissão do IV Centenário. Foi-lhe conferido, através de Decreto de 6 de setembro de 1957, a Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Oficial.

Ernesto de Souza Campos morreu no primeiro dia de 1970. No ano do centenário de seu nascimento foi erguida uma estátua em sua homenagem, de autoria de Luís Morrone, na Praça Dois (rua Prof. Rubião Meira), em frente ao Centro Esportivo. Sua figura contempla todos que entram na Cidade Universitária pelo "park-way de acesso", a avenida principal, imaginada por ele, e que deveria ter 100 metros de largura.

LISTA DAS FACULDADES DE ORIGEM DOS REITORES DA USP
1934 -1999

Faculdade de Direito	1934-38	Reynaldo Porchat
Escola Politécnica	1938-39	Lúcio Martins Rodrigues
Faculdade de Medicina	1939-41	Domingos Rubião Alves Meira
Faculdade de Direito	1941-46	Jorge Americano
Faculdade de Medicina	1946-47	Antonio de Almeida Prado
Faculdade de Farmácia e Odontologia	1947-49	Lineu Prestes
Faculdade de Direito	1949-50	Miguel Reale
Faculdade de Medicina	1950-51	Luciano Gualberto
Faculdade de Direito	1951-53	Ernesto de Moraes Leme
Esc. Sup. Agricultura Luiz de Queiroz	1954-55	José de Mello Moraes
Faculdade de Medicina	1955-57	Alípio Corrêa Neto
Faculdade de Medicina Veterinária	1957-60	Gabriel Silvestre Teixeira de Carvalho
Faculdade de Medicina	1960-63	Antonio Barros de Ulhôa Cintra
Faculdade de Direito	1963-67	Luiz Antonio da Gama e Silva
FFCL	**1967-1968**	**Mário Guimarães Ferri ***
Fac. de Medicina de Ribeirão Preto	1968-69	Hélio Lourenço de Oliveira *
Faculdade de Direito	1969	Alfredo Buzaid *
Faculdade de Direito	1969-73	Miguel Reale
Fac. Medicina Veterinária e Zootecnia	1973-77	Orlando Marques de Paiva
Escola Politécnica	1978-82	Waldir Muniz Oliva
Escola Politécnica	1982-86	Antonio Hélio Guerra Vieira
Instituto de Física	1986-90	José Goldenberg
Esc. de Engenharia São Carlos (Físico)	1990-93	Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Inst. Ciências Biomédicas (Odontólogo)	1993-97	Flávio Fava de Moraes
Fac. de Economia e Administração	1998	Jacques Marcovitch (atual Reitor)

* vice-reitores em exercicio

Destas faculdades a liderança do *ranking* de Reitores é da Direito São Francisco, com 7, seguida pela Medicina Pinheiros com 5, Escola Politécnica com 3 e Veterinária com 2. As demais escolas ocuparam a cadeira de Reitor uma única vez, e a FFCL por menos de um ano.

Podemos dividir estas escolas restantes, também, por área: Farmácia e Odontologia, ESALQ, Medicina Ribeirão Preto e Biomédicas (ICB, com formação em Odontologia), formam um bloco de Biológicas (4); Física e Engenharia São Carlos (Física), pelas Exatas, somam 2; e Administração (FEA) aumenta somente mais 1 para as Humanas. Na somatória geral: Ciências Humanas – 9 (36%), Ciências Exatas – 5 (20%), Ciências Biológicas – 11 (44%). A proporção entre estas áreas do conhecimento não pode ser tomada como um valor absoluto. A quantidade de 1/3 de reitores provenientes das Humanidades, com o predomínio da Direito, não se reflete na melhoria das condições das outras instituições daquela área do conhecimento. Que o diga a Faculdade de Letras, na batalha por um espaço próprio e adequado.